



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARCO AURÉLIO DE ANDRADE ALVES

**SOBREVIVÊNCIA AMBULANTE NO ESPAÇO URBANO: INFORMALIDADE E
TRABALHO NA FEIRA JOSÉ AVELINO, EM FORTALEZA-CEARÁ.**

FORTALEZA

2020

MARCO AURÉLIO DE ANDRADE ALVES

SOBREVIVÊNCIA AMBULANTE NO ESPAÇO URBANO: INFORMALIDADE E
TRABALHO NA FEIRA JOSÉ AVELINO, EM FORTALEZA-CEARÁ.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Sociólogo. Área de concentração: Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.

FORTALEZA

2020

MARCO AURÉLIO DE ANDRADE ALVES

SOBREVIVÊNCIA AMBULANTE NO ESPAÇO URBANO: INFORMALIDADE E
TRABALHO NA FEIRA JOSÉ AVELINO, EM FORTALEZA-CEARÁ.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Sociólogo. Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em: 28/02/2020

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Prof. Dr. Fábio Gentile
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria Sulamita de Almeida Vieira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Elizabeth Fiúza Aragão
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Mário Henrique Castro Benevides
Universidade da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), pelo suporte material concedido na concretização desta tese. Aos meus pais, Francisco de Assis e Maria Helena, pelo dom da vida. Ao meu filho Guilherme, pela espontaneidade contagiante, por seus sorrisos e traquinagens. A minha esposa Alexandra Andrade Sales, pelo carinho, amorosidade, parceria e compreensão. Ao meu irmão João Marcelo pelo incentivo. Aos colegas do doutorado, pelos debates empolgantes e orientações conjuntas. Com eles pude vivenciar e compartilhar momentos de tensão, ansiedade, alegrias, vitórias e conquistas. Sou grato a todos pelo aprendizado! A Isabel Lopes, pelos direcionamentos e atenção no cuidar. Aos meus queridos amigos e amigas, João Paulo Braga Cavalcante, Rafael Lima de Andrade, Graça Lessa, Rosana Lima, Emanuella Guimarães. Aos meus mestres da vida, Alba Maria Pinho de Carvalho, amiga e também orientadora, sou grato pelas orientações, sugestões e críticas direcionadas para a tese, pela sua acolhida terna, por suas palavras vibrantes e convictas, pelo exemplo de dedicação ao trabalho, pelos ideais e, acima de tudo, pela paciência e compreensão. Ao meu professor e querido amigo João Bosco Feitosa, pelas orientações, comentários e opiniões fundantes para a realização deste trabalho. Ao Geovani Jacó de Freitas (Gil) pelo estímulo, atenção e amizade de sempre. A Elizabeth Fiúza Aragão (Beta), amiga e professora, com quem venho trilhando parcerias na concretização de projetos e pesquisas. Ao mestre Sérgio Rodrigues, pela serenidade e disciplina cotidiana.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, pela luta diária e pela dedicação na produção científica. A professora Sulamita de Almeida Vieira, pelos comentários e orientações pontuais e precisas, concedidas durante a banca de qualificação. Sou imensamente grato por sua disponibilidade e atenção.

Aos feirantes batalhadores e batalhadoras da Feira da José Avelino, exemplos de resistência e perseverança diante dos tortuosos e precários caminhos da vida. Com eles pude compartilhar momentos ricos de aprendizado e descoberta. Pela confiança, oportunidade e credibilidade, sou imensamente grato.

“O dia-a-dia se acha semeado de maravilhas, espuma tão brilhante (...) como a dos escritores ou dos artistas. Sem nome próprio, todas as espécies de linguagens dão lugar a essas festas efêmeras que surgem, desaparecem e tornam a surgir.” (Michel de Certeau)

RESUMO

Enquanto parte da Cidade de Fortaleza adormece, a Feira da José Avelino desperta num explosivo pulsar, a bombear o coração do Centro da Cidade, numa agitada movimentação de pessoas vindas de diversos estados do Brasil, compondo um cenário de intenso dinamismo e heterogeneidade na urbe. A Feira José Avelino ou a “Feira da Madrugada”, como também é conhecida, representa um espaço “ganha-pão” para milhares de ambulantes que nela vendem suas confecções. Ademais, a Feira da José Avelino é considerada também um espaço “polemizado” pelos noticiários e pela mídia local como “lugar problema” para a cidade, pois se constitui sobre ela uma imagem e representação de espaço “desordenado” para a gestão urbana. Em 2017, no âmbito de uma Política de Requalificação do Centro da Cidade de Fortaleza, a Feira da José Avelino foi removida, com a constituição do empreendimento privado Centro Fashion, que recebeu parte significativa dos feirantes que ali se instalaram. No entanto, a Feira resiste, e agora não mais com barracas, mas com o comércio ambulante de rua, em condições bem mais precárias. Esta Feira, em seus diferentes tempos e configurações e, especialmente, como lócus do trabalho informal, instigou a minha curiosidade como pesquisador do espaço urbano. Assim, esta tese consubstancia reflexões e análises por mim desenvolvidas entre os anos de 2015 a 2019, tendo como foco principal a questão do trabalho informal na Feira de Confecções da José Avelino, discutindo processos de precarização, a perpassarem as atividades laborais dos feirantes. Na dinâmica expositiva da tese, apresento resultados de uma pesquisa, com um extenso trabalho de campo, em que se explicitam diálogos, imagens, trajetos e impressões diversas sobre um complexo mercado popular informal, gestado nas malhas da urbe. O texto está estruturado em oito seções, incluindo *Introdução*, *Percursos Metodológicos de Investigação* e *Considerações Finais*, apresentando cinco seções que representam grandes eixos temáticos: *Feira e Cidade*; *Informalidade no Espaço Urbano e Política de Requalificação*; *Cidade e Trabalho*; *Precarização do Trabalho e Informalidade*; *Trajetórias de Trabalho e Vida*. Adentrar no complexo mundo da José Avelino exigiu-me criatividade metodológica, dada à natureza mutante e extremamente dinâmica do próprio campo. Nesse sentido, a cidade, que às vezes parece bastante familiar, acabou exigindo do pesquisador, maior capacidade de “estranhamento”. As idas iniciais a campo possibilitaram-me perceber o caráter expansivo e “teimoso”, que a Feira adquiria. Suas expansões e esticamentos revelavam distintas lógicas de “apropriação do espaço público”

pelos trabalhadores informais. Ao longo dos diálogos com os sujeitos da Feira, percebi, em suas falas, a existência de uma tensão e, ao mesmo tempo, uma constante indefinição quanto à situação “irregular” em que se mantinham no comércio de rua, estimuladas, principalmente, pelas constantes ameaças de remoção no espaço urbano. Para captar e apreender os fatores objetivos e subjetivos da precarização no exercício laboral do trabalhador informal da Feira José Avelino, realizei uma descrição densa e detalhada do movimento cotidiano destes feirantes em distintos momentos e espaços. Para tanto, optei pela prática da observação participante, como forma de perceber este cotidiano para além do instituído, atentando para as diversas formas com as quais os feirantes apropriam-se do espaço e até que ponto suas práticas esbarram nas determinações do poder público. Assim, pude apreender, simultaneamente, como estas relações conflituosas intensificam ainda mais a condição de instabilidade laboral do feirante, a marcar um tipo específico de precarização do trabalho. Para desvendar esta realidade empírica, realizei pesquisa bibliográfica, contemplando categorias centrais nos marcos do objeto. Buscando captar o caleidoscópio de situações constitutivas da Feira, fiz uso de registros em diário de campo, valendo-me também do suporte da máquina fotográfica. As várias anotações e registros destes diários foram aqui inseridos e dialogam constantemente com as teorias e falas dos vários sujeitos que compõe a Feira da José Avelino. Realizei pesquisa em jornais e levantamento em alguns arquivos de legislações que regulamentam o comércio de rua na Cidade de Fortaleza. No intuito de captar e apreender os sentidos e os significados nutridos pelos trabalhadores em seus cotidianos de vida, realizei 35 entrevistas semi-estruturadas que apontaram aspectos fundamentais para a compreensão dos processos de informalidade e de precarização laboral em que estão inseridos segmentos dos trabalhadores da José Avelino. Enfim, os percursos investigativos, articulados em sua multiplicidade, possibilitaram-me acessar narrativas e significados ao longo do processo de pesquisa.

Palavras-chave: feira da José Avelino; feirantes; trabalho informal; informalidade; precarização do trabalho; requalificação urbana.

ABSTRACT

While a part of the city of Fortaleza falls asleep, the José Avelino Clothing Fair awakens in an explosive pulse, pumping the heart of the City Center in an agitated movement of people coming from different states of Brazil, composing an urban scenario of intense dynamism and heterogeneity. The José Avelino Fair or the Dawn Market (Feira da Madrugada), as it is also known, represents a ‘breadwinning’ space for thousands of street vendors who sell clothing. Furthermore, the Fair is also depicted amid ‘controversy’ by the news and the local media as a ‘source of problem’ for the city, as it constitutes an image and representation of a 'disordered' space for urban management. In 2017, within the scope of a Requalification Policy for the City Center of Fortaleza, the José Avelino Fair was removed, with the establishment of the private enterprise Centro Fashion, which received a significant part of the vendors. The Fair however resists, and now no longer with stalls, but with street shopping, in much more precarious conditions. In its different times and configurations and, especially, as the locus of informal work, this Fair instigated my curiosity as a researcher of urban space. Thus, this thesis embodies analyses and reflections developed between the years 2015 to 2019, with the main focus on the issue of informal work at the José Avelino Clothing Fair, discussing the process of precarization which permeate the working activities of vendors. In the expository dynamics of the dissertation, I present results of a research comprising of extensive fieldwork, in which dialogues, images, paths and diverse impressions about a complex informal popular market, created in the meshes of the city, are made explicit. The text is structured in eight sections, including Introduction, Methodological Pathways of Research and Final Remarks, presenting five sections that represent major thematic axes: The Fair and the City; Informality in the Urban Space and Requalification Policy; City and Work; Precarious Work and Informality; Trajectories of Work and Life. Entering José Avelino’s complex world required methodological creativity, given the changing and extremely dynamic nature of the field itself. In this sense, the city, which at times seems quite familiar, ended up demanding from the researcher, greater capacity for ‘making the familiar strange’. The initial visits to the field made it possible for me to realize the expansive and 'stubborn' character that the Fair had acquired. Its expansions and stretches revealed different logics of ‘appropriation of public space’ by informal workers. Throughout the dialogues with the subjects of the Fair, I noticed, in their discourse, the existence of a tension and at the same time a constant uncertainty regarding the ‘irregular’ situation of remaining in the street market, stimulated, mainly, by the

frequent threats of removal from urban space. In order to capture and apprehend both the objective and subjective factors of precariousness in the work of informal workers at José Avelino Fair, I made a detailed and thick description of the daily movement of these vendors at different times and spaces. To this end, I opted for the practice of participant observation as a way of perceiving daily life beyond what was established, paying attention to the different ways in which vendors take ownership of the space and the extent to which their practices come up against the determinations of the public sector. At the same time, I was able to apprehend how these conflicting relationships further intensify the worker's condition of instability, marking a specific type of precarious work. In order to unveil this empirical reality, I carried out bibliographic research, contemplating categories that are central for the object. To capture the kaleidoscope of situations constituting the Fair, I made use of records in a field journal, also using the support of a photo camera. The various notes and records of these diaries were inserted here and are constantly in dialogue with the theories and speeches of the various subjects that make up the José Avelino Fair. I conducted research in newspapers and surveyed files of legislation that regulate street commerce in the City of Fortaleza. To capture the senses and meanings nourished by workers in their daily lives, I conducted 35 semi-structured interviews that pointed out fundamental aspects for understanding informality and the job insecurity processes in which segments of the José Avelino Fair workers are inserted. Finally, the investigative paths, articulated in their multiplicity, allowed me to access narratives and meanings throughout the research process.

Keywords: José Avelino fair; street vendors; informal work; informality; work precarization; urban requalification.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 –	Mapa de localização da Rua José Avelino	33
Imagem 2 –	Presença de feirantes (venda de confecção e água de coco) ocupando segmento da Praça Pedro II, conhecida como Praça da Sé, situada em frente à Igreja Catedral (Cruzamento da Rua General Bezerril com Rua Castro e Silva)	38
Imagem 3 –	Ocupação de feirantes na calçada da Igreja Catedral, situada na Avenida Alberto Nepomuceno. (arquivo do autor)	40
Imagem 4 –	Ocupação de feirantes na calçada da Igreja Catedral. Segmento situado na Rua Sobral (arquivo do autor)	42
Imagem 5 –	Feirantes negociando em frente à Igreja Catedral (arquivo do autor)	43
Imagem 6 –	Feirante ocupando a calçada de um galpão. (arquivo do autor)	44
Imagem 7 –	Feirante estendendo barraca desmontável na Rua Sobral, ao lado da Catedral (arquivo do autor)	45
Imagem 8 –	Presença constante do pelotão do GOE, situado em frente à Catedral, a impedir a ocupação do comércio ambulante em suas calçadas e área interna.....	50
Imagem 9 –	Feirantes ocupando as calçadas do Mercado Central e os estacionamentos dos taxistas, localizados na própria via pública (Av. Alberto Nepomuceno) (arquivo do autor).....	53
Imagem 10 –	Feirantes ocupando as paradas de ônibus, a calçada e a via pública que dão acesso ao Mercado Central (Av. Alberto Nepomuceno) (arquivo do autor)	54
Imagem 11 –	Feirantes ocupando as paradas de ônibus, a calçada e a via pública que dão acesso ao Mercado Central (arquivo do autor)	54
Imagem 12 –	Ônibus de excursões de “sacoleiros”, estacionados ao lado de um galpão (arquivo do autor)	67
Imagem 13 –	Cartaz publicitário de lançamento do empreendimento Centro Fashion	93
Imagem 14 –	Mesmo com a interdição da Rua José Avelino para a Requalificação, os feirantes se mantiveram ocupando as calçadas (debaixo do viaduto da Av.	

	Alberto Nepomuceno). Tapumes de madeira foram instalados impedindo o acesso à Rua José Avelino (arquivo do autor).....	98
Imagem 15 –	Rua José Avelino no início da reforma do calçamento “patrimônio” (arquivo do autor)	99
Imagem 16 –	Reforma da Rua José Avelino. Mesmo com a obra, os trabalhadores continuaram ocupando suas calçadas. (arquivo do autor).....	100
Imagem 17 –	Feirantes ocupam as calçadas, dividindo o espaço de venda com os próprios galpões. (arquivo do autor).....	100
Imagem 18 –	Publicidade reforçando o discurso de que o Centro voltará a pertencer à população	105
Imagem 19 –	Publicidade referente à concessão de boxes públicos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.....	106
Imagem 20 –	Publicidade referente à requalificação da Rua José Avelino	108
Imagem 21 –	Publicidade referente à requalificação da Rua José Avelino	109
Imagem 22 –	Publicidade enfatizando a proposta de requalificação da área, considerada Patrimônio Histórico. Nas gravuras em vermelho aparece o bonde.....	113
Imagem 23 –	Panfleto contendo informações históricas que justificavam a intervenção de requalificação	113
Imagem 24 –	Panfleto expositivo a justificar a requalificação da Av. Alberto Nepomuceno, intervenção esta também integrada a Rua José Avelino.....	113
Imagem 25 –	Feirantes de confecção e moda ocupando as frentes das lojas de atacado na Avenida Alberto Nepomuceno, nas proximidades da Igreja Catedral	140
Imagem 26 –	Ocupação de feirantes na Rua José Avelino, após requalificação da via	191
Imagem 27 –	Exposição de manequins na via pública José Avelino, após requalificação ..	192
Imagem 28 –	Feirantes ocupando a Rua José Avelino, após a requalificação da via	192
Imagem 29 –	Rua José Avelino após a requalificação. Visualiza-se a recuperação do calçamento “patrimônio”, com as marcações do antigo trilho	200
Imagem 30 –	Marcas de desgaste no patrimônio histórico após a requalificação.....	200
Imagem 31 –	Presença da fiscalização situada na esquina (cruzamento da Av. Alberto Nepomuceno com a Rua José Avelino)	216

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Feira como desordem e irregularidade: a política pública de requalificação urbana	14
1.2	A dinâmica expositiva na estruturação da tese	16
2	PERCURSOS METODOLÓGICOS DE INVESTIGAÇÃO	20
2.1	Problematizando o campo: o comércio de rua e a informalidade na Feira José Avelino	20
2.2	Produção de Narrativas e Significados nos Processos de Pesquisa	26
3	A FEIRA E A CIDADE	30
3.1	Sobre o surgimento da Feira da José Avelino	30
3.2	Demarcações da informalidade no espaço urbano: as táticas do comércio de rua frente às estratégias do poder público	36
3.3	As feiras como espaço de trabalho precário	57
3.4	As Feiras de Confeção e a Feira da José Avelino nos Circuitos Econômicos do Mercado Nacional	65
4	A INFORMALIDADE NO ESPAÇO URBANO: A VELHA QUESTÃO DA REQUALIFICAÇÃO	74
4.1	O policentrismo na cidade de Fortaleza e as mudanças impulsionadas no centro tradicional: a ocupação da área pela informalidade	74
4.2	A requalificação urbana: a idéia de degradação do centro?	76
4.3	A Prática do Comércio de Rua na História da Cidade de Fortaleza	80
4.4	A remoção do comércio de rua da José Avelino como proposta de ordenamento espacial: interesses em disputa na economia urbana	88
4.5	Requalificação da José Avelino e a Lógica da Cidade Mercadoria	102
5	CIDADE E TRABALHO: a informalidade na lógica do capital	131
5.1	“Capitalismo e Cidade”: implicações da reestruturação produtiva no espaço urbano	131
5.2	O conceito de “informal” na contemporaneidade enquanto dilema teórico	154
5.2	Perspectivas de trabalhadores diante das mudanças espaciais na feira: a formalização do informal e suas conseqüências	184

6	INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA RELAÇÃO INSEPARÁVEL NOS TEMPOS CONTEMPORÂNEOS.	207
6.1	A precarização do trabalho e sua relação com a informalidade.	207
6.3	A precarização laboral e a condição de gênero: o desgaste de uma rotina entre a casa e a rua.	225
7	TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E DE VIDA NOS CIRCUITOS DA INFORMALIDADE NA FEIRA DA JOSÉ AVELINO	229
7.1	Bonança em meio a precariedades: A divisão social do trabalho informal e hierarquização na Feira José Avelino	229
7.2	A informalidade como “escolha” entre os feirantes da José Avelino: uma opção circunscrita às impossibilidades estruturais	239
7.4	A nova informalidade e o ethos do empreendedor: possibilidades de ascensão social e melhoria de vida a partir do comércio de rua	260
7.5	Flexibilidade de horário: Intensidade do trabalho, insegurança e instabilidade no comércio de rua	273
7.6	O negócio por conta própria: entre a instabilidade do mercado e a instabilidade da vida.	281
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	299
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	306

1 INTRODUÇÃO

Esta tese consubstancia reflexões e análises por mim desenvolvidas entre os anos de 2015 a 2019, tendo como foco principal a questão do trabalho informal na Feira de Confecções da José Avelino, no Centro de Fortaleza, discutindo processos de precarização, a perpassarem as atividades laborais dos feirantes. Contextualizo esta Feira no espaço urbano, levando em consideração a dinâmica que este mercado imprime no Centro de Fortaleza, a integrar parte de um circuito econômico e, ao mesmo tempo, articulando diferentes sujeitos sociais. Apresento, neste texto expositivo da tese, resultados de uma pesquisa, com um extenso trabalho de campo, em que se explicitam diálogos, imagens, trajetos e impressões diversas sobre um complexo mercado popular informal, gestado nas malhas da urbe e que muito expressa transformações, a ocorrerem na cidade em tempos de mundialização do capital.

O texto está dividido em oito seções, onde analiso a problemática do trabalho informal na cidade e sua complexidade teórica, no que se refere ao labor humano como relação social, a se desenvolver no espaço urbano, configurando, ao mesmo tempo, a dinâmica da Feira em suas várias tramas no mundo do trabalho. A Feira como evento sócio-espacial específico, mostra-se aqui locus privilegiado para o fenômeno da informalidade, a desencadear processos de precarização.

Discute-se aqui através da Feira da José Avelino, como a cidade de Fortaleza vem se modificando em suas lógicas oficiais e não-oficiais, e como as práticas e representações de seus trabalhadores modificam, e ao mesmo tempo, são modificadas pela economia urbana local e global. Cidade e Trabalho aparecem então como duas grandes temáticas que se interpenetram de forma indivisível.

Esta tese foi desenvolvida a partir de um estudo de campo, realizado na Feira da José Avelino. Esta feira, brotada na informalidade, tornou-se a maior feira livre de confecção e moda popular do Estado do Ceará. Assim é vista não só como grande pólo econômico a movimentar os circuitos da economia urbana em todos os seus segmentos como também é encarada, pelo poder oficial, como espaço de irregularidade urbana, tendo em vista suas trocas comerciais, desenvolverem-se no espaço público. Ao mesmo tempo, esta feira é composta tanto pelo comércio realizado na rua, como também pelo comércio desenvolvido em espaços privados, como *shoppings*, galerias e galpões.

1.1 Feira como desordem e irregularidade: a política pública de requalificação urbana

Nesse sentido, a feira envolve um emaranhado de negócios com diferentes capacidades produtivas, indo desde o pequeno produtor ambulante que revende suas mercadorias no espaço da rua, até os maiores produtores, com capacidade para estruturação de várias lojas e pontos de *box* nos galpões da feira. Nesta exposição, faço uma análise sobre a condição híbrida e heterogênea da feira, a envolver tanto os negócios comerciais considerados formais (com regularização e reconhecimento fiscal), até os micronegócios informais (sem regularização e reconhecimento fiscal). Aqui explico como estas distintas categorias se mesclam no cotidiano, beneficiando-se mutuamente. A partir desta análise, empreendo reflexões teóricas sobre uma nova conceitualização de informalidade, gestada a partir destas várias modificações, a provocar um borramento de fronteiras entre as antigas concepções duais de “formal” e “informal”.

A Feira, em sua configuração diversa, revela-se um pólo em processos de mutação, tendo em vista ter se tornado para o poder público, um espaço de “desordem” e “irregularidade urbana”. Para regularizar e “ordenar” este espaço “caótico” da cidade, o poder público vem desenvolvendo algumas políticas públicas, visando a “requalificação urbana” e para tanto, desencadeando processos de remoção de trabalhadores que ocupam o espaço público. Contextualizo estas políticas interventivas num contexto macro, e que visam reproduzir formas de controle nem sempre condizentes com as necessidades e realidades vivenciadas pelos indivíduos em seu cotidiano na cidade.

Ao longo dos diferentes segmentos da tese, analiso como a política específica de requalificação da Rua José Avelino, visando remover os trabalhadores feirantes que ocupavam o espaço público, ao mesmo tempo, promoveu uma privatização da cidade, tendo em vista transformar o espaço urbano em mercadoria atrativa para investimentos econômicos, consubstanciados na atividade turística, realizando, também, uma valorização paisagística. Este projeto de modificação urbana esteve também vinculado ao discurso de lançamento do empreendimento privado Centro Fashion, transformado num grande Centro Comercial de confecção e moda, lançado principalmente com o intuito de servir como opção mercadológica para os feirantes e ambulantes que ocupavam o espaço da Rua José Avelino e seu entorno.

A construção do Centro Fashion provocou grandes alterações na lógica do comércio de rua da feira, representando uma tendência já consolidada nacionalmente e voltada exclusivamente para políticas de remoção de feirantes e camelôs nos grandes centros.

Esta tendência pode ser melhor visualizada na construção dos camelódromos urbanos. No entanto, o Centro Fashion, mostrou-se para além da alternativa camelódromo, concretizando-se como um Mega Centro Comercial, a agregar não só pequenos trabalhadores urbanos, mas também grandes produtores de confecção. Nesse caso, o empreendimento transformou muitos destes trabalhadores em pequenos empreendedores, levando-os a um processo de formalização do informal. Esta é uma tendência contemporânea, a envolver milhares de trabalhadores que, atualmente, se encontram no mercado de trabalho informal, trabalhando como autônomos nas feiras, mercados e demais espaços públicos, como estratégia de sobrevivência. Ao mesmo tempo, muitos destes pequenos produtores conseguem estruturar e melhorar suas condições financeiras, mediante atividade comercial e, logo passam a optar por este tipo de atividade, diferente do trabalho “formal” convencional, constituído com base no modelo de “assalariamento fabril¹”.

Devido a mudanças econômicas macroestruturais, estes trabalhadores vivenciam em seu cotidiano, grandes mudanças em seus trajetos, sonhos e planos profissionais. Analiso como a informalidade tem se tornado reflexo de um processo de precarização do trabalho que tende a fragilizar e a deteriorar as condições laborais e de vida dos indivíduos, retirando-lhes direitos e garantias conquistadas historicamente. No que se refere ao trabalhador informal que utiliza o espaço urbano como “espaço de ganha-pão”, esta precarização estrutural do trabalho, adquire facetas diferenciadas, pois ela se fará presente não só na ausência de um Estado garantidor de direitos fundamentais, como o trabalho, mas também na perseguição e punição destes sujeitos trabalhadores, encarados como “irregulares”.

Através de falas de feirantes, exponho aqui como estes indivíduos sobrevivem no mundo do trabalho informal e quais as suas percepções sobre o trabalho no presente vivido. Circunscrevo estas falas, considerando a condição de instabilidade, risco e insegurança em que estão imersos, tanto na condição de “irregularidade urbana”, como também em termos de inserção no mundo do trabalho, cada vez mais marcado pela precarização e fragilização dos vínculos. Muitos destes trabalhadores, imersos num presente de sobrevivência, revelam a incerteza quanto ao futuro.

Muitos concebem seu trabalho a partir da idéia de “montar o próprio negócio”, incorporando o discurso e a lógica do empreendedorismo em seus planos pessoais. Em concomitância vivenciam os dramas de uma realidade material urgente, oscilante e

¹ Referente ao assalariamento constituído no modelo produtivo fordista, incorporado nas sociedades europeias que constituíram também um modelo de Estado de Bem-estar Social, onde eram asseguradas garantias e direitos sociais aos trabalhadores.

extremamente instável. Esta instabilidade está também presente na ausência de um lugar urbano fixo, em que estes trabalhadores possam assumir uma condição de “estabilidade”. Muitos já nasceram na informalidade e dela, mesmo que pretendam sair, a tendência é a permanência neste lugar de “incertezas”, a vivenciarem uma sobrevivência ambulante no espaço urbano.

1.2A dinâmica expositiva na estruturação da tese

Este texto de tese está estruturado em oito seções, incluindo *Introdução*, *Percursos Metodológicos de Investigação* e *Considerações Finais*, apresentando cinco seções que representam grandes eixos temáticos: Feira e Cidade; Informalidade no Espaço Urbano e Política de Requalificação; Cidade e Trabalho; Precarização do Trabalho e Informalidade; Trajetória de Trabalho e Vida. Assim, as seções 1 e 2 tratam, respectivamente, da introdução e das questões metodológicas. Especificamente, na seção 2, circunscrevo a problematização desta tese, situando a Feira da José Avelino neste contexto de mudanças e transformações vividas na Cidade de Fortaleza e no mundo. Ao mesmo tempo, também descrevo a metodologia utilizada neste estudo, valendo-se de uma multiplicidade de recursos que contribuíram na construção das narrativas e significados, como também no caminhar das reflexões e análises que envolvem as tessituras da teoria e da realidade empírica.

A seção 3, intitulada “*A Feira e a Cidade*”, começa com um resgate histórico sobre a Feira da José Avelino, apresentando seus diferentes tempos e como se dá a inserção deste evento urbano no cenário social e econômico da Cidade de Fortaleza. Em seguida, empreendo uma discussão, de caráter mais geral, sobre a informalidade no espaço urbano, as feiras como espaço de trabalho precário e, especificamente, as feiras de confecções nos circuitos econômicos. Assim, descrevo as diversas práticas dos trabalhadores informais, desenvolvidas no espaço urbano, em confronto com as propostas de controle e gestão do poder público. A Feira aparece, então, como lugar de trabalho precário, envolvendo indivíduos em situações de vulnerabilidade e degradação laboral, nos circuitos de mudanças econômicas. Por fim, volto a focar especificamente a Feira José Avelino, no contexto de relações e conexões estabelecidas com outros mercados e feiras locais, regionais e nacionais.

Na seção 4, intitulada “*Informalidade no espaço urbano: a velha questão da requalificação*”, analiso particularmente a informalidade, apontada como fenômeno circunscrito no espaço urbano. Exponho e analiso determinadas políticas públicas, como é o

caso da requalificação que atinge diretamente os trabalhadores informais que ocupam o espaço público. Tais políticas desenvolvem-se em um contexto marcado pelo que alguns autores denominam “policentrismo”, fenômeno urbano a modificar antigos “centros tradicionais”, que passam a ser freqüentados e utilizados por segmentos populares de baixa renda e que também continuam agregando atividades econômicas comerciais, também descentralizadas para outras áreas da cidade. No caso específico da Cidade de Fortaleza, o antigo Centro, com a saturação das atividades comerciais e com a sua ocupação territorial por segmentos da população pobre, as elites, que então o habitavam, haviam efetivado processos de deslocamento para outras áreas residenciais, ressignificada como “áreas nobres”. A partir daí, o antigo Centro econômico e residencial passa a servir como área comercial diversa, sendo ocupada por distintas camadas sociais, principalmente pela população de baixa renda que então começa a se utilizar desta área, como espaço de trabalho. Com a saturação e com a ocupação desordenada do Centro, os agentes públicos começaram a desenvolver políticas de controle e “ordenamento” do espaço, visando sua “assepsia” e “descongestionamento”. Nesse sentido, as atividades de trabalho informal, desenvolvidas nesta área, especialmente por camelôs e ambulantes que então já ocupavam, de forma intensiva, o Centro, passou a ser motivo de preocupação e incômodo para os gestores públicos e para alguns comerciantes, que passaram a ver nesta atividade, uma “concorência desleal” pela evasão fiscal. Ao mesmo tempo, o comércio de rua também passou a ser encarado como atividade a “enfear” e a “poluir” o espaço urbano. Faço, portanto, uma descrição histórica de como o Centro tradicional de Fortaleza foi sendo ocupado pela informalidade do trabalho e como esta mesma ocupação foi sendo representada pelo poder público. Aponto também, os processos de remoção mais recentes que aconteceram na cidade e que envolveram trabalhadores informais, incluindo a remoção dos feirantes da Praça da Sé, a desencadear a constituição da Feira da José Avelino, objeto também de uma segunda remoção. De fato, mostro como este processo integrou parte de um projeto de requalificação da via pública, trazendo, como justificativa, a retomada da pavimentação e do calçamento da via, considerada patrimônio histórico e arquitetônico da Cidade. Nesta proposta, parte dos trabalhadores migrou para empreendimentos privados, mas outra parte significativa permaneceu na rua, demonstrando uma resistência tática com a ocupação itinerante do espaço pelo comércio ambulante. Assim sendo, analiso como estes movimentos informais foram e ainda são controlados pela gestão urbana, a buscar o “ordenamento” do espaço físico da Cidade, o “controle” e a “regularização” de sujeitos em condição de irregularidade. Faço uma descrição dos confrontos

urbanos, incluindo a atividade de fiscalização e a vigilância do espaço, realizadas pelo conhecido “rapa”.

Na seção 5, intitulada “*Cidade e Trabalho*”, discuto como a cidade vem incorporando transformações inerentes ao capitalismo, em sua nova fase de acumulação flexível. Exponho especificamente, aqui, um diálogo denso sobre a conceitualização de alguns termos como “setor informal”, “economia informal”, “informalidade”, “processos de informalidade” e “trabalho informal”, demonstrando como o conceito genérico de “informal”, em contraposição e em sintonia com o conceito de “formal”, foi sendo modificado com o passar dos anos. Para tanto, aponto as diferentes escolas acadêmicas, com suas distintas e particulares concepções teóricas que ajudaram a moldar este conceito, em permanente transformação. Assumo meu posicionamento analítico sobre o informal, levando em consideração sua interligação com o formal, concebendo estas duas categorias como um todo integrado. Destaco como a cidade cresce e se transforma a partir das dinâmicas estabelecidas pelo capital em seus intentos sócio-econômicos, estabelecendo uma relação direta entre o surgimento e a expansão do comércio de rua com as mudanças organizacionais da flexibilização do mundo do trabalho, a direcionar milhares de trabalhadores a um novo modelo de relações laborais na “informalidade”. Descrevo como os trabalhadores de rua se apropriam do espaço urbano, e, ao mesmo tempo estabelecem relações com setores econômicos ditos “formais”, criando entre eles, vinculações de organicidade e mutualismo que refazem sentidos, e subvertem antigas noções dicotômicas que separavam o “formal” do “informal”, como dois universos paralelos. Na construção analítica desta tese, estas noções se hibridizam, revelando um conceito marcado pela heterogeneidade de situações e de condições de vida e de trabalho. Insiro a informalidade aqui no processo macroestrutural da reestruturação produtiva, compreendendo suas várias facetas e particularidades no que se refere a uma multiplicidade de formas e vínculos laborais heterogêneos. Tal condição heterogênea é reflexo direto e, ao mesmo tempo, parte intrínseca de um processo estrutural que vem transformando o mundo do trabalho em sua contemporaneidade, mesclando o formal com o informal e constituindo diferentes trajetórias de vida no mundo do trabalho. A informalidade adquire expressão, tanto em sua velha configuração, denominada por alguns autores de “informalidade tradicional”, como a partir de outros conceitos mais recentes, como o de “informalização do trabalho” (fruto da flexibilização e do processo da terceirização) e de “nova informalidade” (reflexo da tendência ideológica empreendedorista e individualista a predominar no mundo do trabalho). Apresento, então, como as apropriações espaciais dos

trabalhadores da Feira dialogam com as políticas de intervenção espacial, principalmente levando em consideração o processo de remoção do comércio de rua da José Avelino, concretizado a partir da requalificação de sua área física. Neste processo, os trabalhadores modificaram suas lógicas de ocupação e apropriação espacial, transferindo-se em parte para alguns estabelecimentos privados, embora muitos ainda tenham permanecido na rua, ainda que de forma ambulante, a desencadearum processo de formalização do informal, mantido de forma limitada e contraditória.

Na seção 6, intitulada “*Informalidade e Precarização do Trabalho: uma relação inseparável nos tempos contemporâneos*”, analiso a informalidade e a precarização do trabalho, como duas faces de uma mesma moeda, a constituir uma relação orgânica. Nessa perspectiva, discuto o vínculo entre precariedade e instabilidade, gestando tensões subjetivas no comércio de rua. Adentro na análise da precarização e informalidade na Feira José Avelino, abordando duas questões específicas inerentes à precarização: a condição de gênero e a vulnerabilização da vida e da saúde dos trabalhadores.

Na seção 7, nomeada “*Trajetórias de trabalho e de vida nos circuitos da informalidade na Feira da José Avelino*”, analiso a complexa e contraditória divisão social do trabalho informal na Feira da José Avelino, abordando a questão da bonança em meio a precariedades. Empreendo uma reflexão sobre a informalidade como escolha pessoal dos trabalhadores, apontando também as resistências e dilemas a envolver tal escolha. Lanço aqui um olhar crítico sobre a ideologia do empreendedorismo, incorporada no *ethos* específico de trabalho dos feirantes e que se destaca em determinadas situações e contextos da Feira. Reforço nesta análise, a presença de algumas características clássicas da informalidade nos pequenos negócios familiares da Feira, a representar para os trabalhadores possibilidades de melhoria de vida e ascensão social.

Por fim, delinheiro a seção 8, Considerações Finais em que circunscrevo descobertas e enfatizo dilemas nesse contraditório campo da informalidade na Feira da José Avelino, a colocar impasses e questões nas novas e instáveis formas de inserção no mundo laboral na contemporaneidade.

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS DE INVESTIGAÇÃO

A construção da tese impõe exigências metodológicas fundantes, cabendo destacar dois elementos: a problematização na perspectiva da construção do objeto investigativo; o delineamento dos caminhos a serem percorridos no desvendamento deste objeto. De fato, é o grande esforço do pesquisador para fazer do concreto que o interpela, um “concreto pensado”, nos termos marxianos. Nesta perspectiva, ao apresentar os percursos metodológicos, aqui circunscrevo dois itens: a problematização do comércio de rua e da informalidade na Feira da José Avelino e a produção das narrativas e significados ao longo dos processos de pesquisa.

2.1 Problematizando o campo: o comércio de rua e a informalidade na Feira José Avelino

Enquanto parte da Cidade de Fortaleza adormece, a Feira da José Avelino desperta num explosivo pulsar, a bombear o coração do Centro da Cidade, numa agitada movimentação de pessoas, vindas de diversos estados do Brasil, a compor um cenário de intenso dinamismo e heterogeneidade na urbe. A Feira José Avelino ou a “Feira da Madrugada”, como também é conhecida, representa um espaço “ganha-pão” para milhares de ambulantes que nela vendem suas confecções. Além disso, a Feira da José Avelino é considerada também um espaço “polemizado” pelos noticiários e pela mídia local como “lugar problema” para a cidade, pois se intensifica sobre ela uma imagem e representação de espaço “desordenado” para a gestão urbana, que a tem como obstáculo e como lócus de apropriação indevida do espaço público.

Analiso aqui o processo de constituição espacial desta Feira, incluindo o modo como o poder público lida e percebe suas transformações, dentro do espaço urbano de Fortaleza. Insiro esta análise em um contexto histórico de mudanças que impulsionam milhares de trabalhadores a uma condição de vida precária, intensificando a condição de informalidade no mundo do trabalho, vivenciado aqui especificamente no espaço da Feira José Avelino. De fato, na “Feira da Madrugada”, confrontam-se e dialogam vários atores na cena urbana. Enfatizo algumas mudanças que vem ocorrendo nesta Feira, a partir da segunda metade da segunda década do século XXI, incluindo as transformações que se processaram no

mundo do Trabalho e que repercutiram diretamente nas políticas urbanas de requalificação voltadas para o espaço urbano.

Percebo tais mudanças em constante relação com os processos de informalidade que atualmente envolvem trabalhadores no comércio de rua, apontando suas trajetórias de vida, em meio às mutações no mundo do trabalho. Na condição de pesquisador, realizei uma etnografia no Complexo de Confecção e Moda da José Avelino, captando códigos, sentidos e significados, produzidos no cotidiano de vida e trabalho de seus múltiplos trabalhadores. Relaciono estas trajetórias de vida com as mudanças ocorridas nas Políticas Públicas, voltadas para o ordenamento urbano e para a inserção destes sujeitos nos processos de formalização do informal. Para tanto, desenvolvo nesta tese uma análise teórica sobre alguns conceitos-chaves, dentre os quais o de formal, informal e precarização do mundo do trabalho, incluindo outras diversas categorias que perpassam esta discussão, como processos de informalidade, nova informalidade, economia informal, setor informal e trabalho informal, precariedade e precarização social. Reforço nesta tese, a condição de que atualmente se consolida, cada vez mais, no mundo do trabalho, uma condição marcada pelo risco, instabilidade e pela insegurança. Tal condição é vivenciada pelo crescente contingente de trabalhadores informais, como consequência da acumulação flexível, a partir do processo de reestruturação produtiva em curso no mundo do trabalho, que acaba intensificando o fenômeno da informalidade, em suas diversas variantes. Exponho como algumas políticas urbanas específicas, voltadas para o ordenamento espacial, dentre elas as de remoções de trabalhadores informais, acabam reforçando e contribuindo para este estado de ser e estar no trabalho. Nestes processos precarizam-se vidas, estimulando, ao mesmo tempo, uma lógica de individualização do trabalho, marcada pelo discurso da empregabilidade e do empreendedorismo, como políticas oficiais direcionadas para a inserção de trabalhadores no mundo produtivo. Para desbravar este contexto híbrido e heterogêneo da Feira da José Avelino, precisei lançar mão de determinados instrumentais técnicos de pesquisa destacando a observação participante, conversas informais, realização de entrevistas semi-estruturadas, pesquisa documental e hemeroteca.

Adentrar no complexo mundo da José Avelino exigiu-me criatividade metodológica, dada à natureza mutante e extremamente dinâmica do próprio campo. Nesse sentido, a cidade, que às vezes parece bastante familiar, acaba exigindo do pesquisador, maior capacidade de “estranhamento”. As idas iniciais a campo me possibilitaram perceber o caráter expansivo e “teimoso” que a feira adquiria. Suas expansões e esticamentos revelavam

distintas lógicas de “apropriação do espaço público” pelos trabalhadores informais. Ao iniciar os primeiros diálogos com estes sujeitos, percebi em suas falas, a existência de uma tensão e, ao mesmo tempo, uma constante indefinição quanto à situação “irregular” em que se mantinham no comércio de rua, estimuladas, principalmente, pelas constantes ameaças de remoção no espaço urbano.

Apareceram de forma evidente nestes discursos, as falas e representações relativas às condições de trabalho dos feirantes, sempre marcadas pela instabilidade e pelo risco acentuado de ter que diariamente lidar com situações hostis e precárias vindas do poder público. Para captar e apreender os fatores objetivos e subjetivos da precarização no exercício laboral do trabalhador informal da Feira José Avelino, realizei uma descrição densa e detalhada do movimento cotidiano destes feirantes em distintos momentos e espaços. Para tanto, optei pela prática da observação participante, como forma de perceber este cotidiano para além do instituído, atentando para as diversas formas com as quais os feirantes apropriam-se do espaço e até que ponto suas práticas esbarram nas determinações do poder público. Assim pude apreender, simultaneamente, como estas relações conflituosas intensificam ainda mais a condição de instabilidade laboral do feirante, a marcar um tipo específico de precarização do trabalho.

Para contextualizar melhor esta realidade empírica, realizei também uma pesquisa bibliográfica sobre alguns aspectos específicos do contexto da Cidade de Fortaleza, no que se refere às suas feiras e ao comércio informal local (incluindo relatórios estatísticos), bem como também produções acadêmicas diversas (artigos, dissertações, teses) sobre o mundo do trabalho, em seus aspectos referentes aos conceitos de acumulação flexível, reestruturação produtiva, informalidade, formalidade e precarização do trabalho. Para tanto, utilizei aqui, desde os estudos mais clássicos sobre o assunto (desenvolvidos a partir da década de 1970 do século XX), como também as produções mais recentes e que têm apontado as metamorfoses e as transformações ocorridas no universo do labor nas duas últimas décadas do século XXI.

Durante os anos de 2015 aos primeiros meses de 2019, inseri-me nos fios e malhas que compõe o complexo de informalidade da Feira da José Avelino percorrendo seu cotidiano em meio às vivências, práticas e relatos orais de seus trabalhadores, com os quais pude estabelecer uma zona de confiança propícia à produção de conceitos e a revelação de categorias nativas. Nesta imersão, percorri suas ruas, e fronteiras híbridas, acompanhando seus trabalhadores informais em trajetórias fugidias, em circuitos dinâmicos de não fixidez, sempre acompanhando também o ritmo intenso de clientes a subir e a descer a Av. Alberto

Nepomuceno à procura de artigos de confecção. Nessa dinâmica, acompanhei as atividades de labuta dos feirantes, atentando para suas práticas de apropriação do espaço, para suas trajetórias pessoais e narrativas sobre suas condições de trabalho no espaço urbano.

Para captar este caleidoscópio e diversidade de situações, fiz uso de registros em diário de campo, valendo-me também do suporte da máquina fotográfica para registro de alguns momentos emblemáticos, a envolver a realidade urbana em questão. As várias anotações e registros destes diários foram aqui inseridos e dialogam constantemente com as teorias e falas dos vários sujeitos que compõe a Feira da José Avelino.

Minha inserção física neste complexo comercial e de vida deu-se espacialmente em algumas ruas específicas do Centro, a configurar o conceito fluido e mutante da própria Feira em questão, pois é importante ressaltar que as práticas comerciais de seus trabalhadores ambulantes se disseminam espacialmente por algumas vias específicas do Centro, dentre as quais a Travessa Icó; Rua Governador Sampaio; Av. Alberto Nepomuceno; Ruas Baturité, Sobral, Conde D'Eu e Rufino de Alencar. Nestas ruas específicas se dissemina uma complexidade de dinâmicas e lógicas próprias que formatam o comércio de rua da Feira da José Avelino.

Devido ao processo de requalificação realizado nestas ruas em maio de 2017, havendo a remoção e a transferência de alguns trabalhadores para o empreendimento privado Centro Fashion, ampliei espacialmente meu objeto de pesquisa, entrevistando também alguns feirantes que foram transferidos para este novo estabelecimento, mas que voltaram para a Rua José Avelino.

No início do semestre de 2017, já se acenavam mudanças estruturais na ocupação espacial da Feira. Nesta época, muitos trabalhadores já haviam adquirido *boxes* no Centro Fashion - inaugurado no dia 26 de abril daquele mesmo ano - e juntamente com a extinção de parte da Feira (segmento da Rua José Avelino compreendido entre a Av. Alberto Nepomuceno e a Rua Boris) - concretizada no dia 14 de maio, ocorria assim a interdição da rua para o início da reforma no calçamento, considerado patrimônio histórico.

A partir daí, modificava-se a configuração espacial da Feira, mesmo que o comércio tenha permanecido nas calçadas e nos galpões da José Avelino. É importante ressaltar que, além desta interdição, também houve a demolição do “Feirão do Viaduto” para dar lugar à construção de um Ecoponto.

Conforme o antropólogo José Carlos Magnani (2003), na experiência etnográfica, o pesquisador deve buscar “entrar e mergulhar” numa nova situação, deixando-se impregnar

pelos estímulos, e pelos significados que fazem parte do contexto (Idem: 88). Desta forma, inseri-me nas atividades da feira em constante processo de mudança, revelando-a simultaneamente como espaço fixo e móvel (híbrido) demarcando categorias para além das dualidades estabelecidas entre os conceitos de regular e irregular; e formal e informal. Narro então algumas cenas urbanas desenvolvidas no comércio de rua da José Avelino, desenhando percursos de atores nas fronteiras porosas entre o regular e o irregular, e entre o formal e o informal.

Antes da requalificação da Rua José Avelino, a feira ocorria oficialmente das dezenove horas das quartas-feiras às sete horas das quintas-feiras, e das dezenove horas dos sábados às onze horas dos domingos, mas alguns feirantes tendiam a “esticar” e a “estender” seus horários para além do delimitado, desobedecendo às regras de temporalidade e espacialidade estipuladas pela prefeitura municipal, o que acabava desencadeando uma série de conflitos com os agentes do poder público. No entanto, embora os horários tenham sido modificados com a saída das barracas da rua, esta situação de confronto com o poder público permaneceu, pois os trabalhadores continuaram ocupando a via pública de forma itinerante.

Embora oficialmente a feira ocorresse espacialmente apenas nas Ruas José Avelino, Travessa Icó, Feirão do Viaduto e Governador Sampaio, não oficialmente se estendia pela Avenida Alberto Nepomuceno, Rua Sobral, Rufino de Alencar e entorno da Igreja da Sé, mantendo-se ainda hoje, porém sem as barracas que antes a formatavam. Neste contexto de inconstância e mudanças, pude acompanhar a rotina de seus trabalhadores informais presenciando momentos, eventos e situações típicas, bem como também identificando formas de apropriação e negociação por espaços, acompanhando-os em suas andanças de acordo com a movimentação de clientes e as oportunidades de venda surgidas durante o trabalho.

Tendo em vista os “escapismos”, “trajetórias fugidias” e “astúcias” que compunham este cenário de apropriação do espaço público, busquei vivenciar o cotidiano local em seus aspectos de fugacidade, efemeridade, passagem e rapidez, captando não só práticas e discursos dos feirantes, mas também registrando algumas destas mudanças históricas através de pesquisa hemeroteca realizada nos principais jornais escritos da Cidade, onde destaquei algumas notícias e matérias específicas sobre a Feira da José Avelino. É importante destacar que estes órgãos midiáticos são responsáveis pela produção de imagens e representações sobre a Feira, e, portanto, abordam em suas matérias, aspectos relativos à sua constituição e a “ocupação irregular” do Centro da Cidade.

Realizei este levantamento nos jornais O Povo e Diário do Nordeste, elencando momentos e situações que envolveram a intervenção do poder público nos processos de ocupação do espaço por seus usuários, e as tentativas de remanejar os feirantes para outras áreas, o que vem se dando desde início dos anos 2000 – período inaugural da feira. No sentido de completar estas informações, também entrevistei alguns antigos moradores da região que deram valiosos depoimentos sobre o início da Feira, e sobre suas condições.

Realizei também levantamento em alguns arquivos de legislações que regulamentam o comércio de rua (incluindo ambulantes e feirantes) na cidade de Fortaleza, incluindo o Decreto nº 9300 de 17 de janeiro de 1994, que compõe parte do Código de Obras e Posturas do Município, e que destaca importantes pontos referentes às infrações, penalidades, multas, embargo, interdição, cassação de licença, apreensão e perda de bens e mercadorias relativas a este tipo de comércio.

Neste levantamento documental destaco também alguns outros documentos, relativos às proposições que regem a ocupação do espaço, informando leis de tombamento e Termos de Ajuste de Conduta (TAC) emitidos e lançados por órgãos de controle como o Ministério Público. Tais informações também foram encontradas em algumas instituições como SERCEFOP (Secretaria Executiva Regional do Centro), em arquivos digitais disponibilizados *on-line* pelo IPLANFOR (Instituto de Planejamento de Fortaleza), jornais locais e *sites* oficiais.

No intuito de captar e apreender os sentidos e os significados nutridos pelos trabalhadores em seus cotidianos de vida, realizei entrevistas semi-estruturadas que apontaram aspectos relevantes e fundamentais para a compreensão dos processos de informalidade e de precarização laboral em que estão inseridos. Estes roteiros foram desenvolvidos utilizando-se algumas grandes temáticas e alguns tópicos de ordem mais genérica, bem como também outros tópicos de ordem mais específica e que eram lançadas para os entrevistados, deixando-lhes livres para a produção de seus discursos.

Os tópicos lançados pelo roteiro semi-estruturado foram os seguintes: trajetórias de vida e experiências de trabalho; tipo de trabalho exercido; organização do tempo de trabalho; ocupação espacial e relação com a fiscalização urbana; dificuldades encontradas no ambiente e no contexto de trabalho; formas de transporte utilizado para o deslocamento até o trabalho; percepções sobre as remoções que ocorreram na feira.

Realizei um total de trinta entrevistas qualitativas, desenvolvidas através do uso de um roteiro semi-estruturado, contendo algumas temáticas e tópicos específicos,

apresentados aos trabalhadores, abrangendo os seguintes aspectos (perfil do entrevistado - idade, profissão, ocupações, escolaridade; cotidiano de trabalho (organização da rotina, incluindo atividades domésticas e laborais); trajetos e percursos espaciais (realizados do domicílio a feira e na própria atividade ambulante); histórico dos vínculos laborais e percurso profissional (incluindo as primeiras experiências de trabalho e suas demais formas de inserção no mercado de trabalho); motivações para a inserção na informalidade; relações de trabalho mantidas com amigos e familiares; histórico da atividade informal (o desenvolvimento do próprio negócio; como iniciou esta atividade produtiva); dificuldades encontradas na gestão do negócio; dificuldades enfrentadas no cotidiano de trabalho (relação com a fiscalização e com o rapa); dificuldades ergonômicas encontradas no espaço físico e a acomodação do trabalhador no ambiente de trabalho; percepção sobre a atividade informal (níveis de satisfação e envolvimento com a atividade); e perspectivas de futuro quanto à atividade.

Tais entrevistas foram agendadas previamente e realizadas no próprio ambiente de trabalho, no caso na própria feira, e em alguns outros lugares nas imediações da José Avelino, escolhidos pelos próprios entrevistados, permitindo uma maior liberdade e privacidade no desenvolvimento do diálogo. Os trabalhadores preferiram o ambiente de trabalho devido à escassez de tempo livre para além do exercício laboral.

As entrevistas foram captadas e registradas mediante uso de gravador portátil e utilizados apenas diante do consentimento livre e esclarecido dos narradores, que consensuaram de boa vontade e permitiram o seu uso, ao mesmo tempo em que lhes foram esclarecidos alguns aspectos referentes à preservação de suas identidades e a manutenção do anonimato. Para tanto, todos os nomes dos feirantes apresentados nesta tese são fictícios.

Após realização destas entrevistas, elas foram transcritas na íntegra, e posteriormente analisadas e categorizadas. Reconheço aqui, como mesmo destaca Dal Rosso (2008) que há uma dificuldade na construção de instrumentos adequados à apreensão das mudanças no mundo do trabalho dada a heterogeneidade e a mutabilidade das situações que o envolvem, e mesmo que se consiga definir bons instrumentais, tal produção empírica será sempre um retrato parcial da realidade.

2.2. Produção de Narrativas e Significados nos Processos de Pesquisa

Para captar os aspectos relativos à informalidade é importante considerar sua totalidade como fenômeno no plano objetivo concreto (estabelecendo relações com o mundo

formal), como também no plano subjetivo e nas representações dos indivíduos, revelando assim duas grandes dimensões que se complementam e formatam um todo indivisível. Nesse sentido, compreendo que a exploração dos significados atribuídos a informalidade pelos trabalhadores pode ser uma via de acesso aos conteúdos simbólicos e culturais produzidos pelo e no capitalismo. Para Bendassoli e Lima (2015):

“Isso tem como pressuposto que os significados, como produções/narrativas coletivas, relativamente estabilizadas e disseminadas, não são isentos de poder, ocupando uma função no ordenamento sócio-cultural.” (Idem, p.389)

Dessa forma, a análise dos significados visa captar os dispositivos de poder e os usos dos discursos/narrativas produzidos sobre a informalidade, tendo em vista que certos propósitos nem sempre são explicitados pelos atores envolvidos no fenômeno (Idem, p.389). Refiro-me, aqui, ao lugar de classe e de poder onde estes discursos são produzidos. Portanto, delimito estes lugares e demarco as diferentes posições dos sujeitos, levando em consideração um contexto macroestrutural de mudanças.

É importante registrar que os significados produzidos sobre a informalidade, no contexto da Feira da José Avelino, podem suscitar aspectos depreciativos (contrário e “negativo do emprego formal”), impulsionando as pessoas a nutrir um desejo de querer sair desta condição, por perceberem-na como provisória, sentindo-se, portanto, diminuídas e socialmente inferiorizadas, como também podem suscitar experiências positivas de melhoria na qualidade de vida e na condição do trabalho (Idem, p.389).

Dessa forma, o trabalho informal pode colocar desafios ou obstáculos a processos lineares de construção de sentidos e significados, processos esses muitas vezes referendados pela macro-narrativa do emprego formal (Idem, p.389). Refiro-me que apesar do contexto macro-estrutural, os sujeitos também constroem socialmente seus universos de intersubjetividade, e nesse sentido também constroem a realidade do mundo do trabalho.

É importante deixar claro que os discursos captados nas entrevistas dos trabalhadores revelam escolhas intersubjetivas próprias para além dos contextos macroestruturais, levando-se em consideração as escolhas pessoais, e as concepções particulares destes indivíduos sobre o universo em análise. Na informalidade, os indivíduos apreendem ou produzem significados a partir de dimensões relacionadas ao emprego formal, tendo este como modelo e referência, assumindo aqui a formalidade como o modelo mais legítimo. No entanto, o foco exclusivo nos significados, desconectados dos sentidos atribuídos pelos sujeitos, traz o risco de não se reconhecer a heterogeneidade nos modos de trabalhar e

produzir significações sobre a informalidade que perpassam a estrutura macro da realidade (Idem, p.389, 390).

Daí a necessidade de se aprofundar qualitativamente aspectos de uma nova informalidade, marcada pela heterogeneidade de atividades e situações pessoais, nem por isso, desprendidas da macroestrutura, pois também associada a ela. Mas, é importante considerar, também, que a ênfase exclusiva e absoluta sobre o discurso individual (foco prioritário nos sentidos) pode nos levar a outra dificuldade, ou seja, ao considerarmos a informalidade como algo natural, reforçando assim certos discursos que tendem a valorizá-la, mascarando os processos históricos que estão e estiveram na base de sua existência. É o caso, por exemplo, das análises que acabam levando em conta apenas os aspectos subjetivos relacionados às vivências das pessoas nesse universo do trabalho (Idem, p.390).

Balizo minha análise, compreendendo os discursos da informalidade em sua complexidade de sentidos e significados, apreendendo seus aspectos tanto em nível de uma lógica sócio-histórica, como em nível cotidiano e intersubjetivo, fundado sobre representações individuais dos sujeitos envolvidos.

Apresento nesta tese, várias situações de precarização do trabalho informal a partir de vivências e relatos orais de trabalhadores da feira de confecção popular da José Avelino. Além do aspecto macroestrutural moldado pelos novos modos de acumulação do capital que redefinem relações no âmbito das forças produtivas, revelo também aspectos do mundo subjetivo destes trabalhadores, os quais enfrentam as mais variadas situações em seus cotidianos de trabalho. Para Bendassoli e Lima (idem), atentar para os sentidos dos discursos sobre a informalidade é dar ênfase as estratégias individuais de enfrentamento, questões de sofrimento ligadas à atividade, trajetórias pessoais, entre outros aspectos da experiência subjetiva.

Nesse sentido, considero importante situar as políticas públicas voltadas para a informalidade e que constroem um discurso de poder com contornos e conotações políticas bem-definidas. Faço assim, uma análise crítica sobre estas políticas a lançar, da mesma forma que algumas outras visões analíticas, um conceito que ora tende a positivar, ora tende a negatizar a informalidade, a depender da situação. Faz-se necessário, portanto, inserir e contextualizar a informalidade como fruto de um processo sócio-histórico em andamento e em constante transformação, envolvendo seus agentes cotidianos, dentre os quais os trabalhadores informais, o Estado e empresas capitalistas, a estabelecerem constantes relações dialéticas.

Para Bendassoli e Lima (Idem), a explicitação do trabalho real na informalidade pode revelar as estratégias cotidianas do fazer, do se “virar”, da lida diária dos sujeitos com os desafios impostos pela atividade, mas também aspectos de uma organização social excludente, indiferente, levando à invisibilidade, estes mesmos trabalhadores informais (Idem, p.391). Nesse sentido, é relevante descobrir os significados socialmente produzidos e impostos à atividade dos outros, uma vez que estes significados podem estar a serviço de relações de dominação ou da emancipação dos trabalhadores (Idem, p.391).

Por isso, identificar o lugar de fala desses sujeitos é fundamental, assim como também uma leitura crítica sobre estes mesmos discursos que aqui são apresentados. Para tanto, captar o cotidiano dos trabalhadores da José Avelino foi fundamental.

3A FEIRA E A CIDADE

Nesta seção, analiso a inserção da Feira no contexto macro da cidade, compreendendo sua particularidade histórica num contexto de mudanças e transformações socioeconômicas. Nesse sentido, a Feira contemporânea adquire novas características, sendo influenciada pelas transformações do capitalismo, tornando-se também espaços de sobrevivência para múltiplos sujeitos.

3.1 Sobre o surgimento da Feira da José Avelino

Falar sobre o surgimento da Feira da José Avelino nos remete ao movimento de ocupação dos trabalhadores informais, exercido na Praça da Sé, durante a década de 1990, e que acabou resultando na consolidação do que ficou conhecida como “Feira da Sé”, “Feira da Madrugada” ou ainda como “Shopping Chão”. Nesta época, a Feira da Sé era apenas um pequeno aglomerado de artesãos cearenses que passaram a comercializar seus produtos nas proximidades do Mercado Central e em frente à Catedral Metropolitana de Fortaleza (SILVA 2013, p.106). Com o passar do tempo a feira foi atraindo outros trabalhadores, expandindo-se em grandes proporções, adentrando segmentos espaciais como as vias de circulação próximas (impedindo o fluxo da área), as calçadas da Catedral, do Mercado Central e do comércio atacadista localizado no entorno.

A ampliação espacial da feira acabou intensificando uma série de transtornos e conflitos, que passou a envolver o pároco local, os permissionários do Mercado Central, a prefeitura e os feirantes (Idem, p.106, 107). Tais conflitos vinham se intensificando desde o ano 2008, quando foi emitida uma expedição de ordem judicial determinando a remoção dos feirantes da Praça Pedro II (como é conhecida oficialmente a Praça da Sé), ocasionando uma série de tentativas da Prefeitura Municipal de Fortaleza de retirar os ambulantes do local. Após muitas discussões, a Prefeitura Municipal de Fortaleza apresentou algumas propostas mais concretas no intuito de resolver a situação, dentre elas, a transferência da feira para um terreno localizado no bairro José Walter.

Diante da proposta, a maioria dos feirantes alegou que as mudanças trariam prejuízos, tendo em vista que muitos dos clientes sacoleiros - vindos de outros municípios do Ceará e de outros estados – já estavam acostumados a se hospedar no Centro da cidade. Além

disso, ressaltavam a longa distância do bairro José Walter com relação ao Centro de Fortaleza, o que fragilizaria a movimentação comercial, gerando prejuízos aos feirantes (Idem, p.107).

Devido à inviabilidade da proposta, a prefeitura acabou indicando outro local para a transferência da feira, desta vez, para um equipamento localizado no Município de Maracanaú, denominado Feira Center. Para a prefeitura deste município, a feira fomentaria e fortaleceria o comércio e a economia local através da geração de emprego e renda (Idem: 107). O equipamento estava localizado próximo a estação do Metrofor, contando com acesso a linhas regulares de ônibus, às rodovias federais e estaduais, além de toda uma infraestrutura já existente no local, como estacionamento, banheiros, vestiários, correios, banco postal, caixas eletrônicos, restaurantes e lanchonetes, entre outros serviços.

Inicialmente, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Maracanaú recebeu aproximadamente três mil e quatrocentas inscrições de feirantes. Entretanto, após o prazo final para a realização da feira, vários feirantes acabaram não concordando com a transferência, fazendo com que parte destes trabalhadores se dirigissem para Maracanaú e outra parte para a Rua José Avelino, situada nas proximidades da Catedral e do Mercado Central (Idem, p.107).

Conforme Silva et al.(2010) na época da remoção, várias discussões ocorreram no intuito de resolver a situação de retirada dos ambulantes da Sé, pois, a maioria deles não aceitava esta saída. No entanto, a prefeitura não considerava o Centro, um local adequado para a localização da feira, que poderia ser deslocada para o bairro José Walter, mas que acabou sendo transferida para Maracanaú, mediante projeto elaborado pelo prefeito desta cidade. O equipamento, denominado Feira Center foi considerado uma solução para o impasse, e inaugurado em maio de 2009. No entanto, conforme a autora:

(...) parte dos ambulantes continuou no Centro, instalando-se nas proximidades da Catedral de Fortaleza, na Rua José Avelino, ocupando antigos galpões que existiam na rua. Os que haviam ido para o município de Maracanaú com pouco tempo voltaram. Fracassando dessa forma a proposta da prefeitura de retirada dos ambulantes do centro da cidade. (SILVA et al, 2010, p.4).

Apesar da tentativa de transferência, grande parte dos feirantes resolveu ocupar antigos galpões situados na Rua José Avelino, onde passaram a pagar uma taxa semanal para poder usufruir do espaço. Assim, não se distanciavam tanto de sua antiga clientela. Aos poucos, uma grande quantidade de comerciantes passou a ocupar também, além dos galpões,

o próprio espaço da rua, o que por sua vez acabou estimulando o aluguel de outros galpões e a ocupação de novas ruas².

Atualmente tais galpões são constituídos por um diversificado comércio de confecções. Alguns de seus boxes são administrados por pequenos e médios fabricantes de confecção, muitos dos quais não reconhecidos pelo fisco, mas também por outros negócios formalizados e registrados pelos órgãos oficiais. Um dos feirantes expôs como se deu o processo de ocupação destes galpões da José Avelino.

“Já trabalhei aqui nos períodos das bancas, mas dentro dos galpões. Nunca fiquei do lado de fora não. A gente alugava uma banca e pagava por mês ou por semana. A gente alugava uma bancazinha mais ou menos de um metro e meio, um metro, aí a gente ficava trabalhando. Nesse tempo eu ficava nos galpões. Ficava só em um galpão, até porque pra você alugar várias bancas num galpão desse aí, haja dinheiro. Aí é complicado. O aluguel, a gente pagava, na época, trinta reais por semana, aí depois aumentou pra cinquenta. Hoje, uns pedem sessenta, outros pedem sessenta e cinco, dependendo do galpão e do movimento. Eu trabalhava num galpão aqui que chamava o Galpão do Bigode, que agora é o Iracema. Eles fizeram uma reforma lá. Esse bigode, ficava ali na Praça da Sé (...) Isso aqui começou na Praça da Sé (**referindo-se a feira-grifo meu**). Nesse tempo eu não vinha não, quem vinha era a minha sogra. Aí ele marcava os cantinhos ali, e as pessoas vinham e botavam a sua roupinha ali. Aí os ônibus vinham só de madrugada, quando era de madrugada mesmo. O povo comprava as mercadorias e botava dentro do ônibus, e ia todo mundo embora pra casa e voltava na outra semana de novo. Isso aqui (**Rua José Avelino-grifo meu**), antes dessa área de confecção meu amigo, isso aqui era horrível pra se andar. Ninguém queria andar aqui. Isso aqui era um museu. Era cheio de galpões, cheio de lixo. Era uma bagunça total, porque era abandonado. Era umas pequenas usinas, funilarias. Era tudo abandonado! Aí esse cara teve a idéia de vir pra cá, e aí trouxe o pessoal. Aí alguns galpões foram tendo a mesma idéia e foram abrindo logo em seguida, e aqui se tornou uma rua movimentada. Mas isso aqui não era assim não. Era uma área isolada. O atrativo dessa rua começou basicamente por motivo dos vendedores de roupas, dos informais. O cara abria um galpão, aí o outro via e dizia: -Vixe deu certo! Aí o outro foi abrindo ali, e mais outro, e aí se desenvolveu. Hoje tem uma certa economia aqui. (Josimar)

Conforme relato destetradador ambulante, um homem apelidado na época por “bigode” resolveu organizar um galpão “abandonado” na José Avelino, alugando alguns boxes para os feirantes que haviam sido retirados da Praça da Sé, e que não quiseram se deslocar para o Feira Center, localizado na Cidade de Maracanaú, para onde a prefeitura de Fortaleza havia sugerido aos feirantes serem realocados.

Conforme o ambulante, no período em que os trabalhadores foram transferidos da Praça da Sé, a atual Rua José Avelino encontrava-se “abandonada”, “cheia de lixo”, um lugar “horrível pra se andar”, “um museu”, extremamente isolada e vazia, uma “bagunça total”. Nela, funcionavam apenas algumas usinas e funilarias, e após sua ocupação pelos feirantes,

² Ver SILVA, Eciane Soares; SANTOS, Marlon Cavalcante; SILVA, José Bozarchiello. Comércio Informal no centro de Fortaleza: Beco da Poeira e Feira da Sé. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos Realizado de 25 a 31 de julho de 2010, Porto Alegre, RS, 2010 (1-10). Ver também Ambulantes da Sé ocupam espaço de centro atacadista In: Jornal Diário do Nordeste. Caderno Cidade. Fortaleza-Ceará, 27/03/2015.

acabou se tornando uma rua atrativa como fonte de negócios, ficando mais movimentada e dinâmica a partir da chegada dos “vendedores de roupa” e dos “informais”.

Aos poucos, os demais galpões situados na via, e até então desativados, foram sendo sucessivamente ocupados, o que permitiu a dinamização de uma nova lógica imobiliária local, a transformara José Avelino em espaço referência para o turismo de compras na Cidade de Fortaleza. Para Josimar, a Feira da José Avelino, atualmente movimentada não só o comércio na rua e nos galpões, mas também nos demais estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas do Centro da Cidade, incluindo seus armazéns, lojas de embalagem, ferragens, pousadas e o próprio turismo de entretenimento voltado para o litoral (turismo de “sol e mar”).

Imagem 1 – Mapa de localização da Rua José Avelino



Fonte: Google Maps.

A partir do momento em que as vendas aumentaram e o potencial produtivo dos pequenos negócios foi se expandindo na feira, muitos destes negócios foram crescendo independentes dos estímulos e dos incentivos de políticas públicas voltadas para a formalização da informalidade. Um dos feirantes relata como se deu a ocupação desta rua pelos ambulantes (configurando um novo comércio de rua).

“Era o seguinte. Era por amizade! Se você chegasse aqui, já ia ter gente. Aí ninguém ia lhe ceder o canto pra botar sua barraca. Aqui era pelo palmo de espaço. Só que como eu era amigo de todo mundo, aí consegui pegar canto. Cheguei aqui, tinha canto sobrando pra mim. Porque eu era um dos que brigava com o rapa, aí todo mundo fazia era me chamar. Quando o rapa vinha pra tirar, aí a negada dizia: -Ei macho, vai lá! A minha banca aqui, cabia era dois carros. Quem é que ia pra cima?”

A gente é que cobrava. Nós que brigava com o rapa, nós levava canto. Aí nós alugava as pessoas, os pedaços. Quando a gente brigava com o rapa pra ficar. O rapa saía, nós marcava o canto. Os que era frouxo e não brigavam, queriam botar, aí a gente dizia: -não, a gente aluga.” (Régis)

Régis afirma que os vínculos de amizade nutridos com antigos feirantes desde a época em que trabalhava na Feira da Sé, facilitaram sua entrada na José Avelino, garantindo-lhe, inclusive, seu acesso as bancas. Na fala, o termo “amizade” aparece como elemento central para a aquisição de pontos neste comércio de rua, pois os espaços das bancas, inicialmente, eram demarcados por feirantes que conseguiam resistir à fiscalização e as intervenções do “rapa”, e que com o aumento por sua procura, passaram a alugá-las. Para Régis, a resistência e a persistência de alguns “feirantes corajosos” que insistiam em permanecer na rua, confrontando-se diretamente com o “rapa”, lhes asseguravam o controle e a gerência interna dos pontos, incluindo a compra, a venda, e o aluguel de bancas. A partir de várias conversas informais que mantive com muitos feirantes antigos da José Avelino, percebi em suas falas, diferentes versões e situações que envolveram a ocupação da rua em seu contexto inicial.

Muitos afirmam que a demarcação de pontos na localidade, para a armação de barracas, ocorria de forma “voluntária” por ordem de chegada dos trabalhadores. Aqueles que “iam chegando inicialmente, iam por sua vez demarcando aleatoriamente seus espaços”, e assim determinando fisicamente e simbolicamente os parâmetros espaciais das barracas. Muitos destes cantos eram “guardados” por alguns vigias/olheiros particulares, incubidos informalmente na época, em “guardar estes lugares”, evitando que uns se apropriassem dos espaços já demarcados por outros. Aos poucos, estas demarcações informais do espaço público foram criando verdadeiras agências para intermediação de um mercado imobiliário informal, a movimentar aluguéis e a venda de pedaços de terra no espaço público.

“No começo era fácil arranjar local pra ficar na rua. Mas aí depois começou a especulação e algumas pessoas começaram a querer vender os pontos porque o ponto era bom, aí começou a querer vender mais caro. E eu não concordo com isso, nunca concordei com isso, de você vender um ponto no meio da rua. Eu acho que isso aí era uma coisa que a prefeitura era quem deveria organizar né, se ela achasse necessário. Aí começou a ter essa especulação, algumas pessoas quererem vender o ponto, e aí ficou complicado. Mas o movimento era grande, algumas pessoas compravam mesmo viu. Eu nunca comprei não, mas algumas pessoas compravam. O preço dependia do local. Tinha uns caros, outros baratos, dependendo do local. Eu sempre pensei assim: se o prefeito quisesse ter feito uma coisa bacana, embora ele achasse que ali não era viável aquilo ali (...) porque se ele tivesse começado um pouquinho mais organizado, tinha dado certo. Então, tinha dado pra ficar um negócio sem essa batida de frente entre nós aqui, os feirantes e a prefeitura. Poderia ter feito isso também. Alguns feirantes nunca foram chamados, o prefeito não chamou pra conversar com ninguém, aí foi deixando a feira crescer aleatoriamente, aí deu no que deu”. (Josimar)

A ocupação da Rua José Avelino para o exercício da atividade comercial na rua acabou estimulando o surgimento de um mercado especulativo informal na localidade, já que pedaços da via começaram a ser vendidos e negociados como imóveis particulares, valorizando-se constantemente com o aumento de sua procura. Tais pontos, localizados nas áreas de maior movimentação, junto com as bancas de maior extensão, eram mais caras, em detrimento de outros, menos centrais e de tamanhos menores, vendidos e alugados a preços reduzidos. Consta-se em discursos apreendidos no campo, que estes valores chegavam a tetos de até vinte mil reais.

Para Josimar a falta de um “diálogo” estabelecido entre os feirantes e a prefeitura impulsionou um crescimento aleatório da feira. A ausência do poder público na organização deste comércio de rua gerou uma auto-organização local independente entre os próprios feirantes, contribuindo para uma “desorganização” (do ponto de vista oficial e institucional) da feira.

Conforme Dona “Raimunda do banho”, proprietária de uma pequena pousada localizada na Rua José Avelino, a feira começou na Praça da Sé, quando ainda era constituída por alguns artesãos e bodadeiras, que vendiam seus artesanatos para tursistas freqüentadores do comércio de redes na localidade.

Esta antiga moradora, que ainda reside na localidade, habitando uma residência onde também funciona uma pousada, afirmou em entrevista, que antes de se transformar num Complexo de Galpões, voltados para o comércio de confecção, a Rua José Avelino era constituída por algumas casas e também por alguns armazéns, como o do Gerard Boris, membro de família tradicional da Cidade, no ramo de importação e exportação, e que nos tempos áureos do algodão, estruturou um dinâmico negócio no ramo. Muitos dos atuais galpões funcionavam como armazéns de importação e exportação, construídos na Cidade, época em que a atividade portuária era realizada no Antigo Porto, situado na Praia de Iracema, onde também estava situada a antiga Alfândega.

De acordo com relatos de Dona Raimunda, amajoria dos feirantes que ocupam atualmente os galpões da José Avelino está na feira desde os tempos em que esta ainda ocorria na Praça da Sé. Para a antiga moradora, nos tempos iniciais da feira, o dinheiro “brotava do chão”, “escorria como água”, tão grande era a movimentação de clientes vindos de fora e de pessoas que iniciavam seus negócios para vender roupas. Para ela, “todos ganhavam”, “todos lucravam com alguma coisa”, constituindo-se como um vasto mercado de oportunidades.

Por seu jeito carismático e simpático, a moradora que já era popular e conhecida nas redondezas, passou a fazer amizade com os feirantes e clientes que freqüentavam a Sé, e que passavam as madrugadas trabalhando. Na maioria das vezes, estes sujeitos não possuíam qualquer tipo de base ou local em que pudessem comer, tomar banho ou descansar um pouco. Percebendo esta situação, Dona Raimunda passou a oferecer sua casa, situada nas proximidades, como ponto de pouso para alguns deles.

A partir daí sua casa passou a funcionar como uma pequena pousada, onde se podia comer, tomar banho e dormir. Além de receber estas pessoas em sua residência, passou também a organizar alguns ônibus que começaram a estacionar na José Avelino, quando o núcleo da feira ainda era na Sé. Segundo depoimentos da moradora, ela mesma trazia de vinte a trinta ônibus (muitos da empresa Itapemirim) para estacionar naquela via, organizando também os ambulantes que começavam a comercializar naquele espaço.

Para ela, no começo tinha “lugar para todo mundo”, servindo como “oportunidade para quem tava sem dinheiro e desempregado”. Mas, com o passar do tempo, a feira, então já estruturada, começou a ficar muito “cheia de bancas em meio ao lamaçal”, e aí as “coisas foram ficando ruins”. Conforme expôs, a “miséria foi aumentando e o povo veio vender de tudo na feira, de roupa à comida”.

Dona Raimunda explicita em seu discurso que a feira, anteriormente, voltada somente para a venda de artesanato e roupa, passou a ser freqüentada, também, por outros tipos de trabalhadores que vendiam os mais variados produtos, incluindo alimentação (quentinhas, milho verde, lanches, etc.). Para a moradora, a presença destes trabalhadores específicos na atividade do comércio de rua, modificou a paisagem local, atribuindo ao espaço uma imagem negativa.

3.2 Demarcações da informalidade no espaço urbano: as táticas do comércio de rua frente às estratégias do poder público

É importante atentar para a forma como os trabalhadores da Feira da José Avelino ocupam o espaço público, e como, a partir destas ocupações, demarcam também novas práticas no espaço urbano. Na feira, encontraremos trabalhadores em situações de semifixidez, como são aqueles que possuem bancas ou *boxes* nos galpões, mas que também estão nas ruas; e, aqueles ambulantes que de forma itinerante vendem suas mercadorias, independente de ponto fixo na área. Neste caso específico, tais categorias não são totalmente

distintas, podendo qualquer trabalhador representar tanto uma condição dupla, como também uma condição única de trabalho fixo ou ambulante.

Para Costa (1989) estes os trabalhadores ambulantes, vistos como “desenquadrados” pela política urbana, redescobrem nas ruas, várias possibilidades de produzir, “estabelecendo sua própria linguagem, nutrindo-se da contravenção, e, a partir desta, estabelecendo suas regras.” Tais códigos criados e recriados a todo instante, asseguram sua existência, baseando-se em modelos não institucionais (Idem, p.28). Sobre a atividade ambulante na cidade, afirma a autora:

Cada vez que ocorre a “limpeza” (ou a eliminação dos vendedores ambulantes) de uma determinada área, verifica-se imediato deslocamento da atividade para um local próximo e em seguida o retorno discreto dos ambulantes que deslizam, ponto-a-ponto, até retornar à área de onde foram expulsos (Idem, p.35).

Em minhas inserções a campo, encontrei pessoas a vender mercadorias em sacolas, perfazendo trajetos itinerantes, situando-se em locais de maior movimentação. Estes trabalhadores, a contragosto da fiscalização, expunham seus produtos em maleiros de carros, estacionados em lugares proibidos, como ao lado da Praça da Sé, nas laterais da Avenida Alberto Nepomuceno ou ainda na calçada e nos gradeados da própria Igreja Catedral, formatando uma espécie de varal ambulante, o que muito incomoda as autoridades religiosas responsáveis pela Catedral. Conforme matéria publicada no jornal Diário do Nordeste em 11 de julho de 2015, registra-se a seguinte situação sobre este comércio realizado na calçada da Catedral:

“O pároco da Catedral (*) desabafa dizendo que a situação está insustentável e, na avaliação dele, sem jeito. Ele comenta que turistas que visitam o templo ficam escandalizados com a situação. “Isso é uma agressão à Catedral, uma desmoralização. Nas grades, ficam expostas calcinhas, sutiãs, manequins sem roupa, e elas estão ficando danificadas com o peso dos produtos. Além disso, fica uma nuvem de plástico voando aqui dentro”, conta. O pároco reclama, ainda, que a ocupação dos carros dos comerciantes é outro fator que dificulta o ordenamento na região, impedido, inclusive, o acesso dele ao estacionamento da Igreja em determinadas ocasiões. “A AMC nem aparece aqui na frente. O comércio está cada vez mais agressivo e essa situação mostra que não existe solução. Ninguém foi capaz de resolver esse problema, então, eu lavo as minhas mãos. Até ameaçado já fui, lamenta o padre.” (Matéria publicada no Jornal Diário do Nordeste³)

³ Extraído do sítio: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/comerciantes-ocupam-entorno-da-igreja-da-se-1.1336590> Ver também: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/setores-pedem-solucao-definitiva-na-jose-avelino-1.1214804> Sítios acessados em dezembro de 2015.

Antes da remoção das bancas da José Avelino era bastante comum a feira se estender para além dos horários e dos dias estabelecidos pelo poder público⁴, o que muitas vezes resultava em conflito direto com a guarda municipal. Com a requalificação da Rua José Avelino, em 2017, o comércio de rua permaneceu na localidade, assumindo novas configurações para além do instituído.

Imagem 2 – Presença de feirantes (venda de confecção e água de coco) ocupando segmento da Praça Pedro II, conhecida como Praça da Sé, situada em frente à Igreja Catedral (Cruzamento da Rua General Bezerril com Rua Castro e Silva).



Fonte: Acervo do autor

Conforme Magnani (2008) as práticas sociais resignificam os espaços, atribuindo-lhes outras funcionalidades, relações e sociabilidades capazes de transcender a funcionalização tecnocrática da cidade. Afirma este autor:

Ruas, praças, edificações, viadutos, esquinas e outros equipamentos estão lá, com seus usos e sentidos habituais. De repente tornam-se outra coisa: a rua vira trajeto devoto em dia de procissão; a praça transforma-se em local de compra e venda; o viaduto é usado como local de passeio a pé; a esquina recebe despachos e ebós (...) Na realidade são as práticas sociais que dão significado ou resignificam tais espaços, através de uma lógica que opera com muitos eixos de significação: casa/rua; masculino/feminino; sagrado/profano; público/privado; trabalho/lazer (...) (Idem, p.38, 39).

Para Magnani (Idem) estas classificações baseadas em eixos de oposição não produzem tipologias rígidas - pois não operam com sentidos unívocos. Neste caso, utilizo esta

⁴ Medida assumida oficialmente pelo Termo de Ajustamento de Conduta, reconhecendo a regularidade da feira em determinados dias e horários previamente estipulados.

reflexão para pensar a apropriação espacial dos feirantes da José Avelino em suas atividades laborais. A feira em seu antigo formato, quando constituída também pela bancas nas ruas – era constantemente vigiada pela Guarda Municipal, incluindo a atuação do pelotão de agentes do GOE (Grupo de Operações Especiais da Guarda Municipal⁵), e por representantes da Secretaria Regional do Centro (SECEFOR⁶) – conhecido na linguagem popular como o “rapa”, responsável por imprimir ordem e disciplina no espaço público, livrando estas áreas (ruas, praças e calçadas) da ocupação “irregular” dos trabalhadores ambulantes.

No entanto, burlando as determinações do poder público, os ambulantes esticam suas possibilidades, permanecendo no espaço e dispersando-se aleatoriamente para onde as vistas da vigilância não os alcançam. Neste momento, entra em cena, numa articulação conflituosa, o “rapa”, apreendendo mercadorias e detendo ao mesmo tempo aqueles que tentam resistir ao aviso de retirada.

Há momentos em que a fiscalização é menos intensa, e alguns feirantes conseguem permanecer nestes espaços, mesmo com a presença dos agentes do “rapa”. A feira, que representa importante pólo de confecção para o Estado e para o país⁷, é composta não só por uma infinidade de trabalhadores informais (ambulantes) que ocupam várias territorialidades no entorno da José Avelino, Igreja Catedral e Mercado Central, incluindo a Praça da Sé, mas também por várias outras ruas e calçadas, e uma grande rede de galpões, agregando em seus inumeráveis *boxes*⁸, uma infinidade de produtores locais de confecção em atacado e varejo.

⁵ O grupo é constituído por 98 profissionais com a finalidade de manter o controle de manifestações nos órgãos públicos municipais, fazer a segurança de autoridades do município, atuar em processos de reintegração de posse, dar apoio as ações da Defesa Civil, às operações de saturação e blitze em conjunto com outros órgãos de segurança pública. Também acompanha qualquer pelotão quando necessário. Ver em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/gmf/inspetoria-de-operacoes-especiais-iope>. Acessado em dezembro de 2015.

⁶ A Secretaria Regional do Centro é um órgão vinculado a Prefeitura Municipal de Fortaleza cuja finalidade é executar as políticas públicas municipais, operacionalizando serviços urbanos que impactam diretamente na qualidade de vida dos cidadãos, cujos resultados exigem prontidão e eficácia. Cabe ao órgão identificar e articular o atendimento às necessidades e demandas da população e promover o desenvolvimento urbano, ambiental e social. Abrange todo o Centro da Capital, um trecho da Praia de Iracema e da Jacarecanga, e todo o bairro Moura Brasil. Informação extraída do sítio: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-321> Acessado em dezembro de 2015.

⁷ Ler matéria publicada no jornal O Povo: “Boxes geram 100 mil empregos e até 70 milhões/mês”. In: Caderno Negócios. Jornal Diário do Nordeste 27 de dezembro de 2015.

⁸ A categoria nativa será constantemente utilizada nesta tese. Em inglês significa caixa. O termo é apropriado nesta realidade para designar pequenos pontos de venda em galpões e centros comerciais.

Imagem 3 – Ocupção de feirantes na calçada da Igreja Catedral, situada na Avenida Alberto Nepomuceno.



Fonte: Acervo do autor

A Feira da José Avelinotem seguido a mesma tendência dos mercados populares disseminados no país, que se expandiram a partir do surgimento de galerias e de centros comerciais localizados nas suas proximidades. Ao mesmo tempo em que estes mercados se espalharam e se disseminaram nas grandes cidades, intensificaram-se também sobre eles, uma reação moral por parte de gestores públicos e de alguns setores privados, que passaram a ver nestas atividades “informais” um papel para além da simples e mera subsistência, tornando-se para eles, negócios altamente “lucrativos”, e, portanto, potenciais concorrentes (PIRES, 2014). Nesse sentido, também passíveis de censura, dada sua condição de irregularidade e evasão fiscal.

Para Costa (1989), o mercador ambulante de hoje pode ser associado àquele da Idade Média, que buscava naturalmente os locais onde a concentração de homens permitia esperar oportunidade de ganho. O espírito farejante de seus mercadores ainda permanece presente na histórica contemporânea, determinando a implantação do comércio ambulante nas áreas urbanas de maior afluência (Idem, p.31). Afirma:

(...) os ambulantes de hoje já não poderiam ser vistos como uma presença “nefasta”, como se ousadamente viessem macular a boa imagem de uma cidade em franco progresso. Eles também são cidade de São Paulo, confusa e contraditória, centro dos negócios e da industrialização do país, falso oásis de empregos. Atuam nas ruas como um duplo refugio: o mercador e sua mercadoria. Porém, servem ao consumidor que, privado de outros meios, entrega-se conivente a tão antiga forma de comércio. (Idem, p.47).

O ambulante, trabalhador informal da Feira da José Avelino utiliza habilidades diversas para compor astúcias impressas no espaço de trabalho da urbe. Para melhor esclarecer estas práticas cotidianas de sujeitos quase invisibilizados, utilizo a categoria “tática”, elaborada por Michel de Certeau (2008) para designar o contraponto da disciplina imposta e implantada por um agente de poder, servindo ao mesmo tempo como artimanha e ou desvio criativo, a jogar com este mesmo poder. Para o autor, diante de um poder centralizado também é possível criar, inventar e burlar mecanismos vigentes.

Para ele, diferentemente da “tática” a categoria “estratégia” refere-se a um cálculo em que se faz presente um poder próprio, e onde reina um sujeito de querer e poder, capaz de manipular e orientar um ambiente isolável, servindo de base a uma possível gestão, controle e ou vigilância, e, que é capaz de influenciar ações e determinar comportamentos de “outros” dominados (Idem, p.46). Comparo aqui a estratégia, no âmbito desta análise, aos dispositivos legais que controlam o espaço urbano, configurados nas propostas de intervenção e ordenamento da cidade. Podem ser considerados modelos de estratégia, as legislações urbanas voltadas para o controle das feiras e as propostas urbanísticas de remoção de trabalhadores ambulantes do espaço público, assim como também as próprias políticas de requalificação dos espaços.

A tática, formatada como contraponto a estratégia não teria um espaço próprio para atuação, mas apenas o lugar do outro, a atuar nas brechas de um campo de poder alheio, jogando o tempo todo com os acontecimentos. Para Certeau (idem), no “lugar do outro, a tática se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância” (Idem, p.46). Sobre ela, afirma este autor:

Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no vôo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões (Idem, p.46, 47).

São exemplos de táticas: os arranjos utilizados pelos feirantes nas formas de ocupar os espaços para além do mundo institucional, ultrapassando os limites dos dispositivos legais; as formas com que estes trabalhadores estendem seus horários de trabalho - atividade comercial - para além do estipulado; a maneira como os galpões funcionam “irregularmente” sem a concessão de alvarás de funcionamento; a maneira como estes microprodutores organizam suas lógicas produtivas, inserindo uma rede socioprodutiva de familiares e

parentes na divisão social do trabalho; e ou também na forma como os produtores formalizados encontram para burlar as legislações, flexibilizando informalmente as relações de trabalho numa vasta rede de subcontratação do trabalho. Entretanto, apesar desta categorização é importante esclarecer que estas duas categorias convivem dialeticamente, ora em conflito, ora em organicidade, fazendo com que o poder da estratégia, em determinados momentos, utilize-se das próprias táticas como forma de retroalimentar unidades que não conseguem conviver isolada e separadamente.

Ao perceber que o poder nem sempre é onipresente, os feirantes se deslocam no espaço esticando suas trajetórias. Assim, suas táticas representam formas de “driblar”, imprimindo no espaço urbano uma maneira de fazer dotada de oportunidades e possibilidades múltiplas, o que torna o ocupante deste mesmo espaço, alguém capaz de instaurar na ordem do domínio suas próprias marcas, muitas vezes “silenciosas”. Através da apropriação, suas produções palpitam no espaço, redesenhando e reconfigurando a estrutura homogênea do poder, e tornado-a diversa, pois impregnada de intervenções “fugidias”.

Imagem 4 – Ocupação de feirantes na calçada da Igreja Catedral. Segmento situado na Rua Sobral.



Fonte: Acervo do autor

Nesta apropriação, resta aos agentes agirem tangencialmente ao poder, deslocando e reinventando constantemente estas mesmas práticas de tal forma que precisam encontrar modos inventivos de escape e de confronto, fazendo do espaço, um campo volátil e aberto a transformações. Diga-se de passagem, que mesmo após as intervenções estratégicas realizadas no espaço da Feira da José Avelino, no intuito de extinguir a prática do comércio de rua na

localidade, como foi o caso da última proposta de requalificação da via ocorrida em 2017, a atividade comercial continuou a marcar presença neste complexo, ocupando suas ruas e confirmando a convivência conflituosa e simultaneamente harmônica entre o regular e o irregular, entre o formal e o informal.

Nesse sentido, os feirantes da José Avelino continuam espalhados pelas calçadas, pontos de ônibus e pontos de taxi do Mercado Central; nas calçadas da Catedral e imediações – dividindo o mesmo espaço com o comércio atacadista e com os galpões situados nas proximidades da Igreja Catedral; e na Praça da Sé.

Imagem 5 – Feirantes negociando em frente à Igreja Catedral.



Fonte: Acervo do autor

Em estudo sobre a área urbana requalificada no Centro Histórico de Recife, Rogério Proença Leite (2010) identifica algumas práticas desenvolvidas neste espaço, que não foram previstas pelos planejadores da obra. Sobre tais usos descreve o autor:

Na proporção direta da espetacularização da cultura e da tentativa de disciplinar o espaço, a vida cotidiana parece estar longe daquela rotinização preconizada. Ao contrário, ressurgem repletas de fissuras, confrontações, contra-usos. As assimetrias do poder nos espaços enobrecidos constroem, mas não aniquilam as deambulações daqueles homens ordinários que taticamente demarcam suas práticas sociais no espaço vernacular e revelam a dimensão politicamente conflituosa da vida cotidiana (LEITE, 2010, p.753).

Nesta análise, o autor expõe que os agentes do cotidiano em suas “trajetórias táticas” imprimem mudanças e transformações nos planos estratégicos do poder (LEITE, 2002, p.122). Tais desvios, considerados práticas transgressoras que desobedecem e

transgridem regras e regulamentações instituídas no espaço estratégico, subvertem os usos e sentidos estabelecidos pelos agentes do poder, adquirindo, portanto, o sentido de “contra-uso”. Para este autor:

O contra-uso é capaz não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado, como também de possibilitar que o espaço que resulta das “estratégias” se cinda para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das resignificações que esses contra-usos realizam. (Idem, p.122).

A proposta de transferência dos ambulantes da Feira da José Avelino para o espaço privado do equipamento “Centro Fashion” se configura como um modelo estratégico a imprimir na cidade, não só a disciplina e a correção de condutas, mas, e também principalmente o ordenamento do comércio de rua realizado nesta área específica da Cidade. Projetos como esses, por suas naturezas “segregadoras” acabam estimulando a criação de formas resistentes “não-adaptadas”, apropriações do espaço que se configuram como formas de subversão do planejamento.

Os trabalhadores ambulantes da José Avelino alternam seu lócus de trabalho a depender do movimento de pessoas que freqüentam a área em distintos horários e dias. Os lugares mais freqüentados por eles são: a Praça da Sé; as calçadas da Catedral e dos armazéns e galpões situados no seu entorno (Rua Sobral – onde estacionam vários ônibus de turistas sacoleiros) ou ainda nas calçadas dos comércios das Ruas Castro e Silva e General Bezerril.

Imagem 6 – Feirante ocupando a calçada de um galpão.



Fonte: Acervo do autor

É importante frisar que alguns feirantes, que além de estarem presentes em pontos difusos da feira, também participam de outros comércios de rua na região metropolitana de Fortaleza, tais como Caucaia e Cascavel⁹. Tais trabalhadores podem ser caracterizados produtivamente como pequenos fabricantes (com unidades produtivas familiares), ou como trabalhadores subcontratados produzindo para unidades produtivas maiores.

Imagem 7 – Feirante estendendo barraca desmontável na Rua Sobral, ao lado da Catedral.



Fonte: Fonte: Acervo do autor

Para estes trabalhadores informais a prática de ocupar a rua em horários não permitidos pela prefeitura representa um “risco”, pois este trabalhador pode ser surpreendido a qualquer momento pela fiscalização, conhecida popularmente como o “rapa”, que em suas operações cotidianas acabam detendo os feirantes e apreendendo suas mercadorias. É importante atentar para alguns aspectos que envolvem a logística da fiscalização das calçadas e praças do Centro da Cidade, uma vez que a fiscalização pode estar fisicamente perto, mas não representar ameaça, e estar fisicamente perto representando perigo ao ambulante.

Para os trabalhadores a fiscalização pode “estar por perto”, mas representar apenas “vista grossa”. Conforme ambulante que denominei ficticiamente de Eduardo, “*eles passam olhando, observando, mas não fazem nada*”. No entanto, a circulação de

⁹ Conhecida também como Feira de São Bento é a segunda maior feira-livre do Ceará e a segunda maior do Brasil, perdendo apenas para a Feira de Caruaru. A feira ocorre exclusivamente aos sábados Ver em: <http://cascavelcebr.blogspot.com.br/2014/10/feira-de-sao-bento-cascavel-ceara.html>.

*kombis*¹⁰ brancas nas imediações das ruas em que há a realização deste tipo de atividade informal tem representado importante indicativo de “risco”. Os automóveis, identificados com precisão pelos ambulantes, atualmente são os meios de transporte para deslocamento das mercadorias apreendidas durante a fiscalização.

Numa conversa informal, Eduardo comentou: *“Quando as kombis começam a circular nas proximidades é sinal de que o “rapa” poderá entrar em ação”*. A partir deste sinal, todos recolhem rapidamente suas mercadorias, expostas em lonas pretas pelo chão, mantendo-as guardadas até o momento em que a fiscalização abandona o local, direcionando-se para outras paragens.

É importante esclarecer que a forma com que o ambulante dispõe sua mercadoria nos espaços da rua, engloba também alguns modelos táticos, “astuciosos” no dizer de Michel de Certeau (2008). Para os trabalhadores a exposição destes objetos exige algumas medidas de segurança, principalmente entre aqueles que já tiveram suas mercadorias apreendidas ou que passaram por “aperreios”, “perdendo-as para o rapa”. Portanto, quanto mais fácil a coleta e manuseio destas mercadorias, melhor para o ambulante, o qual não correrá tanto risco de perder seus bens. Dessa forma, a lona estendida no chão, por exemplo, facilita a rápida recolhida do material exposto, tendo em vista que uma vez “enrolada”, funciona como uma espécie de saco que tudo abrange.

Nesse caso, torna-se mais eficiente ainda, quando o dono da mercadoria está com seu carro estacionado por perto, ou quando está com a mercadoria exposta no próprio maleiro do carro, funcionando como vitrine. Cenas como essa, envolvendo carros na comercialização de confecções eram comuns na Praça da Sé.

Também integra parte desta paisagem informal da Feira, principalmente nos horários de pico, uma verdadeira e espetacular exposição multicolorida de manequins espalhados por todos os lugares. Vestidos com as peças que estão na moda do momento, disputam espaço com as vitrines das lojas convencionais do Centro da Cidade. No entanto, diferentes daquelas e expostas a céu aberto, ocupam e ultrapassam os poucos espaços públicos das estreitas calçadas da Catedral, do Mercado Central e da Praça da Sé.

Em tamanhos e formatos variados, estes manequins já fazem parte da paisagem pública do Centro, denunciando a extensão territorial flexível do comércio de confecção exercido na rua. O manequim, sem dúvida, já é um símbolo da Feira da José Avelino, e

¹⁰ Modelo de automóvel fabricado pela empresa alemã Wolkswagem conhecido por sua extensa área traseira, onde podem se assentar bancos para passageiro e ainda ser utilizado como maleiro ou depósito/transporte de mercadorias.

funciona como uma espécie de “chamativo” do negócio, atraindo a visão do transeunte ou do “turista sacoleiro¹¹”. Em dias de feira é notável o ir e vir incessante de feirantes carregando debaixo dos braços suas mercadorias e manequins. Este acessório já representa um fator de identificação do feirante, que, como sujeito nômade, perambula pelo entorno da Feira. O artefato distintivo, a marcar os passos do comércio de confecção popular no Centro, não só atrai os olhares dos compradores a procura de preços populares, mas também os olhares da fiscalização, atenta aos primeiros sinais de “desordenamento” espacial.

Em dias de feira, uma cena já é bastante comum nos arredores da Catedral metropolitana. Trata-se da vigilância espacial operacionalizada pelo GOE (Gerência de Operações Especiais) vinculada à Guarda Municipal. Neste momento, espalham-se pelas calçadas da Igreja Catedral, vários tentáculos do Grupo, dispersos por todos os lados, paramentados com capacetes, coletes, escudos e cacetetes a almejar um único foco: proteger o espaço patrimonial público, “ocupado indevidamente” pelos feirantes a espalhar suas mercadorias - expostas em lonas e manequins pelas ruas Sobral e Conde D’Eu, e pelas calçadas dos galpões e comércios atacadistas do entorno da igreja¹².

Atualmente a Secretaria Regional do Centro (SERCEFOP) possui um departamento específico responsável pelo controle e fiscalização do comércio ambulante nesta área da cidade, e que desempenha suas funções a partir de um dispositivo legal representado pelo Decreto nº 9300, datado de 17 de janeiro de 1994, onde são apontados deveres, responsabilidades e garantias dos ambulantes permissionários, além das penalidades pelo não cumprimento desta lei.

Conforme art.19 do capítulo II deste mesmo decreto, o qual versa sobre a distribuição, localização e funcionamento de equipamentos destinados ao exercício da atividade de comércio ambulante, está previsto a seguinte função para o Departamento de Comércio Ambulante (DCA):

observará diretrizes e critérios que assegurem perfeitas condições de tráfego dos veículos automotores e de circulação e segurança dos pedestres, assim como da conservação e preservação paisagística dos logradouros públicos e das áreas que compõem o patrimônio artístico, histórico e cultural da cidade.

Conforme art.20 do mesmo capítulo há a determinação de que:

¹¹ Modalidade de turista a compor o que se convencionou chamar “turismo de compra”, em que lojistas e comerciantes viajam para outras regiões com o objetivo de comprar mercadorias no atacado para revendê-las no varejo. Geralmente são turistas que viajam em excursões e que seguem para pólos de compras já específicos. A Feira da José Avelino representa um destes pólos. É importante pontuar que estas excursões movimentam um intenso mercado de oferta de serviços de hotelaria, restaurantes, etc.

¹² Geralmente os feirantes costumam também ocupar a calçada da Catedral.

(...) não será admitida a instalação de equipamentos em locais fronteiriços que distem menos de vinte metros das portas de entradas de bancos, hotéis e casas de diversão e naqueles contíguos a templos religiosos, repartições públicas, estabelecimento de ensino, hospitais e paradas ou terminais de ônibus.

Embora idealmente estabelecido no decreto, a realidade tem sido marcada pelo não cumprimento deste dispositivo. Chama atenção, neste mesmo decreto, o estabelecimento de algumas determinações, como a responsabilidade do permissionário em manter o seu equipamento em funcionamento diário, permanecendo sob a direção do mesmo por um período mínimo de seis horas; a proibição em modificar a localização do equipamento, sem a prévia autorização do Departamento de Comércio Ambulante – DCA; e a proibição do uso de muros, paredes, passeios, árvores, postes, bancos, caixotes, tábuas, encerados ou toldos com o propósito de ampliar os limites do equipamento do ambulante, e ou que venham a alterar a sua padronização.

Regras como estas são diariamente descumpridas, não só pelos próprios permissionários, que já trabalham nas áreas delimitadas (reconhecidas pela PMF como áreas passíveis de atuação do ambulante), mas também pelos não permissionários, que vêm na regulação da atividade, um fator limitante para o trabalho ambulante. Trancrevo aqui parte de diário de campo, produzido durante observação participante, onde pude observar uma série de representações e práticas cotidianas realizadas neste comércio de rua:

“Em véspera de Feira, a onda de ocupação das calçadas se espalha por todo o entorno da Catedral. O espaço é tomado por araras¹³, manequins e feirantes agachados com peças de vestuários nas mãos, ou estendidas em lonas por todos os lados, formatando uma opção multivariada para quem ali deseja comprar. Em jargões, os feirantes anunciam os valores de suas mercadorias, as promoções, os descontos e os mais variados dizeres a atrair clientes que transitam em multidão¹⁴.

Os sacoleiros que freqüentam a feira se espalham pelo entorno da Catedral, caminhando em direção aos galpões, lojas e ao Mercado Central. No meio do caminho, deparam-se com os ambulantes a lhes oferecer variados artigos de moda e confecção

¹³ Espécie de cabide para sustentar peças de roupas.

¹⁴ Vedana (2004) analisou o cotidiano de trabalho numa feira-livre da cidade de Porto Alegre, identificando nos feirantes suas maneiras de articular gestos e práticas e conformando suas relações com os fregueses da feira. Nesta análise captou deles, as artes de dizer, performances orais e jocosidades, entendendo estas interações como pontos importantes para a compreensão da feira-livre como prática de comércio de rua no contexto urbano. Para ela, esta manifestação constituiria um ethos do viver no espaço. Pode-se dizer, portanto, que a feira-livre revela “maneiras de viver” e “práticas cotidianas” que de alguma maneira formatavam o espaço da cidade, estetizando as formas de vida de alguns de seus habitantes.

(calçados, chapéus, bolsas, vestidos, calças, bermudas, short's, camisas, meias, lanches, água de coco, bebidas, refrigerante, água, café, dentre outros).

Geralmente, o clima entre os feirantes, nesta agitada movimentação de pessoas, a dividir espaço com a presença da guarda municipal é marcado por tensão. Neste momento, qualquer sinal, movimento diferente ou murmúrio alheio pode indicar a chegada da fiscalização. Dessa forma, os trabalhadores acabam ficando mais apreensivos ainda. Uns, mais exaltados, em tons de ironia e chacota, brincam e desafiam a autoridade dos guardas do GOE (Grupo de Operações Especiais da Guarda Municipal).

Um feirante afirmou: “Antes a gente ficava na Sé, mas proibiram. Tiraram a gente de lá. Ai a gente se espalhou porá cá!” E, assim a feira vai se espalhando, esticando-se para onde não há fiscalização. Afinal, todos querem permanecer nela, pois mesmo nesta escolha precária, os trabalhadores encontram ali suas possíveis alternativas de vida.

Em meio à atmosfera de tensão e apreensão, um grupo de mulheres, estacionadas na calçada do lado oposto (lado do comércio atacadista, onde também se encontram lojas e galpões de confecção), expõe em seus punhos algumas peças de roupa, como blusas, sutiãs, calcinhas, short's e outros artigos. O comércio realizado na calçada revela que a feira não é apenas o apanhado físico e fixo que há nas barracas (quando ainda ocupavam a Rua José Avelino, antes da requalificação), mas também o conjunto formado pelas lojas e galpões situados neste segmento territorial, dentre os quais se destaca o famoso “Feirão Buraco da gia¹⁵”, a servir como “escape” para os que correm do rapa nos momentos de fiscalização, transformando-se literalmente num buraco de gias humanas a correr pela sobrevivência.

Em meio a tanta agitação, escutam-se as seguintes vozes: “-Parece que tão vindo aí. Corre!” Em resposta, trabalhadores e trabalhadoras partem em disparada. O sufoco é grande, mas não dura muito tempo, pois logo se vê que nem todo mundo correu. Os assustados, então, param. Com os nervos à flor da pele, alvoroçados, percebem por um instante que se tratava de “alarme falso”. Mas, bastam alguns minutos para que logo em seguida, a fiscalização de fato apareça. A agitação é grande. “Salve-se quem puder”! Avoluma-se rapidamente uma turba, que feito rebanho, sai arrastando a calçada no rumo da frente. Num movimento rápido, quase que sincronizado, “em poucos segundos”, a multidão de feirantes se dispersa, some, espalha-se estrategicamente pelos buracos e frestas dos galpões. Desmonta-se ligeiramente uma parte circulante da feira...

¹⁵ Popular centro comercial de confecções do Centro de Fortaleza, situado na Rua São José e com acesso também pela Rua Sobral (de trás da Catedral). O nome “buraco da gia” alude ao tipo de localização do equipamento, considerado escondido, e situado numa espécie de beco (acesso curto).

Poucos minutos após o incidente, tendo o rapa já saído da área específica, tudo parece voltar ao normal, não fosse à onipresença dos trabalhadores informais que escapolem para outras paragens. Nada transparece que há poucos minutos atrás, todo aquele segmento espacial estava tomado por feirantes. O movimento é rápido! A feira faz-se e desfaz-se incessantemente!

A presença do rapa desmancha todo o cenário da feira. Seguindo sua rotineira caminhada, numa espécie de comboio, a equipe, formada por uma comissão de frente, onde se alinha um grupo de aproximadamente dez fiscais, seguido por agentes da guarda municipal, ali demarcam seu poder de intervenção e ordenamento urbano. Em meio a esta exposição ritualística do poder, o rapa transforma-se no centro das atenções, roubando todos os olhares que convergem para a paisagem pública.

Como em sinfonia ao toque do maestro, ao primeiro sinal da chegada da fiscalização, forma-se uma onda intensa de feirantes, a vibrar contínua e sincronizadamente, dispersando-se para todos os lados. Agarrados as suas mercadorias, evaporam, somem, e reaparecem em outros destinos. Muda-se de lugar!

Todos aqueles que ocupam o entorno da catedral (incluindo suas ruas e calçadas) são vistos por alguns feirantes que atuam em outros espaços, como “povo teimoso”. Muitos assim, já até se autodenominam (como bem pude ouvir deles mesmos). Entre eles, aqui e acolá, acha-se alguém que também é proprietário de box (nos galpões). Um deles fala: - “O prefeito não quer deixar a gente trabalhar. Tenho um box, mas lá não vale tanto a pena, pois o movimento é pequeno. Aqui não! Aqui eu não espero, eu vou pra cima. O movimento na rua é melhor. E assim eu vou aonde ele for.”

Imagem 8 – Presença constante do pelotão do GOE, situado em frente à Catedral, a impedir a ocupação do comércio ambulante em suas calçadas e área interna.



Fonte: Acervo do autor

Entre os feirantes que haveremos de encontrar neste movimento rotativo, há uma série de classificações que vão desde aqueles que vendem o que fabricam em suas pequenas oficinas ou fábricas; os que vendem mercadorias prontas, compradas de outros fornecedores; e aqueles que são contratados como mão-de-obra para revender suas mercadorias, muitos dos quais, amigos e familiares dos contratantes, formatando o que Santos et al.(2011; 2012) denomina “sistemas de redes socioprodutivas”, redes sustentadas por vínculos sociais afetivos e por laços de amizade na expansão da atividade informal como estratégia para ampliação de rendimentos entre os trabalhadores informais.

Muitos ambulantes me falaram sobre a atividade que desempenham na rua:- *“Vender na rua é melhor, porque aqui ninguém paga imposto. Ai a gente acaba podendo vender mais barato.”* Alguns trabalhadores se qualificam como persistentes e afirmam nunca desistir da rua: - *“Eles querem acabar com a feira, mas ninguém vai sair da rua não. Nós precisamos trabalhar. Um box é caro, tem manutenção. Se fosse grátis tudo bem!”*

A paisagem desafia: os feirantes são onipresentes no Centro. Enquanto uma área é vigiada, outra deixa de ser. Logo, torna-se alvo fácil para a atividade do comércio de rua. Mostra-se difícil, portanto, demarcar um espaço físico de atuação específica dos feirantes, pois eles se espalham pela paisagem, principalmente no entorno da José Avelino, eixo principal e âncora para o comércio de confecção e moda popular.

Em dias de feira, o trabalhador que está na rua, vendendo suas mercadorias nas bancas (quando estas ainda permaneciam na Rua José Avelino), no chão ou nas calçadas, ou ainda carregando-as de forma itinerante nas mãos, é conhecido como “feirante”, sendo o primeiro, considerado “feirante de banca”, e o segundo, “feirante de chão” ou “feirante de mão”. Uma vez realizando esta mesma atividade em outras áreas e ou paragens do Centro,

estes mesmos trabalhadores, já passam a ser chamados “ambulantes não cadastrados”, diferentemente dos “permissionários¹⁶”, indivíduos autorizados pelo poder público a exercer sua atividade informal em áreas já demarcadas, dentre calçadas e calçadões do Centro de Fortaleza¹⁷.

Oficialmente todo permissionário deve estar cadastrado no sistema do governo federal como MEI (sigla de Microempreendedor Individual). O trabalhador inserido no mercado informal pode, atualmente, tornar-se um Microempreendedor Individual, adquirindo cadastro como pessoa jurídica, reconhecimento para abertura de conta bancária, e para pedidos de empréstimo e emissão de notas fiscais. Para ser MEI, é necessário ao trabalhador faturar até sessenta mil reais por ano ou cinco mil reais mensalmente, não tendo participação em outra empresa como sócio ou titular, e ter no máximo um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. Uma vez adquirindo a condição de MEI o indivíduo torna-se isento de impostos federais, tais como Imposto de Renda, PIS (programa de Integração Social), Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Para isso, deverá arcar com despesas mensais correspondentes a quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos (atividade de comércio ou indústria); cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos (prestação de serviços) ou cinquenta e dois reais e oitenta e cinco centavos (relativo a comércio e serviços). Ao trabalhador cadastrado são garantidos os benefícios previdenciários como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros¹⁸.

Entre os feirantes de confecção, identifica-se com frequência aqueles que também vendem irregularmente peças e produtos falsificados. É o caso daqueles que comercializam material esportivo e uniformes de marcas conhecidas como *adidas*, *nike*, ou ainda roupas de grifes como *Calvin Klein*, *Tommy Hilfiger*, *Lacoste*, *Louis Vuitton*, *Dolce e Gabbana*, *etc.* Neste caso, a compra da mercadoria é realizada em pontos comerciais de propriedade de

¹⁶ Indivíduos autorizados legalmente pelo município a permanecer no espaço público, mediante cadastramento na prefeitura. Conforme decreto nº 9300 de 17 de janeiro de 1994, a pessoa interessada em exercer a atividade de comércio ambulante deve requerer o correspondente Termo de Permissão junto ao Departamento de Comércio Ambulante fornecendo alguns documentos, incluindo entre eles uma declaração, com firma reconhecida, de que não possui renda mensal regular decorrente de vínculo empregatício ou funcional, com pessoa pública ou privada.

¹⁷ É possível encontrar em várias calçadas e vias (calçadões) do Centro marcações de pequenos quadrados nas cores vermelha ou em amarelo, a perfazer os espaços permitidos e não permitidos à ocupação dos ambulantes permissionários, o que não impede também a prática de irregularidades e reapropriações espaciais entre estes trabalhadores.

¹⁸ Informação extraída do sítio eletrônico: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-ser-mei>. O valor do salário mínimo no ano de 2017 era de novecentos e trinta e sete reais (informação esta extraída do site: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm

chineses e coreanos, muitos dos quais reproduzem ilegalmente a marca¹⁹. Tais produtos, muitas vezes vendidos “irregularmente” podem também ser encontrados até mesmo nos próprios *boxes* dos galpões. Consolida-se assim, no complexo informal da feira um verdadeiro “borramento entre o legal e o ilegal, e entre o lícito e o ilícito”.

Esta mesma movimentação híbrida e diversificada de trabalhadores informais que se estende na Feira, revela um cenário de precarização do trabalho marcado por instabilidades e inseguranças expressas na condição de irregularidade a qual estão inseridos, e que são encarados por isso, como ruídos do espaço, expurgos da ordem urbana. São estes mesmos trabalhadores que estendem suas rotinas extenuantes de trabalho para além do espaço doméstico das facções domiciliares. São eles que diariamente se submetem as hostilidades do tempo e do espaço a céu aberto e que estão vulneráveis, não recebendo qualquer auxílio ou garantia legal por parte de um contratante e ou do Estado.

O comércio no entorno da Catedral também se expande para o calçadão do Mercado Central, onde se verifica constantemente a ocupação de feirantes nas paradas sombreadas dos taxistas e nas paradas de ônibus. Este aglomerado de feirantes ocupa toda a extensão da calçada, formando uma espécie de cinturão contínuo que se estende à Rua José Avelino.

Imagem 9 – Feirantes ocupando as calçadas do Mercado Central e os estacionamentos dos taxistas, localizados na própria via pública (Av. Alberto Nepomuceno).

¹⁹ Ribeiro (2010) utiliza a expressão *superlogomarcas*, referindo-se ao conjunto de marcas celebradas internacionalmente e que se tornam símbolos globais de status privilegiado (*Louis Vuitton; Fendi; Victor Hugo; Armani; Dior; Gucci; Nike; Adidas; Rolex; Ray-Ban; Sony*; etc.). A *superlogomarca* é ancorada em um excedente de valor excepcional baseado em seu valor simbólico, representando símbolo de status para os consumidores. O valor simbólico excedente é o que impulsiona o mercado de cópias de *superlogomarcas*, vendidas a preços baixos, dado o não pagamento de impostos pela superexploração do trabalho precarizado, etc. (Idem: 34). Afirma ainda o autor: “As *superlogomarcas* (originais ou cópias) desempenham papel central na economia simbólica do luxo, numa época em que a distinção de status se confunde com a capacidade de possuir determinados objetos e manipular imagens que conferem aos consumidores identidades sociais diferenciadas.” Trata-se de busca por poder pessoal numa sociedade individualista e consumista (Idem: 35).



Fonte: Acervo do autor

Imagem 10 – Feirantes ocupando as paradas de ônibus, a calçada e a via pública que dão acesso ao Mercado Central. (Av. Alberto Nepomuceno).



Fonte: Acervo do autor

Imagem 11 – Feirantes ocupando as paradas de ônibus, a calçada e a via pública que dão acesso ao Mercado Central.



Fonte: Acervo do autor

Em sua pesquisa sobre o comércio de rua na Cidade de São Luís, no estado do Maranhão, Júnior (2010), identificou uma lógica organizacional própria a qual denominou “departamentalização a céu aberto” (semelhante às lojas de departamento no que se refere à apropriação espacial por ambulantes). Para ele, este tipo de comércio é caracterizado tanto por lógicas, como por racionalidades organizacionais específicas, as quais podem se assemelhar a economia de bazar identificada por Geertz em seu estudo no Marrocos (idem, p.53).

Ao invés de perceber a existência de um “caos” no “comércio de rua”, ou meramente percebê-lo como atividade relacionada à pobreza, à exclusão, ao subemprego, à precariedade e ou a formas econômicas inferiores, este autor identifica o comércio de rua como um sistema específico de meios organizados (ruas, trabalhadores, mercadorias, setores) a almejar determinados fins com ganho econômico e interação social (Idem, p.53). Assim, as lógicas e racionalidades organizacionais complexas que constituem este comércio de rua local dão sentido ao espaço urbano, fundamentando dinâmicas econômicas (Idem, p.72).

Nesse sentido, a lógica do comércio de rua não pode ser vista apenas como um simples problema a ser resolvido, mas como um fenômeno social definido por um “manancial de experiências e formas organizacionais” que se ancoram no cotidiano presente, apontando para uma economia urbana capaz de fundar “espaços locais de civilidade, trabalho e relações sociais” (Idem, p.71).

Realizei algumas entrevistas com os ambulantes da José Avelino, antes da remoção das bancas e dos seus trabalhadores, ocorrida em maio de 2017. Nesse mesmo período, também havia a ameaça de que os galpões, em condições irregulares, fechariam, o que de fato não se concretizou. O que aconteceu foi que a lógica espacial e econômica do comércio de rua na José Avelino permaneceu, mesmo após a remoção, embora com algumas alterações (interdição e retirada das barracas, antes instaladas nas vias públicas José Avelino e Travessa Icó).

Nesse sentido, seus trabalhadores apropriaram-se novamente do espaço requalificado do Centro da Cidade, dotando-o de práticas não consentidas pelo poder público e configurando-se como um movimento histórico constante e permanente, apesar da insistência dos planejadores e gestores em ordenar este mesmo espaço. Desta forma, é importante esclarecer que o comércio de rua da José Avelino permaneceu sob novo formato e configuração, mantido desta vez sem a utilização das bancas, antes situadas na via pública. As constantes remoções e as frequentes intervenções do poder público no espaço urbano representam para o feirante, uma espécie de roleta russa, um jogo de apostas indefinidas. Diariamente intimidados e moralmente desqualificados como “desordeiros” e “sonegadores”, carregam, por onde andam, constrangimentos diversos. Seus corpos têm a marca da itinerância, de uma precariedade estimulada por políticas de remoções contínuas.

Tais trabalhadores, muitos dos quais mal remunerados, a viver na corda bamba da sobrevivência, em tempos instáveis e difíceis, almejam o presente, o hoje, o agorismo da sobrevivência. Resistem no espaço urbano como única forma de sobreviver, e sob esta teimosia, ressuscitam o comércio de rua, a morrer e a renascer insistentemente no espaço da urbe. Nesse movimento constante, a atividade informal do camelô nos espaços públicos representa para a gestão pública, a encarnação de um movimento dialético, permeado por tensões, resistências e precariedades.

Os altos níveis de tensão reverberam cotidianamente entre os que ocupam a rua para trabalhar, enfrentando o sol a pino; a chuva inesperada; o risco do imprevisível; às intempéries; a insegurança; a tensão constante do embate com o rapa; a agressividade do confronto e a perda dos bens materiais.

A rua sintetiza a condição precária e degradante do trabalho, trabalho que força o corpo e a alma. Na rua perambulam biografias de trabalhadores atuantes nos mais diversos ramos da informalidade. Nela, concretiza-se uma ampla e dinâmica rede social do trabalho

informal, revelando diversos níveis de atividades no universo do novo e precário mundo do trabalho com seus subníveis de deterioração do labor e do trabalhador ambulante.

Muitas trajetórias de vida ambulantes gestadas ainda na Praça da Sé (embrião inicial da atual Feira da José Avelino) se espalharam por seu entorno, configurando um complexo pólo de confecção, a representar na atualidade, um mundo híbrido e heterogêneo de relações de trabalho. Neste pólo, sobrevivem milhares de trabalhadores e trabalhadoras a formar uma complexa cadeia produtiva, borrando as fronteiras entre o formal e o informal, e constituindo simultaneamente uma interdependência e uma interpenetração entre estas distintas dimensões.

3.3 As feiras como espaço de trabalho precário

Além de espaço múltiplo e diverso capaz de agregar inúmeras formas de sociabilidade, a feira também se faz espaço de reprodução das precárias relações de trabalho. Para Alves e Almeida (2009), ela representa um espaço público marcado por atividades de trabalho precárias (trabalho por conta própria; trabalho assalariado sem carteira e sem vínculos formalizados; e ausência de direitos trabalhistas (Idem, p.238). Para os autores:

(...) as feiras estampam a precarização do trabalho, o desemprego “oculto” e o comércio, inclusive de produtos contrabandeados. Como mercado de trabalho, a feira organiza-se em rede de relações sociais, na qual se misturam diferentes formas alternativas de ocupação: quitandas de propriedade de feirantes, vendendo todo o tipo de produto (alimentos, roupas, utensílios domésticos, remédios, objetos religiosos, etc.) e explorando mão-de-obra barata; ambulantes (vendedores de refrigerante, de lanches, rifas, de CD’s e DVD’s); estivadores (homens e meninos); barracas de camelôs, etc. (Idem, p.239)

Para estes autores, a feira revela relações características de várias etapas da história da humanidade que se entrecruzam num “microcosmo sócio-geoeconômico cuja formação é contundentemente disforme. Trata-se de relações antigas (comércio e mercado) e modernas ao mesmo tempo (no sentido histórico – financeirização econômica, trabalho social precarizado e a guerra). Afirmam:

Tão paradoxalmente (as relações) contemporâneas e modernas quanto às maravilhas tecnológicas de última geração, fabricadas *made in China ou Taiwan*, com trabalho semi-escravo: transações comerciais, creditícias e financeiras, consumo, lucro, especulação, precarização, pirataria, corrupção, picaretagem... E mercadorias: ingredientes indispensáveis à acumulação, reprodução, concentração e centralização capitalista global. (Idem, p.239)

Nesta atmosfera, muito do que se vê antecedeu à modernidade e também é parte dela, principalmente no que se refere à globalização (Idem, p.239). Maciel et al. (2014) constata evidências da informalidade e da precariedade das condições e organização de trabalho estabelecidas na Feira da José Avelino. Nesta pesquisa específica, onde foram realizadas entrevistas com os feirantes, a feira aparece como espaço de sobrevivência para se fugir do desemprego e dos baixos salários. Conforme os autores, os trabalhadores da Feira da José Avelino:

se submetem a precárias condições de trabalho e a sua organização caótica devido à expectativa de mudança de vida e ao desejo de ter o próprio negócio. De fato, permanecer naquelas condições não é a vontade da maioria, entretanto, o sonho do “próprio negócio” prevalece em relação ao emprego formal, o que denota uma vocação desse contingente populacional para a atitude informal autônoma (Idem, p.9).

Os autores identificaram neste mercado específico, a existência da desproteção social, mantida por vínculos informais (acordos informais) e também pela ocorrência de diversificadas formas de transações financeiras (Idem, p.9). Afirmam:

Nas relações estabelecidas na feira, entretanto, se pode perceber aspectos que parecem destacar o apoio social e a rede de solidariedade subjacente aos negócios e atividades desenvolvidas, mostrando que a opção por esse tipo de emprego não é apenas uma escolha baseada na falta de um emprego melhor, mas motivada pela possibilidade que oferece de fugir da falta de qualidade dos empregos formais (CHARMES, 2009 apud MACIEL et al. 2014, p.10)

Para os autores, a lógica do trabalho na feira “naturaliza a precariedade do trabalho, que parece ser reforçada pela perspectiva real de desemprego.” Evidencia-se assim a falta de proteção social, típica dos empregos não regulamentados (no contexto das relações informais) (Idem, p.11). Enfatizam:

A precariedade não se limita às relações de trabalho, mas parece fazer parte da própria organização da feira, das estratégias do poder público, envolvendo variados agentes. (Idem, p.11)

É importante esclarecer que o comércio na Feira da José Avelino não seria possível sem a existência de uma grande produção têxtil e de confecção e moda, que movimentam as economias locais, nacionais e internacionais. Nesse sentido, o Estado do Ceará atualmente desponta como um dos maiores produtores têxteis do país, com uma produção voltada tanto para a exportação, como para o consumo nacional interno direcionado a um público de diferentes níveis socioeconômicos.

Nos últimos tempos, mais especificamente no estado do Ceará, e na Cidade de Fortaleza, o comércio ligado ao setor têxtil se intensificou fortemente com a chegada do

capital chinês a economia nacional, trazendo para a capital cearense uma variedade de produtos baratos, entre os quais artigos eletro, eletrônicos e de moda e confecção. É importante esclarecer que o crescimento do setor comercial atacadista de tecidos, localizado no Centro da Cidade, esteve também vinculado a uma forte produção industrial, voltada na atualidade a atender um público de consumidores pertencentes às classes “c”, “d” e “e”, e que passou a aquecer não somente a atividade comercial do Centro, como também a própria produção descentralizada de confecções situadas nas pequenas oficinas populares dos mais diferentes bairros periféricos.

Com este dinamismo, as oficinas passaram a inserir um elevado contingente de mão-de-obra, em boa parte, advinda do desemprego presente nas duas últimas décadas do século XX. Com a reestruturação produtiva, a indústria deixou de ser o grande motor criador de postos de trabalho, gerando um crescente número de demissões, e um aumento exorbitante no número de empregos surgido no setor terciário, associado à informalidade (trabalhos por conta própria e aumento no número de pequenos negócios informais).

Como nova estratégia para contração da força de trabalho vinculada a produção têxtil, muitas indústrias de confecção passaram a terceirizar sua produção através do sistema *putting-out*²⁰, subcontratando mão-de-obra e reduzindo fortemente o custo com o trabalho. Muitas destas oficinas de confecção passaram a funcionar nas próprias casas e residências de seus antigos trabalhadores. Coincidentemente, nessa época, houve um aumento crescente no número de empregos no setor terciário da economia, com aumento significativo da informalidade e do número de trabalhadores autônomos e por conta própria, muitos dos quais inseridos no setor de serviços e em pequenos negócios informais (voltados para a produção e comércio).

²⁰ Conforme Lorena Holzmann da Silva (1997) o *putting out* pode ser considerada a “atividade exercida no espaço doméstico, por conta própria, quando o produto é diretamente comercializado com o consumidor, ou encomendado por terceiros, sendo parte ou etapa da produção de uma mercadoria, cujo acabamento ou montagem final realizem-se em outro local. Quando se realiza por conta própria e destina-se à produção de um artigo diretamente para o consumidor, é uma atividade na qual o trabalhador tem autonomia sobre seu tempo e ritmo de trabalho, controle sobre as técnicas e procedimentos de sua elaboração e determinação do preço. É, por exemplo, a confecção de vestuário feito por uma costureira diretamente para o usuário. Quando executado sob contratação, produzindo parte de um produto mais complexo ou mesmo um produto final (ABREU, 1986), caracteriza-se como atividade subordinada a determinações externas quanto à especificidade da mercadoria, quantidade, prazos de entrega e remuneração. Neste caso, é chamado trabalho industrial a domicílio. No início da Revolução Industrial, foi uma forma bastante generalizada de organização da produção, consistindo no chamado *putting ou system* (...) No contexto da reestruturação produtiva, atualmente em curso em nível mundial, o trabalho industrial a domicílio ressurgiu como estratégia do capital para flexibilizar o uso da força de trabalho, ao lado das estratégias de dispersão espacial da produção, de adoção de novas tecnologias de base microeletrônica e de novas formas de gestão dos processos de trabalho e de produção” (Idem, p.275, 276).

Nesta época, muitas pessoas que estavam desempegadas resolveram montar seus próprios negócios como forma alternativa de emprego e geração de renda, formatando um conjunto de pequenas oficinas domésticas e fabriquetas de confecção em domicílio. É válido lembrar que muitas trabalhadoras que foram demitidas das indústrias de tecido e confecção, e que já tinham conhecimento de corte e costura, acabaram aderindo a esta tendência como alternativa para o trabalho.

Com o passar do tempo e com a vinda de políticas públicas focadas na lógica do empreendedorismo, e na formalização de pequenos negócios através do MEI, muitos pequenos negócios puderam ter acesso a linhas de crédito, o que estimulou mais ainda a ampliação destes pequenos negócios, agora formalizados. A partir de então, várias mulheres passaram a se empregar nestas oficinas de confecção, arregimentadas como mão-de-obra sem qualquer tipo de contrato de trabalho formal, remuneradas por peças produzidas, e sujeitas a várias formas de exploração do trabalho.

O grande número de oficinas de confecção e a grande demanda por produção acabou desencadeando também um tipo de terceirização de segundo grau (realizada pela própria terceirizada) conhecida como subterceirização, onde as trabalhadoras contratadas informalmente passaram a trabalhar em suas próprias casas, atendendo a demanda de terceiros e realizando algumas atividades específicas da linha de produção (então fragmentada e dividida para várias subterceirizadas), como por exemplo, fazer acabamentos; realizar aplicação de etiquetas; finalizar a costura; aplicar detalhes nas peças de confecção; etc.

A partir das entrevistas realizadas e dos contatos informais mantidos com os feirantes da José Avelino, percebi a existência de trabalhadoras que atuavam nestas oficinas, tanto na condição de terceirizadas como de subterceirizadas, e que resolveram, a partir de suas experiências e saberes, montar seus próprios negócios. Inicialmente voltada para a comercialização de rendas e artesanato local, a Feira da Sé, como era anteriormente conhecida a atual Feira da José Avelino, transformar-se-ia posteriormente num grande pólo econômico do Estado, incorporando em sua dinâmica a venda de produtos de confecção e moda popular tanto no sistema de atacado, como no varejo.

A antiga “Feira da Sé”, como então era conhecida, surgiu por iniciativa de algumas rendeiras e trabalhadoras informais, que passaram a vender suas rendas aos turistas que compravam nas proximidades da Igreja Catedral. Rendas estas, muitas vezes, utilizadas como acabamentos para as redes de dormir, adquiridas nos comércios do entorno.

Com o passar do tempo, a Feira da José Avelino foi se transformando num grande pólo de escoamento para produtos de confecção fabricados em vários pontos da cidade, o que também fez expandir sua clientela. Com a entrada da confecção neste comércio de rua, a feira passou a ser chamada de “*shopping chão*”, pois os feirantes vendiam suas mercadorias em lonas estendidas no próprio chão da Praça Pedro II (Praça da Sé), expandindo-se posteriormente para a própria via. No entanto, após denúncias do Ministério Público sobre o uso indevido e irregular daquele espaço, a prefeitura tentou remover os feirantes e transferi-los para um Centro Comercial (Feira Center) localizado na Cidade de Maracanaú. Mas, muitos deles não concordaram com a idéia e passaram a utilizar galpões desativados existentes na José Avelino e em suas imediações.

É importante considerar que a Feira da José Avelino não está inserida apenas neste contexto de mudanças locais, encontrando-se também interligada aos fluxos econômicos internacionais, envolvendo mercadorias advindas da China e estabelecendo contatos com povos advindos de algumas nações do continente africano. Esta rede de integração com outras espacialidades caracteriza o que alguns autores classificam como globalização subalterna.

Para Ulf Hannerz (1997) há os fluxos que saem do Ocidente-EUA em direção ao restante do mundo, e os contrafluxos, que saem do resto do mundo e vão para os EUA e Ocidente. Ambos estão incorporados na oposição fluxos hegemônicos e fluxos subalternos. Os fluxos globais hegemônicos de naturezas econômica, artísticas, sociais, políticas, além de atuarem no sentido Ocidente/Estados Unidos da América para o resto do mundo, são invocados como fluxos a operarem o funcionamento verdadeiramente global do mundo.

Ao contrário, os fluxos globais subalternos, de diversas naturezas atuam em sentidos distintos dos hegemônicos, colocando em contato pontos do resto do mundo sem passar pelos EUA/Ocidente, e que não são considerados significativos para o funcionamento da ordem global, sendo ignorados e excluídos, independente do que arregimentam em termos de volume, abrangência e consistência (HANNERZ, 1997 apud BRANDÃO 2009, p.237, p.238).

Os fluxos globais subalternos, deixados de fora dos circuitos hegemônicos, produzem uma reação direta ou indireta a eles, operando diferentes graus de fratura, de interferência no sistema. Para Hannerz (Idem), há quatro tipos de fluxos subalternos: contrafluxos; fluxos minoritários; fluxos clandestinos e fluxos marginais, sendo estes últimos não necessariamente ilegais, nem minoritários do ponto de vista político, mas que colocam em

movimento objetos, pessoas e valores menores, secundários, comparados aos objetos, pessoas e valores que se deslocam nos fluxos de primeira linha (Idem, p.238).

Muitos destes fluxos subalternos saem da China e de Taiwan e se distribuem pelo mundo inteiro, objetos de baixíssimo valor, baixa qualidade e utilidade reduzida, sem marca, cópias baratas de equivalentes de primeira linha (compõe o universo *kitsch* contemporâneo globalizado). A circulação de tais objetos associa-se a circulação de pessoas e valores estáticos, econômicos, culturais e afetivos a influenciar o modo de vida urbano (Idem, p.239).

Esta globalização econômica não hegemônica é formada por mercados populares e fluxos de comércio animados por gente do povo e não por representantes das elites (RIBEIRO, 2010, p.21). Configura-se por meio de um processo de apropriação desigual dos bens econômicos e culturais do mundo globalizado por parte de setores subalternos, e que também é capaz de revelar uma interpenetração e uma interação conflitiva entre o popular e o hegemônico (Idem, p.22).

Para Naím (2005) o sistema mundial não hegemônico só tende a crescer com o aumento da compressão tempo-espço, com as redes do capitalismo flexível e com o enfraquecimento da capacidade de intervenção e regulação dos Estados (NAÍMapud RIBEIRO, 2010, p.23). Para Gustavo Lins Ribeiro (Idem) o sistema mundial não-hegemônico é uma composição de várias unidades localizadas em diferentes glocais conectados por agentes operando na globalização popular (economia informal global), que por sua vez é formada por redes que operam articuladamente e se encontram em diferentes mercados que formam os nós do sistema mundial não hegemônico. Afirma:

Essa articulação cria interconexões que dão um caráter sistêmico a este tipo de globalização e faz com que suas redes tenham alcance de longa distância. O sistema-mundial não-hegemônico conecta muitas unidades no mundo por meio de fluxos de informação, pessoas, mercadorias e capital (Idem, p.28).

Esse sistema não hegemônico convive simultaneamente com o sistema hegemônico, mantendo relações entre si. Este último representa a lógica institucional e operativa dos detentores de poder (Estado e capital privado), sendo dominado pelos interesses da globalização capitalista neoliberal, mantendo relações íntimas com o poder estatal. Os agentes econômicos neste sistema

(...) conseguem gerar e manter a aparência para a sociedade como um todo de que detêm o monopólio da legitimidade e legalidade das transações econômicas, mesmo quando envolvidos ou surpreendidos em atividades ilegais (Idem, p.28).

Para o autor o outro sistema já não seria hegemônico porque suas atividades desafiam o *establishment* econômico em níveis locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais. Seus agentes são tidos como ameaça e sentem o poder das elites políticas e econômicas que querem controlá-los. Tais atividades são encaradas como assunto de polícia, sendo objeto de ação repressiva elaborada (Idem, p.29).

Nesse caso, o sistema mundial não-hegemônico se constrói como “um modo de vida e de conseguir mobilidade social ascendente” (Idem, p.29). As atividades na base da pirâmide representam a globalização de baixo para cima, provendo acesso a fluxos de riquezas globais que de outra forma nunca chegariam a segmentos mais vulneráveis de qualquer sociedade ou economia, abrindo caminho para a mobilidade ascendente e para a possibilidade de sobrevivência em economias nacionais e globais que não são capazes de prover pleno emprego a todos (Idem, p.29).

O sistema mundial não-hegemônico é formado por dois tipos de processos de globalização, cujas fronteiras não são nítidas nem rígidas. O primeiro processo é formado pela economia ilegal global que compreende atividade do crime organizado global. Já o segundo, seria formado pela economia ilícita global, a qual envolve atividades da globalização popular, consideradas ilegais pelo Estado, mas lícitas pela sociedade. Ambos os processos podem se entrelaçar, retroalimentar-se e se manter em relações hierárquicas entre si (Idem, p.29).

Pode-se afirmar que a Feira da José Avelino compreende parte deste segundo processo em que são negociadas mercadorias muitas vezes contrabandeadas, mas não consideradas ilícitas socialmente. Este processo pode ser vivenciado nas diversas bancas de camelôs que compõe o comércio ambulante da cidade²¹.

Um dos feirantes fez referência à venda de produtos chineses no mercado local:

“Alguns tecidos são produzidos aqui no Brasil mesmo. Outros vêm de fora, da China. Mas alguns são produzidos no Brasil mesmo, nas fábricas do Ceará, fábricas de algodão. Se bem que se a gente começar a conversar aqui, a gente vai vê que é um atentado muito grande que o Brasil comete em não ter tantas fábricas assim e deixar a China mandar tantas mercadorias pra gente aqui. A China é uma das maiores economias do mundo né. Nós não investimos na tecnologia né. Aí a gente peca com isso. Tem muito tecido chinês aqui que são mais baratos. Pior que os tecidos chineses são os lixos que chegam de material elétrico. Isso aí é terrível pra gente. É um *pen drive* que você sabe que vai comprar e não vai prestar. Mas tá no Brasil e o pessoal quer vender. É um fone de ouvido que você compra e sabe que não vai prestar. É um próprio aparelho. É triste isso!” (Josimar)

²¹ Ver em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2019/02/22/carga-com-roupas--maquiagens-e-tenis-sem-nota-fiscal-e-apreendida-em-itaitinga.html>

O feirante e pequeno produtor de confecções questiona e critica a qualidade de alguns produtos importados da China que são vendidos na Feira a um preço abaixo dos produtos nacionais. É importante frisar que neste comércio de rua, haveremos de encontrar não só produtos de confecção e moda popular, muitos dos quais produzidos nas oficinas domiciliares a partir de matéria-prima e mão-de-obra local, mas também produtos de confecção chineses e alguns acessórios eletro-eletrônicos, como fones de ouvido, *pen-drives*, cartões de memória, pequenos sons com suporte para *USB*, dentre outros artigos. A maioria destas mercadorias, proveniente do mercado chinês, acabasendo a principal concorrente dos produtos nacionais. Josimar reconhece o poder de venda destes produtos, adquiridos a baixo preço, mas questiona sua “péssima qualidade”.

O ambulante faz referência ao contexto econômico brasileiro, marcado pela forte concorrência com o mercado chinês, considerado atualmente o maior concorrente da indústria brasileira, incluindo a indústria têxtil cearense, afetada negativamente, tendo em vista o baixo valor da confecção vendida.

Conforme Aragão (2014), os concorrentes asiáticos (liderados pela China) invadiram vários setores - inclusive o têxtil – baseados em produtos de baixo custo e grande oferta, sustentados por um *dumping* social que incluiu mão-de-obra barata, inexistência de custos trabalhistas e forte incentivo estatal. A presença asiática no mercado global causou forte impacto, e em nível de mercado interno, os produtos *made in brazil* não conseguem competir nem em volume nem em preço com os produtos asiáticos (Idem, p.243, 304).

Mais especificamente no ano de 2005,houve uma guinada no panorama macroeconômico da indústria têxtil – cearense e brasileira. A não renovação do Acordo da Rodada Uruguai provocou uma grande abertura para a “invasão chinesa”. Com o fim do acordo sobre a liberalização do setor têxtil, os empresários brasileiros tiveram que se adaptar à “guerra têxtil”, conseqüência da progressiva dissolução do sistema de cotas e com a entrada dos produtos chineses no mercado nacional (Idem, p.243). Afirma Aragão:

“Com a eliminação das cotas, os produtos chineses – dos mais competitivos no setor têxtil – ganharam livre acesso ao mercado internacional (...) Assim, os produtos chineses chegaram ao mundo inteiro. No Brasil eles ameaçam, entre tantos outros setores, a indústria têxtil e de confecção. A produção de têxteis recuou 4,6% e a de confeccionados 10,5% de 2011 para 2012 (...) Diante da entrada no Brasil da confecção pronta, oriunda da China e de outros países asiáticos, quebraram-se todos os elos da cadeia têxtil, isto é, o fabricante do fio, o fabricante do tecido e malha, o confeccionaista final. A invasão dos produtos chineses chegou aos grandes magazines, que compram as coleções inteiras, prejudicando a cadeia local (Idem, p.243, 244).

Para Ribeiro (2010), este tipo de comércio global pode ser denominado de sistema mundial não-hegemônico, sendo formado por uma rede de nós, a funcionar como pontos de interconexão entre vendedores e compradores, que variam de tamanho e importância para a reprodução do sistema, podendo ir desde as barracas de camelôs destinadas a atender as necessidades de consumidores finais até megacentros, destinados a intermediários com influência econômica de alcance internacional (estando incluídos aí alguns camelódromos e Rua 25 de março, Feira do Paraguai em Caruaru; Shopping Oiapoque em Belo Horizonte e a região conhecida como “Saara” no Rio de Janeiro) (Idem, p.30). Dessa forma, incluo aqui também a Feira da José Avelino como parte integrante também desse sistema não-hegemônico.

A Rua 25 de Março, por exemplo, é um exemplo de mercado e de nó do sistema mundial não-hegemônico que mostra a presença de grandes atravessadores e miríades de redes de “sacoleiros” (Idem, p.31). Conforme Ribeiro:

Internamente a tal estrutura pode haver agentes e redes sociais envolvidos em diferentes momentos e aspectos de atividades econômicas lícitas, (i)lícitas e ilegais. Nada impede que se passe do sistema não hegemônico para o hegemônico e vice-versa. O sistema mundial não-hegemônico²² pode servir como uma maneira de realizar acumulação primitiva de capital. Como tal, pode ser útil para um capitalista individual como uma forma de acumular, em um determinado momento de sua trajetória econômica, ou pode ser permanentemente utilizado para tal fim. (Idem, p.31)

Em meio a estas mutações e transformações no mercado mundial, a Feira da José Avelino vai se constituindo como fenômeno em que se apresentam variadas formas de precarização laboral, vivenciadas por seus trabalhadores, suscetíveis aos próprios movimentos de mundialização do capital.

3.4 As Feiras de Confeção e a Feira da José Avelino nos Circuitos Econômicos do Mercado Nacional

Muitas cidades tiveram suas origens relacionadas às feiras. O surgimento desta instituição está relacionado à realização de intercâmbio de mercadorias e ao abastecimento da população, representando o embrião de uma aglomeração humana vinculada ao comércio. Conforme Dantas (2008) “(...) como instituição destinada à troca comercial, a feira tem sua origem relacionada ao renascimento da atividade comercial na passagem da Idade Média para

²² Os principais centros produtores de mercadorias do sistema mundial não-hegemônico se encontram na Ásia (Taiwan; Coréia do Sul; Singapura; Malásia e China). (RIBEIRO, 2010, p.33)

a Idade Moderna” (Idem, p.88). Entretanto, as feiras e mercados já se constituíam acontecimentos desde a antiguidade. As cidades eram os locais onde essa atividade estava concentrada e estes modelos de mercados foram trazidos para o Brasil somente após a chegada dos colonizadores portugueses no início do século XVI (Idem, p.87).

No Brasil, as feiras e os mercados eram tidos como inovações desconhecidas pela população nativa, surgindo apenas com a vinda dos colonizadores. Nesse sentido, as feiras livres no Brasil foram importadas e copiadas daquelas que os colonizadores já conheciam em Portugal (Idem, p.89). Sobre a importância desta instituição no contexto socioeconômico nordestino, afirma o autor:

“No contexto da formação socioeconômica nordestina, a feira livre desempenhou – e por que não dizer desempenha – grande importância, por ser uma das principais formas de comercialização da produção agrícola e principal mercado de abastecimento para uma parcela da população. Além disso, ela muda, mesmo que seja por algumas horas, toda a dinâmica da cidade em face da movimentação de pessoas que se deslocam, seja de suas residências na cidade, de uma comunidade rural próxima à cidade, de outro município e, também, de outros estados dependendo do raio de abrangência da feira.” (Idem, p.92).

Atualmente o conceito de feira, já modificado pelas transformações inerentes ao capitalismo, vem adquirindo cada vez mais importância central na vida econômica e social dos centros urbanos, agora interconectados globalmente a partir de distintos mercados locais, nacionais e internacionais, como é o caso específico da Feira da José Avelino, situada no Centro tradicional da Cidade de Fortaleza. Não mais restrita apenas as relações e trocas comerciais a nível local, impactando e influenciando os ditos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e outras cidades e municípios do Estado do Ceará, a Feira da José Avelino dissemina um forte e dinâmico comércio de confecções a envolver diferentes estados do país, interligados pela confecção e pela moda popular.

Não mais apenas definido como mercado predominantemente de gêneros de primeira necessidade, as feiras incorporaram em seu funcionamento a lógica do consumo diversificado de mercadorias, incrementando a venda de diferentes produtos, desde alimentos, utensílios domésticos, roupas e acessórios de moda até artigos de informática e eletroeletrônicos os mais variados, muitas vezes, importados da China ou Taiwan.

Como bem analiso nesta tese, a Feira da José Avelino é produto e ao mesmo tempo reprodutora da lógica do mercado de trabalho informal já pulsante na Cidade de Fortaleza, desde meados do séc.XIX. Sua logística incorpora a mão-de-obra de milhares de indivíduos que procuram na atividade ambulante a busca pela sobrevivência e a manutenção de projetos de vida em meio às instabilidades de um sistema em mutação.

A Feira da José Avelino se desenvolveu como parte metamorfoseada de outra feira, que há época, já comercializava artesanatos e artigos de renda nas imediações da Catedral de Fortaleza, mais especificamente na Praça Caio Prado, nome oficial do equipamento mais conhecido popularmente como Praça Pedro II, antiga Praça do Conselho, considerada a primeira Praça de Fortaleza, desde os tempos coloniais²³. Com a expansão da atividade produtiva têxtil no Estado – tendo presença marcante e predominante na Região Metropolitana da Cidade - os antigos feirantes, juntaram-se a novos produtores de confecção, que passaram a utilizar o espaço da rua como lócus de comercialização de roupas e artigos de moda.

Com as transformações advindas dos novos processos produtivos, a feira passou da modalidade de mercado de consumo em sistema de varejo para um modo específico de sistema em atacado, tornado-se celeiro agregador para pequenas unidades produtivas com diferenciadas capacidades e modalidades de produção, a envolver desde aqueles que produzem e vendem diretamente suas mercadorias nas ruas com a ajuda de familiares, até aqueles que possuem uma melhor e maior infra-estrutura, e que por isso, têm a capacidade para a contratação de terceiros que atuarão na comercialização de seus produtos.

A feira na contemporaneidade assumiu uma condição heterogênea, pois sua própria expansão é reflexo da intensificação do processo de informalidade. Nesse sentido, ela envolve uma rede de produção, interligando de forma interdependente uma vasta divisão social do trabalho, compreendendo uma grande diversidade de relações trabalhistas.

Refazendo seu sentido espaço-temporal, pois, apesar de seu caráter temporário - o que ainda a torna um evento especial durante as semanas e meses, sendo aguardada como evento periódico - não mais é realizada apenas nos espaços da rua, mas também em estabelecimentos fechados e privados. No caso da José Avelino, o evento é integrado tanto pelo comércio realizado na rua, como também pelo comércio realizado no espaço privado, gerando um misto de atividades circulantes e fixas em constantes relações de concorrência e complementaridade.

Seus dias de funcionamento se sintonizam com as datas estipuladas por agências de turismo, conciliando demandas de clientes “sacoleiros” advindos de outras localidades

²³ Nas proximidades desta praça, estava situada a “Feira Velha”, primeiro róssio da Cidade de Fortaleza. O róssio era utilizado pelos cidadãos como pontos de encontro, postos de venda para produtos agrícolas, lugares de pasto, feiras, trato de animais e áreas para fabricação e venda de manufaturados. Registra-se que nesta área central, mais especificamente na Praça da Carolina, conhecida atualmente como Praça dos Correios, ocorreu a primeira manifestação de feira na Cidade de Fortaleza (CASTRO, 1994; GIRÃO 1979 apud ALVES, 2012, p.34-37).

(municípios e estados) e que além da Feira da José Avelino, também compram mercadorias em outras localidades, possibilitando assim a realização de um percurso interfeiras que se complementa.

Imagem 12 – Ônibus de excursões de “sacoleiros”, estacionados ao lado de um galpão.



Fonte: Acervo do autor

Trata-se de uma logística espaçotemporal diferenciada e transmutada nos novos tempos do capital, estabelecida por movimentos (circulação de pessoas e bens) estipulados por agências de turismo que estipulam a circulação de passageiros, evitando o choque de datas com a ocorrência de outras feiras de confecção, também periódicas - para as quais muitos destes mesmos sacoleiros também viajarão. Nesse sentido, torna-se possível para os sacoleiros dividirem seus dias de visitação sem provocar um choque concorrencial entre as feiras populares de confecção e moda de outras localidades do país.

Assim, as agências de turismo acabam dividindo seus trajetos de acordo com os dias de funcionamento das demais feiras, buscando se ajustar a este movimento, maximizando o volume de passageiros que buscam freqüentar todas elas. É possível destacar dentre estas feiras, a Feira da Sulanca, que acontece nas segundas-feiras, à noite, e nas terças-feiras, pela manhã; a Feira de Santa Cruz do Capibaribe, organizada às quartas-feiras pela manhã; e a Feira de Toritama (que se aproveita dos clientes das duas feiras) e que se realiza as terças-feiras, à beira da estrada de Caruaru-Santa Cruz (na localidade há um camelódromo com funcionamento diário) (LIMA E SOARES, 2002, p.170).

Conforme Maciel et al.(2014), a Feira da José Avelino surgiu por intermédio da iniciativa de algumas bordadeiras vindas da Cidade de Itapajé que comercializavam toalhas e colchas de cama para as lojas das cercanias da Praça Pedro II, muitas das quais queriam trabalhar por conta própria sem necessitar da figura de um intermediário. Dessa forma, podiam comercializar diretamente seus produtos para o consumidor final. Nessa época, a feira ainda agregava um número reduzido de trabalhadores, e que foi se expandido em níveis crescentes. Nota-se, pelos relatos sobre os conflitos e as disputas que ocorreram no âmbito desse tipo de comércio, a importância que a feira adquiriu para um grupo populacional que vive do trabalho informal.

Para Gonçalves e Amora (2014), a feira no Nordeste brasileiro agrega, além do comércio, alguns outros aspectos sociais e culturais que exercem importante papel na dinâmica espacial de municípios, distritos, vilas e povoados do país. Afirmam os autores:

(...) a feira tem se metamorfoseado mudando seu funcionamento, os sujeitos envolvidos e as práticas espaciais tecidas. Em suma, sua forma-conteúdo tem se modificado à medida que se insere na lógica da produção e comercialização da confecção popular (Idem, p.1).

Conforme estes autores, a produção de pequenas unidades produtivas e de oficinas no ramo de confecção em Fortaleza, tem se manifestado no espaço urbano sob a forma de uma economia popular que ganha expressão e extensão por meio da distribuição e comercialização da confecção em feiras populares de diversas cidades cearenses. Este fator fez com que a feira tradicional incorporasse novos elementos, inserindo-se na dinâmica contemporânea de novas relações espaciais (Idem, p.2).

Pode-se dizer que os circuitos espaciais da confecção popular articulam várias feiras nos municípios do noroeste cearense (Idem, p.2). Para os autores, o grande volume de confecções vendidas na feira, juntamente com o comércio de rua, reunindo inúmeros autônomos, forja circuitos espaciais da confecção popular que adentram em vários municípios do estado. Nesse caso, a confecção deixou de ser uma mercadoria qualquer entre outras, para se tornar o principal produto da feira (Idem, p.5). Afirmam:

Para sua composição, as peças de roupa, realizam um circuito que passa por diferentes etapas e diferentes trabalhadores e podem ocorrer em diferentes espaços, tendo em vista um grande número de pequenas unidades produtivas domiciliares que mobilizam o trabalho familiar, sem falar daqueles pequenos produtores que contratam outros trabalhadores e remuneram pela peça produzida. A grande maioria dessas unidades produtivas encontra-se em bairros da periferia de Fortaleza (José Walter, Montese, Vila União, Vila Pery, Bom Jardim, Conjunto Ceará, etc.) (Idem, p.6)

As feiras da Região Metropolitana de Fortaleza vendem parte desta produção realizada pelos mesmos produtores, que também passam a comercializar suas mercadorias na mesoregião noroeste do Ceará, e que inclui os distritos de Aprazível (Sobral); São Benedito; Ipu; e Distrito de Deserto em Itapipoca. Tais feiras, a vender em atacado e no varejo, também atingem compradores da região norte e nordeste, como Piauí, Maranhão e Pará. São vários os gêneros vendidos, variando desde o *jeans*, a moda praia, a moda íntima e a infantil (Idem, p.7).

Nesta rede de relações e circuitos a envolver diferentes mercados a nível local, regional, nacional e internacional, é importante destacar também a relação de competição e complementaridade existente entre a Feira da José Avelino e o Pólo de Confecção do noroeste Pernambucano, compreendido pelas cidades de Toritama²⁴, Santa Cruz do Capibaribe²⁵ e Caruaru²⁶. Trata-se de mercados semelhantes no que se refere à sua organização e ao seu modo de produção.

As feiras estabelecem interconexões territoriais, movimentando e dinamizando a economia. Lyra (2005) ressalta que a produção de confecções vem se consolidando na mesoregião do agreste de Pernambuco desde a década de 1970, com a fabricação de roupa (sulanca), bordados, renda, artesanato de barro, como também, especialmente, a comercialização dessa produção, através da criação e do incremento de feiras livres, entre as quais a Feira da Sulanca, em vários locais do Estado e a Feira de Caruaru (Idem, p.147).

²⁴ Situada entre Caruaru e Santa Cruz, Toritama era produtora de calçados até os inícios dos anos 1980, quando houve aumento do preço do couro e as máquinas passaram a ser aproveitadas para a costura do jeans, produto com demanda crescente. Toritama passou a ser a maior produtora de jeans da região. Assim, criou sua própria feira (Sulanca), aproveitando as existentes em Santa Cruz do Capibaribe e da tradicional Feira de Caruaru. (LIMA E SOARES, 2002, p.169).

²⁵ A produção de confecções em Santa Cruz começou com a chamada feira da Sulanca. Nas décadas de 1940 e 1950, comerciantes da cidade já vendiam no Recife (então centro produtor têxtil) queijos e couros, e levavam para Santa Cruz retalhos de tecidos que se transformavam em roupas. Na década de 1960, caminhoneiros de São Paulo passaram a trazer retalhos de helanca (fio de malha sintético, de tecelagens paulistas) que eram costurados em Santa Cruz e transformados em roupas íntimas e de malha. O termo Sulanca deriva da corruptela “sul” com “helanca”. Em 1969, foi criada uma feira para a venda de tais produtos, que ganhou proporção pelo baixo custo das mercadorias. Aos poucos, outros produtores passaram a costurar peças de vestuário, tornando a cidade atualmente um pólo produtor (onde a maioria da população vive da costura de produtos de malha) de roupas vendidas nas Feiras de Sulanca em Caruaru, Santa Cruz e Toritama, atraindo uma clientela de todo o nordeste. (LIMA E SOARES, 2002, p.169). Afirma Lyra (2005) “a Feira da Sulanca possui uma quantidade superior a 10.000 bancas cadastradas, com uma média de 20% de sulanqueiros sem lugar certo e preços altamente competitivos, onde se compram roupas a partir de R\$ 1,00. É a mais famosa e mais conhecida feira do Estado de Pernambuco. Cada dia, mais e mais pessoas a visitam, vindas de cidades vizinhas ou do exterior, em busca do grosso ou varejo. (LYRA, 2005, p.152).

²⁶ A Feira de Caruaru reúne várias feiras em 40.000m². Fazem parte dela as seguintes feiras: Feira Livre, Feira da Sulanca, Feira dos Importados (do Paraguai), Feira do Artesanato e Feira do Gado. O espaço agrega também um açougue com 306 boxes internos e 43 boxes externos, além de um mercado de farinha com 27 boxes internos e 80 boxes externos. (LYRA, 2005, p.151).

Não seria possível pensar a feira de confecções sem adentrar no universo da produção da confecção popular. Se o caráter móvel das feiras contribui para sua dispersão territorial, alcançando outros públicos através da necessidade do consumo, a feira de confecção também conforma um subcircuito do trabalho precário, composto por montadores e carregadores de estruturas de barracas (GONÇALVES E AMORA, 2014, p.11). Nesse sentido, a feira também se transforma em espaço de trabalho precário.

A inserção dos produtos da indústria da confecção e do vestuário propiciou uma metamorfose na forma e no conteúdo das feiras, sendo algumas delas exclusivas para a venda do produto “confecção e moda”. No caso do Estado do Ceará, a produção de confecção está concentrada na Cidade de Fortaleza, que irradia seu eixo de ação e comercialização para outros municípios. Dessa forma, a feira de confecção acaba reafirmando a força da metrópole quanto à produção confeccionista (Idem, p.11). Considerada atualmente uma Feira que predominantemente vende confecções e moda popular, com alguns outros produtos secundários (alimentícios, eletroeletrônicos, dentre outros), a Feira da José Avelino adentra os circuitos locais e nacionais de produção e troca, formatando um fenômeno integrado ao movimento do capital.

Pode-se dizer que atualmente, a Feira da José Avelino insere-se nos grandes fluxos econômicos que envolvem o setor de confecção do Estado do Ceará, sendo encarada como referência no Nordeste para este tipo de comércio, tanto no sistema de atacado como de varejo, ao mesmo tempo em que também é encarada duplamente como feira “regular” e “irregular”, suscitando variadas apreciações morais por parte de alguns sujeitos em disputa. Sobre o raio de influência e interligação exercido pela Feira, um ambulante afirmou:

“Na minha confecção o que a gente faz é só pra gente vender. Ela vende e eu vendo também. O máximo que eu faço é vender pra cliente que vem de fora, que compra pra revenda né. E a intenção da gente é vender mesmo pra cliente que vem de fora e que compra pra revenda. Esses clientes que vem pra cá, são o pessoal que vem do Nordeste e do Centro, e da região Norte. No caso, é o pessoal de Manaus, é o pessoal do Pará, e do Nordeste, são o pessoal da Bahia, Rio Grande do Norte, tem o Maranhão né, Piauí, alguns de Pernambuco. Em São Paulo tem algumas coisas que nem compensam eles comprarem lá né, porque aqui tem mais barato. Então eles vêm também pra cá. Já existem pessoas que vêm de São Paulo. Esporadicamente. É difícil, mas alguns vêm. Mas é raro isso. Agora acontece de mandarem muita mercadoria daqui, as empresas informais né, como a gente, alguns mandarem pra fora né, pro pessoal de São Paulo, pro Rio, como eu tinha um amigo que ele vendia. A empresa dele era pequena, mas ele vendia pro pessoal de fora, pra algumas pessoas, pra região sudeste”. (Josimar)

Josimar é trabalhador da feira e possui vários tipos de clientes, mas a maior parte vem de outros estados da região Norte, Nordeste e Sudeste do país, como São Paulo e Rio de

Janeiro, integrando uma vasta rede comercial de trocas e intercâmbios regionais. Como já citado anteriormente, algumas cidades já se tornaram referência neste tipo de mercado popular, consagrando algumas feiras de confecção e artigos de moda, como é o caso de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, que exercem importante papel na dinâmica regional e nacional.

Majoritariamente a maior parte do público de sacoleiros que consomem na José Avelino advém das regiões Norte e Nordeste, mais especificamente dos Estados da Amazônia (cidade de Manaus), Pará, Bahia, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, e Pernambuco, considerado outro grande pólo de confecções, mantendo-se forte concorrente do Ceará na fabricação de confecção popular. É importante frisar que o Estado do Ceará vem se destacando pela criação de novos pólos e circuitos de confecção e moda em vários outros municípios também, como Sobral, Cascavel, Ipu, etc. Um ambulante afirmou:

“Os clientes que vêm de outros estados, vêm do Maranhão, Piauí, Pernambuco, Pará, Recife, Santa Catarina, Bahia, Acre. A maioria de fora. Os daqui são pouquíssimos”. (Alan)

Nota-se que Alan tem por clientela um público diversificado, formado em sua pequena minoria por compradores locais, e na grande maioria por clientes originários de diversos estados do Norte e Nordeste, incluindo o Acre, e também advindos de outros estados do Sul, como Santa Catarina. No que se refere à venda de confecção local, Régis comenta:

“Nós consegue tirar, pagando tudo, dois contos e meio (**dois mil e quinhentos reais – grifo meu**). Em cada calça comprida dessa aqui, nós ganha cinco reais numa. Nós trabalha direto. Nós fecha no sábado e domingo, e trabalha na semana, na feira. Nos outros dias a gente trabalha na produção. Então, tem que vir sempre pro comércio. Mas o pessoal fecha. Hoje mesmo eu vou pegar as minhas peças na lavanderia que chega hoje pra mim, e eu vou colocar botão, fazer limpeza, colocar os enfeites, porque é uma mercadoria nova que vai pra São Paulo. Tem mais ou menos quatrocentas peças daqui que vão pra São Paulo agora. Aí se o cliente não quiser tudo, se ficar cinqüenta peças, por exemplo, aí eu trago pra cá, pra vender na rua. Essas peças que eu falei vão pro Braz. Eu tenho clientes lá, de lojas, e a gente também manda pra shopping. Esse produto vai de avião. A mercadoria sai daqui e eu vendo a trinta e três reais um *short*. O cara vai vender lá por quarenta ou trinta e cinco reais. Ele ganha o dinheiro em cima. Dá pra ele vender sossegado. Lá o custo de vida e a mão de obra encarecem mais as coisas. Aqui é mais vantajoso. Se eu for pegar uma pessoa pra trabalhar pra mim por dia eu vou ter que pagar mais que um salário, pagar almoço pro cara, pagar o ônibus, pagar um monte de coisas né. O tecido aqui vem da Fábrica Têxtil. Vem com nota e tudo. Vende pra todo o Brasil”. (Régis)

Nesta fala o ambulante Régis afirma obter um rendimento mensal de dois mil e quinhentos reais com a venda de seus produtos, tendo que trabalhar duramente para obter este faturamento. Aos finais de semana se dedica a produção e ao fabrico das mercadorias, e nos

demais dias da emana as comercializa. Seus produtos também são vendidos para a “Feira do Braz²⁷”, localizada na Cidade de São Paulo, sendo transportadas em vãos de carga que saem de Fortaleza.

Para Régis, o baixo valor das mercadorias vendidas na José Avelino é importante fator de atração para o comércio interestadual de confecção, e nesse caso, o trabalho familiar é fundamental na manutenção destas margens de preço, uma vez possibilitar ao produtor a redução do custo trabalho, economizando e poupando gastos na contratação de terceiros. Sobre os vínculos familiares nutridos a partir das relações de trabalho, Alan fez a seguinte colocação:

A minha esposa é mais antiga aqui na feira do que eu. Quando eu conheci minha esposa, ela já trabalhava aqui. Eu conheci a feira através dela, e como os pais dela já tinham um *box* aqui, tanto o pai como a mãe, aí ela foi crescendo aqui no decorrer da sua vida. E não só aqui. Porque eu não vendo somente aqui. Vendo também nos outros bairros, como em Messejana. Eu passei a trabalhar em feiras por conta dela, porque eu queria fazer algo também né. Foi através dela que eu cresci. (Alan)

Alan afirma que trabalha atualmente no comércio de rua por influência de sua esposa, que já trabalhava na área antes mesmo dele começar a atividade de feirante, e a qual já acompanhava a trajetória dos pais, também feirantes. Além de trabalhar na José Avelino, este trabalhador percorre outras feiras da cidade, expandindo a prática do comércio popular para além da espacialidade do Centro, estabelecendo contatos e dinamizando o consumo e a economia urbana em torno da informalidade.

É importante destacar o papel que as redes socioprodutivas desempenham na inserção das pessoas no mercado de trabalho informal, tornando os vínculos pessoais e as ligações com parentesco, elementos fundamentais na inserção destes indivíduos neste campo do trabalho. Alan e tantos outros que atualmente se inseriram e se inserem na informalidade a partir de contatos e relações estabelecidas com amigos, vizinhos e ou familiares também acabam expandindo um continuum de relações de trabalho em novos processos de informalidade. Muitas destas relações constituem formas de trabalho atípicas, que não se enquadram no modelo convencional de assalariamento, envolvendo outras formas de remuneração por produção, como a remuneração por comissão, trabalho familiar, dentre tantas outras formas de trabalho precárias.

²⁷ Também conhecida como Feira da Madrugada, está situada na região central da capital paulista, reunindo diversos negócios no ramo de confecção e moda.

4A INFORMALIDADE NO ESPAÇO URBANO: A VELHA QUESTÃO DA REQUALIFICAÇÃO

A informalidade constitui-se um fenômeno integrado, tanto aos processos de mudança urbana, como também aos processos de metamorfose do mundo do trabalho. Nesse sentido, faço, nesta seção, uma análise dos processos de informalidade na Feira da José Avelino no contexto específico da Cidade de Fortaleza, expondo e analisando determinadas políticas públicas, como é o caso da requalificação, a atingir diretamente os trabalhadores informais que ocupam o espaço público. Analiso como estas políticas percebem estes processos de informalidade, por elas representados como “irregulares” e como estes processos de trabalhadores feirantes, independentes das intervenções oficiais, comportam-se no espaço urbano.

4.1 O policentrismo na cidade de Fortaleza e as mudanças impulsionadas no centro tradicional: a ocupação da área pela informalidade

Dentre alguns fenômenos que chama a atenção no universo urbano, o policentrismo tem se destacado. Este fenômeno (descentralização e surgimento de vários outros centros) começou a ficar mais evidente na Cidade de Fortaleza a partir da década de 1970, com a intensificação e dinamização do comércio para outros bairros da Cidade, como Aldeota, Montese, Parangaba e Messejana, lugares estes que passaram a competir com o Centro tradicional da cidade, e que por sua vez também passou a ser ocupado por outro público de usuários. (SILVA, 2013, p. 73). Esta mesma atividade comercial urbana, antes concentrada no Centro, também se expandiu para outras áreas de Fortaleza, como Av. Washigton Soares, que se tornou um importante corredor comercial, agregando em sua extensão uma diversidade de equipamentos importantes, como o Fórum, universidades e bancos diversos, e, o que por sua vez, também passou a estimular o crescimento destas áreas em suas funções habitacionais²⁸.

É importante esclarecer que destas novas áreas comerciais da cidade, o bairro Aldeota conseguiu agregar em seu conjunto, um público com alto poder aquisitivo, o que também por sua vez acabou estimulando o surgimento de um comércio de luxo na região, voltado para os anseios de uma nova e exigente clientela. Assim, foram surgindo os primeiros

²⁸ Em bairros como Cocó, Água Fria e Edson Queiroz.

grandes *shopping centers* da cidade, entre os quais o “Center Um” (1974) e o “*Shopping Iguatemi*” (1982), ambos de propriedade do empresário Tasso Jereissati (GONDIM, 2007). Tais movimentos foram desencadeados a partir da migração de serviços e funções, que já havia se iniciado em meados do século XX, e, que ao longo desse período, fez com que o Centro tradicional deixasse de se consolidar como lugar de lazer e moradia das elites, para se tornar um espaço puramente comercial (principalmente o comércio popular) e de prestação de serviços.

Esse processo de redefinição de funções e de reocupação do Centro de Fortaleza foi caracterizado por Bozarchielo da Silva (1992) como *periferização do centro*, refletindo o momento em que aquele bairro passava a se transformar num “centro da periferia”. Conforme enfatiza Villaça (2012) é importante reforçar também que desde a década de 1950, tanto em Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, e um pouco mais tarde em outras metrópoles brasileiras, as elites começaram a abandonar o centro principal como local de compras, serviços e residência, para assumir a representação de “centros tradicionais no meio de vários outros centros”.

Referindo-se aos novos Centros, este autor sustenta a idéia de que o “Centro é onde estão as elites”, pois a localização e permanência destes grupos é que seria capaz de propiciar mudanças estruturais na espacialidade urbana, modificando funções e movimentos de ocupação (Idem, p.132, 133). Conforme Eustógio Dantas (2005), a partir da década de 1980, o Centro de Fortaleza passa a ser fortemente ocupado pela população pobre, a qual encontraria nesta área, novas possibilidades para o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência. Afirma:

Assiste-se ao êxodo de atividades ditas nobres e à saída de outras grandes geradoras de fluxo, como as implementadas pelas instituições públicas. A substituição fez-se por atividades de menor rentabilidade, informais e, por vezes, ilegais e praticadas por usuários e moradores com menor ou quase nenhum poder aquisitivo. (DANTAS, 2012, p.4)

Conforme já exposto, o Centro tradicional de Fortaleza passou a concorrer com várias outras áreas comerciais, embora ainda desempenhasse importante papel no que se refere à dinâmica do comércio informal, vinculado a um segmento populacional de baixa renda e que se tornava, por isso, um pólo de atratividade para grande parcela da população metropolitana a procura de satisfazer seus anseios de consumo (Idem).

Atualmente este mesmo Centro, ainda consegue agregar uma circulação diária de trezentas mil pessoas que de alguma formase utilizamd os serviços ali oferecidos. Contabiliza-se nesta localidade a existência de oito mil lojas, que geram, em média, vinte e dois mil

empregos diretos, arrecadando recursos (no ano de 2003) que representavam 14,5% do total do Produto Interno Bruto do Estado ou, em outras palavras, cerca de R\$144 milhões de reais, conforme dados disponibilizados pela Organização “Ação Novo Centro”²⁹. (VASCONCELOS, 2008)

Concentra-se e espalha-se nesta região um intenso fluxo de pessoas que para lá converge através de um sistema viário original com característica radiocêntrica, permitindo uma concentração de fluxos que interliga Fortaleza a outros municípios de sua Região Metropolitana (Idem, p.78). Nesse sentido, a área continua exercendo forte papel polarizador, tornando-se destino de chegada e passagem para diversos moradores dos bairros da Cidade e de municípios vizinhos, o que se pode constatar através da grande quantidade de linhas de ônibus que para lá convergem.

Além de disponibilizar um variado comércio formal e informal para os circuitos econômicos da urbe, o Centro também abriga importantes pontos de lazer e cultura da cidade, com a existência de vinte e quatro praças; oito teatros; um grande centro de arte e cultura (Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura); e várias galerias de arte, bares e boates (Idem, p.81). Registra-se que no ano de 2007, o Centro da Cidade passou a ser gerido e administrado por uma secretaria executiva própria (Secretaria Executiva Regional do Centro de Fortaleza – SERCEFOP), com poder e autonomia de gestão para a organização desta área.

Constituído por uma população de 28.538 habitantes (conforme último censo geográfico realizado pelo IBGE em 2010), o comércio do Centro ainda mantém-se preponderante em Fortaleza. Em 2005, o bairro havia gerado o maior quantitativo de empregos formais da cidade, concentrando 68.490 postos de trabalho (num universo total de 496.545 empregos) (Idem: 86). Dessa forma, permanece ainda no Centro antigo da cidade, uma primazia comercial, o que o coloca também no segundo lugar de maior arrecadação de ICMS³⁰ do estado do Ceará, perdendo apenas para o Município de Maracanaú (Idem, p.86).

Nota-se, portanto, nesta localidade, a existência de inúmeras práticas e atores em constantes relações de poder e disputa, transformando o Centro antigo da Cidade, num espaço de comércio, trabalho e sobrevivência.

4.2A requalificação urbana: a idéia de degradação do centro?

Neste contexto de modificações estruturais a envolver o Centro, termos como “deterioração” e “degradação” começaram a se tornar presentes em alguns discursos dirigidos

²⁹ Dados estes apresentados na 2ª reunião do Fórum sobre o Centro de Fortaleza, realizado em 19/03/2004.

³⁰ Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços.

a esta região, principalmente pela mídia escrita e televisiva. A área passou a ser encarada por segmentos da população, como inviável para a prática e exercício de atividades relacionadas ao lazer e à moradia. Tais discursos reverberam fortemente na mídia e passa a adquirir um papel fundante e estratégico nas intervenções de planejamento voltadas para esta área, justificando-as como legítimas.

Utilizo aqui como referência, a guiar parte de minha reflexão, alguns autores que discutem a questão dos centros urbanos, e a configuração destes espaços, a partir de intervenções conduzidas por segmentos sociais hegemônicos, a tornar as cidades, instrumento de resposta às mudanças no mercado global. Nesse sentido, aproprio-me da análise de Vargas e Castilho (2009) sobre o conceito de requalificação, e que no atual contexto das cidades, visa dinamizar a economia urbana incentivando o turismo, atraindo para seu espaço, diversos investimentos econômicos. Para as autoras, o conceito de requalificação não só abrange ações de restauro físico, mas também medidas que incrementam o valor simbólico de determinada área, reativando nela, antigos sentidos e práticas perdidas no tempo.

Com o crescimento acelerado das cidades, intensificado principalmente a partir de meados da década de 1950, algumas áreas, para além dos centros tradicionais, passaram a receber investimentos. Aos poucos, os antigos centros deixavam de receber a mesmas quantias de recursos e investimentos, e por conta disso acabaram incorporando a marca de lugares “degradados” e “deteriorados”. Vargas e Castilho afirmam:

Os conceitos de deterioração e degradação urbana estão freqüentemente associados à perda de sua função, ao dano ou a ruína das estruturas físicas, ou ao rebaixamento do nível do valor das transações econômicas de um determinado lugar. Deteriorar é equivalente a estragar, piorar e inferiorizar. Já a palavra degradação significa aviltamento, rebaixamento e desmoronamento. Degradar vem de gradus, “grau”, que compõe a palavra degrau, na qual a preposição “de” refere-se a qualquer coisa que se movimenta de cima para baixo. Em geral, a referência aos espaços degradados acontece quando, além das estruturas físicas, verifica-se a reverberação da mesma situação nos grupos sociais. Atribui-se a condição de empobrecimento e de marginalização a destruição das bases da solidariedade entre os indivíduos e o descrédito na noção de bem comum (Idem, p.3, 4)

Vargas e Castilho (idem) expõem que após os anos 1950, acentuava-se um processo de degradação nos tradicionais centros das cidades. Para as autoras, assistia-se neste contexto, o surgimento de novas áreas e de outros lugares de moradia não mais centralizados apenas num único espaço, e que se mostravam mais interessantes e atrativos dentro do espaço urbano.

É importante esclarecer que o termo “requalificação” apareceu fortemente em alguns projetos urbanos voltados para o Centro de Fortaleza, em sua maioria associados à

proposta de resgate da área (Lopes, 2013; Vasconcelos, 2008; Barreira, 2010; Gondim, 2007). Para Peixoto (2009) a categoria requalificação define um conjunto de obras que tem como objetivo, proteger e garantir a sobrevivência de um monumento, edifício ou sítio histórico, respeitando as características originais e as funções do equipamento cultural. Conforme Lopes (2013):

Nesse contexto, as intervenções urbanas designadas como “requalificação” trazem à discussão concepções e sentidos atribuídos aos equipamentos classificados como patrimônio. Como os investimentos (materiais e simbólicos) visam à transformação de áreas consideradas “degradadas”, eles acabam sendo direcionados principalmente para a preservação do patrimônio edificado (Idem, p.64).

Para Barreira (2010) tais intervenções urbanas, realizadas em várias cidades contemporâneas, caracterizam-se pela busca de conferir ao espaço público, formas dinâmicas de utilização, baseadas em investimentos comumente associados a comércio e lazer. Assim, diversos espaços públicos passaram a ser alvos de projetos que visavam recuperar zonas degradadas, imprimindo-lhes alternativas de utilização, oscilantes entre a afirmação de sentidos arcaicos e a incorporação de novos usos a antigas edificações (Idem, p.255).

O centro tradicional da Cidade de Fortaleza tanto no passado, e principalmente na contemporaneidade, tem passado por inúmeras intervenções urbanas, dentre estas, aquelas que buscam requalificar este pedaço da cidade, buscando sua valorização simbólica, bem como a necessidade de se investir economicamente em atividades comerciais locais, pois é importante considerar que esta região tradicional da cidade, atualmente agrega parte significativa das atividades econômicas informais desenvolvidas na urbe, envolvendo uma multiplicidade de sujeitos e práticas laborais em sintonia com os movimentos econômicos globais.

Em seus estudos sobre a Cidade de São Paulo, Heitor Frúgoli Júnior (2000) afirma que apesar do declínio de seu Centro tradicional, a área ainda mantém um razoável dinamismo econômico, frente à porcentagem de empregos gerados na localidade, ainda considerada área de utilização interclasses, com conflituosa diversidade sociocultural (forte ocupação nordestina), e em constante apropriação por “redes de relações informais voltadas à sobrevivência (nesse caso, o autor refere-se especificamente aos camelôs e a presença da população de rua) (Idem, p.54).

Do mesmo modo, o Centro da Cidade de Fortaleza desempenha importante papel na geração de empregos formais, na arrecadação de tributos, no desenvolvimento do comércio varejista e atacadista, no desenvolvimento de atividades econômicas informais voltadas a um

público diversificado e para a diversidade sócio-cultural, tratando-se de área a agregar uma multiplicidade de práticas e atores.

Conforme Villaça (2012) tudo o que está no centro atende melhor ao conjunto da cidade, e vice-versa. Para ele, o centro tradicional é o ponto de acessibilidade máxima para o conjunto da população (tanto para os ricos, como para os pobres). No entanto, afirma que apenas para os mais ricos há áreas mais acessíveis que o centro tradicional (dada as suas extensas possibilidades de deslocamento), realidade esta não acessível para a população como um todo (Idem, p.94, 95).

Deve-se aqui, então, questionar alguns discursos inerentes ao processo de requalificação urbana que tentam potencializar investimentos econômicos nesta área, lançando a idéia de que esta estaria em condição “degradada” e “esvaziada” (Barreira, 2010). Na realidade, estes discursos que enfatizam tal condição espacial do Centro tradicional, aliam-se a interesses de segmentos empresariais que pretendem muitas vezes, retomar a hegemonia econômica na cidade, alavancando possibilidades relacionadas às atividades terciárias e imobiliárias na área central, tendo em vista que estes mesmos segmentos econômicos muito foram afetados com a fuga das classes abastadas para outras áreas da cidade a procura de novos redutos de moradia e a consumir em espaços como os *shopping centers*, localizados em outros bairros. Além do que, tais segmentos passaram a se incomodar com a presença física dos pobres na área central, incorporando um discurso que visa criar estrategicamente uma imagem estetizada do Centro voltada cada vez mais para o passado, fazendo desta área um atrativo histórico-cultural vinculado ao turismo e a economia global.

Situações como esta podem ser identificadas no estudo de Silva (2014), para quem o abandono da região central de São Paulo, por exemplo, provocado pelo deslocamento de empresas que passaram a buscar melhores edificações e condições de infraestrutura, ocasionou um deslocamento de sua centralidade econômica, e ao mesmo tempo acabou favorecendo e possibilitando a ocupação desta área pelo comércio informal, voltado a uma população de menor poder aquisitivo.

Enquanto as elites se motorizavam, adquirindo independência do transporte público, afastavam-se também fisicamente do centro, que passou a ser ocupado por um grande fluxo de pedestres beneficiados com novo sistema de integração de terminais de ônibus, e estação de metrô e trem, o que, para tal autor, teria também contribuído para a popularização das atividades econômicas da área, assistindo-se nos anos 1980, um intenso movimento de ocupação generalizada da região pelos vendedores ambulantes (Idem, p.43, 44).

Estes processos de deslocamento e reocupação do centro das Cidades por diferentes grupos sociais repercutem em construções simbólicas que se instauram no espaço urbano, provocando segregações e desigualdades. Como se percebe, a partir da década de 1980, alguns centros urbanos passaram a ser ocupados por sujeitos, que antes não o ocupavam. Neste processo, tais áreas incorporaram novas dinâmicas, as quais foram desqualificadas por determinados segmentos hegemônicos, tornando-se passíveis de intervenções por parte do poder público.

4.3A Prática do Comércio de Rua na História da Cidade de Fortaleza

A prática do comércio de rua pelos ambulantes e demais trabalhadores informais, desde sempre imprimiu no espaço público uma lógica inapropriada e confrontante para o poder público. Inicialmente, as intervenções urbanísticas voltadas para o espaço urbano, almejavam o aformoseamento e a remodelação da cidade, o que representava sinal de civilização e modernidade (PONTE, 2010).

A partir dos anos 1920 e 1930, houve em Fortaleza, um recrudescimento das ações de disciplinarização do espaço público, com tentativa de ajustamento do cotidiano da Cidade a normas e posturas que se enquadravam numa identidade moderna. Estas ações buscavam a disciplinarização, a higienização e o enquadramento social da cidade. A ordem urbana, a partir destes preceitos, deveria ser conduzida por um conceito básico de regularização, de tal modo que todo o cotidiano pudesse ser previsto e calculado (Idem, 2010).

A partir da década de 1930, o Centro foi se consolidando como palco de conflitos, acentuando-se nesta área o acúmulo de personagens que “se viravam” para sobreviver trabalhando em subempregos, principalmente como vendedores ambulantes (Idem, 2010). Conforme Vasconcelos (2008):

As discussões causadas pela presença dos “vendedores ambulantes” no centro da Cidade proporcionaram – e ainda proporcionam – exemplos frequentes das tentativas de enquadramento social – através de normas e posturas, as quais procuram isolar do reduto do “coração” ou do “espelho” da Cidade tudo o que seja antiestético ou o “enfeie” (Idem, p.70).

Neste mesmo período, observava-se o domínio espacial do comércio no núcleo central e o afastamento das classes médias e abastadas em direção às zonas da periferia imediata deste núcleo (que passaram a se deslocar para bairros como Jacarecanga, Praia de Iracema e Outeiro – considerados os primeiros bairros “elegantes” da cidade) reforçando em

Fortaleza, a segregação socioespacial entre ricos e pobres (FERNANDES, 2004, p.40). Esta fuga foi estimulada pela saturação comercial da área e pelos problemas sociais que se intensificavam, tornando-se um ambiente incômodo para determinados grupos elitizados.

A condição do Centro como área comercial fez com que aumentasse a quantidade de trabalhadores informais que passavam a ocupar esta área, sendo encarado pelos gestores como um problema de segurança e de saúde pública. A presença deste tipo de atividade comercial no espaço público acabou desencadeando um processo específico de conflito, tamanho o incômodo sentido pelos comerciantes regularizados que tiveram que concorrer economicamente com estes segmentos populares.

Gisafran Jucá (2000) aponta que a partir da Segunda Guerra Mundial o subemprego de vendedor ambulante começou a ser perseguido na Cidade de Fortaleza, sendo considerado para os gestores um “estorvo ao desenvolvimento comercial” (Idem, p.63). Inicialmente, as autoridades encaravam o despertar desta atividade como um problema da área de saúde, tanto que, em 1947, o Diretor da Saúde Pública propôs retirar das ruas as bancas de café “anti-hegiênicas” e as “garapeiras” (que não dispunham de água encanada e que estavam dispostas nas ruas do Centro da Cidade). Além de ameaça a saúde pública, o comércio de rua passou também a ser encarado como obstáculo à livre circulação de pedestres. Nesta época, “a inspetoria do Trânsito procurou afastar os pequenos vendedores ambulantes da Rua Conde D’Eu, onde se encontravam armazéns de estivas e cereais”.

A relação que o Estado mantinha com este segmento sempre foi marcada por um tensionamento no decorrer da história, sendo importante registrar que em 1949, o vereador Manoel Feitosa pediu a Câmara que fosse dada aos trabalhadores informais, um maior prazo para “transformarem em caixa a tiracolo o sistema de seu comércio ambulante”, visando ajustar e normatizar esta prática no espaço público. Além disso, em 1955, o vereador Djalma Eufrásio propunha ao prefeito Paulo Cabral de Araújo que não permitisse o comércio nas calçadas até que fossem construídos alguns mercadinhos apropriados.

Conforme Gizafran Jucá, “se tal sugestão fosse acatada, a revolta seria geral, pois na verdade, sempre faltavam recursos que pudessem realmente atender ao índice crescente de ambulantes.”(Idem, p.65). As reclamações eram constantes com relação à incapacidade de se andar no Centro, motivada pela diminuição dos espaços reservados a pedestres, sobretudo na hora das refeições. Aponta Jucá:

Muitas pessoas preferiam andar pela rua para não perder tempo. Na Praça do Ferreira vendia-se de tudo nas calçadas: frutas, camarão seco, pente fino, calças de mescla, espelinhos, toalhas de rosto, retoques de algodão, e nylon, pó de arroz e

revistas velhas. Nas ruas ficavam os pipoqueiros, os assadores de castanhas, os boleiros e até vendedores de bacorinhos. Antes eram os mascates que vendiam pelas ruas, “estalando o metro na mão”, geralmente acompanhados por um carreteiro, que levava na cabeça a caixa de mercadorias. Como lição a ser seguida, dizia-se que “com esforço, inteligência e dignidade muitos desses negociantes fizeram fortuna...” (Idem, p.65).

Neste mesmo período, foi elaborado um Plano de Emergência para o comércio de rua, concebido através de parceria realizada entre várias instituições de governo, entre as quais, a Secretaria de Polícia; Prefeitura; Departamentos de Saúde Pública do Estado e do Município; Secretarias da Fazenda Estadual e Municipal; Companhia de Guardas Cosme e Damião (dupla itinerante de soldados da polícia militar); e Companhia do Trânsito, com cobertura da imprensa e dos rádios locais. O plano visava divulgar informes através da imprensa, emissoras e alto-falantes locais sobre os inconvenientes trazidos pelo comércio ambulante e a averiguação da existência de acordos entre proprietários de casas comerciais e vendedores das calçadas (espécie de sócios financeiros), formatando uma mescla entre a atividade formal e a informal.

Nesta proposta, os locais de ocupação dos ambulantes seriam ocupados por duplas de “Cosme e Damião³¹”, acompanhados de fiscais da prefeitura, que impediriam a prática deste tipo de comércio, ao mesmo tempo em que também autorizava a execução de medidas de caráter repressivo, como detenções e apreensões de mercadorias. Tal medida abrangia as seguintes áreas do Centro: Praça da Sé, Praça dos Voluntários, imediações do Mercado Central, Rua Floriano Peixoto, e Rua General Sampaio. É importante destacar que mesmo após cem anos de história, os mesmos logradouros abrangidos pela medida ainda continuam representando uma referência espacial para a prática do comércio ambulante, revelando uma permanência estrutural da atividade neste espaço público.

Outras medidas voltadas para a remoção do comércio de rua em Fortaleza, também foram tomadas em 1959, pela Câmara Municipal de Fortaleza, a qual resolveu aprovar a transferência dos ambulantes da área central, para o Mercado do Joaquim Távora, o qual seria construído na antiga estação de bondes, havendo ampliação do espaço para a realização de uma feira-livre. Entretanto, o mercado teve funcionamento regular apenas de forma temporária, e com pouco tempo foi desativado devido à incapacidade de absorver todo o comércio ambulante (Idem, p.67).

Para Dantas (2005), no intervalo temporal de 1930 a 1960, a prefeitura geriu a atividade do comércio ambulante no espaço público, através de medidas meramente

³¹ Espécie de guardas e fiscais da prefeitura que atuavam sempre em duplas, daí a referência ao nome “Cosme e Damião”, como referência aos santos católicos considerados gêmeos.

repressivas e disciplinadoras, pautadas em noções vinculadas à higiene e ao trânsito no Centro. Para o autor, a problemática da apropriação do espaço público pelo comércio ambulante só “tomou maior peso”, quando novos centros se consolidaram na cidade, tornando-se uma cidade policêntrica. A partir daí, a atividade passou a ocupar um relevante “espaço nas políticas de urbanização”. (DANTAS, 2005: 17).

A partir do final dos anos 1970, algumas políticas de urbanização começaram a ser adotadas visando o estabelecimento de medidas que promovessem o controle, o disciplinamento e ordenamento do comércio ambulante sob uma perspectiva mais estratégica (Idem). Dantas (2005; 2012) aponta dois grandes movimentos de intervenção urbanística no Centro da Cidade de Fortaleza e que influenciaram diretamente na organização do espaço público, e, conseqüentemente, na organização do comércio de rua na cidade, dentre os quais o movimento de modernização urbana e o movimento de revitalização urbana.

Para este autor, o movimento de modernização urbana predominou no final dos anos de 1970 e início dos anos 1980; e o movimento de revitalização, durante o final dos anos 1980 até o ano de 1995. O primeiro foi marcado pelas tentativas do poder público municipal em modernizar o Centro com a construção de calçadas, reformas de praças e das antigas fachadas das lojas existentes, conforme um modelo de *design* mais avançado.

Já o movimento de revitalização seria caracterizado pelas tentativas da prefeitura em retomar a hegemonia da área central, estimulando políticas urbanas que tentavam diferenciar o Centro de outras áreas de consumo da cidade, propondo a “reconstrução do passado glorioso da área através de intervenções no nível da forma”. A proposta almejava resgatar as antigas formas arquitetônicas e paisagísticas dos equipamentos desta região, segundo uma percepção de “passado áureo” que pudesse servir como diferencial imagético.

Nesta fase, algumas praças e várias fachadas de lojas foram reformadas, almejando-se a construção de simulacros capazes de agregar valores a uma nova imagem simbólica do Centro histórico de Fortaleza (DANTAS, 2005, p.16). Para Dantas (2005; 2012) estes movimentos possibilitaram o entendimento do processo de ampliação e de redução da área ocupada pelo comércio ambulante, e a modificação de suas características quanto à legalidade, mobilidade e às formas de apropriação do espaço público.

Conforme Lopes (2004) é possível registrar em fins da década de 1960 e inícios de 1970, a retirada das feiras-livres do Centro da Cidade, sendo deslocadas para algumas áreas periféricas da urbe. Com estas remoções os feirantes se sentiram prejudicados, tendo em

vista as condições insalubres dos terrenos para os quais eram muitas vezes deslocados³². Tal situação gerou bastante descontentamento por parte de entidades representativas, como a Associação Beneficente dos Feirantes de Fortaleza³³ (Idem, p.99, 100, 104).

Já no final da década de 1980 e início de 1990, a construção do “Beco da Poeira” marcaria na Cidade, um novo tipo de controle urbano sobre o trabalho ambulante, desenvolvido a partir de uma associação inédita entre a iniciativa privada e a gestão pública municipal.

A partir dos anos 2000, desencadearam-se vários conflitos em Fortaleza, envolvendo a regulamentação e o ordenamento da atividade do comércio ambulante no Centro, dentre os quais a luta dos feirantes da Sé, em 2008, a qual intentava estabelecer a permanência dos feirantes nesta área específica (então já ocupada por eles); a luta dos permissionários do Beco da Poeira, em 2010, com a transferência de seus trabalhadores para o Centro de Pequenos Negócios; e ainda, a remoção do comércio de Rua da José Avelino, em 2017, visando à transferência de seus trabalhadores para o pólo comercial Centro Fashion, localizado no bairro Jacarecanga e para outros equipamentos públicos da Cidade como o Mercado São Sebastião e o Centro de Pequenos Negócios. É importante registrar que estes locais figuram atualmente entre os mais importantes pontos de concentração do comércio de confecção do Centro, agregando uma grande parte da atual dinâmica do trabalho informal na Cidade (Idem, p.91).

Especificamente no ano de 2009, a mídia local passou a noticiar com grande repercussão a ocupação do Centro pela informalidade, com destaque para a amplitude que a atividade estava tomando, principalmente em logradouros como a Praça José de Alencar; a Praça da Lagoinha e o Beco da Poeira, formatando um complexo e extenso corredor de comércio popular, mais notadamente de confecções (Idem, p.96, 97). Já em 2011, resultado da execução das obras referentes ao Projeto Parque da Cidade, registrava-se a transferência de ambulantes da Praça da Lagoinha (ocupação que perdurou mais de trinta anos) para a Praça da Estação.

No conjunto histórico, que envolveu o comércio de rua e a gestão pública da Cidade de Fortaleza, a remoção específica dos ambulantes que ocupavam a Praça José de

³² Alguns destes espaços já haviam funcionado como depósitos de lixo, com predominância de areia frouxa e poeira, o que afetava diretamente a saúde dos feirantes e dos compradores que ocupavam estes espaços (Idem, p.100, 104).

³³ Entidade fundada em 19 de agosto de 1962, a qual defendia os direitos da categoria diante de intervenções de deslocamento e ou diante de críticas lançadas aos feirantes por jornais da Cidade.

Alencar e sua transferência para o Beco da Poeira³⁴, na época conhecido oficialmente como “Centro de Pequenos Negócios”, fundado em 1991, durante a gestão do prefeito Juraci Magalhães³⁵, também representou importante marco histórico nos movimentos de resistência do comércio de rua.

Antes de ficar conhecido como um dos maiores centros de comércio popular de Fortaleza, o “Beco da Poeira” era um pequeno reduto habitacional caracterizado como um dos espaços mais perigosos do Centro da Cidade. Conforme Araújo (2011) o Beco era visto como um “lar dos descuidistas e das prostitutas”, pois assim informavam os jornais na década de 1980. Em 1987, a então prefeita em exercício, Maria Luíza Fontenele³⁶, autorizou a demolição dos barracos que constituíam a área. Tal ação fazia parte do programa de reforma do Centro, denominado “Reconquistando o Coração da Cidade”, o qual pretendia “devolver a Praça José de Alencar o seu antigo status de praça”, retirando de seu território, as paradas de ônibus³⁷ (na época o logradouro servia como terminal de ônibus) e os ambulantes, sobretudo os que vendiam carne e que davam ao ambiente, “a aparência e o odor de um mercado a céu aberto” (Idem, p.14).

Neste mesmo projeto de reforma (da Praça José de Alencar), parte dos camelôs que então ocupavam o logradouro foi redistribuída para algumas ruas do Centro e para o “Mercado Popular”, estruturado no antigo terreno da Rádio Iracema, localizado nas proximidades. Conforme planejamento, enquanto a reforma não acabava, a Praça da Lagoinha servia como base temporária para os ambulantes.

Além dos trabalhadores informais que ocupavam a Praça José de Alencar, foram também transferidos para o Mercado Popular, alguns outros trabalhadores que também ocupavam a Avenida 24 de Maio (situada no Centro) (Idem: 34). Neste processo de

³⁴ Em matéria publicada no jornal O Povo e transcrita/pela pesquisadora Mayara de Araújo (2011), lê-se o seguinte: “Ontem, os tratores encerravam o trabalho de destruição de um dos últimos vestígios de um dos principais redutos da marginalidade, onde não só crianças eram encaminhadas para o mundo da perdição, como também, predominava a violência e a miséria. Conhecido como “Beco da Poeira”, a faixa de terreno que liga as praças José de Alencar e Lagoinha, passa por uma limpeza geral, através de uma operação desenvolvida pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.” (O POVO 1987 apud ARAÚJO, 2011, p.31)

³⁵ Juraci Vieira de Magalhães foi prefeito da cidade de Fortaleza durante os anos de 1990 a 1993, tendo sido posteriormente sucedido por seu afilhado político Antônio Cambraia, nos anos de 1994 a 1996, e sendo eleito novamente em 1997, quando cumpriu o segundo mandato até o ano de 2001, quando foi reeleito e cumpriu mandato até o ano 2005. Juraci Magalhães foi um dos prefeitos de Fortaleza que mais tempo permaneceu no poder.

³⁶ Exerceu mandato na prefeitura de Fortaleza entre os anos de 1986 a 1989, tendo sido a primeira mulher eleita prefeita de uma capital de estado brasileiro. Foi também a primeira prefeita filiada ao Partido dos Trabalhadores eleita na cidade.

³⁷ É importante ressaltar, conforme Goldfarb Costa (1989) que durante a década de 1980, houve a consolidação de um contexto que impulsionou os ambulantes a ocuparem os espaços dos terminais de ônibus e metrô nas cidades brasileiras.

transferência, a pesquisadora Mayara Araújo³⁸ (idem) registrou algumas queixas dos ambulantes que reclamavam do novo local para onde haviam sido transferidos, caracterizado por alguns deles, como “um beco pra passar fome”, tendo em vista a redução no montante de vendas estimulada pela baixa movimentação de pessoas que se dirigiam ao equipamento, o que também, por sua vez, estimulou o retorno de muitos dos ambulantes, à Praça.

Esta preocupação fez com que em 1991, fiscais da prefeitura fizessem novo cadastro e recadastro dos trabalhadores que ainda estavam a exercer o comércio na José de Alencar, tentando transferir efetivamente os informais que lá permaneciam (Idem: 42). Em maio daquele mesmo ano, os jornais anunciaram a inauguração do Centro de Negócios do Vendedor Ambulante. O prédio, estruturado em concreto era composto por oitocentos e trinta e duas unidades em formatos de pequenos depósitos de cimento, com portas de ferro, que funcionavam como balcão para exposição de mercadorias. Segundo as reportagens divulgadas no trabalho de Araújo (idem), o empreendimento concretizado pelo prefeito Juraci Magalhães nascera através de uma parceria realizada entre a Prefeitura e a Associação dos Vendedores Ambulantes do Ceará (APROVACE).

Os trabalhadores transferidos para este equipamento foram transformados em permissionários, passando a arcar com algumas despesas relativas à instalação dos boxes. O mercado fora apresentado como “o mais importante centro comercial destinado a camelôs em todo o Brasil”, adquirindo a marca de “um empreendimento-modelo”, tendo o prefeito em exercício, tornado-se figura admirada por seu pioneirismo e caráter inovador.

Para a presidência da APROVACE, o “Beco” resolvia apenas em parte o problema do assentamento dos ambulantes na cidade, que já somavam um contingente de quatro mil trabalhadores espalhados pelas ruas. Os feirantes concordavam que a estrutura (com mais segurança, organização e higiene do que as ruas e praças do Centro) significava melhoria nas condições de trabalho, mas que isto não era suficiente para sanar a expectativa dos ambulantes que temiam não só pelos reparos, mas também pela má fama do local, capaz, para eles, de afastar a freguesia (Idem, p.45).

Sobre o caráter permanente da atividade ambulante no Centro, mesmo após a construção do Beco da Poeira, descreve Araújo (Idem):

Enquanto a prosperidade não vinha essencialmente do Centro Comercial, era possível ver aos sábados o movimento de sacolas e malas saindo dos boxes para ganhar as ruas no domingo. Neste dia, em que o Beco descansava, muitos feirantes fretavam carros e iam às feiras livres em outros pontos da cidade ou em municípios vizinhos. Os anos se passaram e os suados esforços dos ambulantes, agora

³⁸ Estudo realizado a partir de matérias jornalísticas publicadas na época.

permissionários, custearam diversas melhorias no local: o telhado que lhes apertava as cabeças foi destruído e alteado, o piso foi posto, novos boxes foram elaborados e replicados. Hoje os 832 cubículos se transformaram em mais de dois mil boxes. (Idem, p.46)

Conforme Silva (2013), o Beco da Poeira permanecera no mesmo local durante dezenove anos, sendo transferido somente em 2010. Esta última transferência foi motivada pela desapropriação do terreno para a construção da Estação Central do Metrô de Fortaleza (Metrofor) (Idem: 102). A obra, que estava prevista para ser concluída em 2011, gerou, conforme Araújo (2011) “sentimentos de apreensão e expectativas nos trabalhadores do Centro comercial”, que se preparavam para uma nova mudança.

Nestas condições se firmara um verdadeiro impasse entre os trabalhadores e o poder público. Em fevereiro de 2010, a prefeitura enviava uma carta aos permissionários, informando os dias da transferência do Beco para um novo espaço onde por muito tempo funcionou a antiga fábrica de tecidos Tomaz Pompeu (então com nova estrutura), o que estava previsto para ocorrer a partir do dia 20 de março daquele mesmo ano. No entanto, a APROVACE conseguiu obter uma liminar favorável contra tal mudança, conseguindo adiar a transferência, que viria de fato a se concretizar no dia 13 de abril de 2010, sob forte repressão policial (Idem, p.106).

Com a transferência dos ambulantes para a estrutura reformada na antiga fábrica, alguns trabalhadores passaram a se queixar do local devido ao calor e a falta de energia elétrica, mesma situação precária reproduzida há exatos dezoito anos, quando os trabalhadores informais foram transferidos da José de Alencar para o Beco da Poeira (Idem: 156). É válido acrescentar que com a retirada dos trabalhadores do antigo Beco, em abril de 2010 (para dar lugar à estação do metrô), ocorreu uma divisão entre os permissionários, sendo parte deles transferida para a antiga Fábrica Tomaz Pompeu, e outra, para o Esqueleto (estrutura inacabada de um estabelecimento não concluído no Centro), mantido sob condição de irregularidade. Conforme Silva (2013):

(...) o que se observa é uma divisão entre os comerciantes em decorrência da transferência para o Centro de Pequenos Negócios na Avenida do Imperador. Parte desses comerciantes, com medo de ficar sem o ponto, adquiriu os boxes no novo local, e outra parte decidiu pela ocupação do prédio inacabado conhecido como esqueleto, que fica bem mais próximo do antigo local do Beco da Poeira. Dessa forma, uma nova configuração se estrutura nessa área, agora composto por mais um símbolo do comércio de confecção, além da presença da estação do Metrofor, que fortalecerá a convergência para o centro da cidade (Idem, p.104).

A partir deste conflito gerado entre o poder público e os trabalhadores do Beco, consolidou-se uma fragmentação do território, formando três espaços: o primeiro,

reconhecido pela prefeitura e representado pelo Centro de Pequenos Negócios (localizado na antiga Fábrica Tomaz Pompeu), ainda existente; o segundo, o qual abrigou trabalhadores que ocuparam na época, o entorno da construção da estação do metrô, mas que se dispersaram posteriormente para a Praça José de Alencar; e o terceiro, representado pelo grupo que ocupou o esqueleto, atualmente ainda em funcionamento (Idem, p.106).

Nota-se historicamente, que a mesma movimentação de trabalhadores que vinha ocupando a Praça José de Alencar, através do comércio de rua, ainda permanece no logradouro nos dias atuais, o que muito revela sobre as políticas de intervenção urbana voltadas para a remoção de ambulantes e sua transferência para espaços fechados (onde se prevê a fixação destes). Mesmo com todo o histórico de reformas e transferências do comércio de rua na área central, a questão ainda persiste, permanecendo pauta dinâmica nos processos urbanos a envolver a gestão municipal, tendo em vista o caráter permanente da atividade ambulante como fenômeno complexo resultado também do desemprego estrutural.

4.4 A remoção do comércio de rua da José Avelino como proposta de ordenamento espacial: interesses em disputa na economia urbana

Neste mesmo processo conflitivo a envolver o poder público e o comércio informal na Cidade, destaca-se que em 14 de maio de 2017³⁹, a Feira da José Avelino passou por um processo de reconfiguração espacial, com a remoção de suas bancas, as quais ocupavam a via pública, o que modificou completamente a paisagem local. Muitos feirantes que ali sobreviviam, tiveram que se mudar para outras áreas. A intervenção integrou parte de um processo que visava preservar a Rua José Avelino, como patrimônio histórico tombada cidade⁴⁰.

As bancas, situadas anteriormente no meio da rua, fechando completamente o trânsito de veículos noturno, seguiam tamanhos diferenciados, a depender do tipo de negociação ou de arranjo local que cada feirante fazia mediante negociações informais para obtê-las – relações estas mantidas entre os próprios feirantes sem a participação da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Neste cenário, a feira se diversificava. Em algumas partes da Rua

³⁹ <http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/05/liminar-suspende-remocao-de-feirantes-da-jose-avelino.html> / <http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/05/mesmo-com-recomendacao-do-mp-roberto-claudio-afirma-que-encerrara-fei.html> Acessado em maio de 2017.

⁴⁰ Conforme decreto da Prefeita Luizianne Lins nº 13.035, datado de 10 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/images/c/c9/D-13035-2012.pdf>

José Avelino, o número de bancas era maior, e, portanto, a movimentação de pessoas se tornava bem mais intensa, como nos setores situados entre a Rua Baturité e a Rua Boris.

Entretanto, a feira nos seus vários processos de mutação, vem passando por inúmeras transformações, desencadeadas desde seu período embrionário, quando ainda era realizada na Praça da Sé, até tempos recentes (segunda metade da década de 2020), revelando-se um espaço complexo, pois se estendendo e se esticando por algumas ruas e travessas no entorno do prédio do Mercado Central. Considerada a maior feira livre aberta de confecções do estado, agrega-se a ela uma grande massa de feirantes a trabalhar diariamente e em alguns dias, durante a madrugada, ocupando espaços não consentidos pela prefeitura, num verdadeiro exercício de apropriação espacial.

Conforme autorização da Prefeitura Municipal de Fortaleza, mediante assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta⁴¹, foi estabelecida pelo poder público, uma ordem que autorizava o funcionamento da feira (até maio de 2017) nas seguintes ruas do Centro: José Avelino, Travessa Icó, debaixo do Viaduto da Av. Presidente Castelo Branco (Feirão do Viaduto) e Rua Governador Sampaio, nos horários das 19h de quarta-feira às 7h de quinta-feira, e das 19h de sábado às 11h de domingo. No entanto, outras áreas também foram ocupadas, em dias e em horários variáveis, tais como Av. Alberto Nepomuceno, Ruas Baturité, Sobral, Conde D’Eu e Rufino de Alencar.

Por conta da ocupação irregular dos ambulantes, a Prefeitura de Fortaleza tinha contra si uma ação de execução no valor de R\$ 3,51 milhões na 7ª Vara da Fazenda Pública, impetrada pela 1ª Promotoria de Meio Ambiente e Urbanismo. O valor era resultado do acúmulo de multa diária de R\$ 5 mil por descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em 2008⁴².

Em 2015, a iniciativa privada idealizou um projeto comercial denominado “Centro Fashion⁴³”, visando receber os trabalhadores removidos da José Avelino. O

⁴¹ Em 2008, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pela Procuradoria Geral do Município (PGM), Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC), Secretaria Regional do Centro, Regional II, Guarda Municipal e por uma comissão de feirantes. Neste TAC, a prefeitura se comprometia e se responsabilizava pela retirada da feira, ordenando-a e alocando-a para outra área. O ordenamento também envolvia o entorno da feira e previa a ocorrência controlada desta. (Informação foi extraída de matéria publicada em 22 de abril de 2016 no jornal O Povo).

⁴² Esta última informação foi extraída de matéria publicada em 22 de abril de 2016 no jornal O Povo.

⁴³ Informação transcrita do sítio: <http://centrofashion.com.br/hist%C3%B3ria-da-feira> Acessado em janeiro de 2016. Ver ainda: <http://www20.opovo.com.br/app/videos/2015/08/03/internavideos,3479154/fortaleza-ganha-novo-centro-comercial-popular-com-foco-em-moda.shtml>.: <http://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/04/centro-fashion-e-inaugurado-com-3-mil-boxes-funcionando.html>

empreendimento estava localizado no bairro Jacarecanga⁴⁴, especificamente onde funcionava a antiga Fábrica de Tecidos São José⁴⁵. Conforme já analisado anteriormente, tentativas semelhantes de realocação, como esta, já haviam ocorrido nos primeiros anos de funcionamento da feira, quando seus trabalhadores foram transferidos da Praça da Sé para o “Feira Center”, equipamento localizado na cidade de Maracanaú.

O Centro Fashion, na época de sua idealização apresentava a seguinte proposta, aqui transcrita de *site* oficial:

O equipamento, com previsão de entrega para 2016, contará com 8.500 boxes e 300 lojas, além de ampla estrutura para receber clientes locais e de outros estados, como praça de alimentação com 88 lanchonetes, hospedagem, estacionamento para carros, motos e mais 130 vagas exclusivas para ônibus, auditório, banco, escritório virtual, farmácia e salão de beleza. (Informação transcrita de site oficial).

Já diferentemente deste conteúdo, em matéria veiculada na inauguração do equipamento, lia-se o seguinte:

(...) possui capacidade para 5 mil boxes, 90 lojas, 36 megalojas e uma praça de alimentação com 24 lanchonetes e dois restaurantes, com possibilidade de ampliação. Além disso possui também 130 vagas exclusivas para ônibus, estacionamento para carros, motos e bicicletas, e hospedagem própria com 340 leitos para atender aos clientes do interior e de outros estados, que vêm a Fortaleza comprar mercadorias para revenda. O investimento feito pelo Grupo Marquise e a Construtora Preferencial é de R\$ 120 milhões. Francisco Philomeno Neto, diretor do Centro Fashion, destaca os preços: a taxa de adesão varia entre R\$ 3 mil e R\$ 25,1 mil e as taxas de manutenção entre R\$ 50 a R\$ 170 por semana, dependendo do tamanho do espaço e localização. Ele lembra que, para ficar na rua, os feirantes pagam valores aproximados, mas sem amparo legal, estrutura, segurança e comodidade (Informação transcrita de site oficial).

Esta proposta do Centro Fashion, para onde migrou parte dos feirantes da José Avelino, acabou transformando muito destes trabalhadores em empreendedores, estimulando assim um processo de formalização do antigo trabalhador informal que ocupava os espaços da rua. Conforme se percebe, comparando as diferentes matérias, houve uma redução significativa de parte da estrutura que fora apresentada inicialmente, havendo redução de três mil e quinhentos *boxes*, duzentas e dez lojas e sessenta e quatro lanchonetes. Da proposta inicial permaneceu apenas na mesma quantidade, as vagas de estacionamento. É válido citar

⁴⁴ Bairro tradicional de Fortaleza. Abrigou segmentos da elite da cidade no começo do século XX.

⁴⁵ Fundada em 1926, era considerada uma das maiores fabricantes de rede do país. Ocupava uma área de 26.000 metros quadrados, empregando mais de mil operários. Fazia vizinhança com a Vila Operária São José. Com a construção do Centro Fashion no antigo local, apenas as paredes externas da fábrica foram preservadas. Ver em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/arqdoc2015/artigos/pdf/26.pdf>. Ver também: ANDRADE, Margarida Júlia F.S. Onde moram os operários...vilas operárias em Fortaleza 1920-1945. Dissertação de mestrado do Curso de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, 1990.

também, que houve ampliação deste equipamento com a inserção de pousada e de hospedagem para os clientes.

No início das obras do empreendimento, realizadas em agosto de 2015⁴⁶, as construtoras Marquise e Preferencial, disponibilizaram a instalação de um *stand* de vendas situado nas proximidades da feira, como ponto de apoio e publicidade para aqueles que pretendessem adquirir *boxes* no empreendimento. Em novembro deste mesmo ano, já se registrava a execução total da terraplanagem e da construção de 50% das fundações da obra, e em 2016, a execução de 70% de sua estrutura, o que caracterizou um processo de construção extremamente acelerado.

O equipamento foi idealizado através da iniciativa privada com apoio da Prefeitura Municipal de Fortaleza, que envolveu o Grupo Marquise⁴⁷ e a Construtora Preferencial⁴⁸. O objetivo do empreendimento, de acordo com discurso lançado em seu *site* oficial era “contribuir para a potencialização dos negócios de pequenos empreendedores”, possibilitando aos que estavam na feira, usufruir de uma estrutura dotada de “organização e bem-estar”. Conforme discurso da iniciativa privada:

Os mercados e feiras populares de Fortaleza, atualmente reúnem diversas opções de comércios de roupas e acessórios, movimentando a economia da moda local, gerando forte influência em compradores de outros estados. Com preços acessíveis, atraem tanto o público final, que está à procura de roupas mais baratas, como revendedores. Apesar de ser um mercado bem consolidado, um dos problemas encontrados pelos comerciantes é a questão da falta de estrutura para fazer negócios. Quando trata-se de feiras, o problema é ainda maior, pois muitas vezes o feirante busca expandir sua atuação e precisa de um local adequado que não seja mais o espaço público, onde ocupa ruas e calçadas, impedindo o livre acesso de motoristas e pedestres. Um exemplo desse formato de comércio é a Feira da Madrugada, também conhecida como Feira da José Avelino, em que comerciantes precisam encontrar outro lugar para continuar com seu comércio. Conhecendo esses problemas enfrentados por esse promissor mercado, e com o compromisso de contribuir na potencialização dos negócios de pequenos

⁴⁶ Ver <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/centro-fashion-tera-investimento-de-r-100-milhoes-1.1354562> <http://www20.opovo.com.br/app/economia/2016/07/05/noticiaseconomia,3632177/obras-do-centro-fashion-estao-70-concluidas.shtml>

⁴⁷ O Grupo Marquise surgiu em 1974, sendo considerado o grupo que concentra a maior empresa construtora do Norte/nordeste, estando presente em 15 cidades e em oito estados brasileiros. O grupo atua nas áreas de incorporações, infraestrutura, serviços ambientais, hotelaria, comunicação, *shopping center* e centrais de atendimento ao cidadão. Recentemente, o Grupo se inseriu também nos segmentos de moda popular, com o Centro Fashion, em Fortaleza. Ao todo o grupo já realizou mais de 200 obras, entre empreendimentos imobiliários e infraestrutura, possuindo mais de seis mil funcionários e um faturamento recorde de mais de R\$ 1 bilhão no último ano. Informação extraída do *sítio*: <http://www.grupomarquise.com.br/grupo-marquise>

⁴⁸ Fundada em 2003, a empresa executa reformas ligadas a arquitetos e parceiros. Em 2005 a empresa ampliou suas ações, passando a incorporar unidades residenciais de baixa renda. Em 2007, executou obras industriais de médio porte com clientes como a Ford Motor S/A, Esmaltec S/A dentre outros. Atualmente, com mais de 10 anos no mercado, a Construtora Preferencial atua em diversas áreas, como execução de obras civis residenciais, comerciais e industriais. A empresa é credenciada a Caixa Econômica Federal, tendo construído ao longo de sua existência, mais de 2.000 m² de obras aprovadas por este banco. Informação extraída do *sítio*: <http://www.preferencial.eng.br/institucional>

empreendedores, o Centro Fashion Fortaleza chega como opção acessível para quem busca estrutura, organização e bem-estar para trabalhar diariamente e receber seus clientes. Informação transcrita do *site*: <http://centrofashion.com.br/hist%C3%B3ria-da-feira>. Acessado em janeiro de 2016.

Há neste trecho publicitário, a construção de um discurso que aborda a necessidade de um “local adequado para a feira”, que não seja mais o espaço público. Expondo “problemas” encontrados pelos feirantes, o discurso lança mão de uma “solução”, como se de fato, a rua fosse um lugar “exclusivamente problemático” para o feirante. Encarada como problema, a rua é substituída por outra estrutura, dotada desta vez de “organização e bem-estar para trabalhar”.

Tal discurso inverte sentidos e práticas, reproduzindo uma nova ambiência paisagística (“organização e bem-estar”), em que o feirante não terá mais que “competir com motoristas e pedestres”. Dessa forma, soluciona-se o problema da ocupação do espaço público, oferecendo-se mais comodidade aos clientes e aos negociantes. Simbolicamente, este discurso reinventa a atmosfera cotidiana da feira. Como continuidade do anúncio publicitário anterior, lê-se:

(...) Os nomes de tradicionais ruas do Centro de Fortaleza estarão nos corredores do empreendimento. Uma forma de trazer um pedacinho do bairro para o Centro Fashion, mantendo a tradição e facilitando na localização dos boxes de vendas. Maior proximidade para lojistas acostumados a trabalhar na rotina do centro comercial da cidade e oportunidade para que milhares de pessoas vivenciem mais sobre a história da capital. Um diferencial é que o empreendimento contará com circuito de segurança”. Informação transcrita do *sítio*: <http://centrofashion.com.br/hist%C3%B3ria-da-feira> Acessado em janeiro de 2016.

Utilizando os nomes tradicionais das atuais ruas do Centro, o equipamento “traz um pedacinho do bairro” para dentro do espaço privado, garantindo segurança, infra-estrutura e conforto, atributos atualmente inexistentes na rua. Desta forma, o empreendimento reinventa o sentido da tradição, tornando o vernacular, paisagens espetaculares. Assim, o mundo real e o cotidiano local, carregados de contradições e inconvenientes típicos das interações estabelecidas entre os indivíduos nos espaços públicos, são transformados em paisagens contemplativas e assépticas (BAUMAN, 2009). Conforme Sharon Zukin (2000), espaços privados estilizados, como centros de lazer, *shoppings*, parques temáticos e cidades revitalizadas alimentam a comercialização da fantasia, estimulando as pessoas a vivenciarem paisagens oníricas em verdadeiras aventuras de pagamentos (Idem, p.91,92).

Imagem 13 – Cartaz publicitário de lançamento do empreendimento Centro Fashion.



O Centro Fashion é a nova feira de Fortaleza.
Conheça o Mundo do Atacado de Confeções.

A moda, a variedade e o preço baixo já esperam por você no Centro Fashion. Aproveite toda a estrutura preparada pra você e faça suas compras com total segurança, conforto e praticidade.

HORÁRIOS DA NOVA FEIRA:

6H DA MANHÃ DE QUARTA ATÉ MEIO-DIA DE QUINTA **6H DA MANHÃ DE SÁBADO ATÉ MEIO-DIA DE DOMINGO**

LOJAS E MEGA LOJAS **MILHARES DE BOXES**

MAIS DE 130 VAGAS PARA ÔNIBUS **AMPLA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO**

HOSPEDAGEM COMPLETA **ESTACIONAMENTO COBERTO PARA CARROS E MOTOS**

@centrofashionfor |centrofashionfor

AGENDE UMA EXCURSÃO Informações: **85 3241.4100**

Av. Filomeno Gomes, 430 - Centro | Fortaleza - Ceará.

Centro Fashion FORTALEZA
O MUNDO DO ATACADO DE CONFECÇÕES

Fonte: Centro Fashion

Conforme demonstra a imagem 13, segue a exposição de um discurso publicitário do Centro Fashion, veiculado no *facebook* do empreendimento: “O Centro Fashion é a nova Feira de Fortaleza”. Este discurso intenta reinventar e reconstruir a imagem da real Feira da José Avelino, agora transferida para o espaço do Centro Fashion. Para Zukin (Idem), o enobrecimento e as novas construções instaladas nos velhos centros das cidades, são investidas de um novo poder cultural, onde o vernacular e o cotidiano se espetacularizam. O cotidiano real, histórico, marcado como cena desqualificada, ou “arruinada”, tal as dinâmicas

conflituosas e as contradições que suscita, adquire uma nova estética, uma nova plasticidade investida de poder simbólico altamente atrativo e vendável como espaço de consumo.

Ao analisar processos de enobrecimento, Zukin (Idem) esclarece como o fator cultural do cotidiano é apropriado como valor simbólico, promovendo equipamentos urbanos e transformando-os em objetos de consumo visual (CANCLINI, 1994; LEITE, 2002; 2004; 2009; 2010a; 2010b; FORTUNA, 2002). Afirma a autora:

(...) na maioria das cidades modernas, a história está literal e visivelmente nas ruas. Os parques e igrejas onde ocorreram encontros famosos ou se travaram batalhas, os bairros residenciais de construções georgianas ou vitorianas, os guetos étnicos e proletários onde os avós labutaram, a própria forma das ruas estreitas e das torres maciças: esses constituem os produtos materiais do consumo visual (Idem, p.88).

Parte dos elementos nutridos no cotidiano da rua, com suas contradições e paisagens específicas tendem a se extinguir neste processo de transferência da feira para o empreendimento comercial. Neste caso, tenta-se aqui, reinventar uma nova paisagem projetada para e pelo consumo. No entanto, as novas condições exigidas pelo empreendimento não foram compatíveis com as condições precárias a que sempre se sujeitaram os feirantes nos seus contextos de precarização do trabalho, como por exemplo, transferir ao feirante a responsabilidade em assumir compromissos financeiros com a manutenção do equipamento, em meio à instabilidade do mercado (arcar com as taxas de manutenção dos *boxes*). Para os feirantes, tais gastos foram considerados um dos aspectos negativos na aquisição dos *boxes*.

É importante registrar que muitos deles consideraram desvantagem a proposta em ocupar um espaço pago. Os valores cobrados, no caso do Centro Fashion, que variam em torno de três mil a vinte e cinco mil reais, somado às taxas de manutenção que variam entre cinquenta e cento e setenta reais por semana⁴⁹ não se mostraram atrativos. Ressalta-se também, que algumas lojas com maior e melhor estrutura eram oferecidas por valores na ordem de quarenta mil a cinquenta mil reais⁵⁰.

Conforme já citado, este empreendimento pretendia converter o que classificava como “problemático” em “solução”, criando novas condições para os feirantes que não mais teriam que ocupar “os espaços das ruas e calçadas”, nem “impedir o livre trânsito de motoristas e pedestres”. Neste contexto são perceptíveis algumas disparidades entre o discurso do empreendimento e as atuais práticas cotidianas tecidas pelos feirantes em lógicas

⁴⁹ Inicialmente tais valores eram pagos mediante a entrada e parcelamento. Ver em: <http://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/04/centro-fashion-e-inaugurado-com-3-mil-boxes-funcionando.html> Tais valores são referentes ao mês de abril de 2017.

⁵⁰ Ver: <http://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/02/alternativa-aos-feirantes-da-jose-avelino-esta-90-pronta.html>

específicas de apropriação espacial. A abordagem deste discurso legitimador, associado à proposta de requalificação da área do Centro, ora pretendia atender aos “anseios” dos feirantes, ao disponibilizar melhores “condições de trabalho e segurança” para o “pequeno empreendedor”, ora pretendia atender aos anseios dos moradores da cidade, “devolvendo-lhes” a área central como espaço de trânsito, passagem e convívio.

O discurso acentua implicitamente um processo de normatização do espaço urbano e do próprio trabalho do “comércio de rua”, em que o “feirante” informal é substituído pela figura do “empreendedor”. A intenção discursiva aqui lançada é a de que se modificando a condição atual da feira, o trabalhador mudaria sua posição social, saindo de uma condição de vulnerabilidade para uma situação financeira melhor. No entanto, o empreendedorismo, como proposta ideológica, não retira as condições de precarização do trabalho, intensificando mais ainda a responsabilidade do sujeito sobre sua própria condição econômica.

O processo de remoção do comércio de rua da José Avelino esteve integralmente associado ao projeto de requalificação do Centro, intentando resgatar o potencial turístico e econômico da área, transformando-a em corredor cultural, integrando-a espacialmente ao já existente espaço da Praia de Iracema. Neste processo, além da requalificação específica da José Avelino, também foram requalificadas algumas outras áreas de seu entorno, justamente por serem também apropriadas para a realização do comércio de rua (tendo na Rua José Avelino o seu núcleo principal).

Tal requalificação integrou parte do projeto Fortaleza 2040⁵¹, visando produzir um plano de desenvolvimento para a cidade, com estratégias a serem implementadas no curto, médio e longo prazo, tendo como horizonte o ano de 2040. Neste universo conflituoso e contraditório, a envolver saberes, práticas e discursos distintos, insere-se a transferência dos feirantes da José Avelino para o empreendimento “Centro Fashion”, ao mesmo tempo em que modifica práticas e apropriações do espaço urbano por parte de trabalhadores num contexto de precarização do trabalho e da vida.

Contraditoriamente, este processo de remoção intensificou mais ainda a condição de precarização laboral dos feirantes, legitimando políticas urbanas em sintonia com a dinâmica do capital (reestruturação urbana), a preparar a cidade para as transações do mercado turístico e imobiliário. Assim, tais políticas urbanas acabam legitimando a dinâmica da desigualdade espacial, dividindo e segregando cada vez mais a cidade.

⁵¹ O “Fortaleza 2040” é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza, sob coordenação do Instituto de Planejamento de Fortaleza – IPLANFOR e Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC. Ver em: <http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/fortaleza-2040/sobre-o-projeto>.

A requalificação da José Avelino ao atender os interesses do capital, passa a atribuir um novo qualificativo à realidade precária do trabalhador informal, agora visto como “empreendedor”. Além disso, a intervenção também tentou ordenar o comércio de rua, higienizando a paisagem do Centro, livrando-a da incômoda desordem “informal” do comércio “irregular”.

O disciplinamento do comércio ambulante na Feira José Avelino, estrutura-se no propósito da construção de uma cidade mais organizada e harmônica, contrapondo-se a uma cidade real, indesejada e conflituosa. A implantação destes projetos, voltados para a promoção de uma nova imagem do centro da cidade, estabelece-se em meio à intervenção de segmentos hegemônicos, interessados na consolidação de uma nova economia urbana competitiva e global.

O comércio de rua, desenvolvido na antiga Feira da José Avelino, representa um espaço de sobrevivência econômica e material, fundindo-se atualmente a um contexto específico de políticas urbanas que legitimam e reforçam as desigualdades sócio-espaciais. Tais políticas de requalificação agregam novos valores simbólicos às áreas centrais das cidades (centros tradicionais), uma vez alinhadas à idéia de ordenamento do espaço público.

A requalificação da José Avelino provocou mudanças na forma com a qual os feirantes ocupavam e percebiam o espaço da rua. No entanto, nota-se que mesmo após a reforma, as práticas cotidianas e os usos não previstos continuam esbarrando nas determinações do poder oficial.

É válido destacar que no curto período⁵² que antecedeu a remoção deste comércio de rua, foram registrados diversos confrontos envolvendo o poder público e os trabalhadores, que organizados em torno do movimento “#Eu fico com a José Avelino”, ou de forma independente (sem vínculo com qualquer organização) passaram a pressionar as autoridades, ocupando a rua, e tentando impedir a ocupação da via pelos tratores e maquinários incumbidos da execução da reforma. Este confronto ganhou grande visibilidade tanto na mídia local televisiva, como na escrita⁵³.

⁵² É importante registrar a Sessão Pública ocorrida na Câmara Municipal de Fortaleza, em 02 de maio de 2017. Nesta assembléia, ocorrida sem a presença da bancada do prefeito, alguns vereadores questionaram as condições de construção da obra do Centro Fashion. Referiam-se a modificações ocorridas no Prédio da Fábrica de Tecidos São José, tombada como patrimônio histórico e a construção do empreendimento nas proximidades do Riacho Jacarecanga, configurando-se como crime ambiental.

⁵³ Ver em <http://www.opovo.com.br/noticias/2017/05/feirantes-e-guardas-municipais-entram-em-confronto-na-jose-avelino.tthm>
http://cnews.com.br/cnews/noticias/112687/a_situacao_na_jose_avelino_em_videos
<http://g1.globo.com/ceara/videos/t/todos-os-videos/v/feirantes-e-guardas-municipais-entram-em-confronto-na-feira-da-jose-avelino/5872749/>

Durante os meses que antecederam a remoção, os movimentos e resistências locais passaram a realizar, quase que diariamente, diversos atos públicos na feira “chamando a atenção” das autoridades e da cidade para a importância da “permanência dos feirantes na localidade”, dada as condições de milhares de “pais e mães de família” que viviam dali e que não tinham “outra alternativa” de trabalho e renda, a não ser aquela. O movimento questionava à maneira “desrespeitosa” e “violenta” com que a prefeitura tratava “os trabalhadores da feira”. Termos como estes eram constantemente pronunciados por aqueles que resistiam ao projeto oficial do poder público.

A Rua José Avelino de fato, veio a ser interditada no dia 15 de maio de 2017, quando então cercada por protetores alocados para a reconstrução do novo calçamento⁵⁴. O Projeto de requalificação desta área recebeu também a instalação de um Ecoponto⁵⁵, mantido então no antigo espaço do Feirão do Viaduto⁵⁶, espécie de galpão improvisado cercado por muros e à céu aberto, e que na época era gerido pela Associação de Permissionários Feirantes do Feirão do Viaduto e Adjacências (APEV), configurando-se como espaço fechado, e situado em terreno debaixo do Viaduto da Avenida Leste-oeste, agregando uma série de bancas de confecção, tendo surgido como proposta de realocação dos feirantes que comercializavam nas Ruas José Avelino, Governador Sampaio e Travessa Icó.

A instalação do Feirão do Viaduto surgiu mediante um Termo de Ajuste de Conduta expedido pela Prefeitura e pelo Ministério Público, revelando que as ações de remoção e alocação dos trabalhadores da José Avelino, sempre esteve presente como pauta para o poder público.

<https://www.youtube.com/watch?v=cl8rm5HjvYw>

⁵⁴ Estas placas foram fixadas apenas no limite da via, não impedindo a circulação de pedestres pelas calçadas, as quais também davam acesso aos galpões privados.

⁵⁵ Os ecopontos são locais adequados para o descarte gratuito de pequenas proporções de entulho, restos de poda, móveis e estofados velhos, além de pneus, óleo de cozinha, papelão, plásticos, vidros, metais, celulares e aparelhos eletroeletrônicos. Atualmente existem 25 Ecopontos na Cidade. Ver em: <https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/urbanismo-meio-ambiente/servico/324> /<http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/05/confira-o-funcionamento-dos-ecopontos-em-fortaleza.html>

⁵⁶ Equipamento situado embaixo do Viaduto da Av. Presidente Castelo Branco (continuação da Av. Leste Oeste)

Imagem 14 – Mesmo com a interdição da Rua José Avelino para a Requalificação, os feirantes se mantiveram ocupando as calçadas (debaixo do viaduto da Av. Alberto Nepomuceno). Tapumes de madeira foram instalados impedindo o acesso à Rua José Avelino.



Fonte: Acervo do autor

Tombada como patrimônio histórico de Fortaleza desde dezembro de 2012, a Rua José Avelino nesta intervenção, teve seu calçamento completamente restaurado, permanecendo em pedra tosca original da época e se mantendo a demarcação do trilho do antigo bondinho que circulava pela região. Nesta reforma, a rua também recebeu diversos mobiliários urbanos, paisagismo, nova iluminação em *led*⁵⁷ e faixas elevadas para pedestres.

Além da reforma da José Avelino, também foram requalificadas a Avenida Alberto Nepomuceno (que cruza a José Avelino) no trecho compreendido entre a Avenida Pessoa Anta e Rua Sobral, com a reconstrução de seu canteiro central e a implantação de calçadas na via; bem como implantação de uma ciclofaixa no trecho compreendido entre a Avenida Pessoa Anta e a Rua José Moreira; e implantação de calçada na Rua Sobral com reforço de iluminação e paisagismo na Travessa Icó.

⁵⁷ LED é a sigla de *Light Emitting Diode*, que significa “diodo emissor de luz”. Consiste numa tecnologia de condução de luz, a partir de energia elétrica e tem como função emitir luz em locais e instrumentos, como lâmpadas, lanternas e etc. A tecnologia e iluminação LED está presente em diversas ocasiões da vida cotidiana. Atualmente, este sistema é muito comum e mais econômico do que antigos modelos de iluminação, como as lâmpadas de halogêneo.

Tais ações de requalificação também abrangeram a Praça Caio Prado, conhecida como Praça Pedro II (ou ainda Praça da Sé), havendo recuperação de sua pavimentação, paisagismo e reforma de sua fonte cinética (escultura feita pelo artista plástico Sérvulo Esmeraldo⁵⁸). O plano de requalificação que abrangeu todos os logradouros citados propunha transformar a área central num corredor turístico-cultural.

Entretanto, mesmo com a interdição da Rua José Avelino para a prática do comércio de rua, alguns trabalhadores informais continuavam ocupando as calçadas dos galpões e a própria via pública (então já reformada). O caminhante que atualmente passa por ali, constantemente tende a se deparar com uma grande quantidade de trabalhadores ambulantes a ocupar o espaço público, mesmo sob vigilância da fiscalização municipal.

Imagem 15 – Rua José Avelino no início da reforma do calçamento “patrimônio”.



Fonte: Acervo do autor

⁵⁸ Ver em: <http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/04/restauracao-da-rua-jose-avelino-comeca-no-dia-15-de-maio.html>

Imagem 16 – Reforma da Rua José Avelino. Mesmo com a obra, os trabalhadores continuaram ocupando suas calçadas.



Fonte: Acervo do autor

Imagem 17 – Feirantes ocupam as calçadas, dividindo o espaço de venda com os próprios galpões.



Fonte: Acervo do autor

É válido destacar que na época da remoção dos trabalhadores, muitos dos galpões que integram o Pólo de Negócios da José Avelino tiveram que regularizar sua situação junto a SEUMA⁵⁹, normalizando seus devidos alvarás de funcionamento. Registra-se que nesta época, havia trinta e dois galpões, distribuídos em catorze vias (entre ruas e avenidas), dos

⁵⁹ Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente. Tem por competência geral planejar e controlar o ambiente natural e o ambiente construído do Município de Fortaleza. Ver em: <http://portal.seuma.fortaleza.ce.gov.br/fortalezaonline/portal/portal.jsf>

quais quinze estavam em situação irregular, funcionando mesmo sem os alvarás. Os galpões apresentavam irregularidades no campo das medidas de segurança contra incêndio e pânico, e apenas treze haviam apresentado documentos para esta regularização⁶⁰. Mas, conforme titular da SERCEFOP, Secretário Adail Fontenele, apesar dos trâmites já percorridos por alguns dos galpões, todos eles se encontravam em situação irregular. Em matéria lançada no dia 27 de dezembro de 2015, lia-se a seguinte notícia no jornal local Diário do Nordeste:

“Com relação aos mais de 30 centros de vendas, a Associação dos Gestores de Empreendimentos do Polo de Negócios da Rua José Avelino e Adjacências (AJAA) tem buscado, na prefeitura, regularizar a situação dos shoppings e galpões para que fiquem em conformidade com as exigências de segurança do Corpo de Bombeiros e se adéquem à Lei Municipal 10.334/15, que dispõe sobre a Regularização de Obra Construída em Fortaleza.” (Jornal Diário do Nordeste. Caderno Negócios. Falta de ordenamento é o principal problema da área. Fortaleza-Ceará, domingo, 27 de dezembro de 2015).

Neste complexo estrutural, muitos galpões possuem estrutura para estacionamento e praças de alimentação, alguns são denominados como *shopping centers*, mesmo que suas estruturas não sejam compatíveis com o formato ideal e planejado assimilado por outros *shoppings* da cidade. Dentre estes galpões, destaca-se, por exemplo, o complexo “Feirão Leste-Oeste”, empreendimento construído a partir de parceria estabelecida entre os donos da antiga casa de show *Mucuripe Club* e alguns empresários da Feira José Avelino. O complexo composto por dois mil boxes, cento e cinquenta lojas de roupas e acessórios, praça de alimentação, banheiros, área de entretenimento e estacionamento para ônibus, também surgiu como proposta para retirar os trabalhadores da rua, oferecendo-lhes uma estrutura física “adequada”.

A intenção do empreendimento, no início de seu lançamento era proporcionar vantagens econômicas e turísticas para a cidade, tornando-se alternativa para os feirantes que já estavam na Rua José Avelino e em outras feiras do Centro, o que possibilitava “desobstruir as vias bloqueadas”. Conforme apontou matéria publicada no jornal Diário do Nordeste em outubro de 2015, o projeto intentava “desenvolver e qualificar o Pólo José Avelino, consolidando Fortaleza como o maior pólo de moda da região Nordeste⁶¹”.

Com este último processo de remoção dos feirantes da José Avelino, alguns galpões absorveram parte do contingente de trabalhadores, como aqueles que não

⁶⁰ <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/mp-reforca-acao-da-prefeitura-para-fechar-galpoes-irregulares-1.1743618> / <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/quinze-galpoes-da-feira-da-jose-avelino-em-fortaleza-estao-irregulares.html>

⁶¹ Afirmou Pedro Neto, proprietário do Mucuripe Club e um dos sócios do Feirão Leste-Oeste, em entrevista ao Jornal Diário do Nordeste. Ver em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/feira-oleste-oeste-abre-com-601-boxes-e-54-lojas-1.1408984>.

conseguiram comprar *boxes* no Centro Fashion, e por não terem acreditado que a feira seria de fato extinta, ou ainda por não terem, à época, condições financeiras, sendo assim incorporados a estes galpões mesmo a contragosto, como escape para suas atividades comerciais. Muitos destes trabalhadores também continuaram ocupando a própria rua, mas agora, sem o uso da banca.

Nota-se neste processo de mudança, que os trabalhadores informais da Feira da José Avelino, mais uma vez modificaram suas dinâmicas de ocupação no espaço urbano, reflexo dos modelos de requalificação e das intervenções de ordenamento da urbe.

4.5 Requalificação da José Avelino e a Lógica da Cidade Mercadoria

As propostas de intervenção focadas na “requalificação” dos Centros urbanos estão situadas no contexto global e mercadológico da competição intercidades (VAINER, 2013, p.76). Nesta conjuntura, os gestores urbanos passam a adotar um discurso de “*marketing*” utilizado para tornar estas cidades mais “atrativas” aos investidores e ao capital financeiro. Afirma Carlos Vainer:

Talvez esta seja, hoje, uma das idéias mais populares entre os neoplanejadores urbanos: a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado marketing urbano se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos (Idem, p.78).

Chama atenção nesta análise, a compração que o autor faz entre os gestores urbanos no mercado competitivo intercidades e os trabalhadores ambulantes. Enquanto aqueles correm à procura de vender as cidades aos investidores, estes últimos sobrevivem nas frestas da informalidade, vendendo seus produtos em troca da sobrevivência. O urbanismo da requalificação, portanto, segue a lógica do modelo produtivo concorrencial, tomando a cidade como protótipo de empresa, desencadeando um processo de empresariamento da gestão urbana, cada vez mais vinculada à lógica do mercado (HARVEY, 2014). Para Vainer (2013), tomar a cidade como empresa, significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como um agente econômico, que atua no contexto de mercado, e que encontra neste mesmo mercado, a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações.

Agir estrategicamente e empresarialmente no urbano significa ter como horizonte o mercado. Assim, o gestor deve tomar decisões a partir das informações e expectativas

geradas no e pelo mercado. Logo, é o próprio sentido do “plano urbanístico, e não mais apenas seus princípios abstratos, que vem do mundo da empresa privada.” (Idem, p.86). Neste modelo de intervenção (planejamento urbano), a iniciativa privada caminha junto e de mãos dadas com a iniciativa pública, e nesse sentido a intervenção estatal passa a atuar de acordo com os interesses dominantes do mercado, voltando-se estritamente às exigências dos atores privados.

Carlos Vainer (2013) reflete sobre este tipo de parceria realizada no contexto global de gestão das cidades, e que passou a tomar maiores proporções a partir da experiência do Planejamento Urbano Estratégico (Idem: 88). Mais especificamente na Cidade de Fortaleza, a proposta de Planejamento Estratégico foi desenvolvida através do interesse de grupos privados⁶² e do poder público, motivados a requalificar o Centro da Cidade.

Para Flávio Villaça (2012), o Estado no momento em que se alia ao privado, afasta-se da produção do espaço urbano central, deixando esta atribuição para a livre iniciativa. Nesse contexto, o Centro passa a ser dominado pela atividade comercial de serviços, pelo mercado imobiliário e principalmente “pelo lucro”, caracterizando-se a partir do “intenso uso do solo por parte das atividades privadas de comércio varejista e de serviços.” (Idem, p.111).

De acordo com Otília Arantes (2013) a parceria público-privada desenvolvida nas cidades, já vinha se intensificando desde a década de 1970, com a tendência da “revitalização urbana”, que passou a alavancar investimentos privados com fundos públicos. A partir dos anos 1990, este modelo de parceria assumiu sua forma mais direta e explícita, e as cidades passaram a ser produzidas pelas grandes empresas, o que impulsionou mais ainda os investidores urbanos a “desbravar uma nova fronteira de acumulação de poder e dinheiro – o negócio das imagens” (Idem, p.16). Nessa perspectiva, para tornar a cidade vendável era preciso lhe atribuir uma adequada política de imagem, a qual estava, por sua vez, associada a uma idéia de cultura.

Ainda conforme Vainer (2013), os discursos que tendem a valorizar a requalificação urbana estruturar-se-iam mediante dois elementos solidários, tais quais: a necessidade de uma consciência de crise e o patriotismo de cidade. Nesse caso, os atores públicos e privados lançam em seus discursos a idéia de que a cidade estaria em crise, com a “degradação” do centro histórico, precisando superar este problema. Tal discurso estaria

⁶² Por privado se considera aqui “o interesse privado dos capitalistas e, neste sentido, comparece no mesmo campo semântico, expressões como iniciativa privada, privatização e outras, que evocam ou remetem a capital, capitalistas, empresários capitalistas”. (Idem: 88)

associado à perspectiva dos gestores públicos, em disseminar uma noção histórica e socialmente construída de que a cidade teria uma “vocação” turística.

Nessa perspectiva, para que os problemas urbanos sejam superados   necessário criar um sentimento de crise, transformando-se posteriormente num “patriotismo de cidade”, o que permitiria a seus atores, assumirem um sentimento de pertencer   cidade (Idem, p.94). Caberia, então, ao governo local dotar seus habitantes de um “patriotismo cívico”, de um sentido de “pertencimento”, de “vontade coletiva de participa o”, de “confiança e de crença no futuro da urbe”. Tal promo o imagética estaria sustentada a partir de obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental e simbólico, como aqueles dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da popula o (Idem, p.94).

Não importa aqui como os indivíduos e diferentes grupos de trabalhadores se apropriam e praticam o espaço, mas a sua urgente e necessária “requalifica o”, a transformar a cidade num projeto empresarial (Idem, p.98). Para Vainer (idem) num contexto de competi o global intercidades, transpõe-se o modelo estratégico (característico do planejamento empresarial) e extraído cientificamente do setor da administra o de empresas, para o universo urbano, autorizando-se assim, a “venda das cidades” no mesmo modelo do gerenciamento empresarial (Idem, p.99).

Especificamente a requalifica o da José Avelino (inserida neste processo macroestrutural), t b m visou construir uma imagem de cidade segura e atrativa a novos investimentos. Em entrevista veiculada a uma emissora de rádio local, no ano de 2017, o prefeito da cidade e o secretário executivo da Regional do Centro, expuseram alguns discursos sobre esta requalifica o. Afirmaram:

Está mantida a nossa disposi o de recuperar e revitalizar esse pedaço do centro da cidade, de entreg -lo de volta a cidade de Fortaleza para uma ocupa o que seja uma ocupa o que me   tanto cobrado por grande parte das pessoas que vivem na cidade de Fortaleza. Um novo Centro, um Centro pujante, de economia, de alegria, de reconstitu o de seu patrimônio, de revitaliza o da sua história.   esse o nosso compromisso.... (Discurso do prefeito Roberto Cláudio sobre a requalifica o da José Avelino)

Conforme discurso do Titular da Secretaria Executiva Regional do Centro, sobre esta requalifica o:

“A cidade precisa ter aquele espaço de volta. Aquele ali   um espaço lindíssimo que nós não conhecemos, e que   tombado. Aquela  rea   tombada pelo município de Fortaleza e a cidade de Fortaleza não conhece essa Rua José Avelino e que   tão bonita, e vai se integrar aquele espaço cultural e turístico que já   aquela área tanto da Filomeno Gomes, como da João Moreira, ali ao lado do Passeio Público e o próprio Dragão do Mar que   uma área de convivência da cidade de Fortaleza muito forte. Essa  rea toda, da Secretaria da Fazenda até a Catedral, da José Avelino, da

Boris até já cruzando a Alberto Nepomuceno, pegando a Travessa Icó, também serão requalificadas. São áreas que precisam ser devolvidas pra cidade de Fortaleza com a dignidade que aquela região histórica, nascedouro da cidade de Fortaleza precisa ostentar pra nós que moramos aqui e pras pessoas turistas que vêm nos visitar. (Discurso do Titular da Secretaria Executiva Regional do Centro - SERCEFOR Adail Fontenele sobre o processo de requalificação da José Avelino⁶³)

Ambos os discursos enfatizam a expressão “devolver a cidade aos seus cidadãos”, ou seja, transmitem a idéia de que a Rua José Avelino deve ser devolvida aos “moradores de Fortaleza”. Implicitamente, os trabalhadores da feira, e todos os demais sujeitos que atualmente ocupam aquela área e que dela também sobrevivem, não seriam os “moradores ideais”, pois não são citados no discurso, a não ser como público em situação de “irregularidade”. Como bem enfatizou o Secretário da Regional, os moradores da Cidade ainda não conhecem esta rua, mostrando-se desconhecedores sobre a existência desta área. No entanto, através da citação, fica evidente que o discurso acaba desclassificando e excluindo simbolicamente o grande público que atualmente se utiliza e ocupa aquela rua.

Imagem 18 – Publicidade reforçando o discurso de que o Centro voltará a pertencer à população.



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF)

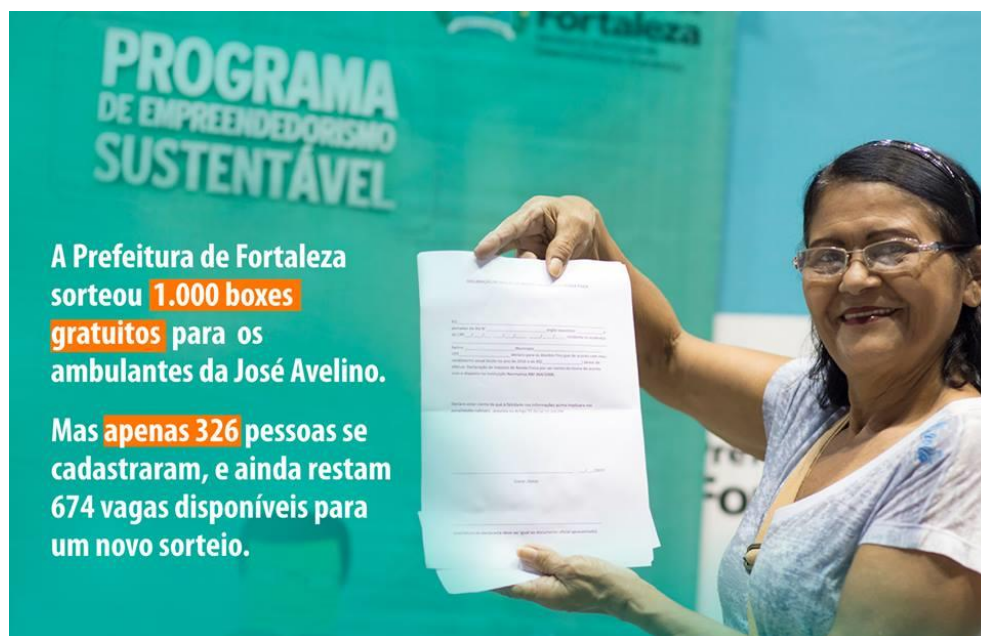
Através desta requalificação, busca-se justificar a remoção do comércio de rua local, considerado prejudicial à paisagem urbana. Propõe-se assim, transferir os ambulantes para outro local, de preferência, o empreendimento privado Centro Fashion (mediante aquisição e compra de boxes), e para alguns outros espaços públicos, como o Beco da Poeira e o Mercado São Sebastião (mediante concessão de *boxes* públicos).

É válido destacar que inicialmente, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, concedeu trezentos e vinte e três vagas de *boxes* aos feirantes da José Avelino, que se declararam legalmente como “baixa renda” (conforme imagem 19 – logo abaixo). Parte destas vagas foi

⁶³ Disponível em: <http://www.verdinha.com.br/noticias/37648/ministerio-publico-reforca-acao-para-fechar-galpoes-irregulares-em-fortaleza/>

disponibilizada tanto no Centro de Pequenos Negócios⁶⁴, como também no Mercado São Sebastião⁶⁵, concretizando assim a “função social” desta requalificação específica.

Imagem 19 – Publicidade referente à concessão de *boxes* públicos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza



Fonte: PMF

Conforme apresentado no discurso da imagem publicitária acima (imagem 19), a prefeitura sorteu um quantitativo de mil *boxes*, mas apenas trezentos e vinte e seis vagas teriam sido preenchidas, restando ainda seiscentos e setenta e quatro vagas. Tal informação foi veiculada num momento em que duas representações se conflitavam.

A primeira representação estaria alicerçada no discurso de que a Prefeitura estaria desempenhando a função social da Requalificação, ao conceder alguns espaços de trabalho (*boxes públicos*) aos feirantes que não concordavam com a retirada de suas bancas da Feira. Já, a segunda representação se vinculava ao discurso dos feirantes, os quais criticavam a intervenção oficial, alegando a necessidade pela manutenção da Feira, pois ali estariam presentes milhares de trabalhadores que não teriam condições em arcar com as taxas de

⁶⁴ Também conhecido como o novo Beco da Poeira, situado à Avenida do Imperador, no Centro da Cidade.

⁶⁵ Conhecido como um importante mercado de gêneros primários de Fortaleza. O estabelecimento oferece produtos como frutas, legumes, hortaliças, utensílios domésticos, e artesanato. Atualmente possui mais de duzentos e cinquenta *boxes*, com produtos para construção civil e até farmacêuticos, sendo considerado um equipamento público municipal administrado pelo Sindicato do Comércio Varejista de Frutas e Verduras de Fortaleza (SINCOFRUTAS), por outorga concedida pelo município. Está localizado no Centro de Fortaleza, e funciona diariamente.

manutenção exigidas pelos estabelecimentos públicos, no caso: o Mercado São Sebastião e o Centro de Pequenos Negócios.

Muitos feirantes também não concordavam com a lógica do trabalho fixo, pois “não seria vantajoso” ao comércio ambulante, tendo em vista não só o pequeno montante de vendas realizadas, como também a dependência direta que esta prática mantinha com o fluxo de pessoas, o que não estaria totalmente garantido nos espaços fixos.

Conversando com um agente de fiscalização da Prefeitura Municipal de Fortaleza, ouvi o seguinte discurso:

“Esse pessoal que tá aí na rua, tem dinheiro sim. Eles faturam bem. Ficam reclamando que a gente atrapalha, mas a gente quer organizar pra uma situação melhor. Porque lá (**nos boxes-grifo meu**) eles vão pagar o que já tão pagando aqui, porque tem de tudo. Aqui tem gente que paga pra ficar nessas bancas. Muitos deles alugam e até vendem. E são caras viu?! E ainda assim eles tão pagando pra fazer gambiarra de luz, pra poder iluminar na madrugada. Não pagam nada pro poder público, enquanto tem comerciante aí vendo osso pra pagar suas contas e despesas com funcionários e estrutura. Aí mesmo no Mercado Central e nessas outras lojas. Aí vem o gaiato e quer tirar vantagem. Não é certo. A gente tá aqui pra organizar. Pra dá oportunidades pra todos, independente”.(Rômulo; agente de fiscalização da SERCEFOR)

O discurso do agente tenta justificar a intervenção do poder público, enfatizando a necessidade de uma organização “justa” do espaço. Por não levar em consideração a heterogeneidade existente na condição de feirante, a visão oficial estaria englobando no espaço da Feira, somente alguns trabalhadores, que, por melhores condições de produção e montante de vendas, conseguiriam auferir melhores rendimentos nesta atividade, como é o caso dos pequenos negócios. No entanto, é importante enfatizar que o complexo híbrido da José Avelino, comporta uma variedade de feirantes, não se restringindo apenas àqueles que ocupavam as bancas da via pública, mas também outros “vendedores de mão”, como são conhecidos os feirantes que vendem suas mercadorias de forma itinerante.

Tal concessão intentava transformar os atuais feirantes em permissionários do poder público⁶⁶, passando a assumir algumas obrigações tarifárias⁶⁷. Conforme se percebe no fundo da Imagem dois, esta concessão vinculava-se diretamente ao Programa

⁶⁶ As taxas mensais de manutenção destes *boxes* equivalem a cento e cinquenta e seis reais e um centavo para os negócios de confecção; e trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta e sete centavos para os negócios de lanches. Já no Mercado São Sebastião, as vagas destinadas aos feirantes de alimentos equivalem a quantias estipuladas entre oitenta e oito reais e vinte e um centavos, atingindo valores até duzentos e vinte reais e seis centavos, a depender do tamanho e da localização dos boxes. Para este período histórico, define-se o salário mínimo no valor referência de novecentos e trinta e sete reais.

⁶⁷ Ver em: <http://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/05/feira-migra-para-galpoes-centro-fashion-e-caucaia.html>

Empreendedorismo Sustentável⁶⁸, voltado para a formalização de micro e pequenos negócios. Assim, o poder público poderia remover do território, o indesejado comércio de rua da José Avelino, com suas múltiplas irregularidades e prejuízos (provocados ao poder público), uma vez não ser capaz de gerar qualquer “tipo de receita para o município⁶⁹”.

De acordo com a gestão municipal, a feira traz enormes prejuízos ao município, figurando entre estes: a grande produção de lixo gerado na área; o engarrafamento de vias públicas; a apropriação indevida do espaço público para exercício de atividades de interesse privado; a sonegação fiscal; além de outros riscos à população, como as irregularidades na distribuição de energia elétrica, através de gambiarras; as más condições de higiene e insalubridade sanitária; o risco de assaltos e sinistros no período noturno; entre outros. Tais problemas seriam solucionados com a transferência da feira (tal e qual se encontrava) para uma estrutura mais “adequada” conforme imagem abaixo.

Imagem 20 – Publicidade referente à requalificação da Rua José Avelino.



Fonte:

PMF

⁶⁸ Programa este voltado para o desenvolvimento de pequenas empresas, oferecendo serviços de capacitação e consultoria a micro e pequenos empreendedores, constituindo cinco eixos de trabalho: formalização de negócios; capacitação gerencial; consultorias contábeis; acesso facilitado ao microcrédito e comercialização de serviços e produtos. Informações obtidas em <https://www.facebook.com/PrefeituraFortaleza/posts/1523850891002979/>

⁶⁹ <https://g1.globo.com/ceara/noticia/apos-liminar-suspender-remocao-de-feira-prefeitura-de-fortaleza-diz-que-obras-comecam-nas-outras-ruas-proximas-a-jose-avelino.ghtml>
<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/06/reuniao-debate-irregularidades-em-feira-no-centro-de-fortaleza.html>
<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/feira-da-rua-jose-avelino-deve-ser-transferida-ate-2015-1.1140810>
<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/nota-de-esclarecimento-sobre-as-obras-de-requalificacao-da-rua-jose-avelino-e-da-av-alberto-nepomuceno>

Conforme discurso do poder público registrado em anúncios publicitários veiculados na página do *facebook* da Prefeitura Municipal, a requalificação intenatava “organizar, recuperar e proteger a cidade”. Nesta ilustração, confrontam-se três imagens, que representariam duas realidades opostas. As duas primeiras expõem cenas recortadas da via José Avelino, retratando momentos e cenas urbanas que se desenvolvem após o término da Feira. Nelas, há a presença de um carrinho de carregamento, algumas estruturas de banca em processo de desmonte, e sacos plásticos jogados na via em meio a poças de lama.

Este cenário de “desmanche”, “desordenado” e “fragmentado”, representado pelas duas primeiras imagens – parte superior da foto; contrasta com uma paisagem virtual, onde é possível a visualização global de uma Rua José Avelino completa (dada à fragmentação da imagem anterior), com arborização, calçadas organizadas e via pavimentada. Este cenário representaria a estrutura da Rua, após sua requalificação.

Imagem 21 – Publicidade referente à requalificação da Rua José Avelino.



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF)

Conforme imagem 21, visualiza-se a exposição de três paisagens. A primeira apresenta o espaço físico “atual” da Rua José Avelino, após a realização da Feira, quando os feirantes e sacoleiros já não estariam mais presentes neste espaço. Nesse sentido, há uma semelhança entre as duas imagens, uma vez que o contexto apresentado pela imagem dois, também apareceu na imagem quatro, podendo-se visualizar algumas bancas em situação de desmonte e diversos sacos plásticos jogados no chão, em meio a poças de lama, o que retrata uma paisagem “caótica” e “suja”.

A segunda imagem, composta pela mesma paisagem virtual e ideal da rua, após a Requalificação (Conforme Imagem três), contrasta com a primeira. Já a terceira imagem é constituída pela cena de um homem e uma mulher em processo de negociação (compra e venda de confecção). Esta cena “ideal” seria apresentada espacialmente no Beco da Poeira (Centro de Pequenos Negócios), referindo-se a nova condição do “antigo” feirante, então já “removido” da via pública para tal estabelecimento.

A tentativa do poder público, em convencer a população de que a remoção da Feira da José Avelino e de que a requalificação da rua seria o melhor para a cidade, acabou não levando em consideração as próprias práticas e usos realizados nestes espaços pelos feirantes, excluindo da proposta, uma dinâmica social já existente naquele espaço. Não pretendo aqui, justificar as ações dos agentes envolvidos neste processo, mas apontar as contradições e os conflitos existentes.

O discurso de requalificação se apoiou na idéia de que a área central de Fortaleza precisava retomar novos usos, voltados agora para o “aproveitamento” e para o “resgate” histórico e turístico da região, criando um novo cenário econômico, desqualificando a dinâmica informal do comércio de rua e as práticas cotidianas ali desenvolvidas.

Com a reforma do calçamento, considerado “patrimônio histórico” de Fortaleza, intentava-se dar mais “visibilidade” a imagem do Centro, investindo-se na valorização e na promoção de uma identidade a ser resgatada. Nesse sentido, o “patriotismo” de cidade seria um elemento chave para o estabelecimento e a reprodução de um discurso de retomada e exaltação de orgulho do passado histórico da cidade, ao mesmo tempo em que se promoveria o potencial de uma determinada vocação econômica da cidade para o setor de confecção e moda, reforçada principalmente com a implantação do Centro Fashion.

Conforme discurso do prefeito Roberto Cláudio, veiculado pela Emissora de Televisão local Diário do Nordeste, ao comentar a ocupação da área pelo comércio

ambulante, fica evidente que alguns moradores da cidade estavam sendo “ofendidos” quanto ao seu “direito coletivo” de ter acesso a cidade, dentre os quais, os “comerciantes que pagavam impostos”. O gestor acrescentou ainda neste pronunciamento, algumas expressões como: “lutar em defesa da paz” e “proteção social da nossa cidade e do nosso Centro”. Ainda neste pronunciamento, afirmou:

O interesse dos verdadeiros ambulantes e feirantes estará, é e estará, e sempre permanecerá como a garantir a prioridade da nossa cidade, como também o interesse em aquecer a economia do atacarejo (corruptela lingüística a expressar a junção da atividade de acatado e de varejo, modalidades de comércio atualmente existentes na Feira da José Avelino)⁷⁰.

Pode-se considerar que o calçamento da rua, apropriado como patrimônio histórico nesta requalificação, assumiu importante papel simbólico para a cidade, servindo como suporte para a produção de uma imagem turística de Fortaleza. A pavimentação da via passou a integrar parte da área do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Centro, o qual já engloba alguns equipamentos, como a 10ª Região Militar, representada pelo antigo forte; o Mercado Central; a Catedral Metropolitana; o Antigo Paço Municipal; o Passeio Público; a Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR); e o Hospital Santa Casa de Misericórdia, todos, equipamentos localizados espacialmente num mesmo segmento territorial.

Conforme pronunciamento do gestor, “esse na verdade, é o nosso sítio de maior valor histórico, que precisa receber um tratamento que o retome como área de interesse da própria cidade⁷¹”. É notório que a devida requalificação enfatizou o valor simbólico imaterial de uma determinada via que conseguiu ser preservada em pedra tosca original (embora em estado de “deprecação” e “deterioração” provocada pela movimentação do comércio de rua). Conforme discurso dos gestores e arquitetos, há na via, uma linha de marcação por onde passava cotidianamente o primeiro bonde da cidade. Conforme Mapa Cultural do Estado do Ceará⁷², a “pavimentação da Rua José Avelino”, antiga Rua do Chafariz, notabilizou-se pelos estudos do arquiteto José Liberal de Castro.

De acordo com as informações extraídas do Mapa, o tombamento da via se justificavadevido a sua inserção simbólica no passado da Cidade, vindo a apresentar desde seus primórdios, grandes dificuldades quanto à mobilidade física urbana (fosse de pessoas, animais e ou veículos), uma vez ter sido construída sobre imenso areal cercado de pântanos. Sua pavimentação, reivindicada desde o século XVIII, fora concretizada somente na segunda

⁷⁰ Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=qMkFglujqk>.

⁷¹ Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=qMkFglujqk>

⁷² Ver em: <http://mapa.cultura.ce.gov.br/espaco/279/>

metade do século XIX, devido ao aproveitamento da mão-de-obra de migrantes da seca de 1877, os quais trabalharam na implantação do calçamento. Além disso, neste mesmo inventário, registra-se outro dado histórico, relevante para o arquiteto: o fato de que as pedras que compunham a pavimentação da antiga rua foram extraídas, na época, da Pedreira do Mucuripe.

No início do século XX, esta pavimentação seria ampliada e adaptada para receber os trilhos dos bondes da empresa *Light*⁷³, com a criação de uma linha de “auto-bonde” (conforme Imagens 22 e 23 – p.114, 115), a qual gerou inúmeros conflitos envolvendo esta empresa e a Pedreira do Mucuripe, o que também desencadeou sérios conflitos de rua. Para o arquiteto, a pavimentação e a instalação do bonde marcaram dois importantes fatos para a cidade na época, encarados como sinal de modernidade. Conforme texto divulgado pelo Mapa:

Como pode-se constatar, “as pedras” da Rua José Avelino, mais do que pedras, são vestígios materiais e signo dos movimentos das pessoas que fizeram e fazem a cidade de Fortaleza. Portanto, justifica-se o tombamento porque se trata de um dos poucos trechos da zona antiga de Fortaleza que ainda mantém pavimentação original em pedra tosca. Diante do que foi exposto, compreende-se a importância dada a essa rua pela representação que ela possui na memória e na história da cidade de Fortaleza, em particular, na história dos transportes coletivos. Também, nos chama atenção o momento de intervenção que vem sofrendo a referida rua, com a presença de um comércio (feira livre), o que proporcionou grande preocupação do poder público municipal, pela ocupação desenfreada do logradouro, ocasionando conflitos e queixas, com prejuízos materiais ao patrimônio público.

Ao se contrastar os registros do passado com a dinâmica espacial contemporânea da Rua José Avelino⁷⁴, percebe-se que a atual e presente história do lugar não é levada em consideração como fator a caracterizar parte da memória da cidade, uma vez ser concebida como fator de degradação e depredação do patrimônio histórico, não sendo considerada parte integrante e referência de memória da cidade, o que pode ser percebido não só no discurso técnico que embasou o tombamento, mas também nas representações de proprietários e locatários de *boxes*.

⁷³ Empresa que controlava há época o sistema de transporte elétrico da cidade.

⁷⁴ O atual nome da via José Avelino, faz homenagem a José Avelino Gurgel do Amaral (1843-1901), aracatiense, bacharel e doutor em direito, além de ex-jornalista e ex-deputado.

Imagem 22 – Publicidade enfatizando a proposta de requalificação da área, considerada Patrimônio Histórico. Nas gravuras em vermelho aparece o bonde.



Fonte: PMF

Imagem 23 – Panfleto contendo informações históricas que justificavam a intervenção de requalificação.

HISTÓRICO - RUA JOSÉ AVELINO

Em 1926, a antiga Rua Chafariz recebeu o nome de Rua José Avelino, prestando homenagem a José Avelino Gurgel Amaral, aracatiense, advogado, Jornalista e Deputado.

As empresas Light e Pedreira, instaladas na Rua José Avelino foi, se confundiram no século XX devido a instalação do bondinho que passou a circular por muito anos no local. Uma queria a urbanização do local, com pavimentação e a outra, a instalação de trilhos. Se por um lado a pavimentação foi existência do passado, a instalação dos bondes foi marco na modernização da cidade. Ambas tiveram importância e fazem parte da história da rua.

Bonde da empresa Light

As pedras toscas da Rua José Avelino, são vestígios materiais e signo dos movimentos de retirantes da seca de 1877, por esse motivo, a pavimentação foi tombada, em dezembro de 2012, pela Prefeitura de Fortaleza, como patrimônio histórico da cidade.

Obras de novos trilhos na José Avelino

2ª CLASSE
UMA VAGÃO
100 REIS
A COMPANHIA FERROVIÁRIA E DE TRILHOS DO CAROLINO

Fonte: PMF

Imagem 24 – Panfleto expositivo a justificar a requalificação da Av. Alberto Nepomuceno, intervenção esta também integrada a Rua José Avelino.

HISTÓRICO - ALBERTO NEPOMUCENO

A via era conhecida antigamente como Rua da Ponte, por ser uma das principais vias de acesso a ponte construída sobre o Riacho Pajeú. Após passar por obras de alargamento, recebendo também nova pavimentação com calçamento e meio fio, tornou-se uma ampla avenida, recebendo o nome do compositor e maestro Alberto Nepomuceno e tornando-se uma moderna via para os padrões da época.

Diante do exposto, compreende-se a importância dada as duas vias, tanto pela representação que elas possuem na memória e na história de Fortaleza, quanto pela relevância nas áreas de transporte e urbanismo da época.

A antiga Rua da Ponte (sobre o Riacho Pajeú), foi renomeada para Alberto Nepomuceno, compositor e maestro Alberto de Oliveira Nepomuceno considerado o patriarca do nacionalismo musical brasileiro, antes de Villa Lobos.

Rua Alberto Nepomuceno

Fonte: PMF

Alguns proprietários e locatários de boxes, dentre os quais, aqueles que não se vinculavam diretamente aos trabalhadores informais, concordavam com a proposta de remoção da feira. Em entrevista, um deles afirmou:

“O prefeito tem que ajeitar essa rua para deixar mais atraente, pro turista vir comprar aqui da gente. Ele tem que fazer da mesma forma que uma Avenida da Abolição da vida. Mas ainda assim, tem feirantes por aí que tão dizendo que vão resistir, que não vão sair daqui. Isso aqui tá uma bagunça.” (Proprietário de *box* situado num dos galpões da Rua José Avelino)

No discurso citado, o feirante encara a requalificação da José Avelino como algo atrativo para o desenvolvimento da atividade turística na localidade, ao mesmo tempo em que também traz como parâmetro ideal e comparativo, o exemplo de urbanização da Av. Abolição, importante e dinâmico corredor comercial e turístico da Cidade de Fortaleza (considerada parte “nobre” da Cidade). Este mesmo tipo de discurso também é reproduzido pela grande maioria dos permissionários do Mercado Central, equipamento localizado nas imediações da José Avelino, e que tem sido afetado diretamente pelo movimento da feira, encarada como concorrente “desleal” e “irregular” do Mercado, “atrapalhando” o trânsito e o fluxo de veículos que para ele se dirigem (incluindo os ônibus de excursão).

Nesta percepção, a feira dificultaria o desenvolvimento do “turismo” na “cidade”, pois, embora o discurso do poder público, dos gestores e planejadores priorize atualmente o turismo de negócios na cidade (a envolver o comércio de confecção), a Feira da José Avelino, tal “como está” e “no local em que se encontra” não é assumida como “atrativa” a investimentos, mas sim, considerada um entrave a economia da cidade, representando alguns “riscos” para o turista e para seu freqüentador, que durante as madrugadas (conforme visão da mídia e do poder público) acabam tendo que caminhar por entre ruas “escuras” e “perigosas”, sem direito a qualquer suporte de segurança.

Soma-se a este quadro contextual, a exposição dos turistas às estruturas “inadequadas” e “irregulares” dos galpões, bem como aos riscos de incêndio propiciado pelas precárias “gambiarras” que mantêm a iluminação local. Nestes discursos que tendem a “desqualificar” a feira, a poluição gerada no local, a “quantidade de lixo produzido” e a invasão indevida das vias públicas pelos feirantes, os quais impedem o trânsito e a livre circulação de veículos pelo entorno, acaba impendendo a freqüência de visitantes e turistas que

se dirigem tanto ao Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura⁷⁵ (CDMAC), como também a outros estabelecimentos localizados na área.

Percebe-se que nem todos os proprietários de boxes concordam com a fixação das bancas no espaço da rua. Em conversas informais que mantive com estes feirantes (proprietários de boxes), um deles fez referência a expressão “feira” como sendo algo negativo, demonstrando não se sentir pertencente a ela. Afirmou este proprietário:

“Olha, a feira é na rua. Aqui nós pagamos aluguel, taxa, imposto. Aqui tudo é pago! Eles querem tirar é esse pessoal daí da rua. Essa feira daí é que nem feira de fruta e verdura. É lonavéa no chão! É pedaço véi de ferro pra tudo que é lado! É gambiarra de energia! Quero que você veja o improviso!”

O entrevistado não se sente pertencente ao que se convencionou chamar de “Feira” da José Avelino, referência espacial e simbólica constituída pela rede de lojas e galpões que circundam o logradouro, incluindo também e principalmente, o comércio de rua realizado pelos ambulantes. Apesar de dividir espaço “lado-a-lado” com este tipo de comércio, o pequeno produtor e comerciante não se considera integrante, nem parte deste mercado específico, desqualificando a condição “improvisada” e “precária”, na qual se encontra a feira, e atribuindo-lhe qualidades inferiores.

Irlys Barreira (2012) identificou algumas lógicas padronizadas de classificação e caracterização de determinados lugares, que seguem hierarquias e sentidos de unidade na maneira como as cidades são expostas nos discursos e narrativas voltadas para a “promoção da atividade turística”. Para a autora, tais discursos são capazes de gerar princípios normativos e maneiras legitimadas ou não de proceder no espaço urbano, de tal forma que as narrativas assumem o papel de discursos instituídos a revelar “formas legitimadas de apresentar a cidade”, baseadas em interesses e sentidos diversificados, capazes de legitimar determinados espaços e ou grupos, em detrimento da desqualificação de outros.

A esfera econômica e seus atores desempenham aqui um papel crucial nos centros das cidades capitalistas, onde predominam as forças do mercado e a aglomeração dos estabelecimentos de comércio e serviços. Neste processo de requalificação, é explícita a junção que existe entre investimentos privados e a necessidade de promoção da cidade junto a

⁷⁵ O CDMAC é considerado um símbolo cultural da cidade, tendo sido construído com o intuito de promover na cidade de Fortaleza o fluxo do turismo cultural vinculado aos circuitos da economia global (GONDIM, 2007). Como tal, configura-se como equipamento âncora e modelo para as intervenções urbanísticas contemporâneas realizadas na área. Conforme já citado, uma das metas da requalificação da José Avelino consistiu na consolidação de um corredor cultural que viesse a interligar o centro tradicional da cidade a sua orla marítima. Neste caso, o CDMAC desempenharia o papel de espaço de interligação entre estas duas áreas, principalmente por estar situado geograficamente no meio delas.

um mercado competitivo, formatando uma espécie de concorrência global intercidades (COMPANS, 2005).

Sobre o papel desempenhado pela iniciativa privada nos projetos urbanos desenvolvidos na cidade de Fortaleza, é importante ressaltar que já na década de 1940, tais setores vinham estimulando o crescimento da cidade para áreas além do que os planos urbanísticos previam (FERNANDES, 2004). Contraditoriamente, estes mesmos segmentos privados se mostravam imensamente resistentes à possibilidade de cederem parte de suas propriedades em favor do interesse público, como assim ocorreu no Plano urbanístico elaborado por Saboya Ribeiro, em 1947 (GIRÃO, 1979).

Este Plano Urbanístico foi inviabilizado devido à recusa dos proprietários de imóveis do centro em aceitar a subtração de suas áreas construídas, em favor do alargamento de vias, do aumento de recuos e da abertura de pátios no interior das quadras. Além desta resistência, a inação do poder público, refém da elite comercial, a guardar nos terrenos do centro, suas reservas de valor, acabou impedindo também a execução e a realização deste projeto (FERNANDES, 2004, p.58).

Outro importante Plano Urbanístico, desta vez, elaborado por Hélio Modesto também ficou inviabilizado devido à resistência da iniciativa privada. O projeto visava criar um Centro Cívico Administrativo na região do Centro, reunindo todos os edifícios do poder público num único espaço, disponibilizando em seu entorno, áreas privadas para instalação de edifícios que gerassem sustentabilidade e incrementassem dinamismo para a área. Além disso, o projeto também pretendia valorizar a terra para atrair o interesse da iniciativa privada na construção de hotéis, edifícios de escritório, teatros, equipamentos culturais e habitações multifamiliares, adotando-se uma perspectiva de uso misto para a área central (Idem, p.64, 67).

No entanto, esta proposta não foi efetivada, uma vez que as decisões sobre as formas de ocupação do solo foram atribuídas à iniciativa dos proprietários privados, que não consideravam em suas negociações, qualquer possibilidade de superar a estrutura fundiária e a realização da função social da propriedade. Para Fernandes (idem) o poder público, então “refém de interesses privados, condenava o centro da cidade a mais uma vez, atravessar, ileso, um processo de planejamento urbano.” (Idem, p.67, 68).

Este autor destaca explicitamente o entrave que a iniciativa privada representava para a consolidação dos modelos propostos pela gestão pública. Seu estudo conclui que entre os anos de 1963 e 1996, período que engloba os quatro últimos planos diretores da cidade de

Fortaleza, o mercado privado adquiriu papel de produtor direto do espaço urbano, restando ao poder municipal, exercer apenas um papel secundário nesta produção, através da legislação urbanística, a qual supostamente regularia a iniciativa privada, mas que, na prática, acabou defendendo-a e legitimando-a (Idem, p.46).

Com isso, constata-se que a fragilidade do Estado como produtor direto do espaço urbano vem se dando desde fins do século XIX, e, posteriormente na primeira metade do séc.XX, mostrando-se totalmente subserviente ao poder da iniciativa privada. Para o autor, “tal subserviência está representada por sua limitada capacidade de impor as leis urbanísticas e as mais comezinhas regras de um código de loteamentos.” (Idem).

Em meio atal convivência do Estado e à predominância do setor privado na questão urbana, é que se implantaem Fortaleza, nos anos 2000, o Plano Estratégico (Planefor⁷⁶), baseado no modelo barcelonês de planejamento urbano (já aplicado também no Rio de Janeiro e em São Paulo). A partir deste planejamento, o Centro da cidade passou a ser objeto de uma visão estratégica de desenvolvimento, que envolvia mais uma vez e de forma intensa, a articulação entre a iniciativa pública e a privada (VASCONCELOS, 2008, p.81).

O PLANEFOR surgiu no bojo das discussões de dois fóruns⁷⁷: o “Fortaleza 2000” e o “Fórum Adolfo Herbster – Repensando o futuro do coração de Fortaleza”. Neste espaço, diagnosticou-se entre os participantes, que o Centro da Cidade, encontrava-se “esvaziado simbolicamente e carente de um referencial identitário que representasse a importância da área frente à construção econômica e cultural de Fortaleza”, portanto “necessitando de iniciativas que resgatassem o valor simbólico e cultural que o Centro outrora tivera” (idem: 82).

Uma das intervenções deste projeto, iniciada no ano de 2001, foi à restauração das fachadas de prédios históricos no entorno da Praça do Ferreira⁷⁸, tendo como entidade executora a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). Tal proposta visava um resgate cultural

⁷⁶ O Planefor concebeu cinco eixos de ação para o Centro de Fortaleza, dentre os quais: Elaboração do Plano Estratégico da Área Central de Fortaleza; Parque da Cidade (unindo as Praças José de Alencar e Lagoinha); estruturação do Forte de Nossa Senhora da Assunção como espaço público, turístico e cultural; e implantação de um Centro de Negócios artístico-culturais no Edifício São Luiz e a Complementação do Parque Pajeú (PLANEFOR, 2000). (VASCONCELOS, 2008, p.81)

⁷⁷ Nestes fóruns foram expressos os anseios mais recorrentes de intelectuais e técnicos de empresas privadas e públicas quanto à requalificação do Centro de Fortaleza. (VASCONCELOS, 2008, p.92)

⁷⁸ Importante Praça histórica da Cidade, considerada símbolo cultural de Fortaleza. Nesta Praça que agrega forte convívio e sociabilidade pública, ocorreram diversos e importantes fatos históricos locais. O equipamento passou por diversas reformas, tendo sido, sua última modificação estética, realizada durante gestão do prefeito Juraci Magalhães em 2001, quando também foi considerada Marco histórico e patrimonial de Fortaleza, e também eleita ícone da cidade (através de campanha realizada pelo Banco Itaú em parceria com o sistema Verdes Mares de Telecomunicações).

através do tratamento estético das fachadas dos comércios que estavam neste entorno, tornando-as mais atrativas aos consumidores que freqüentavam a área (Idem: 92).

A intervenção buscou aliar o passado da cidade ao seu tempo presente, tornando o Centro, um lugar atrativo para o incremento do consumo, o que acabou servindo como principal argumento para o convencimento e adesão dos lojistas sobre a importância da reforma. Intentava-se assim, construir uma imagem da Praça do Ferreira e do Centro da Cidade como “espaço de encontro, lazer e cultura”, extraindo-se de seu ambiente, tal qual de um produto, todas as suas mazelas e contrastes sociais. Dessa forma, buscava-se valorizar simbolicamente o Centro, potencializando-se suas atividades econômicas (Idem, p.96).

Concretizava-se assim uma espécie de estetização e maquiagem do espaço público, com a espetacularização do patrimônio cultural. Agregava-se a esta proposta um grande volume de investimento público e privado, fazendo com que a reforma não só disciplinasse o espaço central, mas também o enobrecesse (Idem, p.97). Para autores como Carlos Vainer (2013), processos de intervenção urbana como este, propiciam o fim de uma separação rígida entre o público e o privado. Isto quer dizer: participação direta, sem mediações, dos capitalistas e empresários nos processos de decisão referentes ao planejamento e execução de políticas. Para o autor:

O conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico...e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados. (Idem, p.89)

Em estudo específico sobre o Centro da Cidade de São Paulo, Heitor Frúgoli Júnior. (2001) analisa a intervenção urbana desenvolvida nesta localidade, através de uma entidade empresarial denominada “Associação Paulista Viva”, e realizada em parceria com o poder público, intentando ordenar o espaço público a partir da retirada do comércio ambulante da área central. Nesta época, o presidente da entidade, também prefeito da Cidade, Olavo Setúbal acabou optando pela retirada completa dos camelôs da Avenida Paulista, alegando que a Avenida era um espaço de excelência para a metrópole, e que, portanto, deveria ser preservada deste tipo de ocupação, posição esta também defendida pelo arquiteto do projeto.

Nessa perspectiva, uma das primeiras medidas concretas tomadas pela Associação foi o apoio incondicional à expulsão de centenas de camelôs que ocupavam a Avenida. Como “êxito” e o “sucesso” obtidos nesta intervenção, tal experiência acabou também servindo de modelo para outras intervenções similares desenvolvidas no restante do país. Para evitar que

os trabalhadores retornassem àquele mesmo espaço (do Centro de São Paulo), a associação acabou estimulando também uma campanha para que os proprietários dos edifícios vigiassem suas próprias calçadas com o uso de segurança privada (Idem, p.61).

Medidas como esta também foram reproduzidas na Cidade de Fortaleza, através da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), que durante a gestão de César Cals Neto (entre março de 1983 a maio de 1985), implantou a prática dos “condomínios” na área central (onde havia um convívio tenso entre a atividade do comércio convencional e o comércio ambulante). Conforme Dantas (2005) ao não conseguir garantir o espaço de circulação para os consumidores, a prefeitura deu margens à adoção de práticas por parte dos lojistas, que tentavam a todo custo, impedir a apropriação do espaço pelos trabalhadores. Nesse sentido, alguns lojistas passaram a implantar o sistema de “condomínio⁷⁹”, estratégia a qual reunia grupos de lojistas num determinado quarteirão, como objetivo de impedir o exercício do comércio ambulante, preservando-se o espaço de circulação de pedestres mediante uso de vigilância privada.

Nessa sistemática de condomínio, cada condômino pagava uma taxa que seria utilizada na manutenção dos calçadões e em alguns casos na “contemplação dos ganhos dos fiscais do rapa.” (Idem, p.25). A idéia era a de que nestes quarteirões específicos, não houvesse presença de ambulantes, exceto nos horários fora da jornada de trabalho do “rapa”. Conforme Dantas (2012) a iniciativa privada mostrava-se “eficaz” nesse aspecto, no entanto, acabou também contribuindo para o agravamento dos conflitos violentos travados entre o “rapa” e os ambulantes.

Ações da iniciativa privada em conjunto com o poder público continuaram a se reproduzir nas décadas seguintes, principalmente a partir de 1980. Neste marco temporal, vários centros de comércio popular foram construídos nos centros urbanos com o intuito de agregar um grande contingente de ambulantes que então ocupavam este espaço. Intentava-se com isso, deslocar os ambulantes para espaços privados, desobstruindo e desafogando o espaço público do centro da Cidade, ao mesmo tempo em que também se valorizavam novas lógicas econômicas, incluindo a especulação imobiliária, e a formalização da informalidade.

Em seu estudo sobre o Centro da Cidade de São Paulo, Júnior (2001) revela importantes aspectos da requalificação urbana. Para este autor, a junção realizada entre o setor público e o privado, na proposta de requalificação do Centro, foi estabelecida mediante uma

⁷⁹ Registra-se aqui a instalação de três destes condomínios na área do Centro (na Rua Liberato Barroso, entre as ruas General Sampaio e Senador Pompeu; na Rua Guilherme Rocha, entre as ruas Barão do Rio Branco e Major Facundo; e na Rua Perboyre e Silva).

construção ideológica que tentou consolidar um discurso de promoção e desenvolvimento da área central, reforçando os interesses empresariais em meio a uma negociação centralizada, onde as práticas dos segmentos populares que ocupavam a área acabavam sendo “desqualificadas” por este mesmo discurso.

Tais segmentos sociais com “escassa relevância estratégica” (nos dizeres de Vainer) e que, conforme Júnior (Idem) constituíam uma “organicidade de baixo” (camelôs e pobres que ocupavam o Centro), acabaram sendo expulsos da área onde atuavam, sendo realocados para bolsões isolados e precários, e para áreas de pouca circulação de consumidores, produzindo-se com isso uma “exclusão territorial com resultados catastróficos”.

Para o autor, a recuperação da área central de São Paulo era insuficiente do ponto de vista da inserção das classes populares, pois neste processo, uma série de atores sociais acabava sendo sistematicamente excluído projeto de requalificação e de revalorização da área, dentre os quais, os camelôs, população de rua, e desempregados e subempregados, que “com todos os seus problemas, ainda representavam uma estratégia de sobrevivência para grande contingente das classes populares.”

Vasconcelos (2008) questiona o modo como um dos projetos voltados para a “requalificação do Centro de Fortaleza”, denominado “Parque da Cidade” fora conduzido, sem a participação e o diálogo entre os sujeitos envolvidos na intervenção, incluindo ocupantes da área central e a população em geral. Para ele, tal forma excludente de lidar com o público de usuários “indesejados”, caracteriza a postura de alguns urbanistas, que tendem a idealizar o espaço urbano tomando como modelo de referência o seu próprio universo simbólico, que conseqüentemente também acaba convergindo aos anseios de seus próprios financiadores.

Desfaz-se aqui a idéia de que um projeto urbano deva acompanhar a dinâmica própria que constitui cada sociedade (Idem, p.104). Nesse aspecto, os projetos tendem a desconsiderar a dinâmica concebida pelos usuários da cidade, imprimindo-lhe um ordenamento pautado sob uma normatização alheia aos interesses dos próprios usuários do espaço urbano. Vasconcelos (idem), em sua análise, identificou algumas contradições no discurso dos planejadores, entre as quais, a idéia de que o incentivo e a inserção da moradia no Centro de Fortaleza, desencadearia um processo de dinamização do comércio.

Na perspectiva do projeto, a decadência desta área teria sido estimulada pela concorrência que o Centro passou a enfrentar com os *shopping centers* implantados

e localizados em outras áreas da cidade. Entretanto, o pesquisador mostra, conforme dados do Instituto Gama de Pesquisa de Mercado (2005), que pelo menos setenta e cinco por cento dos fortalezenses, precisavam do Centro para fazer compras ou outras atividades. Além do mais, era justamente a intensificação das atividades comerciais desenvolvidas nesta área central, o que motivaria a procura da população, por outras áreas mais tranquilas para moradia.

Conforme Vasconcelos (Idem), o arquiteto proponente do projeto “Parque da Cidade”, na época, tentou buscar soluções a partir da “convivência harmônica entre o desenvolvimento econômico e a preservação simbólica da área”, não levando em consideração que a mudança espacial deveria partir também daqueles que já se encontravam nesta área. Dessa forma, passou a privilegiar os incentivos ao turismo, à moradia, e uma “qualificação” dos “usos” do Centro pela diversificação, incrementando-se o dinamismo econômico da área.

No entanto, sabe-se, que a área central já detém uma força econômica sustentada pelas classes menos abastadas, e que engloba a maioria dos consumidores que para lá se dirigem, pois, pelo menos “setenta e cinco por cento dos fortalezenses se utilizam desta região para realizar suas compras” (Idem, p.104, 105). Para Vasconcelos (Idem), o projeto acabou levando em consideração apenas o olhar do arquiteto, ignorando questões cruciais para alguns setores da sociedade, tais como os desempregados que utilizavam o espaço para exercício do trabalho informal. (Idem, p.114)

Crítica semelhante, também foi compartilhada pelo pesquisador Willams Lopes (2013), em seu estudo sobre a requalificação do Passeio Público no Centro de Fortaleza. Conforme este autor, com a execução do projeto houve um deslocamento do público que até então ocupava o equipamento (prostitutas, moradores de rua e vendedores ambulantes), e que tiveram que se “dispersar” ou se “deslocar” para outras áreas da cidade. Afirma:

(...) embora a proposta da política de “requalificação” seja a construção de um Passeio Público para todos os públicos, verifiquei que “antigos” usuários não puderam fazer parte do patrimônio. (Idem, p.70).

Nesse sentido, o projeto não levou em consideração a diversidade local e acabou resultando, conseqüentemente, em segregações urbanas. Lopes assevera:

O caso do Passeio Público mostra como as intervenções realizadas em espaços da cidade significativos para grupos “indesejados” interferem diretamente em suas práticas. Baseado no conceito de patrimônio cultural, posso afirmar que as prostitutas são consideradas representantes de um “antipatrimônio” imaterial, já que as mesmas, embora sejam portadoras de “referência à identidade, à ação, à memória

dos diferentes grupos formadores da sociedade fortalezense”, tornaram-se representativas de uma memória que os gestores dessas intervenções pretendem desvincular daquilo que é considerado patrimônio. Desde já, afirmo que as concepções de patrimônio não dialogam com a noção de diversidade e acabam por produzir segregações no espaço urbano (Idem, p.74).

Propostas segregadoras como esta, também foram analisadas por Vainer (2013) para quem o Planejamento Estratégico é uma proposta, cujo objetivo maior é legitimar orientações e projetos caros aos grupos dominantes da cidade, onde a associação entre desenvolvimento econômico e integração social, torna-se mera retórica (Idem, p.115, 116). Neste contexto, é que a naturalização da desigualdade acaba se reproduzindo.

Para este autor, a pretensa “degradação” da cidade, concretamente não atinge a todos na mesma intensidade, e nem mesmo, é ela, a mesma para todos os cidadãos. Embora o discurso do consenso, reforce a condição de crise, enfatizando a problemática dos usos “desqualificados” do espaço, o consenso não é resultado do confronto de posicionamentos e interesses contraditórios, mas reflexo do compartilhamento de uma experiência urbana suposta comum e indivisível (Idem, p.117). Assim é que, consolida-se também, no caso específico da Rua José Avelino, uma idéia consensual de que todos querem que este logradouro, atualmente ocupado pelos trabalhadores informais, seja devolvido aos pedestres, turistas, e cidadãos de Fortaleza.

No entanto, seria contraditório compreender o constructo deste consenso, sem citar a exclusão voltada para os usuários que atualmente compõe seu cenário (incluindo toda uma gama heterogênea de trabalhadores informais), sujeitos que compõe uma cidade percebida como “ilógica”, “caótica”, “irracional”, “suja”, “imperfeita”, “conflituosa” e heterogênea. Esta cidade aparece aqui no discurso oficial como algo a ser recuperado e assimilado por uma proposta asséptica e espetacular, a intentar fabricar e produzir uma imagem polida e harmônica de cidade, promissora a investimentos que aliam ao mesmo tempo consumo, turismo e lazer (SANCHEZ, 2001; 2007).

Para Ermínia Maricato (2013), a produção e a apropriação do espaço urbano não só reflete as desigualdades e as contradições sociais, como também as reafirma e as reproduzem. Logo, o espaço urbano não é um “mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica” (Idem, p.168). Conforme a autora, as imagens e discursos produzidos para a cidade não existem de forma independente, mas vinculadas a relações sociais, e dessa forma, cumprem “uma função ideológica” (Idem, p.171, 172).

O discurso da requalificação, construído ideologicamente na Cidade, legitima um processo contraditório e conflituoso, a intensificar cada vez mais as disparidades entre os grupos sociais, e ao mesmo tempo, favorecendo e estimulando uma política de privatização e empresariamento da cidade. Os agentes privados a intervir no urbano, explicitam seus interesses mediante discursos “democráticos” e “genéricos”, assumindo a condição de “voz coletiva da cidade”. São agentes e grupos com interesses econômicos que há muito, no caso específico de Fortaleza, vêm desenvolvendo propostas de “ordenamento” e “revitalização” do Centro da cidade, excluindo os agentes considerados “obstáculos” ao progresso e a modernização da urbe.

O discurso construído em torno da requalificação urbana reflete contradições ao tentar eliminar as dinâmicas atuais do Centro, consideradas desqualificadas, o que, por sua vez estaria gerando uma “má imagem” da localidade, desencadeando uma estigmatização, e promovendo uma representação generalizada de que o centro estaria “tomado por grupos marginalizados”, e entregue ao “caos”, e a ausência de “ordem”.

Para Barreira (2010), a partir do momento em que as cidades se tornaram policêntricas, redistribuindo suas funções comerciais e administrativas, e afastando as classes mais favorecidas para as zonas mais distantes, o antigo centro passou a perder “credibilidade”, abrigo outras formas de ocupação tidas como problemáticas. Nesta perspectiva, multiplicaram-se projetos e intervenções voltadas para a modificação deste esvaziamento simbólico, construindo-se novos espaços, e regulando-se formas indesejadas de ocupação (Idem, p.262).

Na Cidade de Fortaleza, a idéia e a representação de “esvaziamento do Centro” está associada à presença ou a ausência da classe média, embora esta mesma área esteja sendo, diariamente, ocupada por uma enorme parcela da população. Quando se afirma em alguns discursos, que o Centro da cidade “está vazio” significa dizer que: ele não é mais freqüentado pela classe média, tornado-se uma área “misturada”. Tal expressão revela que o lugar passou a ser freqüentado por setores populares. Assim, percebe-se que a junção destas duas expressões (“vazio” e “misturado”) gera uma dupla segregação (BARREIRA, 2010).

O espaço urbano em Fortaleza por muito tempo vem sendo alvo de inúmeras intervenções. A cada nova proposta urbanística, um novo discurso impõe a Cidade um sentido de ordem, atrelado a “organização”, a “beleza”, ao “bem-estar”, a “harmonia”, ao “equilíbrio”, a “civildade”, a “modernização” e ao “desenvolvimento”. Concebe-se, portanto, um corpo que deve ser “protegido” contra qualquer possível anormalidade.

Entre os anos de 1960 e 1970 a mídia local desempenhou um papel central na desqualificação da feira enquanto atividade coletiva a se realizar no espaço público de Fortaleza. Em outubro de 1967, por exemplo, a Associação Benficiente dos Feirantes de Fortaleza, manifestou uma animosidade em virtude de uma matéria publicada no Jornal Correio do Ceará (no dia 21 de setembro) e que era intitulada “O Engodo da Feira Livre”. Conforme Lopes (2004), o autor da matéria publicada, atribuiu aos trabalhadores expressões como “imundos”, “feios”, “indecentes” e “ilícitos”, desclassificando socialmente a categoria e a atividade da feira (Idem, p.149).

Costa (1989), afirma que “na voz oficial”, o comércio ambulante representa um “entrave e um ruído para o saneamento urbano”, o qual anseia estabelecer a ordem como uma totalidade cultural, “atropelando a heterogeneidade histórica do desenvolvimento da cidade” e intentando recuperar uma dita “harmonia” (nunca vista) do espaço urbano. Nesta lógica, a mudar representações e práticas, o desordenado e o indisciplinado são substituídos, concebendo-se um novo espaço social. Assim, corpos urbanos são “removidos”, “retirados”, “remanejados”, quando não, violentamente expulsos (materialmente e simbolicamente) do espaço urbano, dando lugar a algo novo, a dita “civildade”, onde os indivíduos passam a incorporar novas visões e práticas, compondo um verdadeiro processo civilizatório.

Alves (2011) descreve a internalização deste processo civilizatório a partir de mudanças nas posturas e nos comportamentos cotidianos de moradores da Cidade de Fortaleza, na passagem do século XIX para o século XX, demonstrando formas de segmentação e segregação entre grupos na manutenção de posições de poder e status. À medida que certas posturas e comportamentos passam a ser desqualificados, repelidos e evitados, novos padrões são estabelecidos em detrimento da negação dos primeiros. Neste processo, determinados grupos, os quais detêm posições de poder acabam não só estabelecendo novas regras, como também desqualificando simbolicamente outros segmentos sociais.

Os discursos que desqualificam a feira vêm se consolidando no contexto da Cidade de Fortaleza desde o início do século XX, desautorizando a prática do comércio de rua no espaço público. Os comerciantes “formalizados” alegam, por exemplo, que os ambulantes cobram por suas mercadorias, um valor abaixo do que é estipulado pelo mercado, tendo em vista não pagarem impostos ao município, o que, por sua vez, acabaria representando um tipo de concorrência “desleal” e “oportunista”.

Nesta estrutura, os sujeitos se encontram em constante disputa por recursos materiais e simbólicos, travando entre si, lutas, muitas vezes desiguais, em que grupos e atores hegemônicos, no intuito de preservar a manutenção e a reprodução de seu poder, utilizam-se de estratégias de desclassificação, desautorizando determinados grupos sociais de seus usos cotidianos. O argumento da sonegação fiscal, por exemplo, atribui aos negócios informais, qualificativos como, “clandestino”, “irregular” e “contraventor”, mas, sabe-se que o comércio dito “estabelecido”, nesta concorrência “desigual”, aprendeu também a “tirar vantagens” da situação, adentrando nos meandros da informalidade, de modo que a sonegação não é algo inerente apenas ao comércio informal, mas também, prática reproduzida por estas mesmas empresas formalizadas e regularizadas.

Na Feira José Avelino é possível encontrarmos alguns negócios formalizados a reproduzir práticas e relações características da informalidade no mundo do trabalho. Assim, não há como separar dicotomicamente os conceitos de formal e informal, nem tampouco, a condição de irregularidade urbana. Logo, tanto o formal, como o informal, em relações de organicidade e mutualismo, revelam uma condição híbrida, heterogênea, tornando-se praticamente impossível determinar que a irregularidade urbana seja algo executado apenas por trabalhadores informais. Como já tido anteriormente, grande parte dos trabalhadores informais da feira também são contratados informalmente por negócios formalizados.

Nessa perspectiva, a informalidade refere-se não somente às características do modo como se organiza a produção de pequenos negócios, mas também às formas como os sujeitos estão ocupados e inseridos nas relações de trabalho. Considero a Feira da José Avelino, um espaço de economia informal marcado por uma heterogeneidade de situações que envolvem desde as relações inerentes a formalidade quanto à informalidade. Nesse caso, o ambulante ou o fabricante lojista podem assim representar a mesma categoria de trabalhador, já que muitos daqueles que estão nas ruas, também são contratados por fabricantes, quando não, são eles mesmos, incluindo os diversos proprietários de *boxes* e lojistas dos galpões.

Nogueira (2018) faz referência ao fenômeno da “semiformalidade”, composto por agentes que pertencem ao universo formal, mas que executam parte de suas operações no âmbito da informalidade. Trata-se de empresas formalmente estabelecidas com cadastro reconhecido (CNPJ), mas que não incluem parte de suas operações em seus registros contábeis (transações sem emissão de nota) e que contratam trabalhadores sem contrato formal. Trata-se também daqueles estabelecimentos comerciais que contratam ambulantes

(camelôs) informais para venderem suas mercadorias, posicionando-se de frente às suas lojas. Dessa forma, o objetivo não é só a evasão fiscal, mas também, ocupar uma posição no mercado, que se não fosse ocupada por ele mesmo, seria por outro (a concorrer com ele em sua própria porta) (Idem, p.87).

A semiformalidade é constituída a partir de atividades formais que conseguem espaços de operação na economia informal (existência de agentes informais que transacionam com agentes formais por meios das operações “por fora” ou “caixa dois”). Há também os agentes informais que conseguem revestir de legalidade algumas de suas operações. Isso ocorre principalmente no setor de serviços, como a compra de notas emitidas por empresas formais (barriga de aluguel), quando a empresa formal emite a nota ou recibo e o agente informal assume o pagamento dos impostos (Idem, p.88).

Para Nogueira, na economia brasileira não haveria espaços paralelos (que caminham de forma autônoma), logo, imbricam-se e se complementam num processo de semiformalidade, conformando um único sistema socioeconômico. Para este autor, a semiformalidade seria constituída por dois movimentos convergentes e complementares, manifestando-se em realidades onde as desigualdades socioeconômicas seriam mais acentuadas (Idem, p.90). Assim, os setores do mercado de trabalho formal e informal expressariam um *continuum* de relações para além das dicotomias (Idem, p.89).

Informalidade e semiformalidade, portanto, são processos que se produzem e se reproduzem pelas relações de complementaridade e alimentação recíproca, apresentando-se como faces distintas de um mesmo fenômeno (Idem, p.91, 92). Nesse caso, a formalidade e a informalidade, imbricam-se por meio de uma simbiose, formatando um espaço de semiformalidade (Idem, p.95). Para Nogueira:

Há também a possibilidade do caminho inverso, no qual a construção da semiformalidade e seu imbricamento em uma cadeia de produção e consumo dão-se a partir de uma trajetória que parte do mundo informal em direção ao formal. E neste processo está incluído as feiras, os mercados e os camelódromos (Idem, p.96).

Reforço aqui a condição de informalidade dos trabalhadores da Feira da José Avelino, envolvendo aspectos inerentes tanto no domínio da formalidade, como no domínio da informalidade. Neste caso específico, a informalidade adentra o universo da formalidade, dela tirando vantagens (com o não pagamento de certos tributos, etc). Entretanto, esta relação mútua ocorre mediante relações de trabalho precárias. Nesse sentido, torna-se contraditório e limitante encararmos a feira da José Avelino apenas como fenômeno meramente irregular ou

como fenômeno convergente ao caos e a desordem, tendo em vista tal mercado alimentar “interpenetrações”, onde o formal se faz presente no informal e vice-versa. Assevera Nogueira:

(...) não há uma clivagem em nossa economia, mas sim um sistema econômico no qual a semiformalidade é um de seus principais fatores constitutivos e que traz como reverso da moeda a precariedade das relações de trabalho (NOGUEIRA, 2018, p.96).

Para Gustavo Lins Ribeiro (2010), os mercados informais têm se tornado circuitos cada vez mais organizados e conectados em escala planetária. Já Machado (2008), analisa a fluidez da categoria informal, trazendo alguns conceitos como o de “interpenetrações”, fenômeno este em que o formal se faz presente no informal, e vice-versa. Além disso, a autora também identifica mercados, a existência de uma trama de “metamorfoses legais”, servindo para definir as variações de *status* de uma mercadoria conforme o espaço e os grupos que a legitimam, identificando, ao mesmo tempo, o que denominou de “relações de mutualismo”, onde o formal é alimentado pelo informal, e vice-versa (Idem, p.118).

Para esta autora, há um emaranhado entre os conceitos de (in) formal, (i) legal e (i) lícito. A primeira se refere às práticas de trabalho e mercado não reguladas pelo Estado, e a segunda, às ações de contrabando e pirataria, consideradas criminosas do ponto de vista legal. Tais categorias podem se distanciar em alguns momentos, mas estão muito próximas ou até mesmo se fundem em certas circunstâncias, pois numa dimensão moral, certas práticas podem ser mais ou menos ilícitas, a depender do quê e de onde o comércio é realizado (Idem, p.119).

Um processo de produção pode se caracterizar por uma fachada formal, sendo grande parte de seus subsídios, informais. Ao mesmo tempo, é possível encontrar também uma fábrica da China, por exemplo, totalmente dentro dos critérios da legislação trabalhista chinesa, mas produzindo produtos falsificados. Assim, o marco legal não diz respeito somente às condições de trabalho, mas à própria natureza do que se comercializa, envolvendo outros estatutos jurídicos como a infração de direitos autorais. Afirma: “o informal e o ilícito, portanto, definem-se somente como oposições a um modelo ideal jurídico estatal.” (Idem, p.120).

Sabe-se que muitos dos produtos vendidos na feira da José Avelino são fabricados na China, o que revela um intercâmbio de economias num contexto de internacionalização do capital. Muitas destas transações econômicas são permeadas por relações híbridas entre formalidade e informalidade, como mesmo enfatiza Machado (2008), quando expõe o caminho percorrido por uma mercadoria chinesa, que sai de sua linha de produção, percorrendo diversos trâmites até chegar ao destino final, numa banca de camelô.

Para ela, neste intermédio há “um sistema complexo e multifacetado, alternando níveis de formalidade e informalidade ao longo de uma extensa cadeia mercantil”. Nesse circuito global de bugigangas *made in China*, a noção de ilícito também se torna de difícil apreensão, metamorfoseando-se durante um ciclo transnacional, cujas fronteiras com o mundo ideal da regulamentação do Estado são extremamente tênues e confusas (Idem, p.117).

Nesta análise, a informalidade como condição heterogênea para a além dos dualismos (regulamentação do trabalho x não regulamentação do trabalho) envolve uma multiplicidade de ocupações de trabalhadores em sintonia com as mutações e metamorfoses do capital, o qual, em seus processos de flexibilização intensifica a precarização do trabalho e da vida, manifesta nas condições degradantes a que os trabalhadores se submetem nas feiras, por exemplo.

De acordo com a leitura de Machado (Idem), comparando-se os empresários chineses aos camelôs (atores sociais que ao longo da cadeia produtiva concebem e viabilizam o comércio) é possível dizer que, no início e no meio de tal cadeia, nas fábricas da China e nos comércios do Paraguai, o sistema começa mais formal, porém permeado de práticas informais. O final da cadeia tende a se transformar num grande setor informal, que são os mercados de rua, mas que podem se utilizar de meios formais, como estratégia de legitimação social e valorização moral, fugindo assim do esteriótiporeinante do contrabando (banalizado nos meios de comunicação) (Idem, p.126).

A autora descreve bem os níveis de hibridização entre formal, informal e ilícito, a depender do contexto em que as mercadorias são produzidas (circunstâncias) e comercializadas. Há lojas formais que vendem produtos falsificados, mas por serem expostas em lojas formais serão consideradas mais ilícitas, quando vendidas numa banca de camelô irregular (Idem, p.128). Enfatiza a autora:

Mesmo sendo um comércio ilícito, as falsificações percorrem seu curso mercantil com facilidade, uma vez que ele depende, em grande medida, da tolerância do Estado e dos interesses de seus agentes em relação a tal prática (Idem, p.128).

Esta heterogeneidade e hibridismo mantido nas relações entre o formal e o informal também foram percebidos por Bruno Lautier (1991). Conforme este autor, as noções de setor informal e setor formal são estanques, pois incapazes de abarcar situações múltiplas de interpenetrações, como é o caso, por exemplo, do clientelismo, em que as práticas informais estão entrelaçadas ao Estado. Nesse caso, a corrupção seria algo constitutivo do próprio aparelho estatal e de suas formas de manutenção do controle (LAUTIER, 1991 apud MACHADO, 2008, p.128).

Tal relação íntima envolvendo agentes do Estado e comerciantes, fez-se crucial para a permanência e o fortalecimento desse mercado, com grande nível de práticas ilegais de ponta a ponta (contrabando; produção; circulação e venda de produtos falsificados e o trabalho informal). Todo o processo que envolve os produtos importados da China ao Brasil, só pode ser viabilizado se sustentado por redes informais de interesses mútuos. Dessa forma, o Estado e seus atores (encarregados de cumprir a lei) tanto são beneficiados pela economia informal, como são eles mesmos, os próprios executores das práticas informais e ilícitas (Idem, p.129).

Ainda conforme a autora, longe de ser marginal ao capitalismo e ao desenvolvimento, a economia informal também é parte estruturante dos mesmos. Os vendedores de rua são responsáveis por levar bens de consumo para as classes de baixa renda, movimentando a economia em diversos setores da sociedade, abrindo conta em banco e crediário, e também tornado-se consumidores (Idem, p.129). Sobre a relação estabelecida entre camelôs e lojistas afirma a autora:

No Centro de Porto Alegre, alguns lojistas dizem que são sustentados pelos camelôs (especialmente no ramo de alimentação), os quais se tornam os melhores consumidores, uma vez que pagam em dinheiro e à vista. Eles também abrem crediário em grandes lojas de eletrodomésticos ou de departamento que existem nas redondezas (...) Embora a reclamação contra os vendedores ambulantes seja um som unívoco oriundo dos lojistas, é consenso igualmente que eles trazem movimento ao Centro (...) esse mercado informal passa a ter importância capital não apenas para as ditas economias populares, mas para setores inteiros do mercado formal de lojas de varejo e atacado do Centro da cidade (Idem, p.129).

Para Malaguti (2000) os dois setores (formal e informal) são indissociáveis, e até as relações salariais mais aparentemente legalizadas e ditas formalizadas contêm informalidades (assalariados que trabalham sem condições de segurança, sem receber pelas horas-extras trabalhadas, e que também trabalham nas horas de folga). Estas práticas informais ocorrem à margem da legislação trabalhista (MALAGUTI, 2000 apud ALVES E TAVARES, 2006, p.429). Nesse mesmo sentido, tal par analítico, concebido entre formalidade e informalidade, torna-se suscetível de compor uma perspectiva fértil e, até certo ponto, unificada para abordar formas contemporâneas várias de aceder a recursos econômicos ou políticos (CUNHA, 2006, p.220).

Conforme Cunha (2006), não se deve reificar distinções categoriais, quer no interior do campo informal, quer entre economia formal e informal, reconhecendo-se porosidade prática entre tais limites, quando não mesmo a sua própria subversão. Mas, segundo a autora não se pode deixar de fazer caso destas distinções, descartando a sua

importância como se não tivessem relevância, pois tais classificações produzem efeitos reais e têm o poder de estruturar a realidade e em particular a vida econômica (realidade objeto de políticas públicas) (Idem: 223). Para a autora é preciso levar em consideração a permeabilidade existente entre as fronteiras do formal e do informal, a partir de diferentes contextos empíricos.

O desafio em conceituar e categorizar o trabalho informal ocorre devido aos novos e diversificados arranjos produtivos, tornando ainda mais complexas as interconexões entre o formal e o informal (COSTA, 2010). É importante reconhecer a existência de uma forte heterogeneidade inerente às formas de inserção dos trabalhadores que se faz presente na subcontratação, nos regimes de emprego flexíveis, e nos vínculos autônomos e informais, os quais configuram arranjos produtivos a obscurecer mais ainda as fronteiras entre as categorias de formal e informal (Idem, p.180).

Para Bruno Lautier (1993), há um clientalismo que marca na América, uma relação entre Estado-empregador e empregado, de modo que o empregador apela para um “papel social” de fornecer e criar empregos, mesmo que de baixa remuneração, e com isso, acaba recebendo em troca subsídios e apoio estatal, como forma de garantir a legitimidade de representação diante dos seus empregados (que apoiarão o Estado). Assim, os empregadores têm carta aberta para subcontratar (quando não lhes é mais vantajoso o pagamento das contribuições).

Esta relação intensifica a precarização do trabalho, tratando-se de uma informalização legal, ou, se preferirmos, de uma operacionalização do slogan da desregulamentação (Idem, p. 21). Afirma tal autor:

É neste quadro totalmente legal, que uma “informalização crescente” do trabalho se desenvolve; num primeiro momento os empregadores se apóiam sobre a regulamentação (autorização do trabalho temporário para as sobrecargas momentâneas da atividade), para transpô-la amplamente. Em seguida eles fazem sua mão-de-obra passar massivamente da condição de temporária (que exclui já encargos sociais ligados à antiguidade, particularmente as cesantias – funcionários demitidos ou em disponibilidade) para a condição de trabalhador não registrado, numa empresa declarada (Idem, p.22).

Nesse caso, importa perceber que as categorias formal e informal, ultrapassam limites cristalizados, adentrando diferentes níveis e atores. Portanto, torna-se fundamental perceber a complexidade, heterogeneidade e hibridez reinantes nestas relações de tensão entre diferentes níveis de sujeitos.

5CIDADE E TRABALHO: a informalidade na lógica do capital

A informalidade aqui é analisada como conceito em construção, apropriado pela academia e pelas Políticas Públicas. Nesse sentido, faço uma configuração de como este conceito foi sendo apropriado pelas diferentes tendências teóricas, em distintas épocas. Explicito critérios utilizados por tais tendências e como o conceito atualmente tem sido utilizado para explicar diferentes e específicas realidades. Insiro, então, a informalidade nos processos de transformações macroestruturais.

5.1“Capitalismo e Cidade”: implicações da reestruturação produtiva no espaço urbano.

É notório observar uma correlação histórica entre as atividades de mercado (relações de troca) e a ocupação do espaço público na cidade. Max Weber (1979) aponta como uma das características centrais da cidade “a existência de um intercâmbio regular e não ocasional de mercadorias na localidade”, sendo este intercâmbio, um elemento essencial da atividade lucrativa e do abastecimento de seus habitantes. Logo, para que possamos atribuir a condição de cidade a um determinado aglomerado, precisaríamos nele, identificar a existência de um mercado (Idem, p.69, 70). Nesse sentido, a cidade torna-se espaço privilegiado para a manifestação da dinâmica do trabalho e de seu universo particular.

Nessa perspectiva é importante destacar que a reestruturação produtiva, fruto de mudanças na ordem do capital, provocou uma reconfiguração espacial e territorial da cidade, adaptando-a a hegemonia do capital e às suas novas demandas (GONÇALVES, 2002, p.9). Para Gonçalves (2002) cada era do trabalho repercute numa determinada forma de arrumação do espaço urbano. Sobre tal organização, afirma o autor:

A técnica é o elemento dinâmico dessa mudança. Toda vez que o período técnico muda, correlatamente muda a forma da regulação espacial, e assim o mundo do trabalho. Tem sido essa espécie de lei espacial a norma da organização do espaço da sociedade e do mundo do trabalho na história do capitalismo. (GONÇALVES, 2002, p.9).

A reestruturação do processo capitalista provocou modificações que atingiram toda a sociedade, influenciando diretamente tanto nas formas de organização espacial e territorial do capital, como também na força de trabalho. Por isso, é importante compreender que a cidade, neste contexto, passa a ser apropriada por diversos segmentos com distintos interesses

econômicos, tornando-se arena de disputas sociais, em que grupos hegemônicos na tentativa de controlar o espaço, impõem à cidade o seu poder de domínio.

As novas políticas de gestão e controle do processo produtivo têm afetado não só o mundo do trabalho, mas um conjunto de mudanças que perpassam, compõe e redimensionam todas as esferas da sociedade, sejam políticas, sociais, ideológicas, culturais e seus conseqüentes desdobramentos espaço-territoriais (Idem, p.9). Assim, a cidade passa a ser reflexo direto destas transformações.

Para Milton Santos (2008) existem dois circuitos econômicos responsáveis pela organização do espaço urbano, e que estariam associados diretamente ao modo de produção e a organização da sociedade, sendo o primeiro, o circuito superior, e o segundo, o circuito inferior da economia urbana. O circuito superior seria constituído pelas atividades econômicas inseridas no processo de modernização tecnológica, e que tendem à formação de monopólios, já o circuito inferior, seria constituído por atividades de pequena dimensão, com baixo uso de tecnologia e voltadas às populações pobres.

Para o autor, “cada circuito constituiria um subsistema de um sistema urbano maior, encarados como duas zonas de influência a manterem um tipo particular de relações com o espaço da cidade” (Idem, p.22). Assim, o circuito inferior estaria organizado em torno da pequena produção manufatureira, e freqüentemente artesanal, representada pelo pequeno comércio e por uma multiplicidade de serviços de toda espécie, possuindo uma estrutura de abrigo para os desprovidos de capital e de qualificação profissional, servindo como fonte de ocupação (embora muitas vezes insignificantes ou aleatórias) e como fornecedor privilegiado de empregos.

No entanto, o mecanismo de mercado monopolístico ou oligopolístico formado pelo circuito superior, impõe-se ao circuito inferior, e nesse caso, a absorção dos excedentes de mão-de-obra tornar-se-ia algo ainda mais difícil. Tal organização superior possui uma capacidade reduzida de fornecer empregos, enviando os candidatos a setores incapazes de oferecer salários e empregos permanentes. Logo, o circuito inferior apareceria como possibilidade e alternativa para inserção destes trabalhadores (Idem, p.255).

Nesta análise específica, considero a Feira da José Avelino um exemplo de circuito econômico inferior, uma vez que abrange várias características que o compõe. Na percepção de Santos (2008), o circuito inferior urbano compreende os espaços de economia informal existentes na Cidade, e o circuito superior, por sua vez, abangeriaos espaços do setor produtivo formal. No entanto, é preciso compreender que ambos os setores e circuitos se

complementam, relacionando-se em sistema de conflito e complementariedade. Em minha análise específica, faço referência a este conflito e complementariedade simultânea como um borramento conceitual. Apesar das diferenças entre os setores, a oferta e a demanda de atividades e ocupações gerada entre eles seria interdependente (Idem, p.263).

Conforme Santos (Idem), quanto maior for o anseio das camadas médias e abastadas de consumir serviços pessoais a baixo custo, associado ao fracionamento infinito das tarefas e das empresas, multiplicar-se-ia também os empregos no setor inferior (Idem, p.202). Nessa perspectiva os dois circuitos não estariam isolados nem impermeáveis entre si, mas em constante e em permanente interação. O consumo da classe média, por exemplo, pode-se dirigir tanto a um setor, como ao outro, com variação de frequência.

Tal complementariedade é efetivada quando um dos circuitos demanda *inputs* do outro. As relações funcionais entre estes dois circuitos podem ser de natureza diferente, como relações hierárquicas (de dependência) e de dominação, realizadas de cima para baixo no tocante a decisão, mas também de baixo para cima, pois a dominação e a dependência fazem com que o dominado e o dependente contribuam para desencalhar o que está no topo da escala. Portanto, os dois subsistemas estariam “em permanente estado de equilíbrio instável”, ou seja, sua complementariedade (ocasional ou durável) não excluiria dialeticamente a concorrência entre eles (Idem, p.261).

O comportamento e a evolução de cada um destes circuitos estariam relacionados a variáveis que lhes são próprias e que modificam sua importância (ex: infra-estrutura e ajuda do Estado podem atrair as atividades do circuito superior). No entanto, algumas destas variáveis seriam comuns aos dois, e nesse caso, a estrutura da produção e do consumo tende a modificar as relações de força entre os dois, favorecendo um ou o outro. Portanto, a dominação do circuito superior sobre o circuito inferior prevaleceria a longo prazo. Afirma Santos:

(...) quanto mais a economia se moderniza e os consumos intermediários e finais se modificam, mais o circuito inferior tem que apelar para os *inputs* do circuito superior, enquanto, no sentido inverso, a demanda do circuito superior ao circuito inferior diminui com a evolução da economia para a complexidade, ou seja, para a maturidade (Idem, p.262).

Para este autor, as atividades dos “vendedores de rua” (expressão utilizada pelo próprio Milton Santos), seriam funcionais às necessidades próprias do circuito superior do comércio e da fabricação, que com ele desenvolve relações de complementariedade e mutualismo. Nesse sentido, o circuito inferior não estaria associado meramente à pobreza e à sobrevivência, uma vez associar-se também às demandas do circuito superior, podendo gerar,

por isso, uma movimentação maior de recursos. Além do que, muitos comerciantes se utilizam desta atividade como forma de fugir a tributação, podendo empregar facilmente pessoas neste segmento.

Como mesmo enfatiza o autor, os ambulantes não são independentes, mas “verdadeiros empregados de patrões invisíveis que comandam microcadeias de comercialização” (Idem, p.218, 219). Assim, o circuito inferior dependeria das demandas e das decisões tomadas no circuito superior, logo, tanto seu aparecimento, como desaparecimento dependeriam das demandas e das determinações deste segundo circuito. Sobre esta adaptação, afirma Santos:

O circuito moderno tende mais a criar a conjuntura do que adaptar-se a ela. Ele o faz com diversas possibilidades de sucesso, pois sempre há uma margem de distorção entre as decisões das grandes firmas e o comportamento do mercado. Ao contrário, o circuito inferior só pode funcionar através de uma adaptação estreita às condições conjunturais. (Idem, p.253)

Na análise de Santos, o circuito inferior constituiria “um mecanismo de integração permanente”, o qual interessa uma grande massa de desempregados e não-qualificados, fornecendo a ela, uma máxima quantidade de empregos a uma mobilização mínima de capital, e ao mesmo tempo, respondendo às necessidades do consumo e à situação geral do emprego e do capital (Idem, p.260). Nestes casos, a base fundamental deste circuito seria a sua força de trabalho, a qual não conseguiria ser totalmente absorvida pela estrutura econômica moderna.

Destaco nesta análise que a Feira da José Avelino acaba representando parte inerente ao circuito inferior da economia urbana, em constante complementaridade e conflito com o circuito superior da produção. Mas também, compreendo-a como resultado de um hibridismo de relações que se estabelecem tanto no mundo da informalidade, quanto no universo da formalidade, desencadeando um mercado heterogêneo de múltiplas relações.

As noções de circuito da economia urbana sistematizadas por Milton Santos (2008) ajudaram-me a compreender a informalidade na feira da José Avelino, tomando como referência as relações híbridas e um borramento de fronteiras, a condensar realidades para além do dual e da dicotomia entrepólos opostos e independentes.

Para melhor analisar estas relações de trabalho e as apropriações espaciais constituídas por estes trabalhadores, em suas atividades laboriais de rua, percebendo as nuances de um cotidiano que perpassa as fronteiras do formal e do informal, inspiro-me também na tese de Vera Telles (2007a, 2007b) sobre as mutações urbanas. O estudo da autora revela como o cotidiano em grandes cidades tem sido constituído por uma rede de

agenciamentos e relações que provocam um “borramento” de fronteiras entre o legal e o ilegal, e entre o formal e o informal. Compartilha-se aqui também o pensamento de Lenin Pires (2014), para quem o “comércio de rua”, revela-se um lugar de imprecisões conceituais.

Aqui, os conceitos de formal e informal mesclam-se, interrelacionando-se de forma orgânica e fazendo com que as binaridades que giram em torno de pólos opostos refaçam sentidos. É importante considerar que neste contexto existem duas cidades em constante diálogo e conflito, sendo uma delas, concebida como legal, ordenada e disciplinada, formada por códigos e reconhecida como legítima pelo poder público, e outra, ilegal (irregular), brotada nas frestas do poder, a provocar fissuras e a produção de contextos múltiplos que mesclam o provisório com o planejado, a gambiarra com o projetado, e o imprevisto com a estabilidade. Pode-se afirmar que o comércio de rua da José Avelino, aqui analisado, surge como parte de relações estabelecidas entre estas duas realidades distintas, configurando-se a partir das contradições inerentes a estes dois mundos.

Atualmente é difícil determinar na Feira da José Avelino quem é trabalhador informal (ambulante) e quem também está nos boxes como empreendedor formalizado (como locatários de boxes e ou proprietários de oficinas de confecção), pois ambos podem também ser pequenos produtores, e a depender das possibilidades para captação de recursos, nem sempre estarão presentes na rua como ambulantes informais. É válido destacar que muitos destes trabalhadores informais tendem a se formalizar, a depender das demandas e das necessidades geradas pelo consumo local (como por exemplo, a necessidade de se regularizar para ter reconhecimento do fisco e para acesso a concessão de crédito).

Nesta profusão a mesclar espaços, fundem-se diferentes paisagens que compõe de um lado, o cenário dos galpões privados, e do outro, um conjunto disperso de trabalhadores informais a exercer seu ofício sem um lugar e um espaço fixo para o exercício do trabalho⁸⁰. Destaca-se nesta análise, a importância que exercem os galpões como estabelecimentos que facilitam e acabam estimulando um borramento de fronteiras entre os limites dos negócios formais e informais. Para Eciane Silva (2013):

(...) uma particular relação na lógica organizacional da Feira da Sé, na qual muitos vendedores buscaram a legalização e a fixação no referido *shopping*, contudo o que se percebeu nos trabalhos de campo e nas entrevistas com alguns vendedores é que eles, mesmo fixados – seja no *shopping*, nos galpões ou nos centros comerciais – não abrem mão de trabalhar na rua, alegando que as vendas ali são bem melhores (Idem, p.108, 109).

⁸⁰ Ver: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/madrugada-na-jose-avelino-tem-maior-comercio-ao-ar-livre-1.696937/> Acessado em dezembro de 2015.

Esta dinâmica revela um mecanismo duplo a mesclar tanto os movimentos de fixação, como os movimentos de rotatividade típicos do comércio de rua, uma vez muitos dos feirantes preferirem ter o ponto fixo como apoio e depósito para suas mercadorias, enquanto exercem simultaneamente o comércio de forma itinerante no espaço da rua. É o caso daqueles trabalhadores que contratam outros trabalhadores, geralmente familiares ou conhecidos, que se mantêm nestes pontos fixos, enquanto os primeiros trabalham circulando.

Por estas situações, a feira desencadeou uma nova configuração no espaço urbano do Centro, pois antes, o comércio de confecção local (da feira) era realizado apenas nas praças, nas calçadas e ruas da área, tendo sido posteriormente transferido para dentro dos vários centros comerciais, como os galpões, *shoppings* e outros estabelecimentos que surgiram no entorno da Praça da Sé (Idem, p.109). Com esta nova condição, muitos que estavam nas ruas, acabaram se fixando também nestes estabelecimentos privados, formatando uma espécie de organicidade entre o público e o privado, de modo que mesmo “fixados”, continuam estabelecendo negócios fora dos empreendimentos.

Mas, nota-se que tal ocupação do espaço da rua para a atividade comercial tem incomodado alguns sujeitos, dentre os quais, os vendedores permissionários do Mercado Central, alguns feirantes (fabricantes de confecção) dos galpões, e alguns setores da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Para estes segmentos, a feira tem representado um espaço indesejado, ora como “coágulo”, a impedir o livre trânsito e acesso da população ao espaço público (incluindo ruas, avenidas e espaços turísticos como o Mercado Central), ora como espaços de concorrência “desleal” com o comércio formal (por não pagar impostos nem tributos ao fisco). Como forma de se adaptar a esta situação conflituosa, muitos comerciantes com negócios formalizados, passaram a estabelecer também negócios na informalidade⁸¹.

Eustógio Dantas (2012), analisando o comércio ambulante no Centro da Cidade de Fortaleza, identificou a existência de uma ampla e complexa rede de relações a envolver os ambulantes da região, muitos dos quais nem sempre desenvolviam uma relação de antagonismo com os comerciantes estabelecidos, principalmente entre os atacadistas, que tinham neste público, uma fonte certa de consumidores. Tal realidade, também foi identificada por Carlos Freire da Silva (2014), em seu estudo sobre os mercados populares do

⁸¹ Conforme matéria jornalística, o asfalto da Travessa Icó, localizada no Centro, próximo à Rua José Avelino e à Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), foi demarcado com pinos e giz na madrugada de ontem. Segundo o jornal O Povo apurou, as marcações foram realizadas pelos donos do galpão do Feirão Leste-Oeste (antigo Mucuripe Club), com o intuito de instalar 300 feirantes no local e atrair público para próximo do galpão”. Ver: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2016/01/09/noticiasjornaleconomia,3559016/do-no-de-galpao-demarca-rua-para-alocar-300-feirantes.shtml> Acessado em dezembro de 2015.

centro da Cidade de São Paulo, onde conseguiu identificar que muitos fornecedores comerciais de galerias também controlavam pontos no comércio ambulante, muitos dos quais acabavam também servindo como puxadores de clientes para dentro delas (Idem, p.62, 63).

Conforme Goldfarb Costa (1989) os interesses em dar “permissão velada a economia invisível” ou de “interditá-la”, varia de acordo “com a necessidade do mercado interno de ser suprido por fontes que não sejam as oficiais”. Costa (Idem) afirma que muitas vezes, as lojas tendem a assumir a linguagem do próprio comércio ambulante, levando suas mercadorias para as ruas, constituindo assim uma indistinção entre as mercadorias oferecidas pelos ambulantes e as mercadorias oferecidas pelos lojistas (Idem, p.89). Identifico esta mesma realidade na feira da José Avelino, onde investimentos do setor formal são direcionados para as ruas, adentrando as malhas da informalidade e da irregularidade urbana.

Ainda para Costa, o comércio de rua desenvolvido pelos ambulantes acaba reproduzindo a mesma lógica dos comércios oficiais (posto de abastecimento, loja, supermercado, “*shopping center*”), diluindo o comércio oficial com toda a espécie de produtos, no entanto, apresentando-se de forma mais acessível aos usuários com relação a preço, local de venda e linguagem de apresentação da mercadoria.

Dessa forma, este tipo de atividade, apesar de contraventora, não só funcionaria como escape ao desemprego ou a outros desequilíbrios socioeconômicos, mas também como pivô de desenvolvimento para ramos da economia paralela que cumprem funções importantes na produção da cidade (Idem, p.43, 111). Para a autora, as atividades do comércio informal sempre escapam ao controle urbano, pois “obedecem aos movimentos de mercado intrínsecos”, vindo a juntar-se as concentrações populares (Idem, p.35).

Nesse caso específico, a formalidade é caracterizada principalmente pela existência de regularização governamental representada pelos negócios de pessoa jurídica, microempreendimentos individuais (MEI's), declaração de tributos, regularização trabalhista, e ou pagamento de previdência. Como a legislação do trabalho exige obrigatoriamente que o trabalhador assalariado possua uma carteira de trabalho assinada, a definição de informalidade ficou muito associada à posse ou a não posse do documento (carteira de trabalho), e assim, diversos estudos e análises acabaram apontando que o setor informal seria constituído como a soma dos trabalhadores sem carteira e por conta própria, englobando também aqueles que não contribuem para a previdência social (ULYSSEA, 2006, p.597).

Gerxhâni (GERXHÂNI 2004 apud ARAÚJO E LIMA, 2010) utiliza três critérios para a definição do informal, sendo eles: o político, o econômico e o social, cada qual, por sua

vez, subdivididos em subcritérios (vários deles envolvendo aspectos referentes à legalidade). O critério político abrangeria a regulação governamental, a legalidade, e a captação em estatísticas das contas nacionais (Produto Interno Bruto principalmente); já o econômico envolveria o mercado de trabalho (inserção e condições de trabalho), número de pessoas ocupadas por unidade produtiva, registro da atividade e registro nas contas nacionais. Nessa dimensão, o informal englobaria a atividade econômica que por enumeração ou por subenumeração (critérios da contabilidade nacional) não seria captada pela mediação das contas nacionais (PIB), incluindo a evasão ao recolhimento de impostos e a omissão de informação sobre renda ou rendimentos.

Por último, o aspecto social (informalidade social) abrangeria critérios referentes à existência de redes sociais entre os envolvidos, como a facilidade de entrada no mercado de trabalho; a autonomia e a flexibilidade dos indivíduos; e as suas várias estratégias de sobrevivência (ARAÚJO E LIMA, 2010, p.334).

Para Silva (2014), os mercados populares do Centro de São Paulo funcionavam como entrepostos comerciais, e as galerias, como “balcões de oportunidade” para aqueles que queriam se engajar como autônomos, além de possibilitar o abastecimento da atividade comercial; a mobilização de vários organizadores de excursões de sacoleiros envolvidos na atividade; e várias relações de troca econômica entre distintos fornecedores, transformando-se por isso, em empreendimentos comerciais e imobiliários altamente lucrativos. Afirma:

Trata-se de expressivos fluxos de riqueza apropriados de maneira muito desigual pelos seus atores, que se diferenciam em relação ao lugar que ocupam nesses canais de circulação e distribuição, cada um deles fazendo da oportunidade do outro a sua fonte de lucro (Idem, p.56).

Como forma de revelar o imbricamento e a organicidade existente entre as categorias formal e informal, pontuando situações de conflito e de convergência entre ambas, destaco algumas falas captadas a partir de entrevistas semi-estruturadas e realizadas com os feirantes da José Avelino:

“Trabalho aqui faz cinco anos. Estou aqui desde 2013. O prefeito tirou muita gente daqui, porque ele fez o Centro Fashion. Aí ficou pressionando direto o pessoal na rua. De vez em quando você tem que sair fora. A gente que não é legal! Porque tem o pessoal nas lojas que paga imposto e tal. Mas nós também estamos trabalhando. Nós compramos mercadoria, e aí paga imposto também. Eu compro o tecido, peço pra pessoa fazer, pra ela fabricar e tudo. Eu queria saber assim, porque a gente não tem um apoio. Os próprios lojistas mandam o rapa pra vir perturbar a vida da gente. Porque eles acham que nós estamos atrapalhando a vida deles, porque eles pagam aluguel caro, paga funcionário. Eu trabalhei um bocadinho de tempo com carteira assinada. Aí eu desisti e comecei a trabalhar por conta própria mesmo. Eu sou legalizado, tenho meu CNPJ e tudo. Pago meus direitos. Fiz o meu MEI no SEBRAE, na prefeitura. Só que...eu pago por ano duzentos contos por direito na

minha marca. Nunca comprei banca. Só trabalho no meio da rua. Compro só o tecido e faço. Tenho uma confecção pequena e faço. Compro e fabrico. Tenho uma costureira que me ajuda, entendeu?! Aí eu compro o tecido já pronto e faço o corte. Aí trabalho só aqui. Aí o pessoal me encomendam, os clientes de fora: Manaus, Maranhão, Belém. Toda semana! Encomendam as mercadorias. Faço e mando pelas transportadoras”. (Edgar)

Edgar trabalha na Feira desde 2013, e acompanhou a remoção de seus trabalhadores no ano de 2017. Considerado atualmente um “microempreendedor individual” (MEI), trabalha vendendo suas mercadorias na via pública. O feirante afirmou que paga tributos referentes ao registro de sua marca, no entanto, devido à ocupação irregular que exerce no espaço público, considera-se um trabalhador em situação ilegal, questionando a própria legitimidade do controle urbano, uma vez também se considerar “trabalhador”, e enquanto tal, portador de um lugar social legítimo, ou seja, de uma identidade e de uma credibilidade moral. Neste caso, mesmo que ainda se considere irregular, sua condição de trabalhador garante-lhe uma afirmação social, o que ofaz questionar também a “falta de apoio” e de “reconhecimento” por parte do poder público, ao enfatizar que alguns lojistas e comerciantes condenam a “prática do comércio de rua”, considerando-a prejudicial.

Neste discurso, o trabalhador aponta que os lojistas e comerciantes “regularizados” do Centro, queixam-se da “concorrência desleal” praticada pelos ambulantes, tendo em vista pagarem tributos e outras taxas ao fisco. Situações como esta explicitam os processos de informalidade na José Avelino e revelam uma grande heterogeneidade de situações (envolvendo os domínios do formal e do informal). Identifica-se um borramento de fronteiras, de modo que as duas categorias se interrelacionam formatando um *continuum*, ora a revelar harmonia e complementaridade, ora a revelar disputa e conflitualidade, o que está explícito na situação do empreendedor formal que ora se beneficia, e ao mesmo tempo fortalece o comércio formal da localidade (comprando deste a matéria-prima para o fabrico de suas mercadorias), ora o prejudica com a ocupação irregular do espaço público, mantendo entre si uma disputa concorrencial por clientela.

Imagem 25 – Feirantes de confecção e moda ocupando as frentes das lojas de atacado na Avenida Alberto Nepomuceno, nas proximidades da Igreja Catedral.



Fonte: Autoria própria

Apesar de formalizado do ponto de vista da regularização e do acesso a benefícios por intermédio do microempreendedor individual, este trabalhador participa de um modo de organização do trabalho permeado pela informalidade (praticada na contratação de uma costureira mediante acordo informal e do uso de trabalho doméstico na produção de suas mercadorias).

Edgar já trabalhou com carteira assinada por muitos anos, mas desistiu desta situação e começou a trabalhar por conta própria (a categoria de ambulante é considerada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, do ponto de vista da ocupação dos sujeitos no mercado de trabalho, como sujeito autônomo), assumindo uma condição híbrida, pois ao mesmo tempo em que é microempreendedor individual (contribuindo para a previdência social, e tendo acesso a alguns outros benefícios), estabelece também algumas relações de trabalho consideradas não tipicamente capitalistas com seus familiares e outros trabalhadores, contratando-os sem qualquer tipo de vínculo, como bem citou no caso da costureira que o auxilia, e que é remunerada pela quantidade de peças que produz.

Há nesta situação um borramento de fronteiras entre a sua condição de formalidade e a sua condição de informalidade. Considera-se, portanto, que mesmo inserido numa condição híbrida de trabalho formal (na perspectiva do empreendedorismo e da política pública estatal - voltada para a formalização da informalidade), assume também a condição precária, marcada pelo imprevisto e pela instabilidade constante, típicas do comércio de rua.

Apesar da sua condição “regularizada” como “microempreendedor individual”, a atividade laboral na qual está inserido, continua caracterizada pela insegurança e pela exposição a condições degradantes de trabalho, como a exposição ao calor insuportável e a pressão subjetiva desencadeada pela atuação do “rapa”.

É importante perceber que a formalização de um negócio próprio não garante total acesso às condições dignas e ideais de trabalho, mesmo que esteja o trabalhador, assegurado no que se refere à cobertura previdenciária e aos demais direitos do microempreendedor individual. Destaca-se que apesar das mudanças ocorridas com a remoção das barracas que ocupavam a via pública, e com a interdição da atividade ambulante na área, o comércio de rua permaneceu na José Avelino, agregando em seu esteio um grande contingente de trabalhadores informais, que ainda insistem em ocupar as ruas e as calçadas no entorno dos galpões.

Edgar atualmente vende blusas, encomendadas por clientes de diferentes estados como Amazonas, Pará e Maranhão. O ambulante resolveu trabalhar “por conta própria” por não mais suportar certas condições a que se submetia no emprego anterior, quando então trabalhava de cobrador numa linha de transporte alternativo (Topic), tendo que enfrentar diariamente, situações arriscadas durante a atividade laboral noturna, e expondo-se à violência urbana. Tais condições precárias de trabalho o estimularam a enveredar pela seara do microempreendedorismo, transformando-se em patrão de si mesmo.

No entanto, a saída de uma condição precária de trabalho para uma situação laboral “por conta própria”, acabou reproduzindo e reforçando mais ainda um histórico de trabalho marcado pela precarização, ou seja, pela alternância de condições precárias camufladas pela lógica do empreendedorismo, em que os indivíduos são responsabilizados pelas condições nas quais se inserem, confiando-se nos seus próprios esforços e em suas competências pessoais como forma de mudança.

Ainda sobre esta mesma relação de complementaridade entre o formal e o informal, outro trabalhador afirmou:

“Hoje eu cheguei era umas dez horas da manhã. Vou até dez horas da noite. Vou pra José de Alencar, vou abastecer de mercadoria por lá. O que eu vender aqui, eu compro lá e venho pra cá de novo. Vou pra lá, almoço e retorno dez horas. Amanhã eu volto de novo. E amanhã é só até dez do dia. Aí só na segunda”. (Sérgio)

Em dias de grande movimentação na Feira da José Avelino, é possível perceber um grande número de ambulantes adentrando ns lojas de atacado da região, reabastecendo-se constantemente e continuamente de mercadorias, as quais serão revendidas no próprio

comércio de rua, revelando assim, mais uma vez, um vínculo de organizacidez entre o comércio formal e o informal. Sobre tal funcionalidade, explicita-se o seguinte discurso:

“Eu só venho aqui de quarta pra quinta e de sábado pra domingo. Só nos dias de feira. Aí na segunda-feira a gente faz compras né. Porque também é só uma brecha viu. As lojas de confecção sem esse comércio aqui ficam difícil pra eles viu. Umhas grandes permaneceram, outras pequenas, hoje tão grandes, e algumas outras tão crescendo. Porque o comércio é sempre assim né. Vai, abre uma e fecha outra. Umhas permanecem no topo, continuam, e assim sucessivamente. Mas se esse comércio ambulante aqui fechar, essas lojas aí vão sentir um baque. Muito vendedor vai ficar desempregado, porque na segunda-feira são muitas lojas aí no Centro vendendo tecido. Porque basicamente dia de segunda e sábado é o dia que eles vendem né. Alguns ambulantes compram a matéria-prima no sábado pra começar a produção na segunda-feira e outros, já compram na segunda-feira, pra no meio da semana fabricar. Eu costumo comprar na segunda-feira. Venho de manhãzinha e compro na segunda. Aí começo a confeccionar na terça-feira, ou às vezes também na própria segunda-feira do meio dia pra tarde, e fico até quarta trabalhando na facção. Por exemplo, se eu vier quarta-feira de tarde, a gente fica até quarta-feira de manhã trabalhando. Traz a mercadoria que produziu nesses dois dias, aí trabalha, trabalha. Aí no restante da semana, a mercadoria que a gente pega na semana, ou da quarta, quinta, sexta, aí a gente traz no sábado e no domingo”. (Josimar)

Josimar trabalha na Feira apenas nos dias de maior movimentação, no caso, de quarta-feira para quinta-feira e de sábado para domingo. Nos demais dias, trabalha na oficina de confecção produzindo suas próprias mercadorias (aqui denominada também de facção⁸²). A matéria-prima utilizada em sua produção é comprada no próprio comércio de tecidos e aviamentos do Centro da Cidade, alimentando uma rede de trocas econômicas entre o comércio formal e o informal.

O discurso de Josimar apresenta uma dinâmica comum existente no mercado de confecção popular, revelando um ciclo de ascensão cada vez mais evidente e competitivo no Complexo da José Avelino, impulsionando simultaneamente não só o fechamento, como também a abertura constante de novos negócios. Pode-se perceber no discurso, a exposição de uma lógica a evidenciar que a movimentação do comércio atacadista formal do Centro está diretamente vinculada a dinâmica de organização do tempo dos próprios feirantes, os quais intensificam sua produtividade, a depender do próprio movimento da feira. Nesse sentido, o trabalhador compra sua matéria-prima simultaneamente nos dias de menor movimentação da feira, dirigindo-se ao comércio de tecidos e aviamentos na região do Centro.

É importante considerar que a feira tem se mostrado um importante pólo de expansão e disseminação dos processos de informalidade na Cidade de Fortaleza, representando um lócus que agrega uma vasta heterogeneidade de situações laborais e ocupacionais, e que impulsiona inúmeras experiências não só em torno da “empregabilidade e

⁸² Optou-se aqui por exprimir esta expressão (“facção”) devido à forte conotação do termo com atividades criminosas, vinculando-se às sociabilidades violentas e ao processo de criminalização de grupos organizados.

do empreendedorismo”, considerados fenômenos de uma nova informalidade, mas também em torno de experiências ligadas a velha informalidade.

Nessa perspectiva, a feira tem se mostrado também um campo de oportunidades e possibilidades de inserção para milhares de trabalhadores que querem e planejam trabalhar por conta própria, mesclando situações de precariedade laboral com situações de melhoria nos rendimentos e finanças pessoais, o que não significa necessariamente melhorias em termos de qualidade de vida no e do trabalho. Sobre estas várias possibilidades de atuação surgidas no Complexo da José Avelino, um trabalhador manifestou o seguinte depoimento:

“Antes existia duas formas de ocupar a área: uma era que não tinha galpão suficiente pra caber todas as pessoas, porque a demanda de fornecedor foi grande e começou a vir mais ônibus de sacoleiros pra cá. E quando começou a vir mais clientes, a procura se tornou maior. Aí não tinham muitos galpões e algumas pessoas começaram a vender no meio da rua, e eles mesmos que acabavam comprando nos galpões, começaram a comprar também no meio da rua e começaram a gostar de comprar na rua. Porque na realidade, onde começou mesmo foi lá na Praça da Sé, ali é que foi no meio da rua. Aí ficou essa disputa entre os galpões e a rua. E algumas pessoas começaram a colocar mesmo na rua”. (Josimar)

Com o aumento da procura por *boxes* nos galpões, a José Avelino começou a dar sinais de saturação, e muitos dos que não conseguiram manter-se nestes estabelecimentos e que também não encontravam vagas nos mesmos, começaram a ocupar o espaço da rua, improvisando bancas em meio à via pública, como já vinha acontecendo na Praça da Sé. Conseqüentemente, com este aumento na ocupação da rua, muitos começaram a lotear informalmente os pedaços da via, alugando e vendendo algumas bancas⁸³ (conforme já anteriormente citado), o que acabou forçando muitos dos que estavam no interior dos galpões a também adquirir bancas no lado de fora, ou seja, no espaço da rua (tendo em vista ser mais visível e atrativa aos clientes).

No momento em que a feira passou a ocupar a via pública da José Avelino, intensificou-se também uma disputa concorrencial entre os que possuíam *boxes* e os que estavam nas bancas da rua. Entretanto, simultaneamente a esta concorrência, muitos que estavam nos *boxes*, também passaram a adquirir e a alugar bancas nas ruas, formatando uma heterogeneidade de situações. Portanto, a configuração do comércio de rua na José Avelino passou a demarcar uma relação de concorrência, e, ao mesmo tempo de complementaridade, tanto entre os espaços público e o privado, entre o comércio ambulante e itinerante realizado nas ruas e calçadas; e também entre o comércio fixo, realizado no interior dos galpões e

⁸³ Incluindo um mercado de alto valor. Alguns pontos na rua chegaram a valer montnates entre vinte e quarenta mil reais.

demais estabelecimentos privados que compõe o Complexo da José Avelino. Sobre esta condição heterogênea, afirmou um ambulante:

“Quem tem banca aqui...o pessoal que tem banca lá dentro vem tudo pra cá. O pessoal que tá nesse cantim aqui, a maioria tem banca lá dentro. Aí vem vender aqui porque diz que lá não dá cliente. Mas aí também assim: olho grande né! Porque tanto vende lá, como vende aqui também. Tem uns que tem a pessoa vendendo lá dentro, tem outras que tem as pessoas vendendo lá fora. Menino é todo tipo de coisa sabe, pra ver se consegue apurar aquele tanto que eles querem, aquela meta que eles querem. É tudo atacado e varejo. Vende na unidade, de todo jeito. Mas ultimamente tá muito ruim as vendas. É difícil uma pessoa que leva de muito. Geralmente leva de duas peças, de três peças (**de roupas - grifo meu**). Isso demora demais. A gente vem pra cá com pouca coisa, ainda volta com mercadoria. Há dois anos que tá assim, devido à crise. As pessoas vêm comprar só a encomenda que alguém encomendou né, não leva nada pra sobrar né”. (Gorete)

Muitos feirantes da José Avelino que vendem na rua, também comercializam suas mercadorias nos *boxes* dos galpões, formatando um heterogêneo e diversificado mundo de situações e relações de trabalho na feira. Os galpões funcionam como grandes armazéns, que improvisadamente (em sua grande maioria) alocam pequenas estruturas metálicas em formatos de *box* (pequenos *stands* de venda com local para armazenamento de mercadoria e permanência de um ou dois vendedores), os quais estão aglomerados em grandes fileiras. Tais equipamentos são numerados e distribuídos em fileiras (paralelas) com espaços intervalares de estreitos corredores. A impressão que se tem, andando por entre estes estabelecimentos (principalmente os que estão localizados na Rua José Avelino) é a de que se está andando num espaço extremamente apertado e desconfortável para o cliente, o qual deverá percorrer uma infinidade de corredores estreitos com apinhamento de unidades praticamente coladas umas às outras.

Nota-se nestes galpões, a presença de alguns feirantes locatários sentados em bancos disponibilizados fora dos *boxes*, pois a permanência nestes cubículos, que parecem sufocar quem nele permanece por muito tempo, acaba expulsando o próprio vendedor de sua área interna. Tanto os galpões, localizados na José Avelino, como aqueles localizados no seu entorno (diferindo-se entre si no que se refere à infra-estrutura), geralmente possuem estruturas improvisadas e adaptadas (pois inicialmente foram projetadas como armazéns, ainda no século XIX e começo do século XX), denunciando falta de ventilação (em sua maioria são armazéns fechados), existência de instalações elétricas e hidráulicas precárias, e outras tantas falhas que tornam estes espaços, equipamentos vulneráveis a acidentes. É importante registrar que muitos deles sequer possuem alvarás de funcionamento⁸⁴.

⁸⁴ <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/42-galpoes-da-rua-jose-avelino-continuam-embargados-1.1838422>

Tais condições acabam se transformando em fortes obstáculos para quem pretende adentrar nestes recintos, pois muitos clientes e sacoleiros que se direcionam a estes locais, quando entram nestes espaços, carregam uma sensação de incômodo devido à área estreita, quente e abafada do equipamento, tornando-se mais fácil, cômodo e acessível para ele, procurar os ambulantes que já se encontram dispostos nas ruas. Por conta da predominância destes equipamentos na área da José Avelino, a Feira adquiriu uma formatação diferenciada, pois estes equipamentos passaram a concorrer com os próprios trabalhadores ambulantes dispersos e ou concentrados (a depender do horário e do dia) no entorno da Catedral, do Mercado Central e da própria Rua José Avelino (principal âncora física da feira). Portanto, a feira não é constituída apenas pelo que está sendo vendido no espaço público, mas também por aquilo que é vendido no espaço privado.

Alguns feirantes proprietários e locatários de *boxes* se sentem prejudicados pelos trabalhadores ambulantes que ocupam as ruas, uma vez não terem que arcar com taxas de manutenção e outras despesas relativas à formalização dos negócios, embora seja pertinente destacar que grande quantidade de ambulantes que estão na rua, também são registrados como microempreendedores individuais (pagando suas tarifas peculiares). Dessa forma, os ambulantes se tornam concorrentes “desleais” dos galpões, por não pagarem os tributos necessários à atividade que exercem. No entanto, o contraditório é que muitos dos ambulantes que estão nas ruas, como já enfatizado, também acabam sendo contratados por proprietários e locatários de *boxes* e ou são os próprios proprietários e locatários.

Conforme discurso da ambulante, a “vantagem” de ocupar o espaço da rua acaba contraditoriamente revelando as marcas de uma intensa precarização das condições de trabalho de quem vive uma constante e improvisada condição de instabilidade, insegurança e risco nos processos de informalidade. “Estar na rua” não significa necessariamente garantia de vendas e ou de retorno financeiro, uma vez ser comum a convivência dos trabalhadores com as situações oscilantes tão características do próprio comércio de rua (influenciado pelo valor das mercadorias, pela concorrência intensa, e pelo poder de barganha).

São várias as adversidades e condições de trabalho a que se sujeitam os ambulantes, tanto a nível físico como subjetivo. Neste tipo de comércio, por exemplo, os feirantes não podem estocar suas mercadorias, pois dependem da constante circulação de capital, diferentemente dos estabelecimentos tipicamente capitalistas, que estão em situação

de vantagem concorrencial e que funcionam prioritariamente em razão da produção de lucro, e dos estoques de mercadorias.

Conforme apontou um ambulante, neste tipo de negócio informal, há uma necessidade constante de circulação de mercadorias, tornando-se qualquer tipo de estoque, algo prejudicial ao pequeno produtor. O importante na feira é que se venda com constância e continuidade, evitando-se o acúmulo de mercadorias não vendidas (“a rapidez da renovação dos estoques é tanto maior quanto menor for o capital investido.”) Assim, o comerciante só estoca aquilo que pode vender (SANTOS, 2008, p.216). Os ganhos imediatos obtidos nas vendas e a circulação diária de dinheiro “vivo”, em espécie, também propulsionam grande atratividade para os informais.

A dinâmica existente entre as duas condições de trabalho na José Avelino, tanto a ambulante, como a fixa, realizada especificamente na rua, estão diretamente relacionadas ao horário de funcionamento dos próprios galpões, alguns, inclusive, situados nesta mesma rua. Após o fechamento destes estabelecimentos, situados neste segmento específico (Rua José Avelino), percebe-se que tanto o comércio realizado na rua, como também na calçada da via, cessam, mantendo-se inativos até os dias em que estes mesmos galpões reabrem. No entanto, esta dinâmica funciona apenas na Rua José Avelino, pois parte deste comércio de rua, e que também compõe a feira, estende-se para outras localidades no entorno (como nas proximidades do Mercado Central e da Catedral), onde encontraremos comércio de rua e outros galpões em pleno funcionamento diário.

“Porque a gente sabe que a gente é ilícito, que tá errado, que aqui é proibido vender. O homem (**o prefeito - grifo meu**) todo mundo esculhamba, mas eu não esculhambo, porque eu reconheço. Ele não já proibiu?! Já não foi proibido?! Não era pra ter sido retirado?! E por que o pessoal ainda tá aqui? Ou seja, ele tá sendo é legal pô. Não é aqui que eu tô pagando minhas contas?! Eu tenho despesa de ponto, tenho *despesa* de seis, cinco mil por mês, sete mil. Onde é que um pobre consegue pagar uma despesa dessa? Pois, tiro esse valor daqui! Então não vou falar mal do cara. Porque não era pra tá ninguém aqui. Porque quando ele tirou...ê meu amigo, eu tinha três carros, fiquei sem nenhum. Eu comprei em cinco meses, seiscentos mil reais de pano no cheque. Voltaram todos!. Quase que eu não pago. Passei um ano pra normalizar. E lá em casa tinha pra mais de cento e cinqüenta mil reais só de peças feitas. E eu ia vender onde? Porque com a saída da rua, não tinha mais onde vender. Aí comprei umas bancas lá no Ipu. Tá lá até hoje... Eu tinha que ter ido lá hoje regularizar umas bancas, mas não fui, porque se não eu vou acabar perdendo. Porque quando eu saí daqui não tinha pra onde ir, e aí eu fui comprar lá. Comprei doze mil lá em bancas, tá lá até hoje. O aperto foi grande, mas agora aqui tá liberando e aí eu voltei de novo pra cá”. (Carlos)

Carlos reconhece a condição de irregularidade da atividade que desempenha na rua. Sua trajetória de trabalho coincide com a saga de tantos outros trabalhadores que

resolveram vir para a Feira da José Avelino, considerada então um oportuno mercado popular para a venda de confecção e moda, transformando-se num pólo propulsor de oportunidades para aqueles que querem trabalhar por conta própria, independente das dificuldades e barreiras típicas enfrentadas no trabalho da rua. Meu entrevistado, atualmente, sobrevive da informalidade, trabalhando na rua e mantendo um *box* num dos galpões da José Avelino. Como já citado anteriormente, alguns trabalhadores que comercializam na rua, também são proprietários de pequenas oficinas domésticas de confecção (mas com capacidade para produção em regime de atacado).

Com o nome fictício de Carlos, meu entrevistado começou a trabalhar na feira como ajudante de banca, e como bem afirmou “com muito trabalho e envolvimento”, conseguiu se tornar um produtor, adquirindo sua própria banca. Através da atividade comercial na José Avelino, conseguiu manter um alto padrão de consumo, e consequentemente, um aumento de seu poder aquisitivo.

Com a remoção das barracas para a requalificação da via, o comércio de rua foi reconfigurado e a atividade laboral deste feirante mudou completamente. Tal condição (de paralisação do comércio de rua) o forçou assumir algumas dívidas, muitas das quais, ainda hoje por pagar. Afirma que nessa época, teve que enfrentar grande dificuldade financeira, pois até então, considerava-se já estabilizado no comércio.

Como mesmo expôs, o feirante acabou acumulando uma grande quantidade de mercadorias estocadas em sua própria residência (também local da oficina de confecção), e para vendê-las, resolveu comprar algumas bancas na Feira do Ipu, município localizado a duzentos e noventa e sete quilômetros de Fortaleza, e também conhecido como referência na venda de confecções populares. Entretanto, ao perceber que alguns feirantes permaneceram na área, reocupando-a, meu entrevistado resolveu voltar novamente para a Rua José Avelino e continuar com a atividade ambulante.

Sobre esta mesma lógica de reocupação, Josimar relatou:

“A minha esposa fica no galpão aqui, mas o movimento tá fraco. Eu tava no galpão do Povão e aí eu entreguei porque o movimento lá não tava bacana. Mas a minha esposa permaneceu no galpão aqui. Eu saí porque no começo, lá no Galpão, tava bem, mas aí depois as vendas caíram, caíram total né. Aí o orçamento de casa pesa né. Aí eu peguei e fui pra rua e tô tendo uma vendazinha bem melhor do que lá no galpão. E tô correndo atrás. Aí eu deixo minha esposa sossegada lá no galpão e venho pra rua”. (Josimar)

Atualmente este feirante comercializa suas confecções no espaço da rua, embora em épocas anteriores já tenha se fixado num *box* alugado no “Galpão do Povão” (atual Galpão

Iracema). Entretanto, devido a pouca movimentação de clientes no equipamento, e também ao aumento nos gastos pessoais e domésticos, acabou não mais conseguindo arcar com as taxas e despesas, deslocando-se para a rua. Afirmou ainda que, embora tenha saído de um dos galpões, continuou mantendo outro *box*, ocupado agora pela esposa (a qual se encontra fixa, e portanto, numa situação mais segura e menos insalubre do que a atividade comercial itinerante de rua).

É curioso notar que alguns feirantes reconhecem e reforçam em seus discursos a condição da José Avelino como um “mercado âncora”, estimulando o turismo e outras atividades econômicas desenvolvidas na Cidade. Em conversa informal, um dos feirantes afirmou:

“Se tirar a gente daqui, acaba com o comércio do Centro, e acaba com os galpões, porque somos nós os responsáveis por atrair este pessoal que atualmente vem comprar confecção aqui. Eles vêm para cá e já sabem que nós que estamos na rua é que vendemos mais barato, e o cliente, meu amigo, quer é preço!” (Josimar)

O discurso acentua a importância que a feira desempenha para a economia local beneficiando tanto os galpões do Complexo de Confecção e Moda Popular da José Avelino, como também o próprio comércio de confecção do Centro da Cidade. Muitos dos ambulantes que ocupavam a José Avelino, antes mesmo da implantação do Centro Fashion, já afirmavam que este novo empreendimento, inevitavelmente enfrentaria grandes dificuldades em sua instalação, tendo em vista os altos preços cobrados pela confecção vendida no local. Para eles, o comércio popular desenvolvido na rua é que seria o grande responsável pela convergência de compradores para a região do Centro. Sobre esta mesma condição, enfatizou Josimar:

“Se o pessoal de fora parar de vir fazer as compras aqui, fica complicado, porque eles não vêm só pra comprar essas roupas que se vende aqui no meio da rua. Eu tenho visto eles, o pessoal que vem do Pará, comprar também muito material nos armazéns aqui. Eles compram muita embalagem nos distribuidores, material de ferragem. Sem contar que às vezes eles ficam em pousadas e vão pras praias também, porque nós aqui, nós somos um lugar de praias. Então essas vendas aqui atraem uma economia pra nossa região, embora algumas pessoas não percebam isso”. (Josimar)

Pelo discurso do feirante, o comércio da José Avelino tende a movimentar não só a economia específica da confecção e da moda popular, mas também uma série de outros serviços relacionados a esta atividade, interligando e integrando parte dos vários circuitos econômicos da cidade, incluindo entre eles o turismo de sol e mar. Ainda sobre a centralidade que a atividade comercial desempenha na feira, um dos feirantes afirmou que:

“A gente nunca leva fé que as coisas fora daqui vão dar certo. A gente nunca leva fé que nada fora da feira vai prestar. Antes, como a feira era lá na Sé, ninguém pensou que ia pegar aqui na Rua José Avelino, mas aí acabou pegando. O Centro Fashion pegou lá, mas a gente pensava que não ia pegar. A gente imagina que não ia dar certo se saísse daqui, porque aqui é o centro de tudo. A gente vê os clientes botando muita banca pra comprar qualquer coisa fora daqui, e aí a gente acaba pensando que eles não vão pra lá (pro Centro Fashion)”. (Régis)

Para o trabalhador é difícil pensar que a dinâmica comercial da confecção fora do núcleo central da Feira, “vá dá certo” ou que “prosperar”, tendo em vista a José Avelino ser considerada atualmente a principal âncora e referência para este tipo de mercado e consumo popular (tanto para o estado do Ceará como a nível nacional) e para onde converge a maioria dos fluxos de turistas “sacoleiros”.

Por isso, para os feirantes, todo e qualquer tipo de remoção ou intervenção voltada para a feira, estará “fadada ao fracasso”, o que não significa dizer, que na realidade estes negócios venham de fato a “fracassar”. Evidentemente, o discurso intenta revelar não só a continuidade do comércio de rua na José Avelino, mas também o fato de que este acaba funcionando como um termômetro indicativo de ampliação ou redução da informalidade local, cada vez mais heterogênea e se expandindo territorialmente para outras áreas.

Nesse sentido, as perspectivas dos feirantes divergem das noções de política pública que tentam modificar a localização e a atual configuração deste movimentado comércio de rua. Mesmo que estas políticas se concretizem, como foi o caso da requalificação da rua, e da conseqüente remoção de suas bancas, muitos feirantes não nutrem expectativas além do que pode ser gestado para fora das fronteiras locais. Assim, a tendência é a de que “todos querem ficar e permanecer na localidade”, para onde ainda converge o maior montante do público consumidor e a maior parte das atividades produtivas que se estabelecem em torno da confecção e da moda popular.

Ainda que outros negócios consigam manter-se fora da José Avelino, tendo em vista o dinamismo promissor que a atividade econômica do comércio de confecção desempenha em Fortaleza, a Feira ainda é considerada, no imaginário dos feirantes, uma grande ilha de oportunidades capaz de manter e estruturar uma série de funcionalidades entre os negócios formais e informais, estimulando uma vasta heterogeneidade de situações que retroalimentam diferentes setores.

Os preços baixos e os valores acessíveis das mercadorias vendidas neste mercado atraem uma grande clientela para a localidade, e dessa forma a feira vai se consolidando e se fortalecendo como uma grande referência espacial e simbólica para a atividade comercial de confecção e moda popular. Além disso, meu entrevistado ressaltou também que grande parte

dos negócios e comércios formalizados no Centro, e que estão voltados para o ramo de tecidos e aviamentos têm nos trabalhadores informais e feirantes da José Avelino, um grande público consumidor. Uma de minhas entrevistadas expôs a seguinte fala:

“Porque não concordo também não. Porque isso aqui é bom (o comércio de rua), mas atraí, trás também o pessoal da rua, aí toma a rua toda né, como se fossem os donos da rua. Assim, esse pessoal que cozinha milho. Ave Maria! Ficam tudo na rua cozinhando milho... É fazendo comida. Se eles deixar... Agora tem uma coisa, se tirar esse pessoal da rua aqui, esses galpão, o Mercado Central, todos eles vão sentir. Sente sabe por que? Porque nós é que atraí os vendedores lá pra dentro, pra eles. Aí quando os vendedores não vêm, aí dá pouco movimento (...) Os clinetes gostam de comprar na rua que é mais barato do que lá dentro. As outras vezes que eles tiraram eu só via era lamentação dos dono de galpão e do Mercado Central. Eles diziam: - Gente, vocês é que atraí os compradores pra nós, sabe. Aí tavam até torcendo pra gente voltar de novo. Aí muita gente fala que vai ser muito ruim pra eles de novo né, porque não vai ter aquela atração daquela ruma de gente que vem comprar aqui e entra também lá. Aí deixa dinheiro aqui e deixa dinheiro lá. Um pouquinho aqui e um pouquinho lá, mesmo com a crise, mas deixa um tantinho em cada canto né. E com a saída do pessoal daqui isso vai faltar”. (Gorete)

Embora ocupe o espaço da rua para comercialização de suas mercadorias, Gorete se sente incomodada com a presença de alguns ambulantes específicos que não comercializam produtos de confecção e moda na localidade, como é caso dos vendedores de milho e demais alimentos (lanches, quentinhas, etc), criando uma paisagem visual “desagradável”. A ambulante categoriza esses indivíduos como “pessoal da rua”, os quais incorporam dessa forma uma identidade “outsider⁸⁵”. Embora negue a identidade laboral do “pessoal de rua”, atribuindo-lhe uma representação negativa, assume e reconhece a funcionalidade que este mercado âncora desenvolve, atraindo público e clientela tanto para o comércio dos galpões como para o comércio do Mercado Central. Além disso, esta mesma ambulante também ocupa o espaço da rua, não se diferenciando daqueles quanto à ocupação do espaço.

Para minha entrevistada, o “pessoal da rua” representa mais uma opção de “pechincha” para o sacoleiro. Nesse sentido, atua como contrapeso concorrencial, contrabalanceando os preços e opções de mercadorias vendidas dentro dos galpões. Conforme também destacou, os ambulantes atraem sacoleiro tanto para “fora”, como também para “dentro” dos galpões, tornando-se, por isso, de suma importância.

A partir deste contexto é possível perceber que as demandas criadas pelo capital estão entrelaçadas às atividades não tipicamente capitalistas, inseridas na informalidade, pois

⁸⁵ Utilizo aqui a expressão de Nobert Elias (2000). Para este autor o termo “outsider” é constituído a partir da relação que determinados grupos estabelecem entre si, envolvendo o posicionamento de um grupo que se coloca como “estabelecido” em relação a um segundo, subjugado pelo primeiro como outsider. Os “outsiders” são considerados pelos estabelecidos como pessoas de menor valor humano, faltando-lhes virtudes, como grupo inferior. Os outsiders viviam estigmatizados por todos os atributos associados com a anomia, como a delinquência, a violência e a desintegração.

acaba atraindo clientela para o comércio formalizado (e tipicamente capitalista) desenvolvido no Centro da Cidade. Nesse caso é o dito comércio informal de rua que modifica e compromete, por seus fluxos próprios, a logística e o fluxo de renda para os negócios capitalistas.

Portanto, os trabalhadores da José Avelino representam esta informalidade (atividade do comércio de rua) como algo contínuo, permanente e inextinguível, dada a sua funcionalidade e centralidade na comercialização de confecção e moda a nível local, regional e nacional. É freqüentes discursos, aparecerem expressões como “não tem como acabar com a feira”; o “comércio vai sentir”; a “economia vai sentir”; “os sacoleiros querem o comércio de rua”; “o comércio de rua sustenta desde o desempregado até os donos das lojas”; dentre tantas outras representações que reforçam a funcionalidade da feira no processo produtivo e econômico da cidade.

A feira assume então a condição de espaço permanente, ao mesmo tempo em que instável e vulnerável, mas inextinguível. Portanto, este movimento constante de reconfiguração acaba revelando e expressando justamente a relação intrínseca e inseparável entre os negócios formais e informais. Afirma Malaguti (2000):

(...) a formalidade penetra o “setor” informal e o “setor” informal nutre-se da informalidade. A existência de uma sem a outra, de um “setor” sem o “outro”, parece-nos, na prática, inconcebível (Idem, p.101).

Conforme Malaguti (Idem), não existe espaço (na teoria sociológica e econômica) para segmentações ou dicotomias. A impossibilidade de separação dos processos sociais deve levar a críticas que questionem tanto a parte como o todo sob um prisma único e integrado, ou seja, sistêmico (Idem, p.105).

Ainda sobre a relação mantida entre a condição fixa e ambulante no comércio da José Avelino, um feirante relatou:

“Antes eu pagava aluguel. Como eu tenho um *box* ali agora, num galpão ali, aí não pago mais. Era dos pais da minha esposa. Nós ficamos tomando de conta, eu e minha esposa. Nós só fica aqui na rua por conta de quê? O movimento não vai pra lá. O movimento fica na rua, entendeu?! Então, eu tenho que me arriscar. Lá eu pago taxas de manutenção. É mesmo que ser um aluguel. Isso por semana! Dá cem por semana. Entre oitenta e cem. Então, lá, às vezes não dá pra tirar nem a taxa de manutenção. Então a gente fica sujeito de vir aqui pra rua pra poder tirar pra pagar lá. Entrar, os clientes entram, mas às vezes o movimento não é o tão esperado. Eles entram, mas a maioria deles compram aqui. As pessoas lá de dentro que já tem clientes fixos, que vem só buscar a encomenda, aí tá ótimo. Isso quando o vendedor tem clientes de muito tempo, cliente antigo”. (Alan)

Alan é proprietário de um *box* (em parceria com a esposa) num dos galpões da José Avelino, o qual funciona como depósito para suas mercadorias, tendo em vista a atividade comercial e laboral ser exercida por este trabalhador no espaço da rua, local em que se “arrisca” para poder pagar as taxas de manutenção do *box*. Para Alan, embora os clientes entrem nos galpões, muitos deles compram apenas na rua, com exceção de uma clientela já fixa e bem específica. Nesse caso, alguns proprietários de boxes, entre os quais, aqueles mais estabilizados (pelo tempo de permanência e consolidação no mercado), acabam não mais precisando ocupar a rua para a vendagem de suas mercadorias.

Meu entrevistado afirma que dentro dos galpões (que já demarcam uma garantia para o trabalho) “é mais difícil vender”, pois os clientes preferem a rua, onde já se convencionou a venda de confecções a preços mais baratos. De tal modo, a rua se torna um “espaço mais atrativo”, embora “mais arriscado” para o trabalhador, o qual terá que enfrentar as interdições da fiscalização. Assim a atratividade da rua tanto para o feirante, como para o cliente, torna-se justificada, como na fala a seguir:

“O meu público consumidor é aquele povo que passa despercebido, e aí eu vou e chamo, e vão comprando. Cliente fixo não existe não! Isso é ilusão! Lá dentro não vende não (nos galpões). Se bota lá dentro, o pessoal passa na calçada. Por exemplo, minha mercadoria é essa aí, é *body*⁸⁶. O cara vem comprar calça, aí ele passa e vê o meu *body* e aí acha bonito, aí compra uma peça. Vai embora, daí a pouco chega mais um. Aqui circulam mais de dez mil pessoas, e se zero vírgula um por cento comprar, dá aproximadamente cem peças vendidas. Lá dentro dos galpões não! Não tem movimento. O cara que vai comprar a calça, ele vai direto pra calça, ele não vai vê, porque ele não vai olhar lá pra dentro. Ele vai direto pra onde ele compra. Aí aqui na rua tá mais exposto. Entendeu? Tá sujeito pegar um cara que vai comprar uma saia lá dentro, comprar a minha cueca aqui fora. Ele pode mudar de opinião na compra.” (Washington)

A exposição de mercadorias no espaço da rua funciona como suporte atrativo para a clientela, transformando-se na principal vitrine da feira. Por estabelecer uma abordagem direta e mais próxima do cliente, o feirante, situado no espaço público, leva algumas vantagens na disputa concorrencial mantida com os *boxes*, pois estes, enquanto espaços de trabalho facilitam a atividade comercial, permitindo ao trabalhador estocar e armazenar suas mercadorias, servindo também como referência fixa de lugar e como albergue em dias chuvosos. No entanto, conforme registrou meu entrevistado, é preferível que a atividade laboral seja exercida na rua, já que a pouca e insuficiente movimentação de sacoleiros no interior dos galpões, mostra-se incapaz de sustentar as vendagens necessárias para a manutenção dos negócios.

⁸⁶ Peça de vestuário feminino semelhante a um maiô, mas que não pode ser utilizado como traje de banho.

No sentido prático, “estar na rua” significa para o trabalhador feirante “tirar mais vantagem”, pois o comércio de rua depende primordialmente do fluxo e da movimentação de pessoas que ocorre no espaço público. Nesta lógica, a grande concentração de pessoas é que acaba criando maiores possibilidades e oportunidades para a vendagem dos produtos oferecidos na relação “corpo-a-corpo”. Além disso, como se trata de uma feira de artigos de confecção e moda popular, onde o marketing e a exibição dos produtos são fundamentais, os feirantes acabam conseguindo oferecer e apresentar melhor seus produtos para a clientela. Além disso, é destacável que alguns outros fatores estruturais e relativos à lógica do mercado imobiliário dificultam enormemente a aquisição dos boxes por parte dos feirantes. Sobre esta condição, um deles afirmou:

“Pra começar, um *box* aí dentro é de mil reais pra cima. Tem muitas pessoas aí hoje, que não conseguem pagar. Tem gente aí que tá com dois, três meses de aluguel atrasado, porque não tem movimento nos boxes. Aí é obrigado a vender na rua, porque o pessoal compra na rua, e é muito difícil a pessoa comprar no *box*. E até compra, em tempo chuvoso. Em épocas de chuva os galpões ficam lotados, mas quando o tempo tá assim normal, o pessoal só compra na rua, e aí os boxes ficam todos vagos de clientes. Muitos dos compradores daqui são de fora. Noventa por cento são de fora. Vêm do Belém do Pará, Piauí, Teresina, Maranhão, Bahia. Tudo são de fora. Às vezes vêm até alguns de São Paulo. Eles vêm comprar peças da gente. Muitas pessoas que tão na rua não estão nos boxes, dependem da rua mesmo. Se a rua se acabar, aí complica a situação delas.

Percebe-se, a partir deste discurso, que mesmo após a retirada dos antigos feirantes, com suas bancas na via pública, o comércio de rua continua a movimentar o logradouro, formando um verdadeiro e multifacetado caleidoscópio de cores e movimentos a dinamizar pessoas e mercadorias num intenso ir e vir. E assim, a feira vaise conjugandonuma mescla de condições heterogêneas. Nas entrevistas e conversas realizadas com estes trabalhadores, identifiquei também entre aqueles que estão nas ruas, algumas queixas relativas à instabilidade da atividade informal, intensificada pela ausência de um lugar fixo para estocar e armazenar as mercadorias, sem qualquer espaço para acomodação de suas atividades. Entretanto, é possível identificar também o contrário, ou seja, algumas queixas registradas nos discursos daqueles que estão fixos, como é o caso, por exemplo, das insatisfações referentes às taxas de manutenção e aos aluguéis cobrados pelos galpões.

Tais condições estimulamos locatários de *boxes* a estenderem seus negócios para além dos galpões, tornando-se, por isso, irregulares do ponto de vista da legislação urbana. É importante considerar que a Feira da José Avelino revela uma complexidade de relações de trabalho, já que muitos feirantes, embora formalizados, empregam informalmente outros trabalhadores, tanto na produção de suas mercadorias (em oficinas de confecção), como na

comercialização direta destes produtos, denunciando assim uma condição de irregularidade perante a legislação trabalhista (Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT). Além disso, muitos deles ainda podem ser considerados irregulares do ponto de vista da legislação urbana, a depender de como ocuparam e como se estabeleceram espacialmente na cidade.

Como já dito, formata-se neste complexo híbrido, um borramento de fronteiras entre o formal e o informal, não havendo uma separação clara entre estas categorias, que no cotidiano se entrelaçam, tornando-se interdependentes. É importante ressaltar, desde já, que nem todos os locatários e proprietários de *boxes* estão nas ruas, pois muitos preferem manter-se fixados, discordando da atividade laboral desempenhada no espaço público, por considerarem esta, um fator de “concorrência” desleal. Como mesmo aponta Theodoro (THEODORO, 1998 apud DALBOSCO&KUYUMJIAN, 1997, p.207), o fenômeno do trabalho informal perpassa os setores dinâmicos do capitalismo formal, revelando presença em todos os ramos da economia e da sociedade.

5.2O conceito de “informal” na contemporaneidade enquanto dilema teórico.

Na literatura existente sobre a informalidade, onde se discutem variantes conceituais do termo “informal” (tais como economia informal, setor informal, trabalho informal, vínculo informal, dentre tantos outros), percebe-se a construção de um conceito que se mostra cada vez mais fluido e menos rígido, portanto, aberto a novas determinações. Nesse sentido, os vários conceitos existentes e utilizados nesta discussão, contribuirão para o desenvolvimento de um conceito menos cristalizado, mas que está em constante construção e aberto a percepção crítica.

Não havendo consensos entre muitas destas vertentes, é importante seguir um caminho aberto para as contribuições deixadas por cada vertente teórica na construção de um conceito mais amplo e adequado a realidade, em suas contradições e limitações. Sobre a necessidade de um conceito único de informalidade, Barbosa (2008) enfatiza a necessidade de se criar uma matriz analítica que permita inserir os dados empíricos num todo minimamente coerente, vinculando o social ao econômico, e ressaltando nossas particularidades históricas e especificidades regionais, de modo a criar novas categorias e interpretações arrojadas (BARBOSA, 2008 apud ARAÚJO E LIMA, 2010, p.342).

De acordo com Adolfo Furtado (2004, p.5): “a realidade é bem mais confusa. Se alguns autores (Portes, Castells e Benton) já chegaram a dizer que o setor informal é ‘um conceito em busca de uma teoria’, outros, como Marcuse, apontam uma dificuldade ainda

mais básica: a de que economia informal e setor informal são conceitos em busca de uma definição” (FURTADO, 2004 apud KREIN&PRONI, 2010, p.11).

Dentre tantas polêmicas e dissensos conceituais sobre a informalidade, é necessário assumir a impossibilidade momentânea em se alcançar um conceito uno e generalizante capaz de explicar a dinâmica do conjunto de atividades e ocupações no chamado setor informal. Tal pretensão nunca será concretizada, embora tentativas venham a ser realizadas. Para Araújo e Lima (2010):

“O que se entende, portanto, que seria um avanço no ambiente de estudos sobre o tema é o reconhecimento de que analisar a realidade constituída pelo mundo da informalidade necessariamente requer estudos parciais, sem pretensão de se alcançar um conceito generalizante, uno, orgânico e com poder explicativo para dar conta, de forma articulada e global, da natureza e da dinâmica do conjunto de atividades e ocupações no âmbito do chamado setor informal. Dito de outra forma, a lacuna existente, representada pela não disponibilidade de uma categoria teórica una, abrangente e consistente, provavelmente nunca será preenchida – embora a permanência de tal busca, por parte de determinados grupos de pesquisadores, provavelmente seja uma inevitabilidade.” (Idem, p.344)

Para que consigamos uma melhor compreensão sobre o conceito de informalidade é necessário levar em consideração a complementação de posicionamentos, que, unidos, acabam desencadeando a elaboração de um conceito mais amplo, envolvendo um número maior de situações, e uma melhor compreensão sobre a própria heterogeneidade que marca esta construção conceitual. É importante considerar que as:

“Divergências entre as idéias formuladas por escolas de pensamento que tentam explicar a gênese e evolução da informalidade podem ser encaradas de dois modos. Alguns críticos avaliam que se o fenômeno desperta olhares tão conflituosos, seria melhor abandoná-lo ou procurar um novo conceito. Outros pesquisadores enxergam a possibilidade de que essas visões podem ser complementares umas às outras, o que auxiliaria a compreensão mais ampla da informalidade.” (SANTIAGO E VASCONCELOS, 2017, p.240)

Para Lautier (1993) a literatura sobre o “setor informal” associou o termo a figura dos trabalhadores autônomos, “por conta própria”, especificamente aos mais visíveis, como os vendedores ambulantes e as atividades de pequeno porte. Conforme tal autor, haveria um equívoco no uso do termo “setor informal”, ao utilizar como referência de análise as relações de trabalho no setor informal, tomando como referência, a “relação salarial fordista”. É como se o tipo de relação de trabalho, histórica e precisamente construída na Europa Ocidental, delimitasse e estabelecesse um tipo ideal e racional. Desse modo, a informalidade assume o sentido de algo “sem forma” ou “disforme”, o que seria um equívoco. Assim, uma vez fora do tipo ideal de relação trabalhista (fordista ocidental), o informal lançar-se-ia como algo “disforme”. Questiona o autor:

Não se trata somente do fato das relações de trabalho nos países em desenvolvimento terem uma “má” forma, não serem conformes ou serem disformes. A normatividade é tal, tanto da Sociologia como da Economia do trabalho, que os objetos “exóticos” só podem ser qualificados pelo que eles não têm: o emprego, o trabalho, os trabalhadores mesmos são informes, mais que informais (Idem, p.10).

Nesta discussão específica sobre a abrangência e a viabilidade empírica do termo informalidade, é importante considerar alguns estudos e consensos que tentam delimitar o termo informalidade no que se refere à ocupação e inserção de trabalhadores individuais num mercado de trabalho específico e às formas de organização e produção de unidades produtivas.

Autores como Bendassoli e Lima (2015), Fuentes (1997) e Márcia Costa (2010), levam em consideração a informalidade a partir da inserção e do tipo de ocupação que o trabalhador exerce no mundo do trabalho. Para Costa (2010), os trabalhadores informais estariam inseridos em formas precárias e desprotegidas de relações de trabalho, como o trabalho por conta própria, os serviços domésticos, a mão-de-obra familiar sem remuneração, os bóias frias e os desocupados (Idem, p.177).

Os padrões contratuais da informalidade são diversos e pouco discutidos, salvo em estudos sobre categorias ou segmentos específicos. Ao formal (no sentido legal) se contrapõe diversos tipos de contratos informais, desde os ilegais ou criminosos, como o trabalho escravo, até os trabalhos familiares e os diversos tipos de contratos cujo estatuto estariam em disputa (ex: cooperativas ou contratos de terceirizados). Para o planejamento governamental e para as políticas públicas, as formas de mensuração objetivas e de fácil aplicação das condições contratuais, acabam sendo impostas, daí seus critérios já serem pré-definidos no que se refere ao aspecto da normatização (se são registrados, legalizados ou não) (NORONHA, 2003, p.112).

Alguns estudos realizados no Brasil, também abrangem aspectos qualitativos para a demarcação da informalidade, referindo-se, por exemplo, às unidades produtivas (como as microempresas que possuem até cinco pessoas ocupadas por unidade). Já outros estudos não estipulam um teto ou contingente específico para o número de ocupados, tendo em vista algumas destas microempresas serem afetadas por oscilações anuais. Geralmente tais estudos, utilizam-se de critérios qualitativos com base na visão estruturalista (CAVALCANTI, 1983; SOUZA E ARAÚJO, 1983 apud ARAÚJO E LIMA, 2010, p.334, 335).

Na análise que faço sobre a informalidade na Feira da José Avelino, levo em consideração todos estes aspectos já analisados e registrados pela literatura, e que determinam os critérios demarcadores deste amplo conceito. No universo heterogêneo da feira, predominam algumas características marcantes, como o fato de que os feirantes se

autodenominam trabalhadores por conta própria⁸⁷. Pela nomenclatura do IBGE, tais trabalhadores seriam considerados “autônomos”. Portanto, levo em consideração, no caso específico da Feira da José Avelino, tanto a forma de inserção dos sujeitos no mercado de trabalho, como também o modo de organização e funcionamento das pequenas unidades de produção mantidas por estes sujeitos, levando em consideração não apenas o status legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas.

Portanto, estão incluídos nesta concepção, desde os proprietários de negócios que atuam sem ajudantes, até o microempresário legalizado, que do ponto de vista da regularização e da previdência, podem ser encarados como negócios formalizados. Nesta compreensão específica, não há limites nem fronteiras rígidas que separem o formal do informal. Logo, a informalidade adquire uma natureza híbrida, envolvendo diversos tipos de relações e modos de organização da produção e do trabalho.

É importante reconhecer que o trabalhador por conta própria, pode também ser caracterizado como trabalhador formal pelo fato de ter um CNPJ⁸⁸ e por contribuir para a previdência social, estando assegurado por um patamar básico de proteção social e acesso a cidadania, como é o caso, por exemplo, do microempreendedor individual (MEI). (KREIN E PRONI; 2010, p.34 apud SANTIAGO & VASCONCELOS, 2017, p.241). Afirmam Santiago e Vasconcelos (2007):

Ainda que com algumas flutuações, a proporção da população brasileira ocupada no trabalho por conta própria se mantém, de 1970 até o início da atual década (2014), no mesmo patamar: cerca de 20% dos ocupados. Trata-se, portanto, de uma questão estrutural na configuração do mercado de trabalho do país, e que deve ser compreendida a partir da heterogeneidade que marca esta categoria ocupacional (Idem, p.243).

Santiago e Vasconcelos (idem) rompem com a idéia de que todo trabalhador por conta própria seria necessariamente um trabalhador informal, tendo em vista que tanto aquele que trabalha por conta própria, como aquele que trabalha enquanto autônomo, por exemplo, podem vivenciar diferentes situações e contextos, englobando possibilidades de ocupações diversas, como catadores (comércio de resíduos e sucatas) e doutores (fisioterapeutas, dentistas, advogados, contadores). Para os autores são escassas as abordagens metodológicas que avancem na diferenciação entre os trabalhadores por conta própria que estão formalizados

⁸⁷ Merece aqui uma análise particular a categoria “trabalhadores por conta própria”, como assim se autodefinem muitos feirantes, pois é importante considerar que nem todos trabalhadores por conta própria podem ser considerados como meramente trabalhadores informais, como é o caso, por exemplo, do profissional liberal.

⁸⁸ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Este cadastro é realizado pela Receita Federal.

e aqueles que permanecem na situação de informalidade (SANTIAGO E VASCONCELOS, 2007, p.214; 231).

Mais uma vez demonstra-se aqui o quanto as noções de formal e informal são passíveis de borramento conceitual. O trabalho por conta própria pode ser considerado informal caso predomine o enfoque setorialista⁸⁹ (quando priorizaria as diferenças entre as empresas tipicamente capitalistas e os empreendimentos com produção em pequena escala e baixa produtividade – sendo conduzido por trabalhadores que compõe o excedente estrutural). Mas, se estas formas de trabalho (unidades econômicas) já forem analisadas pelo critério dos arranjos legais (acesso aos direitos), nem todo trabalhador por conta própria poderá ser considerado informal (Idem, p.241). Para os autores, se na década de 1970 o trabalho por conta própria estava relacionado à informalidade, recomendações estatísticas mais recentes sobre o emprego informal consideram casos em que trabalhadores autônomos podem estar inseridos num emprego formal (Idem, p.224).

Apesar de polêmico, às vezes, pouco esclarecedor, e, difuso, o conceito de informalidade tem servido para análise de situações particulares. Além disso, é importante considerar também, neste universo, a condição de que alguns estratos informais também têm vinculações com atividades que além de submersas, são ilícitas a luz do código penal, como é o caso do tráfico, do contrabando, etc. (Idem, p.220). Nesse sentido, a praticidade referente às abordagens empíricas e à formulação de políticas, a separação legal e ilegal acabou também predominando nas pesquisas sobre informalidade.

O trabalho informal pode ser conceituado como aquele que não é regulamentado pelo ordenamento jurídico do trabalho no país, sobre o qual, inclusive, a sociedade construiu sua política de seguridade social (COSTA, 2010, p.175). Entretanto, o conceito de informalidade está em constante formação, uma vez que se mostra sempre inacabado, imperfeito, e necessitando de reformulações constantes. Sua manifestação empírica tem se manifestado a partir de inúmeros e complexos caminhos, necessitando constantemente de ampliação (ALVES E TAVARES, 2006, p. 428, 429; MACHADO, 2008). Sobre esta heterogeneidade, afirmam também Lima e Soares (2002):

⁸⁹ O termo setor informal pode assim ser definido a partir de afirmações negativas, englobando: atividades que não podem ser classificadas como tipicamente capitalistas; ocupações não típicas; empregados não registrados; empregos residuais às firmas com mais de cinco ou de dez empregados; trabalhadores que auferem rendimentos abaixo de um determinado nível salarial; etc. Este quadro conduziria a recortes heterogêneos de contingentes populacionais e de conjuntos de atividades econômicas que, na maioria das vezes, acabam impedindo a construção de elaborações teóricas sobre as determinações do nível do emprego e da renda. (CACCIAMALI, 1994, p.230).

Apesar do crescimento de dados estatísticos sobre a informalidade, sua diversidade continua a exigir o estudo de caso como forma de captar as particularidades econômicas, sociais, históricas e geográficas assumidas pelo processo, o que dificulta generalizações (Idem, p.167).

Definidos de forma clara, os diferentes conceitos de informalidade (a sintetizar fenômenos bastante heterogêneos quanto às suas naturezas e dinâmicas) podem ser úteis na caracterização da dinâmica e dos processos mais gerais do mercado de trabalho, compreendendo todas as atividades produtivas que não se constituem como formas de produção capitalista e que não se utilizam do trabalho assalariado, não tendo por lógica a busca do lucro e a acumulação de capital, e abarcando todas as atividades econômicas, capitalistas ou não, que não são reguladas pelas regras jurídicas vigentes e aceitas. (FILGUEIRAS et al. 2004, p.211)

Alguns autores distinguem o espaço econômico-social das atividades informais a partir de dois critérios, aquele que distingue o formal do informal a partir das lógicas de funcionamento das atividades (se são tipicamente capitalistas ou não), e aquele que delimita tal diferença a partir da legalidade ou ilegalidade da atividade (Idem, p.212). Conforme Machado (2008):

(...) mercados informais não constituem uma expressão caótica: eles têm ordem, forma e lógica. De acordo com inúmeras pesquisas empíricas recentes e/ou em andamento que abarcam desde os mercados populares metropolitanos no Brasil, bem como a *Ciudad del Este*, percebemos que nessa economia informal existe um sistema estruturado de trabalho, auto-regulável, marcado por códigos, lógicas e hierarquias próprias. No entanto, essas práticas estão sustentadas, na maioria das vezes, somente pelo contrato oral e, assim, podem constituir sistemas frágeis. (Idem, p.123)

De acordo com Tokman, foram concebidas na América Latina, duas perspectivas sobre a informalidade. Uma estava relacionada à lógica da sobrevivência num contexto adverso (resultante de um excedente estrutural de mão-de-obra que estaria pressionando o mercado de trabalho, tornando insuficiente a oferta de bons empregos); já a outra perspectiva, levava em consideração as mudanças inerentes ao contexto e ao movimento da divisão internacional do trabalho na era da globalização (“descentralização produtiva”), associada à subcontratação de empresas e de mão-de-obra. Esta segunda concepção divergia das abordagens adotadas até então pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Programa Regional de Emprego para a América Latina (PREALC) (KREIN EPRONI, 2010, p.10).

Conforme aponta Noronha (2003):

(...) há três diferentes fontes de interpretação do fenômeno, popularizado pelos economistas e pela mídia como “informalidade”. A primeira seria a interpretação econômica. Contrastando-a, juízes e procuradores, por seu próprio ethos profissional classificam como ilegal a maior parte das situações entendidas como “informal” pelos economistas. Sob a influência de ambos (bem como dos institutos de pesquisa) a população tende a identificar “informal” com a ausência de carteira de trabalho e, em decorrência, com “injusto”. (NORONHA, 2003, p.115)

De acordo com Noronha (Idem), há três pares contrastantes de conceitos por meio dos quais são percebidos os contratos de trabalho, sendo eles: formal e informal; legal e ilegal; justo e injusto, com variada combinação entre eles. Este autor categoriza uma série de informalidades a partir das abordagens econômicas e sociológicas/normativas, classificando como nova informalidade⁹⁰, a vertente que percebe o informal como resultado natural de mudanças no processo de trabalho, fruto de novas concepções organizacionais e de novos tipos de trabalho (Idem, p.119).

Em sua análise identifica também que convencionou denominar “informalidade pobre⁹¹”, sendo esta, reflexo dos trabalhos pobres, derivado das tentativas da OIT em criar conceitos que incluíssem as informalidades dos vários países (adaptando a tese da velha informalidade aos novos trabalhos precários). Para este mesmo autor, haveria ainda uma dita “informalidade jurídica⁹²”, a qual estaria baseada na regulação do trabalho. Nesta vertente, critica-se o excesso de liberdade do Estado na regulação das relações laborais (Estado como ente destruidor das garantias de condições mínimas para a sedimentação de contratos de trabalho socialmente justos).

Noronha destaca também uma vertente que se apóia na noção de informalidade vinculada à globalização⁹³. Nesta vertente, a natureza e as características do trabalho permaneceriam as mesmas, entretanto, as mudanças seriam resultado do aumento da competição internacional, o que levaria ao desemprego e aos trabalhos precários e instáveis (Idem, p.119). De acordo com o autor, todas as vertentes por ele citadas acabam “encontrando respaldo na discussão sobre o termo” (Idem, p.120).

Nesta mesma linha de discussão, Barbosa (2009) acentua que as análises empíricas do mercado de trabalho, na atualidade, mostram tanto a existência de um segmento “não-informal precário”, como também de um segmento “informal propriamente dito”, mas

⁹⁰ Tal concepção para Noronha (Idem) seria classificada como “relativamente neutra”, pois embora cause problemas sociais, representa uma mudança estrutural nos padrões do trabalho, sendo reflexo do modelo imposto.

⁹¹ Tal concepção para Noronha (Idem) seria encarada como algo “negativo”.

⁹² Tal concepção para Noronha (Idem) seria encarada como algo “negativo”.

⁹³ Tal concepção para Noronha (Idem) seria encarada como algo “negativo”.

que às vezes pode não ser classificado como precário. Daí a dificuldade de adotar explicações universais ou genéricas sobre o termo (BARBOSA 2009 apud KREIN & PRONI, 2010, p.32).

Nesta multiplicidade de conceitos, é importante perceber a informalidade como um conceito híbrido e heterogêneo não mais estático ou cristalizado, e sim um conceito chave dinâmico, a superar as antigas e restritas limitações analíticas do passado, quando ainda incorporava o sentido de uma categoria vinculada a uma realidade empírica homogênea. Atualmente, desempenha um papel funcional e central para a compreensão da realidade, estabelecendo vínculos orgânicos com a própria dinâmica do capitalismo.

Em verdade, as discussões sobre a informalidade começam a aparecer nos discursos acadêmicos a partir da década de 1950, quando esta passou a integrar os processos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento existente nas realidades de distintos países. Destaca-se que entre os anos de 1950 e 1970, o debate teórico sobre a informalidade passou a girar em torno do processo de industrialização como pivô e como pólo dinâmico da economia. Nesse caso, o pleno emprego assalariado industrial e a sua universalização eram tidos como parâmetros universais para a modernização da sociedade (COSTA, 2010, p.179).

Para esta corrente, apoiada no modelo de Lewis⁹⁴, e concebida nos anos 1950, haveria um fluxo de trabalhadores, os quais seriam necessariamente direcionados do setor arcaico da economia para um setor moderno (setor urbano-industrial). Esperava-se assim, que o desenvolvimento se expandisse para uma parcela expressiva da população, a qual inevitavelmente seria integrada às atividades dinâmicas da expansão capitalista (SANTIAGO E VASCONCELOS, 2007, p.215). A partir deste raciocínio, as realidades tradicionais (arcaicas) só conseguiriam superar as falhas de seu excedente estrutural de mão-de-obra, quando passassem a incorporar a lógica modernizadora da produção industrial – fazendo assim, desaparecer este excedente, o qual seria inevitavelmente absorvido pela lógica da industrialização (ARAÚJO E LIMA, 2010, p.326).

Como não houve a incorporação destes segmentos e do mercado de trabalho ao ordenamento institucional de uma economia tipicamente capitalista, buscou-se criar conceitos

⁹⁴ O modelo de Lewis considerava as atividades informais como atividades pertencentes a um dito “setor tradicional”, o qual necessariamente seria absorvido pelo setor moderno da sociedade, em razão do seu fraco desempenho e impulsionado pelo próprio desenvolvimento do capitalismo (FUENTES, 1997, p.359, 360). Esta concepção considerava que o desenvolvimento econômico seria resultado de uma transição da economia tradicional (arcaica ou rural) para uma economia moderna, urbana e industrial. Nesse sentido, o núcleo moderno seria constituído por grandes unidades de produção, com tecnologias avançadas e elevada produtividade, prevalecendo relações de produção assalariadas e reguladas por um marco legal-institucional estatal. Já o setor tradicional, seria integrado por unidades de produção pequenas, prevalecendo relações não-assalariadas (especialmente familiares), com predomínio de tecnologias tradicionais de reduzida produtividade, onde as instituições estatais não regulariam as relações de produção nem o resto dos intercâmbios econômicos. (RAMOS, 2007, p.117)

alternativos que pudesse caracterizar as diferentes formas de ocupações dos indivíduos que não eram incorporados àquele setor (SANTIAGO & VASCONCELOS, 2007, p.216). Pretendia-se assim, explicar o motivo e a lógica reinante, por trás da persistência e da existência de modelos atrelados à pequena produção, ao trabalho autônomo, ao trabalho de subsistência e de uma série de atividades econômicas tidas como “pouco precisas” e de “difícil classificação”, tal a predominância nos estudos acadêmicos de modelos reducionistas e evolutivos que consideravam o informal, um estágio atávico e residual em relação ao capitalismo moderno (LIMA, 2002, p.163).

Conforme modelo evolutivo, a informalidade estaria vinculada ao crescimento da urbanização, da população marginal e do exército industrial de reserva (como sendo parte do setor arcaico) e inevitavelmente desapareceria com o passar do desenvolvimento das forças produtivas, dando lugar ao desenvolvimento moderno⁹⁵. Com o transcorrer do tempo, a acumulação do setor moderno levaria ao desaparecimento do setor tradicional, e a economia-sociedade atingiria, enfim, a condição de “desenvolvida”. A partir deste prisma, os países que se desenvolveram tardiamente, estariam enfrentando uma transitoriedade para o estágio de desenvolvimento, como caminho inevitável a ser percorrido. Nesse sentido, políticas públicas eram voltadas tanto para a expansão, como para o amadurecimento do setor moderno, tendo em vista que caberia a este, extinguir o pólo arcaico (informalidade) (Idem, p.117).

Para Costa (2010) nas décadas de 1960 e 1970, a informalidade aparecia especificamente nas explicações sobre a realidade social e econômica dos países subdesenvolvidos da América Latina e da África, concebida como fenômeno inerente e exclusivo ao subdesenvolvimento, resultado da incapacidade daqueles países em inserir parte de sua força de trabalho no processo produtivo (Idem, p.173).

Noronha (2003) classificou tal concepção como “velha informalidade”, tendência conceitual concebida e cunhada nos anos de 1960 a 1970, e que levavam em consideração a questão do investimento como variável principal do mercado de trabalho, percebendo a informalidade como uma economia em transição, vinculada diretamente aos desempregados e subempregados nos centros urbanos industrializados (muitos deles vindos de áreas rurais). Portanto, era percebida como “algo negativo” (uma vez que tenderia a se extinguir com o processo de desenvolvimento do capitalismo) (Idem, p.119).

⁹⁵ Nos países avançados, a informalidade também foi denominada de setor “subterrâneo”, e geralmente vinculada às comunidades de imigrantes, voltando-se para um mercado tipicamente étnico e cultural, reproduzindo as condições existentes nos seus países de origem (LIMA, 2002, p.164).

Mais especificamente nos anos 1960, a definição de informalidade passou a ser utilizada em alguns estudos realizados no Quênia, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, e que integravam o PME (Programa Mundial de Emprego). Nesta perspectiva, o setor informal aparecia como conseqüência do excedente de mão-de-obra (não absorvido pelos segmentos modernos). Dessa forma, a ausência de mecanismos institucionais garantidores de uma renda mínima para as populações (como seguro desemprego, por exemplo) acabava forçando esta parte da população a buscar como única alternativa de sobrevivência a ocupação em atividades de baixa produtividade, fora da relação assalariada e sem proteção social (Filgueiras et al., 2004, p.213).

Para Filgueiras et al. (2004), este conceito não obedecia nenhum rigor ou homogeneidade, considerando-se uma abordagem dual e estática (baseada em pólos opostos: “setor tradicional” e “setor moderno”), não conseguindo por sua vez, refletir a complexidade da dinâmica do processo da produção e do emprego, centrada na concepção de dois setores independentes entre si (formal-moderno e informal-tradicional). Tais setores operariam em sistemas autônomos e paralelos, sem estabelecer qualquer tipo de relação entre eles (cada um com sua estrutura e dinâmica própria) (Idem, p.213).

Tais estudos associavam o setor informal aos segmentos mais pobres da população, não considerando as formas de inserção do trabalhador na produção. Assim, tal setor tenderia a desaparecer com o processo de industrialização e com o crescimento econômico (Idem: 213). É importante destacar que o termo “setor informal”, tornou-se mundialmente reconhecido a partir de seu uso pelo antropólogo econômico Keith Hart e pela ampla difusão do estudo pioneiro conduzido pelo *International Labour Office* (1972), o qual teve como base empírica dois países da África: Quênia e Gana (ARAÚJO E LIMA, 2010, p.325). Keith Hart, pesquisando o mercado de trabalho nestes países, identificou formas de trabalho diferentes do padrão ocidental fordista (BENDASSOLI E LIMA, 2015, p.387).

Um destes estudos pioneiros, conduzidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano de 1971, e resultado de uma missão no país do Quênia, liderada por Hans Singer, foi fundamental para a formulação e o lançamento de políticas de apoio ao setor informal. Tal pesquisa de cunho dualista, mas com enfoque otimista, negava que o setor informal era marginalmente produtivo, encarando-o como economicamente eficiente, gerando lucratividade, mesmo que em pequena escala e com reduzida dotação de capital, presença de tecnologia simples e ausência de relação com o setor formal.

Negava-se assim, o antigo viés de que o informal representaria sinônimo de baixa renda, e que estaria fatalmente vinculado à dicotomia existente entre setor tradicional e setor moderno (ARAÚJO E LIMA, 2010, p.329). Identificou-se nestes estudos pioneiros que realidades específicas tanto do Quênia, como do Gana, vivenciavam um crescimento vertiginoso do excedente estrutural de mão de obra, o que, conforme análises da época acabariam estimulando profundamente um debate sobre a marginalidade social (Idem, p.326).

Desta feita, o setor informal seria caracterizado pela operação em mercados competitivos e não regulados; com fácil entrada de mão-de-obra (individual ou empresa que empregasse mais de uma pessoa); utilização de recursos locais; caráter familiar de organização; pequena escala de operação; uso intensivo de mão de obra e de tecnologia adaptada; e qualificação dos ocupados, obtida fora do sistema escolar “formal”. Além disso, o setor operaria predominantemente na ilegalidade, devido não a características inerentes do segmento, mas por dificuldades de operação como atividade legal (Idem, p.329, 330).

Analisando o caso do Quênia, Hart (1973) utilizou o termo “atividades informais” para definir novas formas de produção diferentes das convencionais. Já no estudo específico da realidade de Gana, Hart (1971) introjeta o conceito de informalidade, a partir das atividades empreendidas pela população deste país, que procurava naquele momento, aumentar sua renda diante do alto custo de vida, das baixas remunerações e da inacessibilidade ao emprego formal. Para ele, as ocupações informais atuavam como amortecedor para os que não estavam inseridos nos empregos regulares, inserindo-se na miséria ou numa relação de dependência (HART, 1971 apud SANTIAGO E VASCONCELOS, 2017, p.216).

É importante esclarecer que o estudo de Hart, o qual estabeleceu a alcunha de setor informal, era essencialmente de natureza empírica, mais do que teórica, o que veio a influenciar diversas pesquisas na área. Neste seu conceito, o setor abrangeria o trabalho autônomo não assalariado, propondo-se assim, uma tipologia baseada na atividade econômica como unidade e não na pessoa (ARAÚJO E LIMA, 2010, p.332).

No relatório do Quênia, os empreendimentos inseridos no setor informal eram tidos como lucrativos, eficientes, dinâmicos e criativos. Assim, tal atividade seria “fonte para estratégia de desenvolvimento daquele país”. O antropólogo apresentou também algumas características negativas do setor (em relação ao formal), tais quais: níveis inferiores de status de trabalho, segurança e renda; além de trazer maior risco e incerteza aos que nele se inseriam. Portanto, concebia-se que as atividades informais eram vistas como indesejáveis

quando comparadas ao assalariamento formal (SANTIAGO E VASCONCELOS, 2017, p.219).

Nesta mesma década, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) passou a definir como condições originais do espaço econômico informal, as seguintes características: facilidade de ingresso; origem e aporte próprio de recursos; propriedade familiar do empreendimento; pequenas escalas de produção; uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado. Cada uma destas condições poderia criar um conjunto de atividades informais, cujas características organizacionais podiam ou não cumprir as demais condições enunciadas (CACCIAMALI, 1994, p.217,218).

Esta abordagem da OIT trazia duas importantes extensões do conceito de setor informal. Eram elas: inserção do mundo rural, ampliando-se a visão predominante de setor informal urbano, e a extensão do termo para além do trabalho autônomo (*self-employment*), permitindo também a inclusão da idéia de empresa informal - em atividades industriais de pequena escala e em atividades do setor de serviços. Ocorria assim, uma equivalência à abordagem histórico-estrutural, cuja matriz de criação de formas de produção não seria cingida apenas a realidade urbana (ARAÚJO E LIMA, 2010, p.330).

Tais estudos, encomendados pela Organização Internacional do Trabalho, adotaram uma concepção dual sobre a organização da economia urbana, percebida então a partir de dois segmentos: um formal, caracterizado por unidades produtivas organizadas⁹⁶ e um informal, formado por unidades produtivas não organizadas⁹⁷. Nesse caso, o informal era concebido como uma forma de organização da produção com pouco capital, atuando em mercados não regulamentados e pouco competitivos (Idem).

Para Machado (2008), a economia informal nos anos 1970 passou a ser encarada como uma variante da marginalidade. Nesse sentido, era tratada como produto residual da evolução capitalista terceiro-mundista, ou ainda como uma forma pré-capitalista (Idem, p.117). O posicionamento da CEPAL⁹⁸, nesta década, estava alicerçado na teoria da

⁹⁶ Segmento formal estruturado com organização produtiva capitalista (separação entre trabalho e gestão, com acumulação e organização empresarial) (DEDECCA E BALTAR, 1997, p.69).

⁹⁷ Segmento informal com uma multiplicidade de formas de organização produtiva e com baixa estruturação do negócio (DEDECCA E BALTAR, 1997, p.69).

⁹⁸ A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) criada e instalada em 1948, em Santiago do Chile, surgiu como instituição vinculada a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) e voltada para o estudo aprofundado das problemáticas sociais que afetavam o continente latino-americano. Os estudos desenvolvidos pela CEPAL (criada e instalada em 1948, em Santiago do Chile) merecem destaque por terem

modernização, a qual partia da crítica ao desequilíbrio nas trocas internacionais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o que acabava reduzindo as possibilidades locais de investimento no setor moderno-industrial, dificultando assim, a absorção dos contingentes migrantes. A partir de então, o subdesenvolvimento passou a ser considerado como algo resultante do modelo hierárquico e dominador estabelecido pela Divisão Internacional do Trabalho, que subjugava as nações subdesenvolvidas a um tipo de inserção subordinada no modelo capitalista internacionalizado, e cuja superação se daria somente mediante expansão autônoma do mercado interno destas nações via substituição das importações (SILVA, 2002, p.97).

Para a CEPAL os migrantes do campo não podiam ser qualificados como “exército industrial de reserva”, devido à impossibilidade estrutural de sua absorção pelo modelo econômico vigente, não se tratando de uma superpopulação relativa flutuante, capaz de se incorporar ao mercado de trabalho, mas como um contingente social desprezível para o núcleo moderno e dinâmico da economia. Nesse sentido, a marginalidade compreenderia os setores não integrados à sociedade urbana (DALBOSCO E KUYUMJIAN, 1999, p.203, 204).

Para estes pensadores da CEPAL, o problema do subdesenvolvimento seria resolvido à medida que a expansão monopolística das firmas capitalistas (padrão normal) incorporasse o contingente de desajustados (excluídos da modernização). Assim (conforme as etapas históricas distintas) os países em desenvolvimento deveriam percorrer as trilhas do progresso, já percorridas pelos países desenvolvidos. Nesse caso, conforme já exposto, o setor atrasado tenderia a diminuir ou desaparecer, como subproduto da dinâmica de crescimento do setor moderno e pela política do pleno emprego estimulada por estas nações.

De acordo com tal vertente a urbanização dos países latino-americanos aconteceria inevitavelmente sem que ocorressem transformações econômicas capazes de absorver a crescente oferta de força de trabalho, dando-se de forma independente ao processo de industrialização, o que provocava inchaço do setor terciário e aumento da pobreza a viver no subemprego e no desemprego. É necessário pontuar que estas concepções nutridas pela intelectualidade da época, em muito influenciaram a elaboração de políticas públicas voltadas para o setor neste período (ALVES E TAVARES, 2006).

Tais estudos se baseavam sempre na experiência de industrialização dos países avançados (em especial, a Europa Ocidental) como paradigma de modernização e

difundido, com foco no continente sul-americano o debate sobre o desenvolvimento e as controvérsias sobre a marginalidade social, vindo posteriormente também a discutir também o lado informal da economia. (ARAÚJO E LIMA, 2010, p.326)

homogeneização socioeconômica, caracterizada pela dominância do assalariamento nas estruturas ocupacionais, e pela crescente regulação da relação de trabalho pelo Estado. Entretanto, faz-se esclarecedor revelar que este modelo idealístico não foi possível ser aplicado na realidade latino-americana, onde a modernização, ao invés de estimular o dito “desenvolvimento”, acabou gerando um baixo grau de assalariamento de sua força produtiva (DEDECCA E BALTAR, 1997, p.68).

Esta visão refletia uma forma de pensamento eurocêntrico, onde o arcaico e o tradicional eram pensados como obstáculos ao desenvolvimento, e não como parte integrante da cultura e da identidade nacional. Nesse sentido, todas as formas de trabalho e consumo não-mercantis passaram então a ser consideradas “arcaicas”, “subdesenvolvidas” e “periféricas”(COSTA 2010, p.174).

Milton Santos (2008) criticou estas análises etnocêntricas sobre a realidade brasileira e sobre o mundo subdesenvolvido, consideradas e analisadas mediante modelos comparativos e autocentrados das sociedades “desenvolvidas”, sendo encarados como parâmetros a ser seguidos. Tais concepções traziam a idéia de que o urbanismo industrial era o único caminho racional viável para o desenvolvimento dos países (Idem, p.260).

Nos anos 1970, a modernização ainda não havia gerado os resultados esperados pelos teóricos da CEPAL, pois grande parte da população em idade ativa ainda não havia sido incorporada ao mercado de trabalho, o que enfraquecia o modelo de análise explicativa da teoria da modernização. Como já citado, tal corrente teórica seria questionada por uma vertente de pensamento marxista, representada pela “Teoria da Dependência”, a qual concebia o setor informal como espaço de inserção para o exército industrial de reserva, sendo portanto, funcional ao modo de acumulação capitalista.

A partir desta vertente os termos “formal” e “informal”; e “tradicional” e “moderno” passaram a representar duas faces de uma mesma moeda, ou seja, facetas de um todo que se auto-influenciava, constituído pelo próprio desenvolvimento capitalista, realidade esta em que o setor moderno se beneficiaria da existência de um amplo setor tradicional. Dessa forma, as relações não capitalistas garantiriam a acumulação e a reprodução do capital, ao manter em baixos níveis os custos da reprodução com a força de trabalho (LIMA E SOARES, 2002, p.165).

Neste âmbito, o setor informal contribuiria para o processo de acumulação, provendo mercadorias baratas e serviços a baixo custo que, por sua vez, reduziriam os custos empregados pelo setor moderno em sua força de trabalho. Percebe-se que nesta abordagem

estruturalista, o setor informal operaria de forma subordinada ao capital, aproveitando-se dos interstícios do mercado e da economia (ARAÚJO E LIMA, 2010, p.340).

Registrava-se aqui, a existência de uma simbiose e uma organicidade (unidade de contrários) em que o moderno crescia e se alimentava da existência do atrasado. Assim, o subdesenvolvimento seria na realidade uma produção da expansão do capitalismo. À medida que o sistema capitalista oligopolista se expandia para todas as esferas da produção, encontrava um limite na capacidade de absorver força de trabalho por conta do estágio de evolução das forças produtivas. Nesse sentido, a industrialização tardia da América Latina de base técnica avançada, mas poupadora de trabalho, não conseguira universalizar o trabalho assalariado (COSTA 2010, p.175).

A partir de então, mudava-se a visão de que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento seriam pólos opostos. Assim, a marginalidade seria uma conseqüência das próprias transformações oriundas do capitalismo excludente, e o trabalho informal, desempenharia a função de promover a circulação de renda em setores populares da economia, retroalimentando-a (Idem, p. 118). Nesse caso, a informalidade deixava de ser “marginal” ao sistema econômico, tornando-se parte orgânica de seu próprio dinamismo.

Para os representantes da Teoria da Dependência havia uma coexistência entre os pólos (formal e informal; tradicional e moderno), caracterizada pela reprodução de uma heterogeneidade estrutural (RAMOS, 2007, p.118). Esta vertente superava a visão dualista da realidade, substituindo-a pela idéia de complementaridade entre os setores, fruto da expansão do capitalismo em áreas periféricas. A informalidade, desse modo, passou a ser encarada como algo necessário e funcional ao próprio processo de acumulação capitalista, sendo concebida como uma forma específica de inserção da força produtiva no mercado (onde a reserva de empregos já se encontrava saturada) (LIMA E SOAES, 2002, p.163, 164).

Para esta vertente marxista, o desenvolvimento capitalista não havia desarticulado as formas tradicionais de produção (economias de subsistência; produção artesanal; indústria em domicílio; etc.), mantendo-as inseridas na divisão social do trabalho. Logo, tanto as formas tradicionais de produção, como as modernas, passariam a integrar a dinâmica geral da criação de riquezas (ALVES E TAVARES, 2006, p.426). Nessa lógica, para além da visão dualista, o setor informal se expandiria para os espaços não ocupados pela produção capitalista, subordinando-se ao processo mais geral da acumulação, e desencadeando um processo de heterogeneidade estrutural nos espaços da economia (FILGUEIRAS et al., 2004, p.213; DEDECCA E BALTAR, 1997, p.67).

É importante destacar que estas mesmas concepções foram apropriadas pelo PREALC (Programa Regional de Emprego para a América Latina), o qual passou a conceber a informalidade como fenômeno associado tanto à heterogeneidade do mercado de trabalho como a heterogeneidade das unidades produtivas. Nesses termos, a informalidade passou a representar o excedente estrutural e conjuntural da mão-de-obra, que nos países com reduzido Estado de bem-estar social, lançava seu excedente de trabalho (mão-de-obra) para diversas estratégias de sobrevivência (RAMOS, 2007, p.119).

De acordo com o PREALC, os processos eram percebidos dentro de uma perspectiva global de desenvolvimento, e a economia informal seria uma manifestação dos impasses do crescimento na periferia do mundo. Logo, toda política que visasse reverter à informalidade teria que alterar seu estilo de desenvolvimento macroestrutural, não adiantando somente formalizar o informal com políticas focadas, pois as causas da heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho transpassariam as próprias lógicas do mundo informal, vindo a se concentrar justamente na estrutura da propriedade da terra, no viés tecnológico da produção e nos termos de troca do capitalismo (Idem, p.120, 121).

Assim se sucedeu a extensão da noção de informalidade para além da condição de trabalho “por conta própria” e ou “autônoma”, coadunada pelo PREALC, e cuja linha de análise estava alicerçada também nas idéias de Victor Tokman e Sethuraman. Esta mesma vertente influenciou especificamente no Brasil, pesquisadores como Paulo Renato Souza (parceiro de Victor Tokman), que concebia o setor informal como conjunto de atividades subordinadas ao capital e que atuavam em mercados não alcançados por este, nos interstícios da economia.

Conforme Paulo Renato Souza (1980), o setor informal abrangeria as seguintes atividades: empresas familiares; pequenas empresas; trabalhadores autônomos (excetuados profissionais liberais) que operavam no pequeno comércio, na pequena indústria, e nas pequenas unidades de serviços (atuando em espaços “outorgados” pelo capital) tais quais, serralharias, confecções, padarias e pequenas unidades industriais de outros gêneros da indústria; trabalhadores por conta própria subordinados (trabalhadores formalmente autônomos, mas que prestavam serviços a uma empresa ou capital), como vendedores de sorvete vinculados a uma empresa e costureiras em domicílio; pequenos vendedores de serviços (trabalhadores não protegidos pelo volume de equipamentos com que operam nem por “reserva de mercado”, “nem estando subordinados a um só capital”) como biscateiros, boa parte dos vendedores ambulantes (*street-vendors*), engraxates, flanelinhas e limpadores de

para-brisa; e trabalhadores dos serviços domésticos (assalariamento a uma unidade não econômica, mas não ao capital) (SOUZA, 1980 apud ARAÚJO E LIMA, 2010, p.330, 331).

A informalidade abrangeria também as “formas de organização mercantil simples sem assalariamento permanente”, e as “quase empresas capitalistas”, unidades com comportamento semelhante ao de empresas familiares, mas que não utilizavam assalariamento permanente. Esta tipologia proposta por Souza (1980) tentava estabelecer uma visão do setor informal como pequena produção urbana - algo que nunca passou do estágio de inacabado, e que, na verdade, seria mais plural do que singular (Idem, p.331).

Nesse caso, haveria uma primazia das formas tipicamente capitalistas sobre as demais formas de organização da produção, uma vez que as primeiras é que, em sua dinâmica de acumulação, determinariam os espaços de atuação das formas não típicas de organização capitalista e também – por suposto – delimitariam a estrutura ocupacional do conjunto da economia (MATTOS E LIMA, 2015, p.300).

Tokman (1987) afirmava que em momentos de retração da atividade econômica, com conseqüente redução do setor formal, o setor informal tornar-se-ia uma opção ocupacional a ser buscada pelos desempregados pelo processo produtivo dos setores modernos. Mas, quando o ciclo se tornasse ascendente, existiria a possibilidade de que, mesmo com a recuperação do nível de emprego no setor formal, novas atividades no setor informal continuariam existindo, subordinadas à dinâmica do setor formal (TOKMAN, 1987 apud MATTOS E LIMA, 2015, p.302).

Para Souza (1980) e Tokman (1987) os movimentos da mão-de-obra dependeriam mais da lógica de acumulação capitalista do que de decisões meramente individuais (embora tais autores não excluíssem situações limites em que alguns optariam por trocar uma renda futura, por exemplo, a aposentadoria através de um assalariamento formal, pela maximização de uma renda presente (TOKMAN, 1987; SOUZA, 1980 apud MATTOS E LIMA, 2015, p.303 e 304).

Conforme Cacciamali (1994), a inserção das atividades informais e sua evolução devem ser apreendidas e analisadas em função, e como conseqüência, de um singular processo de desenvolvimento econômico, posto em marcha, num determinado espaço e numa dimensão temporal específica. A distinção entre os dois setores (formal e informal) deve ser adotada com propósitos descritivos e não analíticos, uma vez que as distintas formas produtivas e de distribuição constituem um todo articulado entre si, configuradas e

subordinadas pelas dinâmicas internas e externas capitalistas e pela atuação dos Estados nacionais (Idem, p.221).

Para Tokman a regulação e a legalidade tornaram-se referenciais chaves para que se analisasse o setor informale para que também se propusessem soluções a este. Nesse sentido, tal setor resultaria da descentralização e da reorganização dos processos de produção do trabalho, mantido em diversos lugares do mundo, os quais levavam os capitalistas à busca por flexibilidade, dada a necessidade de se reduzirem custos com a mão-de-obra empregada. Assim, as leis e os regulamentos tornar-se-iam onerosos e rígidos aos bolsos dos capitalistas, daí também a necessidade de atuarem fora do marco regular e legal da jurisdição (Tokman, 1990 apud 205). Desta vez, o setor informal passaria a ser definido também como o conjunto de atividades realizadas à margem da regulamentação governamental, convertendo-se em característica universal de dimensões crescentes (TOKMAN, 1990 apud DALBOSCO E KUYUMJIAN, 1999, p.205).

Em síntese é possível identificar várias linhas teóricas sobre a informalidade, como aqui exposto, abrangendo períodos que englobam as décadas de 1960 e 1970, entre as quais, aquelas que se destacavam no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Comissão de Estudos Para a América Latina (CEPAL), que estabeleceram uma ruptura entre os setores formal e informal, determinada pelo padrão de desenvolvimento econômico adotado em cada país, e onde se previam a absorção do informal pelo formal. Neste período é possível observar também o despontar de uma perspectiva marxista que compreendia a informalidade como algo funcional e próprio do processo de acumulação capitalista, e não como uma “anomalia” vinculada a este modo de produção (BENDASSOLI E LIMA, 2015, p.387, 387).

Além das duas tendências já citadas, é necessário destacar também que neste mesmo período, mais especificamente em fins da década de 1970, surgia um novo enfoque teórico sobre a informalidade, discutida desta vez pela escola neoclássica, a qual tinha como representante, o economista Hernando de Soto, divulgador da idéia do informal como atividade ilegal (1987). A partir de seus estudos, multiplicaram-se os trabalhos que enfatizavam o caráter individualista do setor, considerando-se fenômeno resultado de escolhas racionais (conduzidas por uma racionalidade individual) (SOTO, 1987 apud ARAÚJO E LIMA, 2010, p.329).

Coincidentemente neste final de década (1970), o conceito passou a ser elaborado a partir da realidade vivenciada nos países capitalistas centrais, que a partir da crise do fordismo

e do estado de bem-estar social, passaram a ser afetados pela reestruturação produtiva e pela liberalização da economia, abrindo espaços para o surgimento de atividades não regulamentadas pela legislação. Tais países passaram a vivenciar uma redução impactante e catastrófica no número de seus assalariados, passando a conviver com um aumento expressivo do número de trabalhadores não protegidos pelo Estado (com as garantias trabalhistas e sociais). Nesse contexto, a informalidade passou então a significar:

(...) atividades e práticas econômicas ilegais e ou ilícitas, com relação às normas e regras instituídas pela sociedade. Com isso, a informalidade identifica-se com a chamada economia subterrânea ou não registrada, ou ainda com a economia submersa, sendo redefinida, portanto, por um critério jurídico; e não mais pelo uso de um critério econômico. (Filgueiras et al., 2004, p.214).

Neste conceito, a informalidade engloba tanto as atividades e formas de produção, como também as relações de trabalho consideradas ilegais. Logo, este setor não poderia ser identificado somente como um “segmento da economia”, pois o trabalho assalariado sem carteira começou a se transformar numa realidade presente não apenas nas empresas e atividades tidas como não reguladas, mas também nas empresas ditas capitalistas formalizadas (reguladas juridicamente) (Idem, p.214).

A partir da reestruturação produtiva, disseminada naquele período, o setor não-organizado da economia passava a integrar parte da lógica de produção do setor moderno, e assim, as atividades informais “não só recebiam os trabalhadores expulsos pelas atividades modernas em seu movimento de racionalização produtiva, como também eram incorporadas ao seu ciclo”.

Esta nova dinâmica intensificou o crescimento do setor informal, forçando-o a absorver ex-assalariados de baixa qualificação em atividades precárias (comércio ambulante e serviço doméstico), e estimulando a formação de pequenos negócios por ex-assalariados de melhor qualificação, com o objetivo de prestar serviços ou fornecer produção ao setor organizado e formalizado (DEDECCA E BALTAR, 1997, p.74, 75).

Conforme Dedecca e Baltar (1997) nossas sociedades, diferente dos países europeus não contaram com um sistema de Bem-Estar Social, o qual pudesse impor resistência ao processo de informalização. Nesse sentido, a reorganização econômica que marca estes lugares, estaria associada a um rápido processo de informalização, intensificado com a abertura econômica, o que desarticulava a base produtiva existente, impondo contração no nível de assalariamento, e estimulação das relações entre os setores (formal e informal). Estrategicamente, neste contexto, o setor formal passou a tirar vantagens das possibilidades lançadas pelo setor informal (Idem, p.75, 76). Afirmam os autores:

“Sob o véu da proliferação de pequenos negócios vai se estabelecendo uma rede de produtores ou prestadores de serviços amparada em relações de trabalho fortemente precárias. E sob o manto da modernidade fundada na produção enxuta vai se difundindo todo um conjunto de formas de ocupação marcadas por relações de trabalho fortemente precárias.” (Idem:76)

Para os autores, a ampliação das atividades não-organizadas, representava um grave problema de ocupação e renda para as nossas economias, pois não eram consideradas apenas como resultante de um mau desempenho do mercado de trabalho (Idem, p.77).

Conforme Costa (2010), a partir dos anos 1980, com a flexibilização das relações e do mercado de trabalho, o foco da discussão sobre a informalidade passou a ser direcionado para a perda da centralidade e do dinamismo que abatiam o setor secundário da economia, até então o principal gerador de emprego. Tal situação decorrente da reestruturação produtiva passou a acentuar as condições de subcontratação; e o rápido crescimento do setor terciário, como vetor de absorção da força de trabalho (setor menos regulado e mais precário). Tais análises se preocupavam em entender, principalmente, o processo de fragmentação e diferenciações existentes nas formas e conteúdos do trabalho, bem como também os seus efeitos sobre o processo de estratificação social (Idem, p.179).

Para Figueiras et al. (2004) o Brasil enfrentava neste período, um processo de desestruturação de seu mercado de trabalho, despontando uma forte precarização do emprego, com o crescimento do trabalho assalariado precário (clandestino; ilegal; não registrado; conta própria; sem contribuição previdenciária). Constatava-se, ao mesmo tempo, o aumento vertiginoso do assalariamento sem carteira, forma esta que viria a prevalecer sobre o trabalho registrado com carteira (Idem, p.214).

Nesta década (1980), evidenciava-se o despontar de uma abordagem neoliberal sobre a informalidade, concebida desta vez como uma nova institucionalização do trabalho, independente e paralela ao Estado. Esta vertente tanto influenciava as novas percepções sobre a informalidade, como se tornava ela mesma uma alternativa para a crise social vivenciada nesta década (BENDASSOLI E LIMA, 2015, p.387).

Para Noronha (2003) esta influência neoclássica marcante em fins da década de 1980, percebia a informalidade como resultado natural da ação de empresas que buscavam a maximização de seus lucros, principalmente em países que elevavam os custos relativos à contratação da força de trabalho (impostos por leis e acordos coletivos) (Idem, p.119). É importante ressaltar também, que neste mesmo período, a concepção de setor informal

aparecia fortemente como sinônimo de ilegalidade. Por isso, no contexto europeu, adquiriu a alcunha de “economia subterrânea”.

Assim, o setor informal passou a agregar atividades caracterizadas pelo não pagamento de impostos federais ou municipais, e pelo não cumprimento da legislação trabalhista. Logo, seria uma consequência da imposição de regimes jurídicos e administrativos, que impunham altos custos e dispêndio de tempo no processo de formalização dos trabalhadores, tornado-se por isso, mais vantajosa aos anseios capitalista neoliberal (KREIN EPRONI, 2010, p.10).

A informalidade era então concebida como fenômeno que se expandia em decorrência da ação reguladora do estado, portanto, encarada como uma resposta dos excluídos a tal processo de regulação. Assim, passaria a atuar na sombra das regulações e seguiu uma dinâmica própria. Para tanto, tal informalidade acabava despontando o potencial empresarial existente em cada trabalhador, ou seja, um anseio pela livre iniciativa e iniciação nas atividades capitalista (LIMA E SOARES, 2002, p.164). Como principal representante desta vertente, Hernando de Soto, ao investigar a realidade da Peru, afirmou que quanto maior fosse a regulação estatal sobre as empresas, maiores suas tentativas de fugirem a tal regulação, ao procurar otimizar o uso da força de trabalho e o pagamento de impostos de forma velada (Idem: 165).

Conforme Silva (2002), houve também neste período um deslocamento da “compreensão de um “setor” ou “economia” informal, para a de “processos”, “práticas” ou “atividades” informais diferenciadas. Neste momento, incorporava-se, cada vez mais a noção de informalidade como mero sinônimo de “flexibilização” das relações de trabalho, deslocando-se a análise das características substantivas do processo produtivo para a sua regulação político-institucional (Idem, p.93, 94).

É relevante considerar que no contexto mundial, o trabalho passou por fortes transformações tendo em vista o processo de retração econômica; a reestruturação produtiva; a terceirização; o enxugamento do Estado; dentre tantos outros fatores que passaram a afetar profundamente o mundo do trabalho, e que traziam para o centro da agenda pública, (incluindo os países centrais) a questão do desemprego (Idem, p.99).

Consolidava-se com isso, uma desnaturalização dos modos instituídos de organização da produção nos países centrais, que passaram a vivenciar e a enfrentar sua própria informalidade, então universalizada para o globo, e agora tida como sinônimo de “flexibilização”, “desregulação” e “clandestinidade” (Idem, p.100). Estudos apontavam que o

tamanho do setor informal estava correlacionado às taxas impostas pelo governo, e negativamente, correlacionado com o poder de imposição da legislação por parte das instituições. Nesse contexto, tanto a carga fiscal, quanto as restrições do mercado de trabalho acabavam afetando positivamente o tamanho relativo do setor informal (ULYSSEA, 2006, p.608).

Encontravam-se indícios de que os custos arcados com demissão tinham um impacto negativo sobre a criação de empregos e a rotatividade nos mercados de trabalho dos países da América Latina e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Idem: 609). Conforme Ulyssea (2006), a literatura nacional também questionava a rigidez contratual e os custos impostos pela legislação trabalhista, concebidas como uma das principais razões para a existência de elevadas taxas de informalidade no mercado de trabalho brasileiro.

Nesta perspectiva neoliberal, a legislação trabalhista incentivaria empregadores e trabalhadores a aderirem à informalidade. Fatores como o FGTS, o desenho do seguro-desemprego e o funcionamento da Justiça do Trabalho eram citados como as principais fontes de distorção dos incentivos (Idem, p.610). Assim, o elevado grau de informalidade seria consequência das excessivas restrições impostas pela legislação.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada no período de 1989 e 1990, perguntou aos ocupados que não eram nem assalariados com carteira, nem estatutários, se eles desejariam mudar para um emprego que proporcionasse carteira de trabalho, obtendo-se um resultado de 48% das respostas convergentes aos entrevistados que afirmavam não ter interesse. Já entre os assalariados sem carteira, 70% desejava um trabalho com carteira, e entre os trabalhadores por conta própria, 40% queriam trocar de ocupação. (RAMOS, 2007, p.122)

Diferente das abordagens tradicionais, as quais acreditavam que o objetivo de todo indivíduo era estar ocupado no setor moderno (formal), a pesquisa da PNAD acabou revelando possibilidades contrárias, voltadas para uma interpretação diferente, ou seja, para uma visão de que o mercado de trabalho ofereceria alternativas de inserção, e que cada indivíduo poderia escolher uma alternativa conforme a etapa de seu ciclo de vida, suas preferências e capacidades pessoais.

Nesse sentido, as mulheres que cuidavam dos filhos em casa, poderiam escolher manter uma relação assalariada mais flexível com seu empregador, quebrando assim rigidez instituída da legislação, que previa a dedicação do trabalhador por uma carga horária fixa. Esta

mesma possibilidade, por exemplo, também poderia ser concedida tanto àquele jovem que quisesse conciliar o trabalho, com sua jornada de estudos, como também aos indivíduos que possuíam alguma habilidade vocacional para os negócios e que mostrassem “uma razoável preferência pelo risco”, engajando-se como “trabalhadores autônomos”. Portanto, a informalidade não era mais a expressão de um excedente estrutural de mão-de-obra, mas sim processo resultante do excesso de regulamentação (Idem, p.123).

Maracava-se assim, uma transição entre uma perspectiva que associava a informalidade à exclusão social e outra, que a concebia como escolha racional ou como subproduto do excesso de intervenção estatal. Nesse período, a Organização Internacional do Trabalho passou a utilizar como parâmetro de medida para a informalidade, a unidade de produção, ou seja, as pequenas firmas que utilizavam mão-de-obra familiar ou poucos assalariados não-registrados. Nesse caso, a informalidade era concebida também pelo tipo de inserção do trabalhador no mercado de trabalho, englobando aqueles ocupados como assalariados sem carteira de trabalho e os que trabalhavam por conta própria (Idem, p.124).

Nessa visão, a economia subterrânea seria independente da escala de produção e da produtividade, entendendo-se que a mesma unidade de análise (economia informal) poderia se aplicar tanto ao autônomo que não contribuía para a previdência social (à parte da receita não-declarada de uma firma multinacional) até a microempresa familiar não-legalizada, etc. (Idem, p.125).

Para esta vertente, o setor informal teria evitado uma crise social de maiores proporções, representando uma estratégia de sobrevivência para vários trabalhadores. Compreendia-se que a crise, restringia-se ao setor formal, e que as causas da estagnação eram a regulação estatal; a legislação e as instituições que protegeriam os direitos de propriedade. Dessa forma, a inexistência de reconhecimento estatal acabava reduzindo a possibilidade de obtenção do crédito formal, o que impedia o acesso a financiamentos. Nesse caso, o informal não seria um setor anárquico, situado num mundo desprovido de instituições, mas um espaço institucional sem reconhecimento estatal (Idem, p.126).

A partir dos anos 1990, o PREALC começava a perder relevância, tendo em vista que em alguns momentos (como em 1993), mesmo com a recuperação econômica e com o aumento do Produto Interno Bruto do país, os empregos formais foram reduzidos e a informalidade intensificou-se (assalariados sem carteira e empregos por conta própria), o que contrariava as análises tradicionais baseadas na idéia de que o crescimento econômico inevitavelmente geraria a absorção do excedente de mão-de-obra (Idem, p.121, 122).

No início desta década, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tentou estabelecer algumas diretrizes para que os países dispusessem de bases estatísticas sobre o emprego no setor informal. Tal proposta se concretizou a partir da realização da XV Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET), em que foi elaborada uma resolução contendo orientações conceituais e metodológicas para que os países padronizassem a mensuração da informalidade em seus contextos. Assim, o setor informal passou a ser descrito como um conjunto de unidades que se dedicavam à produção de bens ou à prestação de serviços com o objetivo principal de gerar emprego e renda para as pessoas envolvidas nesta atividade (SANTIAGO E VASCONCELOS, 2007, p.222).

Entretanto, medir a informalidade utilizando exclusivamente o recorte das unidades produtivas incorreria em reducionismo e numa compreensão parcial do fenômeno. Nesse sentido, a Conferência Internacional do Trabalho, realizada no ano de 2002 (com esforços da OIT) resolveu ampliar seu escopo de análise, percebendo que o termo “setor informal” era inadequado e ilusório, pois já não refletia mais o caráter dinâmico, heterogêneo e complexo inerente à informalidade (fenômeno que não se restringe a análise de um setor formado por grupos produtivos ou atividades econômicas específicas) (Idem, p.222).

Desde então, a OIT sugeriu que o termo “economia informal” fosse utilizado como complemento ao conceito de “setor informal”. Neste caso, a economia informal seria constituída a partir de “todas as atividades econômicas realizadas pelos trabalhadores e as unidades produtivas que – na lei e na prática – não seriam cobertos ou que seriam insuficientemente cobertos por sistemas formais”. Nesse caso, para a análise do “setor informal”, a unidade de observação seria o empreendimento produtivo, enquanto que “emprego informal” se referia às características da ocupação individual (Idem, p.223).

Com esta alteração seria possível identificar as situações em que o emprego informal era admitido por empresas formalizadas, e os casos em que os trabalhadores por conta própria (historicamente tidos como informais) estariam inseridos como formais do ponto de vista da cobertura social e da regulamentação das suas atividades junto às estruturas administrativas do Estado (Idem, p.224).

Para a OIT, a antiga noção de setor informal, de fato, não conseguia abranger todo o caráter dinâmico, heterogêneo e complexo do fenômeno, pois o termo era mais comumente utilizado no sentido de descrever um grupo de indústrias específicas ou uma atividade econômica, o que não correspondia a realidade do fenômeno da informalidade no trabalho, podendo estar espalhada por toda a economia (Feijó et al. 2009, p.333). Por isso, a instituição

orientou o uso do termo “economia informal” ao invés de “setor informal”, uma vez que a diferença entre os trabalhadores que constituem a economia informal e os que têm seus direitos reconhecidos eram grandes, fosse comparando-as pela ótica das unidades produtivas, fosse pela ótica da posição na ocupação. Afirmam:

Todos os diversos grupos que constituem a economia informal devem apresentar pelo menos duas características comuns: devem ser não reconhecidos ou protegidos por leis ou regulamentações e tanto os empregados quanto os empregadores são caracterizados por um alto grau de vulnerabilidade. (Idem, p.333).

Reconhecia-se que a definição de informal, limitada a setor (baseada na estrutura da unidade produtiva) não abrangia as diversas formas de ocupação, como as atípicas, alternativas, precárias, irregulares, dentre outras existentes no mundo do trabalho. Além disso, a definição de setor não garantia que as pessoas engajadas em empresas consideradas informais tivessem um padrão de vida baixo (Idem, p.334). Através desta concepção de “economia informal”, a OIT acabou expandindo mais seu horizonte conceitual, possibilitando uma melhor compreensão sobre o fenômeno.

Nessa abordagem, a informalidade seria identificada a partir da ocupação, do status no trabalho e por outras características relacionadas à atividade desempenhada. Nesse sentido é importante pontuar que a noção de setor informal mediria a informalidade do trabalho apenas sob a ótica da empresa (em que a unidade de medida seria o estabelecimento produtivo), já a “economia informal” incluiria desde a forma de inserção da mão de obra em empresas que podiam ser classificadas como formais, como também naquelas classificadas como informais (Idem, p.336).

Conforme Feijó et al. (Idem) esses dois conceitos são ricos e servem para descrever estruturas produtivas com elevado grau de heterogeneidade na forma de organização da produção, como a brasileira. Tal análise permitia que a economia informal e o setor informal fossem partes integrantes da estrutura formal, coexistindo e estando subordinados ao processo de desenvolvimento da economia (Idem, p.336).

Dada a importância que a economia informal exercia tanto na geração, como na inserção de vários tipos de ocupações (nas economias em desenvolvimento), “a informalidade no mercado de trabalho deveria ser encarada como um fenômeno estrutural.” (Idem, p.336). Portanto, sua presença nas economias em desenvolvimento, estava atrelada ao elevado grau de heterogeneidade existente nas estruturas produtivas. Deste modo, a evolução do capitalismo industrial em tais realidades é que acabaria gerando “desequilíbrios entre o crescimento da oferta e da demanda de empregos, bem como entre o perfil da mão-de-obra e os requisitos dos

empregos oferecidos.” Nesse caso, o setor informal passaria a se reproduzir através do padrão de articulação entre as estruturas formais e informais.

Como se percebe o mercado de trabalho conceberia uma grande heterogeneidade de situações que estavam para além do contrato formal, tais como contratação ilegal de trabalhadores sem registro em carteira; contratos atípicos de trabalho; falsas cooperativas; trabalho em domicílio; trabalhos autônomos sem inscrição na previdência social; evasão fiscal das microempresas; comércio ambulante e existência de economias subterrâneas. Toda esta diversidade de situações passou a abranger o que a OIT então denominava “economia informal”. Todas as situações referenciadas anteriormente tinham em comum o fato de que envolviam trabalhadores “cuja condição tendia a ser mais precária em razão de estarem em atividades em desacordo com as normas legais ou fora do alcance das instituições públicas de seguridade social” (KREIN E PRONI, 2010, p.7).

Tendo em vista as dificuldades que a Organização Internacional do Trabalho encontrava para operacionalizar o conceito de “economia informal”, dada a insuficiência dos sistemas estatísticos e pela própria heterogeneidade que envolvia este objeto, a autora Maria Cristina Cacciamali (1983) tenta sintetizar vários conceitos simultaneamente, vindo a adotar uma posição pragmática em relação às fontes de informação. Para esta autora, tanto o conceito de mercado de trabalho, como o de pobreza permitiam enfocar um aspecto distinto da informalidade. Após utilizar também o conceito de “processo de informalidade” (processo que se dá pela eliminação, adaptação e redefinição de um conjunto de normas e regras que regem a atuação das empresas, das relações de trabalho e do conteúdo das ocupações) esta autora acaba retomando também o termo setor informal (pautado nas unidades produtivas familiares).

Nesta visão, a lógica de atuação do mercado prender-se-ia às estratégias de sobrevivência de indivíduos com diferentes motivações e que, para escapar da miséria absoluta, recorriam ao autoemprego e a outras formas de trabalho por conta própria, como a instalação de microempreendimentos, por exemplo. Tais iniciativas operariam num espaço econômico não ocupado por empresas capitalistas, tendo como traço comum a baixa produtividade do trabalho (CACCIAMALI, 1983 apud KREIN E PRONI, 2010, p.14).

Retoma-se nesta redefinição do termo informalidade alguns outros conceitos, como o de “mercado de trabalho informal”, representando o locus da compra e da venda de mão-de-obra sem o registro em carteira e sem vinculação com a seguridade social pública; e o de “trabalho informal”, como sendo todo tipo de trabalho exercido à margem das legislações

vigentes ou no vazio institucional criado pelas mudanças socioeconômicas em curso (Idem, p.14).

Para Deddecae Baltar (1997), o agravamento da informalidade seria fruto da paralisação do desenvolvimento e da submissão dos países latino-americanos às políticas internacionais de abertura econômica. Dessa forma, a flexibilização se torna coerente com os princípios neoliberais, ampliando os espaços de manobra das empresas neste processo de adaptação, e transferindo o ônus do problema aos trabalhadores, em prejuízo de suas condições de trabalho e remuneração, uma vez temerosos com a redução do seu nível de emprego (Idem, p.79).

A partir desta discussão conceitual, que abrange diversas vertentes, as quais vêm se consolidando desde os anos 1950, e que se perpetuam em constantes e dinâmicos processos de redefinição, é possível destacar que os trabalhadores informais da Feira da José Avelino, enquadrar-se-iam em várias das modalidades que compõe a heterogeneidade do fenômeno “informalidade”. Destaca-se que muitos trabalhadores da Feira possuem empresas familiares, alguns são trabalhadores por conta própria subordinados e outros são pequenos vendedores de serviços. Como tipos ideais, tais categorias nos ajudam a pensar o fenômeno, abrangendo a heterogeneidade e a complexidade presente nas relações de trabalho. A título de referencial para minha análise, utilizo os conceitos de “economia informal”, “processos de informalidade”, “trabalho informal” e “emprego informal” sistematizados e refletidos pela OIT em suas últimas convenções, e que passaram a servir de parâmetro para o entendimento da condição de heterogeneidade estrutural existente no mundo do trabalho.

A partir desta nova visão, compreende-se que o antigo termo “setor informal” (associado à unidade de produção), passa a integrar parte desta mais ampla “economia informal”, englobando também as formas de ocupação e inserção dos indivíduos nas atividades produtivas. Nesse sentido, resgata-se também a noção de “emprego informal”, o qual pode ser identificado tanto no “setor formal”, como no “setor informal”, como é o caso, por exemplo, das unidades de produção e demais empresas que contratam trabalhadores informalmente.

Neste conceito mais contemporâneo de informalidade, a heterogeneidade do mercado de trabalho tem se mostrado aspecto fundamental para a compreensão da realidade, tendo em vista as várias formas que tomam os modos de inserção dos indivíduos e grupos sociais no mundo do trabalho. É importante considerar que há segmentos do setor informal (ocupações em atividades de pequeno comércio e de pequenos serviços, inclusive biscates)

que são mais vinculados à dinâmica da economia e tendem a se expandir em momentos de recessão, enquanto há outras atividades com raiz de caráter mais estrutural, “cuja perenidade desafia políticas de “formalização”.” (ARAÚJO E LIMA, 2010, p.339)

Ainda sobre esta heterogeneidade estrutural, é importante ressaltar que o setor informal ainda tem maior importância relativa nos países atrasados, pouco desenvolvidos ou em desenvolvimento, e menos importância no conjunto dos países capitalistas mais avançados, mesmo levando-se em consideração a expansão existente neste setor nos últimos tempos (Idem, p.339, 340).

Em síntese, o setor informal representa uma esfera da produção subordinada ao padrão e ao processo de desenvolvimento capitalista, tanto a nível nacional como internacional. São subordinados porque os movimentos da dinâmica capitalista fluem de acordo com as decisões das grandes firmas e grupos oligopolistas, que nos países economicamente atrasados estão vinculados ao capital estrangeiro, fortalecidos pelas políticas de desenvolvimento geridas pelo Estado. Tal subordinação ocorre na ocupação dos espaços econômicos; no acesso às matérias primas e equipamentos; na implantação de tecnologia; no acesso a crédito; nas relações de troca; e nos vínculos mais concretos de subcontratação, como esfera da produção ou circulação. A subordinação dos movimentos das atividades informais, limitadas aos parâmetros estabelecidos pelas atividades formais, provoca constantemente a destruição e recriação das primeiras (DALBOSCO E KUYUMJIAN, 1999, p.201, 202).

A partir deste contexto de mudanças e transformações, utilizo nesta tese uma importante categoria, convergente ao conceito contemporâneo de informalidade. Trata-se da noção de “processos de informalidade”, desenvolvido por Maria Cristina Cacciamali (2001b) que o define como sendo a redefinição das relações de produção, dos processos e das relações de trabalho, e das formas de inserção dos trabalhadores decorrentes das mudanças estruturais em andamento na economia mundial e dos processos de ajustamento estrutural que estão sendo implementados nas diversas economias nacionais (Idem, p.6). A autora usa esta denominação para:

(...) significar a corrosão ou inadequação de determinadas instituições e práticas sociais e o processo e construção de práticas sociais e de definição de instituições, ou seja, o processo de informalidade apreende as mudanças nas formas – sociais e jurídicas – das relações sociais no momento contemporâneo. (Idem, p.6)

Tal categoria foi construída com o intuito de permitir a apreensão das mudanças decorrentes das modificações do regime de acumulação nos diferentes níveis mundiais, e

também para compreender as respostas institucionais e as respostas fornecidas pelos atores sociais neste quadro de mudanças. Afirmo a autora:

Ressalto que as mudanças estruturais – na produção, no mercado de trabalho e institucionais – que estão sendo geradas nesta fase do capitalismo mundial, nas diferentes sociedades e territórios, podem apresentar-se em cada um deles com características mais específicas ou mais universais impressas por seus processos históricos (Idem, p.6).

Os processos de informalidade sintetizam, portanto, os processos macro de adaptação e redefinição das relações de produção, processos de trabalho, formas de inserção dos trabalhadores, relações de trabalho e conteúdo das ocupações, implicando na construção de novas formas sociais e jurídicas e em sua adaptação para o momento contemporâneo.

Para Cacciamali (2001a) os processos de informalidade são manifestados através de um conjunto de fenômenos, dentre os quais: maiores taxas de desemprego; maior intermitência do trabalhador entre a inatividade e a participação no mercado de trabalho; maior participação das mulheres no mercado de trabalho, através de sua adaptação e surgimento de ocupações que lhes são adequadas; surgimento de novas modalidades de contrato coletivo e individual para a mão-de-obra assalariada; imposição de práticas de subcontratação ou de terceirização realizadas por meio de contratos comerciais; prevalência de contratos não registrados e verbais, acordados à margem das leis trabalhistas; maior expansão de trabalhos por conta própria ou de pequenos estabelecimentos sem delimitação da relação capital-trabalho (Idem, p.79).

Aproprio-me deste conceito para melhor entender o universo híbrido e heterogêneo das relações de trabalho presentes na Feira da José Avelino (com suas diversas categorias de trabalhadores) e as teias que envolvem sua complexa divisão social do trabalho informal. Tais processos de informalidade se expandem em todo o planeta, adquirindo diferentes graus de acordo com a realidade e com os processos históricos vivenciados em cada país. Na América Latina, uma vez que a maioria dos países não contempla os pré-requisitos de uma sociedade salarial, as manifestações dos processos de informalidade no mercado de trabalho, manifestam-se na “expansão de pequenos estabelecimentos produtivos, na expansão do trabalho por conta própria, dos serviços domésticos e dos contratos de trabalho não registrados junto à seguridade social.” (Idem, p.79).

Totalmente inserida neste contexto, a Feira da José Avelino revela um aumento exponencial no contingente de pequenos negócios e empreendimentos voltados para a fabricação de confecção e moda popular. Para Cacciamali (2001b) o segundo fenômeno do

processo de informalidade é marcado pelo trabalho por conta própria e sob a forma de microempresa (inserções do setor informal). Afirma a autora (Idem):

Substancial parte da força de trabalho latino-americana, tendo em vista as restrições da demanda agregada, apresenta dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho porque possui pouca educação formal, formação profissional ou experiência no trabalho. Dessa maneira, para determinadas parcelas da população, muitas vezes, essas formas de trabalho representam, a única possibilidade de se apropriar de renda e constituem uma estratégia de sobrevivência. (Idem, p.18)

Nesta perspectiva, quando o processo de informalidade foca o setor informal, a questão mais importante a se levar em consideração, refere-se ao espaço econômico passível de ser explorado por essas formas de organização da produção. Este espaço seria condicionado pelo padrão de acumulação num dado território, sendo modificado em virtude da estrutura, expansão e ramos ocupados pelas firmas capitalistas. É válido ressaltar a importância que as instituições desempenham em cada território e a presença da fiscalização e dos poderes públicos como atores que podem exercer mudanças sobre a atividade, criando condições favoráveis ou limitando o estabelecimento de pequenos produtores (Idem, p.18).

Neste contexto de mudanças intensas, a autora relembra a ocupação das áreas centrais e dos centros comerciais de muitas metrópoles latino-americanas, que durante os anos 1980, foram ocupadas por vendedores ambulantes. Lembra também que nos anos 1990, foram construídos diversos centros comerciais (*shopping*) populares nestas cidades, definindo-se algumas ruas específicas as quais seriam exploradas por esse tipo de comércio (Idem, p.18).

Os processos de informalidade são provocados por mudanças estruturais e ocorrem com intensidades distintas a depender do contexto em que são produzidos. Nos países europeus, por exemplo, o processo de informalidade se expressa mais intensamente nas práticas de flexibilização das relações de trabalho (mudanças nas leis laborais existentes). Já na América Latina, o processo de informalidade se anuncia por meio da ampliação do setor informal e de relações de trabalho informais, à margem da legislação trabalhista e da seguridade social (CACCIAMALI, 2001a, p. 79). Conforme Cacciamali (Idem):

(...) as transformações estruturais e as decorrentes configurações do processo de informalidade estão criando um ambiente de reconstrução jurídica dos contratos de trabalho individuais e coletivos para a mão-de-obra assalariada e para as formas de trabalho por conta própria ou sob a forma de microempresas, bem como de suas relações com o Direito Social e com o Sistema de Seguridade Social, configurando novas bases para mudanças no Regime de Proteção Social. (Idem, p.79)

Os efeitos sociais provocados pelo processo de informalidade são diversos e estão expressos através da criação, recriação e adaptação de regras e novas práticas no mercado de

trabalho; na elevação do grau de concentração de renda; nas privatizações das regras e numa maior heterogeneidade das formas de contratação, uso e remuneração de mão-de-obra, bem como na prestação de serviços; e numa maior intensificação do trabalho, gerando psicopatologias (Idem, p.86)

5.2 Perspectivas de trabalhadores diante das mudanças espaciais na feira: a formalização do informal e suas conseqüências

Silva (2014) alerta para o fato de que o caráter popular dos mercados não pode ser confundido apenas como espaço de pobreza, mas deve ser considerado também como espaços de circulação de riquezas, conectadas com a dinâmica global da economia. Para ele, tais mercados representam pontos de “ancoramento”, capazes de articular riquezas e pessoas em conexões, integrando parte de uma pulsante economia urbana inteiramente “conectada aos circuitos modernos e globalizados da economia” (Idem, p.61).

Pires (2014) identifica na atividade do comércio de rua, interesses para além da mera subsistência, identificando nas representações de ambulantes inseridos nas ruas e nos camelódromos da cidade do Rio de Janeiro, um sentimento de “paixão” em “acumular dinheiro”, o que contraria certas perspectivas morais hegemônicas, que concebem o espaço da rua como o lugar ideal para o exercício da venda ambulante precária, voltada para uma subsistência proba e ascética (Idem, p.331).

No caso específico da Feira da José Avelino é possível encontrarmos diferentes condições e situações de vida e trabalho entre seus trabalhadores. Identificam-se neste complexo comercial e produtivo, diversas condições que vão desde os pequenos negócios que conseguem prosperar financeiramente (mesmo que temporariamente ou sazonalmente), o que acaba possibilitando aos seus trabalhadores alcançarem melhores condições financeiras, até aqueles pequenos negócios voltados estritamente à sobrevivência e que demarcam uma condição de extrema precariedade objetiva na realidade de seus trabalhadores.

Neste contexto, a precarização do trabalho abrange não só os aspectos objetivos e materiais que circundam o contexto do trabalhador (afetando diretamente sua própria condição e existência física), mas também os aspectos subjetivos (resultantes da intensificação da rotina de trabalho e dos próprios riscos inerentes ao trabalho na rua – pressão e abordagens do rapa, por exemplo). Nesse caso, a precarização também está presente nos negócios mais “prósperos” ou entre os trabalhadores, que, embora em condições

financeiras melhores, carregam uma condição subjetiva marcada por sentimentos de instabilidade, insegurança e risco. Assim, a precarização também passa a fazer parte das formas de trabalho que garantem melhorias na condição de rendimento financeiro do trabalhador. Nesse caso, é importante esclarecer que a precarização não caracteriza apenas as condições objetivas e de rendimento que compõe a vida dos indivíduos, mas também aspectos e fatores subjetivos inerentes as condições de trabalho.

Pires (Idem) indica que “estar nas ruas”, para além dos interesses materiais, pode também se traduzir como “uma linha de fuga” ou uma “estratégia de enfrentamento aos processos rotineiros de uma sociedade que dita limites claros a determinados segmentos sociais”, que se utilizam de meios criativos para buscar trabalho num contexto de intensa seletividade da mão-de-obra. Para a autora, “os múltiplos interesses presentes nos espaços das ruas ou dos mercados informais dão conta de processos que são expressões de negociações difíceis, repressão e acordos relativamente instáveis.” (Idem, p.332, 333).

Demarca-se nesta tese, que a partir da mudança e da transferência de muitos dos feirantes da José Avelino para o Centro Fashion, tornou-se possível identificar no discurso destes trabalhadores, um sentimento de imprecisão e indefinição quanto a uma nova condição de trabalho (distinta da lógica do ambulante). Nesta fase de transição (da transferência espacial), os sujeitos vivenciaram um sentimento de imprecisão quanto à nova logística a que estavam aderindo. Um destes feirantes expôs a seguinte situação:

“No box é melhor (para trabalhar), porque na rua é cansativo, mas lá se paga um valor alto, e o meu retorno não é garantido. Logo, eu não posso comprometer meus gastos. Lá tem que pagar manutenção toda semana. Como é que eu vou fazer? Como ficará minha situação?”

A aquisição de *Box* por parte de alguns feirantes, no novo empreendimento Centro Fashion (durante o processo de remoção do comércio de rua), provocou algumas mudanças no cotidiano dos trabalhadores, principalmente devido à precariedade das condições anteriormente enfrentadas na via pública, como o constante deslocamento, a intensa exposição física do ambulante ao sol, dificuldades no que se refere ao acesso a banheiro, e a condição de segurança.

Entretanto, conforme discurso do trabalhador, a aquisição dos *boxes* ocasionou mudanças “negativas” na condição de trabalho, tendo em vista que os trabalhadores tiveram que assumir gastos fixos com a manutenção dos equipamentos, o que não ocorria quando trabalhavam na rua. Além dos gastos materiais, a fixação do trabalhador (nas condições propostas pela remoção) o obrigou a aderir uma lógica de disciplina e postura diferenciada

(como é caso do permissionário da prefeitura e do microempreendedor individual). Uma das feirantes expôs como se sentiu neste processo:

“Aí ele (o prefeito de Fortaleza) tirou a gente e sorteou umas pessoas lá pro Mercado Central. A gente foi na prefeitura e fez lá uma inspeção, caso aparecesse vaga, sabe. Mas só que lá eu nunca quis. Eu nunca quis. Nem que eu fosse sorteada pra um canto lá, eu não queria, porque é obrigado a ficar lá. Se fosse fazer uma consulta no médico, tinha que levar um atestado sabe?! É como se você fosse trabalhar pra outra pessoa. Isso também ia acontecer no Beco da Poeira. Aí parece que ele já tomou uns cantos lá de algumas pessoas que não tão freqüentando e tá botando alguém daqui, algumas pessoas daqui. Mas pra mim não dá certo não, porque sou eu que fabrico as minhas coisas né. Sou eu quem costuro. Eu não posso tá lá todo dia. Eu é que tenho que controlar o meu tempo de trabalho”. (Gorete)

Com a requalificação da Rua José Avelino, a prefeitura propôs a remoção de seus feirantes (aqueles caracterizados como baixa renda), direcionando-os para alguns lugares específicos, além do Centro Fashion. Alguns feirantes de baixa renda foram transferidos para ocupar os *boxes* públicos no Centro de Pequenos Negócios e no Mercado São Sebastião. Entretanto, a grande maioria dos demais feirantes foi deslocada para o estabelecimento privado “Centro Fashion”, processo este de “deslocamento” assumido e arcado financeiramente pelos próprios feirantes, os quais tiveram que pagar pelas unidades de lojas e *boxes* disponibilizados no novo estabelecimento. Considerado um mega centro de moda e confecção, o Centro Fashion surgiu como alternativa proposta pelo poder público (embora totalmente privada), para transferir os feirantes que até então ocupavam a Rua José Avelino.

Sentindo-se forçada a desocupar a rua, a ambulante Gorete optou pela compra de um *box* num dos galpões estabelecidos na própria rua, pois assim se manteria próxima aos antigos clientes, permanecendo com sua flexibilidade de horário (nas vendas e produção das mercadorias). Desta forma, a trabalhadora não se submeteria as obrigações impostas pelo poder público aos permissionários (como a permanência no *box* por um tempo mínimo de seis horas diárias), nem tampouco pagaria um valor “mais alto” pela aquisição e manutenção do *box* no Centro Fashion.

A remoção do comércio de rua da José Avelino e sua transferência para aqueles equipamentos, constituíram elemento vital de mudança no espaço e na vida urbana, fruto de um processo civilizatório que modificou usos, hábitos e costumes da população local, alterando-lhes formas de ser e estar no espaço urbano. O Centro Fashion, como lugar ideal, tornou-se espaço “civilizado”, “moderno” e “adequado”, apropriado pelo trabalhador, que anteriormente encontrava-se em situação de “irregularidade” urbana. Uma vez transferidos para o novo empreendimento, estes trabalhadores ambulantes ou os próprios

feirantes tornaram-se “empreendedores”, inseridos num processo de “formalização” do informal, e de regularização urbana (do antigo comércio exercido no espaço da rua).

Para Silva (2014) as formas de controle e fiscalização nos espaços dos mercados populares foram alteradas com o incremento das políticas de formalização do informal, representadas então pela política do Micro Empreendedor Individual (MEI) (Idem: 18). Ainda para este autor, o empreendedorismo se sobrepôs ao problema da informalidade, alterando-lhe as relações de força, e deslocando os conflitos inerentes a realidade laboral da precarização (Idem:80). Através do dispositivo MEI⁹⁹ (figura jurídica, atrelada a um conjunto discursivo que enfatiza as boas práticas do empreendedorismo), milhares de trabalhadores passaram a incorporar o que se convencionou chamar de formalização do informal, tendo o SEBRAE¹⁰⁰ como uma das instituições estimuladoras (Idem, p.86, 87).

No caso específico da José Avelino, identifica-se uma relação direta entre o discurso da requalificação urbana e o processo “civilizatório” presente na percepção dos gestores e planejadores urbanos ¹⁰¹ perpetuado em diversos momentos históricos (PONTE, 2010). Em verdade, é importante considerar que desde o século XIX o Centro da Cidade de Fortaleza vem se configurando como palco para este processo civilizatório, o qual veio se modificando discursivamente no decorrer dos séculos XX e XXI, e que tem almejado um mesmo objetivo: ordenar o espaço urbano, neutralizando suas práticas “incivilizadas”.

A inserção dos camelôs nos espaços privados, resultante das várias transferências que lhes tiraram dos espaços públicos, adquire reflexão por parte de alguns autores, que identificam nestes processos, perdas significativas aos ambulantes no que se refere à mudança de suas lógicas organizacionais. A inserção destes trabalhadores nos espaços privados geralmente está associada à tentativa de formalização destes trabalhadores através do dispositivo MEI (Micro Empreendedores Individuais), transformando-os em “empreendedores”, ao mesmo tempo em que se ordena também o espaço público (SILVA, 2014, p.88; 89).

No caso específico de um camelódromo em Porto Alegre, analisado por Moisés Kopper (2012), fruto de uma política de reassentamento de camelôs que ocupavam as ruas do

⁹⁹ Através do MEI qualquer pessoa pode constituir uma empresa (com rendimentos anuais que não ultrapassem a quantia de 60 mil reais), mediante sistema de burocracia simplificada e com valor fixo para pagamento de impostos e contribuição social, o que lhes permite ter acesso aos benefícios da previdência. Na sistemática do MEI, o microempreendedor pode contratar apenas um funcionário, sendo dispensado da obrigatoriedade do serviço de contador, e sendo obrigado a emitir nota fiscal apenas quando realizar transações econômicas com outras empresas. (SILVA, 2014, p.87)

¹⁰⁰ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

¹⁰¹ Ver em: <http://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/02/jacarecanga-deve-virar-corredor-textil.html>

centro da cidade, o autor identificou contradições inerentes ao que denominou processo de “pedagogização para o empreendedorismo”. Tal proposta acabou resultando no despejo de muitos camelôs que já haviam se tornado lojistas do camelódromo, mas que eram expulsos deste pontos privados, pois não conseguiam pagar o aluguel, sendo obrigados a aderir uma nova lógica imobiliária, distinta dos usos e ocupações que mantinham no espaço público da rua.

No caso específico do comércio popular de São Paulo, a constituição de *shoppings* populares tem se colocado como medida para a retirada dos ambulantes da rua, e ao mesmo tempo “acabam também condenando a maioria ao fracasso”, pois desfazem a relação existente entre lugares de circulação e ocupação espacial, tão característica deste tipo de comércio. Para Silva (2014) neste processo de transferência, os ambulantes, já inseridos então nas galerias, transformam-se em locatários da iniciativa privada (Idem, p.93, 94).

Tal lógica de transferência também ocorreu na Feira da José Avelino, pois o apelativo comercial do empreendimento Centro Fashion, associado às políticas de requalificação urbana, acabou forçando os ambulantes a se transformarem em “empresários”, ao mesmo tempo em que eram expulsos das vias públicas. É importante destacar que já no início do processo de remoção deste comércio específico (da Rua José Avelino), muitos feirantes revelavam certo temor com sua transferência para o Centro Fashion, pois com esta transferência, perderiam suas referências espaciais, já asseguradas na rua, e construídas mediante formação de vínculos diversos a garantir e sustentar suas vendas.

Nesse sentido, é importante pontuar que o trabalhador informal (“ambulante”) que se utiliza do espaço da rua de forma rotativa, circulando pelo espaço, acaba produzindo e vivenciando lógicas e dinâmicas diferenciadas daquelas produzidas nos estabelecimentos privados, embora não exista aqui, claramente, uma demarcação rígida entre estas duas categorias (público e privado).

O certo é que após a remoção das bancas da José Avelino, não só o Centro Fashion, como também outros galpões localizados no entorno da Feira cabaram incorporando uma forte valorização imobiliária, desencadeada principalmente pelo aumento da procura por *boxes* nesta região. Neste ínterim, muitos feirantes que trabalhavam nas bancas se viram impossibilitados e sob o “fogo cruzado”, pois naquela situação não tinham mais como manter as mesmas condições de trabalho a que já estavam acostumados com a antiga estrutura da feira (antes da remoção).

A apropriação espacial mantida pelas atividades informais da Feira da José Avelino configura certo tipo de ocupação flexível do espaço por trabalhadores que vivenciam intensamente o processo de precarização estrutural do trabalho. Para Costa (1989) a apropriação do espaço urbano por seus habitantes representa uma reação da cidade. A montagem destes espaços, transformados dinamicamente em lugares é “expressão da cidade” e revelam muito sobre sua história, permitindo a avaliação de suas “condições, necessidades e desejos”. Através destes modos de apropriação do espaço urbano, avalia-se o quanto as intervenções institucionais nos espaços da cidade estão a permitir possibilidades de movimentos e ações, e se elas são de fato, consideradas apenas barreiras provisórias para aplacar seus conflitos (Idem, p.18). Um dos trabalhadores da feira expôs o seguinte discurso:

“Aqui fora (na rua) a gente pagava só a banca, a diária era de quinze, a vinte reais. Isso há nove, oito anos atrás. Porque eram muitas bancas. Cobrava só a taxazinha da banca e pronto. Com a saída, aí nós compramos uma banca lá no Centro Fashion. Lá não vendia praticamente nada. Se eu tiver vendido cinco peças foi muito. Eu acho que não chegava nem a isso. Acho que foi menos de cinco. Aí eu entreguei a banca (o *box*). Entregamos, eu e minha esposa, porque você demorar um mês pra vender cinco peças! O Centro Fashion tem setores que é dividido em cores: verde, azul, amarelo e roxo. Os dois primeiros que era verde e azul, ótimo. Vendia bem! Porque? Porque era próximo dos estacionamentos dos ônibus. Eles que tão ali, eles sabem que o terreno lá é bem amplo, bem grande. Então a pessoa, ela não vai rodar tudo. Ela vai rodar, andar no azul e no verde, no estacionamento e não vai nem pro amarelo, nem pro outro, porque já estão cansadas, por conta do terreno ser bem grande e bem amplo. Então, a pessoa não vai estar andando com uma bolsa grande, comprando em cada banca”. (Alan)

Antes de adquirir um *box* no Centro Fashion, meu entrevistado ocupava uma banca na Rua José Avelino, e para tanto, pagava diárias no valor de quinze a vinte reais, como taxas de manutenção¹⁰² (para preservar sua atividade de camelô). Na época da retirada das bancas (remoção do comércio de rua), Alan se sentiu estimulado a adquirir um *box* no Centro Fashion. Entretanto, por não ter conseguido manter tal negócio, acabou devolvendo-o a administração do empreendimento, alegando grandes dificuldades na vendagem de suas mercadorias, insuficientes para o pagamento das taxas de manutenção obrigatórias no novo empreendimento.

Conforme salientou, a divisão física, inerente a lógica espacial do próprio estabelecimento, dividido em setores classificados por cores (onde estão distribuídos os boxes) foi um dos fatores que dificultaram a comercialização de seus produtos. Conforme exposto, o Centro Fashion é formado por quatro setores divididos e classificados por cores

¹⁰² Tais taxas eram utilizadas para pagamento de iluminação (feita através de “gatos” ou “gambiaras” e para a retirada e armazenamento das estruturas das bancas, que ficavam guardadas em alguns depósitos e galpões da região).

diferenciadas, entre as quais: verde, azul, amarelo e roxo. Para Alan, os setores azuis e verdes, localizados na entrada do equipamento, concentrariam a maior parte da clientela, pois estrategicamente estavam situados próximos aos estacionamentos, agregando um maior volume de vendas, o que, por sua vez, marcaria um fator oportuno a valorizar espacialmente tais segmentos.

Para este feirante, a amplitude do ambiente impossibilitaria o deslocamento dos clientes para os demais setores, uma vez que as condições espaciais “cansariam” as pessoas.

“Eu era do setor amarelo. O amarelo parecia um cemitério. Um cemitério era até mais movimentado, e esse pessoal ficava mais na parte de baixo. Aí eu disse a minha esposa que não tinha condições não. Era uma tristeza, porque mercadoria tinha, mas as pessoas não iam, porque era muito grande. As pessoas não agüentam andar ali tudo, principalmente com bolsa grande, cheia, lotada. Compra logo do que tá mais próximo, do que tá bem perto. Lá, os corredores tem o nome das mesmas ruas do Centro. Lá parece o Centro da Cidade: Senador Pompeu, Senador Alencar, Duque de Caxias... Tem pousada lá dentro, tem restaurante. Pra quem tem capital é investir na parte azul ou no verde, porque vende. Tem que ser nestes dois setores”.

(Alan)

A baixa movimentação e o pequeno fluxo de clientes no setor amarelo e roxo acabaram comprometendo o pagamento das taxas de manutenção por parte destes adquirentes. Meu entrevistado afirmou ironicamente, que o setor amarelo mais parecia um “cemitério”, devido à tão reduzida movimentação de pessoas, o que, por sua vez, dava ao ambiente um aspecto de “tristeza” e isolamento. Conforme justificou, os clientes, já “abarroados de mercadorias” (grande quantidade de peso), não se dispunham mais a se deslocar para os outros setores do equipamento, comprando apenas naqueles setores mais próximos de onde já vinham (próximos do estacionamento).

Alan faz referência também, em sua fala, aos corredores do Centro Fashion, batizados por nomes de ruas tradicionais do Centro da Cidade de Fortaleza, como Senador Pompeu, Senador Alencar e Duque de Caxias, lógica esta a reproduzir imgeticamente a dinâmica espacial tradicional da cidade. É curioso notar, também, que os galpões da Feira da José Avelino, configuram-se a partir de lógica semelhante àquela, onde predominam corredores, classificados por ruas, com nomes de letras e números.

O ambulante cita a existência de alguns serviços atrativos oferecidos pelo Centro Fashion, como pousadas e restaurantes. No entanto, para ele, a aquisição de *boxes* neste empreendimento, torna-se vantajosa apenas para aqueles que os adquirem nos setores “verde” e “azul”. Percebe-se ainda em seu discurso, que esta mesma formatação contrasta atualmente com a lógica de ocupação impressa no espaço da rua, onde os feirantes podem se deslocar livremente para as áreas que concentram o maior contingente e fluxo de pessoas (fator

essencial para o comércio ambulante). Sobre esta mesma situação, afirmou uma feirante da José Avelino:

“Não fui pro Centro Fashion porque lá é mais caro. Até a manutenção é mais cara. Lá é oitenta reais. Eu achei melhor aqui, que é perto da Feira da Sé, e tem o Mercado Central. Eu gosto mais daqui desse lado. Eu optei por isso também, porque eu acho que o pessoal vai vir mais pra cá”. (Gorete)

Indagada sobre a mudança dos trabalhadores para o Centro Fashion, Gorete questionou o alto valor cobrado pelas taxas de manutenção dos *boxes* no empreendimento, mostrando-se já adaptada a lógica implantada pelo comércio da José Avelino, que veio a substituir a antiga Feira da Sé, anteriormente situada na Praça da Sé, e que mesmo “extinta”, em seu antigo formato (com as barracas na rua), prolongou-se para a atual Rua José Avelino, reconfigurando-se (pois agora continua sendo ocupada pelos mesmos trabalhadores, mas também sem as barracas). Percebe-se pelo discurso citado acima, que a “Feira da Sé”, ainda existe simbolicamente como referencial espacial para as pessoas, tendo sido aquele, o primeiro núcleo comercial da atual feira de confecções e moda popular que se desenvolve nesta região específica do Centro, e que passou a se concentrar na José Avelino.

Para não perder a movimentação dos clientes, e já acostumada com a dinâmica da Feira da José Avelino, a trabalhadora preferiu comprar um *box* num dos galpões existentes no Complexo.

“O Centro Fashion ficou inviável pra algumas pessoas. Porque eu não comprei lá, mas eu conheço muita gente que comprou, algumas pessoas que se arrependeram de ter comprado porque não tinha o mesmo movimento que tinha aqui. Porque é muito pesado o condomínio lá, os aluguéis. É totalmente fora do nosso nível aqui. Se bem que às vezes (...) aí você vai me perguntar: -ah, mas aqui quando o pessoal vendia uma barraca aqui era cara e tal? Vendia uma barraca cara sim, mas não pra nós feirantes, que somos povão. Mas pra algumas pessoas que também entraram no meio querendo especular, que não são muitos né, em relação a todo o pessoal.” (Josimar)

Imagem 26 – Ocupação de feirantes na Rua José Avelino, após requalificação da via.



Fonte: Autoria Própria

Imagem 27 – Exposição de manequins na via pública José Avelino, após requalificação.



Fonte: Autoria Própria

Imagem 28 – Feirantes ocupando a Rua José Avelino, após a requalificação da via.



Fonte: Autoria Própria

Para Josimar, muitas pessoas que compraram boxes no Centro Fashion se arrependeram, pois imaginavam que conseguiriam obter um maior faturamento a partir do novo negócio. Além disso, a pouca movimentação de clientes no novo empreendimento acabou desagradando a alguns feirantes que esperavam o contrário, ou seja, a expectativa de

que grande fluxo de pessoas passaria a visitar e a freqüentar o empreendimento, o que de fato não se consolidou no mesmo volume e intensidade que se preservara na José Avelino.

Para o feirante, a maioria dos trabalhadores da Feira não consegue arcar com as despesas elevadas referentes à manutenção de pontos e taxas de condomínio do Centro Fashion, pois parte destes pequenos produtores consegue obter apenas o suficiente para o sustento básico (satisfação de necessidades pessoais e familiares) e reprodução da atividade. Para o feirante este contingente de trabalhadores, denominado “povão”, não teria condições financeiras para arcar com estes pontos, pois lucrariam pouco com suas atividades, diferentemente de uma minoria, com acesso a níveis maiores de faturamento e com possibilidades para a expansão de seus negócios.

Assim, torna-se possível identificar, no contexto da Feira da José José Avelino, aqueles trabalhadores com melhores condições de renda e com níveis maiores de faturamento, e aqueles em situações degradantes de trabalho, com baixíssimos níveis de rendimento. É importante destacar que os gestores urbanos e os construtores do Centro Fashion legitimaram sua intervenção espacial (a remoção dos feirantes e sua transferência para o estabelecimento), a partir do entendimento de que os feirantes, antes da construção do equipamento, já arcavam com algumas “elevadas” despesas mantidas na informalidade de forma irregular, como era o caso, por exemplo, das taxas cobradas pela iluminação, pelo serviço de transporte da mercadoria, pelo aluguel de pontos na rua, dentre outras taxas cobradas a partir de demandas locais.

Nesse sentido, a proposta do Centro Fashion era fazer com que estas taxas irregulares, mantidas pelos próprios feirantes da Sé, pudessem, a partir de então, ser aplicadas de forma regular, possibilitando de fato uma melhoria nas condições de trabalho daqueles que iriam adquirir os *boxes* neste empreendimento.

“O pessoal que já trabalhava aqui, já tão acostumados com o movimento daqui. O pessoal que vai pra lá, você chega lá ele tá morto ali, porque não tem um atrativo. Por exemplo: a intenção do pessoal que vem de fora, é que os ônibus chegam aqui e já estão próximos da feira. Eles não querem se deslocar daqui pra ir lá pra o Centro Fashion não, e nem tampouco lá pro antigo Beco da Poeira que é ali na Pompeu (Av. Senador Pompeu). Eles não querem! Eles querem tá aqui no movimento, porque fica perto de tudo. Como eu falei. Fica perto do Mercado Central. Fica perto dos distribuidores de cereais aqui, do pessoal de embalagem (que vendem) e dos que fazem ferragem. É tudo muito próximo. Então eles querem tá mais próximo. E até mesmo porque encarece pra eles, ficar pegando taxi daqui pra ir pra lá entendeu?! Os preços de lá não são os mesmos preços daqui, porque aqui, a maioria do pessoal daqui, são o pessoal que tem uma façãozinha em casa. Então ele tem um preço mais acessível. Os outros já tem um preço mais caro. É tanto que tem alguns clientes que se chatearam porque os ônibus começaram a ir pro Centro Fashion. Aí teve uma cliente minha que ficou chateada, porque o motorista foi pra lá e ela não sabe porque foi que o motorista foi pra lá, porque não queriam ir pra lá. Aí quando chegaram lá,

o preço era totalmente diferente. Aí, isso aí, ficava inviável pra eles. Porque eles compram aqui, porque aqui é mais barato. Se ele fosse comprar lá, compraria mais caro. Pousada aqui é mais barato. Eles já estão acostumados. Eles pesquisam e tudo. São várias questões que acabam complicando a não ter dado certo a venda lá no Centro Fashion.” (Josimar)

Para o ambulante, os principais clientes consumidores deste tipo de comércio popular já estariam acostumados com a logística da José Avelino, usufruindo de uma rede de comércios e negócios que se consolidaram nas proximidades do Pólo, e que são ofertados a preços acessíveis. Para meu entrevistado, os antigos clientes da feira começaram a se queixar da mudança realizada no trajeto das linhas de ônibus, direcionadas para o empreendimento, o que lhes obrigaram a “pagar mais caro pelas mercadorias e serviços”.

O feirante afirmou que a maioria dos trabalhadores da José Avelino é composta por pequenos produtores, os quais produzem suas mercadorias em pequenas oficinas de confecção, e que por isso, acabam conseguindo vender suas mercadorias a um valor mais acessível, evitando gastos com a compra de matéria-prima mais cara, e com a contratação de mão-de-obra (a não ser a familiar). Por isso, conseguem manter os valores mais baixos, mesmo que sob a condição de uma intensa precarização do trabalho (para manter os preços mais baixos, aplica-se a estratégia da desvalorização da força de trabalho, extraindo-se dela o máximo de vantagem possível ao produtor).

“Lá no Centro Fashion não tá tendo muito atacado. Só tá tendo no varejo, no avulso, peça por peça. Não é muito bom lá não. Eu tenho parente que tem loja lá e que tá fechando a loja, porque não vende. Vende pouco. As pessoas saem de lá pra vir comprar aqui. Elas chegam lá, descem, pegam o uber e vêm bater aqui. Vem comprar aqui. Então a venda lá, você vende. Tem que pagar o aluguel lá, que se torna no valor de mil reais por mês. Aí você não vende mil reais. Aí como você vai pagar? Lá creio eu que vai fechar. Os caras não vão agüentar. Você tem que aumentar o valor da peça pra vender lá e não tem cliente. Os clientes vêm tudo pra cá. Ele vai comprar uma água lá, a água custa dois reais. Aqui o cliente compra a água a um real. Aí você tem que aumentar a mercadoria e o cliente não quer. Ele quer um produto barato”. (Régis)

A lógica espacial privatista do Centro Fashion encarece as mercadorias, elevando os preços, e dessa forma, acaba reduzindo seu potencial de vendas¹⁰³. Por estas circunstâncias, muitos clientes não aderiram à proposta do estabelecimento, pois a maioria dos clientes ainda prefere comprar na José Avelino, onde encontram preços mais acessíveis e comercializados tanto no sistema de atacado, como no varejo.

Os relatos aqui expostos enfatizam situações que envolveram alguns feirantes da José Avelino, afetados pelo processo de remoção e transferência para alguns estabelecimentos públicos e privados, sugeridos pela política urbana, em consonância com o capital privado.

¹⁰³ Obrigando o empreendedor a manter gastos e despesas com a manutenção dos pontos comerciais.

No caso da José Avelino, nota-se que há uma tendência (estimulada pela política urbana) a formalização forçada do informal, tendo em vista que muitos dos seus trabalhadores ainda não chegaram a um patamar de organização, ganhos e logística, compatíveis e favoráveis a lógica do microempreendedorismo como condição de autonomia empresarial. Muitos assumiram esta condição, apenas como “empreendedorismo de ocasião”, condição esta em que os indivíduos assumem a lógica do empreendedorismo buscando penas alternativas para sobrevivência, o que também não inviabiliza o seu contrário, ou seja, situações em que alguns trabalhadores, por aumento de suas demandas, tendem a se formalizar.

A disseminação das políticas de formalização do informal não foi capaz de extinguir a precarização nas relações de trabalho, envolvendo os “empreendedores”, agora donos de seus próprios negócios. Tais trabalhadores, nesta condição, adquirem o benefício da previdência e o acesso a linhas de crédito, no entanto, não são apoiados pelo Estado no que se referem às demais garantias concernentes ao equilíbrio entre capital e trabalho. Nesta condição, também não lhes é dada a garantia de que sejam capazes de manter constantemente (até a aposentadoria) suas próprias contribuições ao Estado (no caso do MEI), pois o mercado competitivo da força de trabalho tem sido marcado pela constante instabilidade. Portanto, o empreendedor ganha apenas no tempo presente, no imediatismo, não lhe sendo garantido o sustento de amanhã.

É importante considerar que estes trabalhadores, os quais ocupam atualmente as ruas como ambulantes, resistem aos modelos de remoção, e ao mesmo tempo, de transferência para determinados empreendimentos, pois, apesar do crescimento que conseguem atingir, com atividades promissoras e rentáveis, outros fatores aparecem como obstáculos aos seus processos de adaptação à lógica do mercado capitalista, tal qual é lançada pelos discursos das políticas públicas (e que visam o MEI) e pelas demais intervenções urbanas voltadas para a regularização e ordenamento do espaço urbano. Ressalta-se que a lógica do comércio informal está alicerçada em fatores estruturais que denotam um contexto marcado por desemprego, instabilidades econômicas e por situações de contraste e desigualdades de oportunidades.

Nesse sentido, é questionável perceber que embora os trabalhadores nesta nova informalidade (a mesclar diferentes condições) apareçam como empreendedores em potencial, carregam também consigo uma tendência e uma trajetória de vida marcada por exclusões que o empurram a situações variadas de precarização do trabalho e da vida.

Nesta mesma tendência de formalização do informal é importante citar o caso do cluster pernambucano¹⁰⁴, analisado por Lima e Soares (2002). Tal estudo apontou que a partir do crescimento e expansão do cluster, houve uma inversão na tendência de informalização dos negócios para a sua formalização, independente da aplicação e do desenvolvimento de políticas públicas.

Esta tendência foi motivada pelo próprio dinamismo da produção local, conseguindo atrair grandes armazéns atacadistas e fábricas de confecção, assim como também a entrada de mercadorias importadas da China. Estes fatores de crescimento e expansão impulsionaram a necessidade dos empreendedores locais de aderir às linhas de crédito no intuito de manterem sua capacidade competitiva. Muitos destes negócios informais começaram então a acessar estas linhas de crédito, e para tanto, tiveram que se formalizar (Idem, p.177). Nesse caso, a depender do dinamismo e da movimentação de recursos nos circuitos econômicos, as atividades informais tendem a se formalizar (buscando sua regularização) devido às próprias necessidades de crescimento estimuladas pelo contexto.

É importante ressaltar que entre as décadas de 1990 e 2000, começaram a surgir no Nordeste, algumas áreas de modernização intensa, incluindo pólos dinâmicos, competitivos e adaptados aos novos paradigmas tecnológicos impostos pela nova ordem do capital (integrados a economia global), e que faziam parte do ajuste brasileiro. Dentre estas áreas, encontrava-se o Pólo Têxtil e de Confecções de Fortaleza, articulando-se aos vários atores que compunham o mercado global (CARVALHO, 2003, p.140). No entanto, este processo de modernização mostrou-se restrito e seletivo, o que acabou reforçando a manutenção de um padrão tradicional em dissonância com os padrões competitivos da economia globalizada, o que resultou no surgimento de “ilhas de riqueza e prosperidade” em meio a outras “ilhas de precariedade e escassez”.

A política urbana atualmente voltada para o ordenamento espacial da cidade, com suas propostas de requalificação, continua a encarar os trabalhadores do “comércio de rua”, como parte “desordenada” do corpo urbano, dificultando a garantia da salubridade e do descongestionamento das vias públicas (entraves para a modernidade). Assim, as intervenções voltadas para este tipo de comércio, concebido pelos gestores e pela legislação urbana, como “irregular”, tendem a reforçar mais ainda o discurso legitimador da iniciativa privada, a qual tem na informalidade e no comércio de rua, um concorrente “desleal”. Contraditoriamente,

¹⁰⁴ Assim como na Feira da José Avelino, as empresas informais mantidas no *cluster* pernambucano, também são conhecidas como “fabricos” ou “façções”. Trata-se de pequenas unidades produtivas familiares que empregam de um a trinta trabalhadores, e que vendem diretamente seus produtos na feira, para sacoleiros, ou ainda como subcontratadas para vendedores ou por encomendas (LIMA E SOARES, 2002, p.170).

percebe-se também que este mesmo comércio formalizado, torna-se beneficiado por esta informalidade, constituindo com ela, laços de organicidade e funcionalidade ao capital.

Por outro lado, tais propostas não têm se mostrado suficientes nos seus propósitos de suplantar a atividade comercial exercida na rua, que, “teimosamente” se ramifica e se metamorfoseia (mostrando-se um problema de ordem estrutural e não meramente pontual), expandindo-se incontrolavelmente pelos espaços da cidade, sugerindo uma dinâmica própria e funcional ao mercado capitalista. Refiro-me aqui, a dinâmica da informalidade no mundo do trabalho urbano, entrelaçando o formal com o informal, e o regular com o irregular, numa verdadeira relação de poder, conflito e diálogo.

Tal tendência normatizadora (do espaço urbano) acaba fortalecendo as propostas de regularização do trabalho informal no Centro da Cidade. Nota-se que, atualmente, todos os vendedores ambulantes permissionários que usufruem do espaço público do Centro da Cidade, e que são reconhecidos e regularizados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, são também cadastrados como “microempreendedores individuais” (MEI) (condição esta exigida obrigatoriamente pelo poder público para a concessão da permissão do direito de uso do espaço público para a atividade comercial), representando, portanto, os intentos de políticas públicas que visam formalizar o informal.

Apesar da publicidade apelativa, e da estrutura oferecida pelo Centro Fashion em seus apelativos para a formalização do informal e para o empresariamento dos feirantes, o trabalhador que atualmente ocupa a rua, sente dificuldades quanto ao valor aplicado na manutenção semanal e obrigatória dos *boxes*, taxas estas não bem vindas, dado o baixo e instável rendimento obtido na atividade. Para este trabalhador, a taxa representaria um compromisso inadequado à instabilidade do comércio de rua, além do que, a pequena margem de lucro obtida para muitos, não lhes permitiria comprometer com quaisquer gastos relativos a esta estrutura espacial. Uma das trabalhadoras ambulantes, proprietária de *box* simples no Centro Fashion, afirmou o seguinte:

“Colocaram a gente lá prascucunha, lá pra detrás do Cemitério (**referindo-se ao Centro Fashion-grifo meu**). Mas não dando lá, a gente volta pra cá. É desse jeito: o tempo todo nas “entoca””.

Conforme Dantas, na história passada de Fortaleza, os vendedores ambulantes é que passavam de “porta em porta nas casas oferecendo seus produtos às pessoas”, mas, atualmente, “as pessoas é que estariam se dirigindo ao comércio de rua”. Nessa perspectiva, “os ambulantes tendem a privilegiar locais de grande fluxo de pessoas para a sua atividade laboral, daí a sua fixação se tornar um problema para eles.” (Revista UP, 2012, p.34).

Afastar-se deste fluxo de pessoas seria trair a própria natureza ambulante do comércio de rua, que tem no fluxo e na aglomeração, seus principais aliados. Para os trabalhadores informais que atuam no Centro tradicional de Fortaleza, deslocar-se para outras áreas, que não esta, significaria “perder clientela”, “perder o fluxo”, “quebrar as pernas do negócio”.

A remoção das barracas da Feira José Avelino e a aquisição de *boxes* no Centro Fashion e em outros equipamentos fixos são vistas pelos feirantes e trabalhadores de rua como algo negativo, tendo em vista que muitos daqueles que foram transferidos para estes empreendimentos, mostraram-se totalmente inseguros quanto à transferência de sua clientela (mesmo que para isso a prefeitura tenha deslocado algumas linhas do transporte intraurbano para as proximidades do empreendimento¹⁰⁵), então já acostumada à configuração espacial da Feira. Sobre esta insegurança, um dos feirantes argumentou:

“Tem gente que tem *box* aqui e tem também no Centro Fashion, e continua mantendo lá, porque tem mais capital e consegue se manter. Mas vi também gente que era de lá e veio pra cá pra rua, porque não dava pra ele manter lá. Eu não sei se é melhor alugar ou comprar. Porque se você compra você vai ter que pagar a taxa de manutenção, e se você aluga, você tá pagando aluguel, então eu acho que o *box* é um estabelecimento que nunca será seu. Porque você sempre vai tá pagando um valor de manutenção, seja semanal, mensal, da forma que eles acharem melhor né”. (Alan)

Apesar de que muitos feirantes que adquiriram *boxes* no Centro Fashion não conseguiram captar recursos suficientes para sua manutenção, é possível também identificar situações contrárias, pois alguns se mantiveram tanto na José Avelino (instalando-se nos galpões ou no comércio de rua - ambulante), como também no Centro Fashion. Conforme discurso do feirante, as taxas de manutenção representam um mecanismo de dependência contínua, gerando a sensação de que nunca terão total autonomia sobre os seus “próprios negócios”. Sobre esta situação, Gorete afirmou:

“(...) eles também pressionaram muito as pessoas aqui do mei da rua pra ver se a gente comprava né. Fizeram todo tipo de pressão sabe. Aí ele pressionou demais e a gente acabou comprando nos galpões, mas comprou sem poder comprar. Agora a gente vai ter que orar pra deus mandar cliente lá pra dentro, pra gente poder conseguir dinheiro pra pagar né, porque eu comprei um de três mil e quinhentos na parte de cima. Mas também tinha de cinco mil. Eu não sei, eu acho que é pequenininho e também nem é pronto. Na parte de cima não é como embaixo que já tá tudo prontinho. Eu acho que eles não dão pronto não. Acho que é só o local mesmo que a gente paga. Sei nem como é. Tem gente que foi aí e olhou. Mas no dia que eu fui fazer minha inscrição lá, ela (a atendente) não me levou lá pra cima pra mim olhar não. Lá não tem alvará não. O pessoal tá dizendo que não tem alvará. Aí é tudo inseguro né”. (Gorete)

¹⁰⁵ Ver em <http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/04/linha-central-e-ampliada-para-atender-o-centro-fashion.html>

Receosos de que as vendas na rua acabariam, muitos ambulantes, até mesmo aqueles que não tinham barracas, passaram a investir seus baixos recursos na compra de boxes instalados nos galpões dos arredores, optando por isso, permanecer nas proximidades do antigo pólo, mesmo tendo que arcar por isso. Muitos dos galpões para onde se dirigiram os feirantes, encontravam-se ameaçados de serem desativados, pois estavam funcionando de maneira irregular, sem a liberação de alvarás de funcionamento. Pressionada pelo processo de remoção das barracas (da rua), Gorete decidiu comprar um *box* num dos galpões.

É notório observar em sua fala, a existência de um forte sentimento de insegurança e desconhecimento sobre as novas condições de trabalho, e até mesmo, sobre o próprio *box* adquirido. Desinformada e pressionada pela remoção, Gorete acabou realizando uma compra apressada e “às cegas”, mediada por muita dúvida e incerteza.

Neste contexto de imprecisões e instabilidades, os feirantes vivenciam a ausência de planejamento sólido quanto ao futuro. Suas vidas são marcadas por uma constante rotatividade e por incessantes deslocamentos espaciais, o que acaba naturalizando a instabilidade e a insegurança como condições inerentes ao próprio trabalho ambulante. Nesse caso, tudo se torna arriscado e nada é totalmente garantido. Sobre esta condição instável, um feirante expôs o seguinte discurso:

“O melhor tempo foi na Sé. Depois que veio pra cá, nunca mais prestou. O pessoal fala que as bancas saíram da rua e ficou ruim. Mas hoje, tá melhor que quando tava na rua. Hoje, você vê, eu trabalho ensapatado, de calça, arrumado. Quando era na rua, era de chinela, porque chovia, enchia d’água. Agora, eu tô dentro do galpão. Quando chove, eu tô lá dentro. Tudo bem, que não tem venda. Mas eu tô protegido! Comprei um *box*. Foi meu esforço. Passei um ano pagando a parcela à mulher. Comprei, dei uma entrada de cinco mil, pedi três meses para dar entrada. Quando fui dá entrada só dei três. As parcelas de mil era pra terminar em dezembro, vim terminar em fevereiro, mas comprei”. (Régis)

Para este feirante, algumas condições de trabalho no comércio de rua eram melhores na época da Feira da Sé, o que não se manteve com o deslocamento para a Rua José Avelino, embora tenha conseguido se estabelecer em estrutura de banca até o período da requalificação da via, quando então comprou um *box* num dos galpões, passando a trabalhar em melhores condições, sem ter que se expor às chuvas e ao relento.

Como bem afirmou, hoje trabalha “ensapatado, de calça, arrumado”, diferente da época em que trabalhava de “chinela” (condição precária de trabalho). No entanto, é importante ressaltar, que, embora Régis tenha adquirido um *box*, ainda continua ocupando as calçadas e o espaço da rua para a exposição e venda de suas mercadorias, com uma única

diferença: a rua agora está reformada e com nova paisagem urbanística, mostrando-se mais “atrativa”, e com uma infra-estrutura melhor que a anterior.

Imagem 29 – Rua José Avelino após a requalificação. Visualiza-se a recuperação do calçamento “patrimônio”, com as marcações do antigo trilho.



Fonte: Autoria Própria

Imagem 30 – Marcas de desgaste no patrimônio histórico após a requalificação.



Fonte: Autoria Própria

Ainda sobre as dificuldades enfrentadas pelo trabalho exercido no comércio de rua, Gorete afirmou:

“Eu vejo que a gente é muito viciado assim a vender. Eu sei. Eu reconheço o erro. Mas eu não gosto (...) eu sempre quis ter o meu canto, né. Eu não gosto dessa humilhação não. Você tá assim, no meio da poeira, né, os rapa correndo atrás e tudo. Eu sei que a gente tá fazendo alguma venda ilegal. Eu quero meu cantozinho! Se Deus quiser! O negócio é que eu priorizei primeiro arrumar minha casa e tudo, do que arrumar primeiro o meu negócio né, por isso que outras pessoas passam e vê. Aí diz: -Ah você ainda aqui? Porque eu não fiz direito. Não fiz a coisa certa! Mas eu tenho fé em Deus que as coisas vão dá certo. Já tô com a minha casa arrumada,

agora vou arrumar a minha banquinha e vou pagar né, e se Deus quiser vai dá certo”.
(Gorete)

Os trabalhadores e trabalhadoras que atuam no comércio de rua da José Avelino enfrentam diariamente uma série de situações que intensificam sua precariedade laboral. Na fala acima, Gorete expressou um sentimento de “humilhação”, a qual tem que se submeter por não ter um “canto” fixo, um lugar próprio. Estar na rua, para ela e para muitos outros trabalhadores por conta própria, significa não ter nem a preocupação e nem dispêndio com o pagamento de impostos; significa poder se deslocar conforme a movimentação de pessoas; e estabelecer contato “cara a cara” com a clientela, e com o fluxo de sacoleiros (o que é bastante favorável num contexto de acirrada concorrência). Todavia, “estar na rua” também significa ter que assumir uma vulnerabilidade, ou seja, estar suscetível a situações degradantes de trabalho, como a exposição intensa ao calor, a chuva, a violência, a constrangimentos da fiscalização, e a acidentes de trânsito (atropelamentos).

Gorete afirma ter priorizado suprir alguns anseios de consumo pessoal ao invés de priorizar os investimentos em seu trabalho (negócio próprio), utilizando grande parte de seu faturamento para a satisfação destes anseios, o que se torna característica comum nos pequenos negócios informais, que não visam prioritariamente à produção de lucro como atividade tipicamente capitalista. É importante ressaltar que, embora a maioria esteja voltada praticamente a sobrevivência, tais atividades também são capazes de possibilitar aos feirantes, em determinados momentos ou épocas do mercado, auferir quantias consideráveis e um patamar de consumo mais elevado.

Para Gorete, ter investido nestas necessidades e não ter priorizado o trabalho, acabou estagnando sua condição laboral. Enquanto muitas de suas colegas e companheiras de atividade já tinham “melhorado de vida”, conseguindo se fixarem em barracas e ou adquirindo seus pontos de trabalho, ela ainda permanecia na rua, assumindo “uma situação inferior de trabalho”.

“Mas aí o que aconteceu? Agora a gente foi obrigado a comprar realmente um canto. Nunca ganhamos nada. Obrigaram a gente a comprar né. Como as pessoas que compraram aí no Centro Fashion, e eu que tô comprando aqui. Isso aí a gente não se livra! No meu caso, se não for cliente pra lá, se for pouco cliente e eu não conseguir o dinheiro, eu vou pegar, vou trazer minhas coisas e vou sair oferecendo nas bancas, né, pra vender. Pra poder eu apurar o meu dinheiro e pagar o meu canto. São só dez meses. Eu vou dessa vez criar vergonha mesmo e vou pagar. Se um dia eu não gostar e quiser vender, vendo, passo pra frente”. (Gorete)

Conforme expressou a feirante, mesmo sem querer, vai “criar vergonha na cara” e pagar um ponto fixo, obrigando-se a sair da lógica do comércio de rua, para se inserir na

logística do comércio fixo dos galpões, e assim, apostar na possibilidade de “crescimento do negócio”.

“Porque se você fica na rua, aí você não quer arrumar um canto pra trabalhar, alugar um boxe por exemplo. Porque você acha que não vai conseguir pagar. Tendo um *box*, você tem um lugar fixo, e o cliente vai lá e lhe procura. Você tem uma garantia mais do que na rua. Porque na rua o cara me compra uma peça, e aí se a peça tem defeito, aí ele me procura e não me vê mais?! Como vai trocar? Porque aqui você fica andando e não tem uma referência. Eu acho que agora eu vou atrás de um *box*, porque não quero ficar mais na rua não. É muito ruim! Você trabalha com medo. O rapa pega. Uma vez eu perdi cinquenta peças numa vez. Nem atrás eu fui”. (Edgar)

Grande parte do comércio atacadista da Feira da José Avelino é atualmente realizado no espaço da rua, e como tal, muitas vezes, a condição instável de localização do vendedor poderá comprometer a própria relação com o cliente, pois, conforme relato, muitos dos sacoleiros, temendo não mais encontrar o feirante no espaço público, preferem não realizar a compra na rua, deslocando-se para os galpões, onde poderá obter maior “garantia” no que se refere a trocas de mercadorias.

Para o feirante, “estar na rua” tem as suas “vantagens”, pois a qualquer momento pode se dirigir a clientela, oferecendo seus produtos “face a face”, e isentando-se do pagamento de tributos e outras taxas referentes à manutenção de pontos comerciais fixos. No entanto, também manifestou algumas desvantagens, como ter enfrentar constantemente o “medo” e a tensão. Conforme o trabalhador, as vantagens disponíveis no espaço da rua acabam alimentando nele a crença de que, caso venha a adquirir um *Box* não consiga manter suas taxas de manutenção. Tal receio expõe a disparidade existente entre a lógica do comércio de rua (imerso em precariedades características) e a ideologia do empreendedor (da regularização de pequenos negócios), imprimindo nestes sujeitos instáveis, um sentimento de auto-suficiência e de auto-responsabilização, quando suas condições reais apontam para outros horizontes.

Júnior (2010) em seu estudo específico sobre o Mercado Popular de São Luís, registrou alguns relatos de comerciantes de rua, os quais tinham em suas barracas fixas, uma referência espacial de estabilidade e segurança (Idem, p.124). Durante imersão em campo, pude presenciar diversos momentos de negociação em que, devido à inexistência de provedores de roupa, alguns clientes acabavam levando a mercadoria sem experimentá-las, mas com a possibilidade de que poderiam trocar em dias seguintes, caso a peça não fosse adequada à necessidade do cliente. Quando se está na rua de forma ambulante, nada garante a permanência no lugar, portanto a troca passa a ser mediada por vínculos e laços de confiança nutridos entre cliente e vendedor.

Algumas situações podem vir a contrariar a tendência geral dos negócios de se informalizarem, principalmente no comércio de rua, onde a condição de irregularidade é marcante. No entanto, a depender das situações, os pequenos negócios podem ser atraídos pela lógica da formalização, tendo em vista sua necessidade de acesso as dinâmicas implantadas pelo mercado. (LIMA E SOARES, 2002, p.178)

O processo de formalização do informal na Feira da José Avelino tem se implantado como tendência específica para aqueles que conseguem atingir um maior patamar de produtividade, adequando-se às exigências da clientela, por exemplo.

“Uma blusa dessa aqui não vale só dez reais não, porque é bem feitinha, bem acabadinha. Mas se o cara aumentar um real, aí o pessoal já reclama. Por dia dá pra fazer umas setenta peças dessa. É tanto que eu nem boto pra exposição. Olha aqui a etiqueta ó! Mas geralmente eu nem boto a etiqueta, porque encarece mais a peça e o preço também aumenta. Antes eu botava! Porque o pessoal de fora, eles gostam que tenha a etiquetazinha. Eles pedem a etiqueta. Porque se a fiscalização pegar eles, aí prendem a mercadoria. Porque tem que tá todo legalizadozinho. E isso eu sou. A maioria aqui trabalha normal, sem ter essa etiquetazinha. Se legalizar tem a desvantagem, mas também tem a vantagem, por que eu posso tirar a nota fiscal pela fazenda, e não pago nada. Tiro pelo próprio site da fazenda. Se o cara quiser a nota, eu tiro. Eu acabei me cadastrando porque eu tava perdendo muita venda. Porque o SEBRAE ensina você a trabalhar. Ele orienta, ele dá palestra. Lá tem mostruário também. É porque eu não quis ir lá e aproveitar tudo que eu tenho direito. Mas tem um espaço lá que se eu quiser botar minhas roupas pra expor, pras pessoas verem, eu poderia. Só que eu nunca fui lá não. Mas lá tem esse espaço. Tem um papel lá que diz os horários pra você se cadastrar e poder colocar suas peças no mostruário. Aí o cabra chega e mostra a peça. Aí o outro olha e diz: -Essa peça aqui, quem é o feitor dela? Aí ele diz: -É fulano de tal. Aí o cara pede assim: -Pois faz tantas peças dessa pra mim. Aí você já consegue mais espaço de trabalho. (Edgar)

Este feirante afirma que as mercadorias baratas vendidas na feira são de baixa qualidade, diferentemente das suas. Alguns pequenos detalhes na produção podem encarecer ou valorizar mais a mercadoria, como o tipo de acabamento, a fixação da etiqueta no produto, o tipo de matéria-prima utilizada no fabrico e o próprio trabalho desenvolvido na produção. Como mesmo apontou meu entrevistado, os clientes costumam reclamar por menor que seja o preço cobrado, o que acaba dificultando faturamento da atividade, a depender da logística e da demanda gerada pelos próprios sacoleiros.

A procura por baixo preço na Feira da José Avelino tem gerado um tipo de nivelamento por baixo, o que acaba forçando os vendedores a estarem sempre mantendo os preços num nível abaixo do mercado, e, conseqüentemente, levando também a baixa qualidade dos produtos, embora, esta não seja condição determinante no mercado local. A Feira já é popularmente conhecida pelo baixo preço de suas mercadorias, produzidas na maioria das vezes, sob condições de exploração e precariedade do trabalho, o que acaba desvalorizando enormemente o valor do trabalho.

Conforme cita o ambulante, o uso das etiquetas em suas peças de confecção as encarecem. Entretanto, muitos de seus clientes exigem a mercadoria totalmente regularizada (no que se refere ao uso da etiqueta e a emissão da nota fiscal), pois em determinadas situações acabam sendo cobrados pela fiscalização da Receita Federal. Nesse sentido, o ambulante encontra-se adaptado tanto a lógica da formalidade do comércio, a incorporar o status de negócio legalizado, como também às facilidades e irregularidades típicas da informalidade, a depender da necessidade do cliente. E neste caso específico, o ambulante pode assumir diversas condições de ocupação (informalidade como condição da ocupação do indivíduo), seja como autônomo, conta própria, não assalariado ou pequeno empregador. Além disso, se levarmos em consideração as formas e o modo de organização da produção do setor (informalidade voltada para o negócio e não para o indivíduo) este trabalhador assumirá aqui, tanto o status de unidade de produção, como de pequeno negócio familiar com até cinco empregados.

“Na realidade, a gente tinha muita vontade, por exemplo, de trabalhar e aí pagar as contribuições, formalizando de fato, o negócio. Mas um pouquinho de comodismo não deixou. Outra questão é que às vezes não dá, pois a gente começa a fazer as contas. Aí chega o orçamento, aí a gente vê que às vezes algumas coisas da casa são prioridade. A gente passa a achar que são mais interessantes que a gente enxugue essas contas, pois às vezes é um filho, às vezes é uma mãe, é algo de alguém da família, e a gente acaba dando prioridade e esquecendo do negócio. Mas, na realidade é que quem tem um emprego de carteira assinada e tá ganhando bem pra sustentar a família, realmente é uma grande vantagem né. Porque no ramo de confecção aqui, tem algumas pessoas que sobressaem bem. Tem algumas pessoas que nem querem trabalhar pra ninguém, mas têm outros que ficam na luta grande mesmo, tiram mesmo só o sustento pra manter a família. Então, como em todos os demais ramos, tem uns que se dão de bem, e tem outros que ainda tão lutando. Na realidade eu até brinco com isso. Meus amigos me perguntam e eu respondo: -Nunca cresci, mas graças a deus também eu nunca quebrei. Até mesmo porque no começo, minha esposa teve uns prejuizinhos. Aí como eu sou uma pessoa que sempre foi equilibrada, aí sempre tive uma reservazinha. Eu trabalhava pros outros, mas eu sempre fui um cara equilibrado. Aí sempre eu tinha uma poupançazinha, uma economiazinha e acabava ajudando ela. Mas aí eu vi que nesse meio, ela tava começando a vender com cheque, com as vendas fiado, e isso aí era o que tava atrasando muito a gente. Aí a gente acabou aderindo a uma mercadoria mais barata, uma mercadoria mais barata, mas em compensação ninguém vendia fiado. Aí hoje eu não vendo mais fiado, só à vista. Aí a gente não cresceu, mas também a gente não quebrou. A gente tá se mantendo”. (Josimar)

No discurso acima, Josimar percebe a lógica do emprego como algo menos incerto do que a lógica do trabalho (como realidade oscilante). Como mesmo revelou: muitos dos que se mantêm no comércio de rua conseguem obter êxito, já outros, como ele, continuam “lutando” e “ralando” para a obtenção de rendimentos básicos ao sustento familiar, fazendo de tudo para “enxugar” as contas. Nestas circunstâncias de trabalho “nunca cresceu”, mas também “nunca quebrou”, e por isso, continua mantendo o negócio, mesmo sem grandes

lucros. Estes pequenos negócios, como os de Josimar, abundam no espaço informal da Feira da José Avelino, negócios estes, que embora propiciem melhorias de renda para seus proprietários (e ao mesmo tempo trabalhadores e empregados de si mesmos), ora tendem a se manter num mesmo patamar, ora tendem a regredir, o que acaba intensificando a condição de precariedade destes negócios.

Embora se reconheça como uma pessoa “equilibrada”, conseguindo fazer uma “poupançazinha” em determinado momento da vida, o que lhe permitiu ajudar a esposa em momentos de dificuldade financeira, Josimar ainda não se deu como satisfeito no que se refere à sustentabilidade de seu negócio. É importante ressaltar que este comportamento “equilibrado”, incorporado pelo trabalhador, integra parte de um “*ethos*” específico demasiadamente valorizado na perspectiva do mercado e na lógica da empregabilidade e do empreendedorismo, tão disseminados em tempos de flexibilização da economia.

Como todo pequeno produtor informal, Josimar sente grandes dificuldades em “crescer”, e para conseguir se manter neste segmento, continua trabalhando para o sustento familiar. Diferentemente da lógica racional capitalista, Josimar se enquadra como um pequeno empreendedor, esforçando-se diariamente para obter a tão sonhada “autonomia”, o “crescimento de seu negócio” e a própria “independência” financeira. Mas, sem possibilidades de acesso ao capital, mantém-se num jogo constante de adaptação às demandas alheias, independentes de seu esforço ou de seu empenho, para “progredir na vida”, mostrando-se inteiramente dependente do fluxo de consumo. Por alimentar um anseio em se tornar “patrão de si mesmo”, condição esta que de fato ainda não se concretizou, sente-se dependente do próprio trabalho.

Para Cacciamali (1983; 1994; 2001a; 2001b) as atividades informais ocupam justamente os interstícios deixados pelas atividades capitalistas. Portanto, nesse sentido, independente dos planos ou dos esforços pessoais dos empreendedores, seus negócios seguirão dinâmicas alheias às suas vontades. Sobre estas dinâmicas, apontou um dos feirantes:

“Já tentei registro há cinco anos, mas a prefeitura não libera. O problema tá aí. Eu comprei quase uns oitocentos mil reais ano retrasado, com cheque, dinheiro, dando o nome pra poder abrir a firma. E não consegui abrir a firma. A prefeitura não ajuda. Por que? Porque eu tenho seis funcionárias, tem umas que botam boneco. Eu não posso botar pra fora, se eu botar pra fora, podem me colocar no pau. Aí, eu fecho a oficina de confecção?! Aí pra manter, eu fico agüentando umas coisinhas e tudo. Se eu não tivesse que precisar delas, qualquer coisinha eu botava pra fora, pagava as conta e pronto. Mas pra fazer empréstimo, o banco exige a formalização de carteira e tudo. Só que a prefeitura não libera. Já faz mais de cinco anos que eu procuro. Isso aí é um problema. Porque eu queria tá legalizado, porque na hora do aperreio, eu não ia tá precisando das minhas costureiras não, eu ia fazer um empréstimo com o nome da firma. Porque hoje tá fraco, mas eu ainda compro de quarenta a cinquenta mil por

mês. Dá seiscentos mil por mês, mais de meio milhão por ano. Ou seja, com dois anos dá pra ter um crédito de cem mil, num dá não? Pra não tá precisando de ninguém né!?” (Régis)

Régis vem tentando formalizar seu negócio há cinco anos, mas não consegue. Por conta disso, mantém-se dependente do acordo estabelecido com suas costureiras para a concessão de empréstimos pessoais. A formalização do seu negócio, representa para ele, sinônimo de independência e de autonomia financeira, pois, uma vez formalizado, não dependeria mais dos empréstimos concedidos pelas próprias trabalhadoras, e assim, poderia estabelecer outro tipo de relação menos dependente com as mesmas, inclusive “dispensando-as” caso fosse necessário (por não agüentar certas queixas). Entretanto, nas condições atuais, mostra-se temeroso quanto à demissão de qualquer uma delas, pois devido à condição irregular de trabalho em que as mantém, poderá ser processado na justiça do trabalho.

A formalização do informal tem sido tendência nos últimos anos, impulsionada pelo aumento da informalização do trabalho, associada a políticas de institucionalização da informalidade com incentivos ao empreendedorismo. Nesta tendência, o trabalhador acabaria assumindo o status de figura jurídica, promovendo-se a condição de empresa, tendo que arcar com responsabilidades típicas de um negócio capitalista. Régis sente dificuldades em formalizar seu negócio, pois como possui empregados contratados, precisaria normalizar a situação dos mesmos, assinando suas devidas carteiras de trabalho. Entretanto, tem encontrado barreiras no que se refere à burocracia municipal.

6 INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA RELAÇÃO INSEPARÁVEL NOS TEMPOS CONTEMPORÂNEOS.

Nesta seção analiso a precarização como desdobramento da informalidade, destacando uma relação inseparável entre estes dois conceitos. Nesse sentido, destacam-se como duas faces de uma mesma moeda, mostrando-se totalmente indivisíveis.

6.1 A precarização do trabalho e sua relação com a informalidade.

Para aprofundar a análise teórica desta seção, utilizo uma literatura que trata especificamente da precarização ou precariedade do trabalho, e que, por seu caráter ontológico, abrange também as relações de trabalho referentes aos processos de informalidade. Geralmente a temática precarização está relacionada diretamente as formas típicas de trabalho formal, referindo-se ao aspecto contratualista e da relação que o Estado mantém como mediador da relação entre capital e trabalho (envolvendo empregador e empregado). Quando tais estudos se referem à precarização vinculada à informalidade e as novas formas de contratação relacionadas à terceirização, acaba enfatizando a falta de vínculo contratual (legalizado) como o principal elemento da precarização.

Nesse sentido, o trabalhador ambulante, o camelô ou o trabalhador por conta própria a oferecer pequenos serviços no mundo do trabalho, tem sua relação precarizada pela questão do vínculo empregatício. Mas, além desta condição referente à insegurança e a instabilidade jurídica, intensificados pela ausência de outros e vários direitos sociais, estes trabalhadores informais estão sujeitos a uma precariedade objetiva das condições cotidianas enfrentadas nódia-a-dia, repercutindo negativamente na saúde física e subjetiva do trabalhador. Dessa forma, a precarização do trabalho abrange aspectos cotidianos, para além da mera relação estabelecida entre o vínculo empregatício, ou a partir da cobertura previdenciária e social mantidas pelo Estado.

Esta precarização diz respeito também à forma de organização dos pequenos negócios, podendo ser apreendida como fator qualitativo para além do cumprimento ou não de regras contratuais (referentes às garantias trabalhistas ou proteção do Estado), revelando uma condição que atinge diretamente os feirantes da Feira da José Avelino em situações híbridas de trabalho, atuando nos processos de informalidade, e vivenciando situações cotidianas que levam a precarização social e da vida.

Tal precarização existencial está manifesta no modo de vida acelerado assumido pelos trabalhadores que se situam no limite e no risco, imersos no presentismo e sem perspectivas de futuro, afetados pelo sucateamento dos serviços públicos, como transporte, saúde, educação, segurança, lazer, e espaços públicos de convivência. É esta precarização que tem afetado mais ainda os indivíduos que se encontram na condição de desalento, angústia, frustração, e ansiedade perante o futuro, gerando indignação e desespero (CARVALHO, 2014, p.235).

Autores como Bernardo et al. (2011) apontam dois tipos de precarização que afetam a realidade do mundo do trabalho, sendo a primeira delas, de ordem objetiva e a segunda, de ordem subjetiva. Para estes autores, a precariedade subjetiva seria marcada por situações que envolvem “ritmo alucinante”, “trabalho incessante”, “loucura”, “desespero”, “estresse”, “depressão”, “excesso de responsabilidade” e “ritmo insuportável de produção”, revelando um quadro de extrema pressão psicológica sobre o trabalhador.

Os trabalhadores analisados naquele estudo específico, não tinham quaisquer alternativas, a não ser o trabalho penoso, pois do contrário, corriam o risco de se desempregarem, o que seria pior. Dessa forma, nutriam uma necessidade extrema de resistência ao labor, vivenciando situações hostis de trabalho (Idem, p.87). A possibilidade desta realidade extrema (desemprego) impulsionava-os a resistirem, mesmo diante de uma extrema precarização da vida e de um quadro de trabalho degradante.

É possível perceber situações como estano cotidiano de trabalho da Feira da José Avelino, pois os feirantes apontaram que mesmo diante de situações extremas de precariedade, é preferível a adaptação ao trabalho à condição de desemprego. Tal medo se faz presente na incerteza e nas instabilidades próprias da atividade comercial, que embora lhes propiciem o sustento imediato, não lhes garantem uma estabilidade futura. Esta mesma pressão subjetiva também pode ser percebida e incorporada através da lógica individualista típica do *ethos* empreendedor, o que tem pressionado os trabalhadores a se responsabilizarem pelos resultados e pelo destino de sua própria vida laboral, intensificando ainda mais o trabalho como forma de garantir sua auto-responsabilização.

Nesse sentido, os trabalhadores tendem a se auto pressionar, intensificando e aumentando mais ainda a tensão interna numa luta desenfreada e competitiva, exercida no espaço da rua. Nesse sentido, para Bernardo et al. (2011) tanto a precariedade objetiva como a precariedade subjetiva seriam diferentes expressões de um mesmo fenômeno (Idem, p.91).

No Brasil a noção de precariedade do trabalho foi e tem sido frequentemente relacionada à noção de informalidade, remetendo às formas e relações de trabalho não assalariadas, tais como o trabalho autônomo, pequenos negócios individuais, e demais formas de ocupação (como trabalho assalariado não protegido, e sem carteira de trabalho assinada). Durante muito tempo a noção de precariedade do trabalho (sem ser ainda um conceito sociológico corrente) esteve vinculada aos estudos sobre marginalidade e informalidade nos anos 1960 e 1970, como já analisado na seção anterior, e que tomavam como referencial as limitações dos países periféricos em integrar sua população trabalhadora no processo de modernização (modernas relações de trabalho), relegando-as a condição de marginalidade (VARGAS, 2016, p.324).

Mas esta noção não se sustenta mais atualmente, pois a precariedade não está mais associada apenas às atividades marginais e periféricas, mas povoando também os países centrais do capitalismo dinâmico. No Brasil, pois, uma velha precariedade e uma nova precarização do trabalho, combinam-se para configurar sua contemporaneidade (DRUCK, 2011). Por isso, é preciso considerar que um dos traços fundamentais da economia brasileira é a sua heterogeneidade estrutural, onde convivem formas e relações de trabalho muito diversas (VARGAS, 2016). Sobre a noção de precariedade no Brasil contemporâneo, Vargas (Idem) afirma:

(...) coloca-se, pois, tanto uma questão social ligada à “desfiliação”, conforme sugere Castel, como uma questão igualmente decisiva de “periferização” de vastas camadas sociais colocadas à margem do desenvolvimento econômico. Essas parcelas da população jamais estiveram integradas a um conjunto de relações de trabalho regulares e estáveis e a um sistema de produção social. Por essa razão, a questão da precariedade do trabalho adquire contornos incertos, uma vez que, no Brasil, não chegou a se constituir a chamada sociedade salarial, caracterizada pela generalização da relação salarial estável e protegida para o conjunto da população que trabalha. (Idem, p.325)

Para este autor, no Brasil, a discussão sobre a noção de precariedade está relacionada à questão da degradação social e da exclusão de determinado contingente marginalizado de sua economia, a qual nunca estivera integrada às relações de trabalho regulares e estáveis, assumindo um viés incerto, já que o país não se constituiu como uma sociedade salarial nos moldes das economias capitalistas ocidentais.

Devido à limitação e ao distanciamento da “norma do emprego estável”, como modelo referência a organizar as relações de trabalho, outros sistemas passaram a influenciar a organização de práticas, representações e relações de trabalho no país. Entretanto, evidencia-se que a referência de emprego estável não deixou de existir, mas passou a conviver

com outras formas de emprego instável e irregular, e com outras formas de trabalho não assalariadas (trabalho autônomo, pequenos negócios, profissões liberais, etc.), modelos os quais exercem papel fundamental na configuração dos padrões normativos de referência dos atores sociais (Idem, p.325).

Há, portanto, no Brasil, uma pluralidade de formas e relações de trabalho a configurar uma heterogeneidade estrutural onde estão presentes e convivendo simultaneamente, o “assalariamento pleno” (com seus direitos e proteções) e um “assalariamento indigno”, caracterizado pela instabilidade e irregularidade do trabalho (Idem, p.325). Devido a esta heterogeneidade estrutural, o autor enfatiza que a precariedade passa a assumir contornos incertos, revelando-se heterogênea, tanto em seu aspecto objetivo, como subjetivo. Enfatiza o autor:

Assim se o trabalho remunerado escapa a um quadro homogêneo de regulação de ordem pública, os critérios a partir dos quais se pode medir a precariedade do trabalho tornam-se menos consensuais. Diferentes atores sociais e instituições podem construir, nessa direção, quadros de referência diversos a partir dos quais definem e avaliam o trabalho e sua precariedade. Essa tensão pode se manifestar em diversos níveis na sociedade, tanto nos planos das instituições encarregadas de medir e regular o trabalho e suas relações, como no plano da ação dos atores sociais, individuais e coletivos, isto é, no âmbito direto das próprias relações de trabalho. A precariedade do trabalho torna-se, pois, um fenômeno de contornos incertos. Mostra-se heterogênea e descontínua tanto no nível das categorizações institucionais e objetivas, como no nível das categorias nativas e subjetivas. (DEMAZIÈRE, 2003 apud VARGAS, 2016, p.325)

Teoricamente, Vargas afirma que a precariedade do trabalho é uma categoria social atravessada por tensões inerentes a uma multiplicidade de formas e de relações de trabalho, o que, por sua vez revela e evidencia uma luta simbólica para se definir os limites do trabalho considerado legítimo. Além disso, o sentido dessa precariedade varia também enormemente quando se leva em consideração, as condições subjetivas dos atores sociais, apresentando-se como categoria nativa (Idem, p.326).

Uma análise da precariedade como categoria subjetiva deve levar em consideração um conjunto amplo de fatores a influenciar a realidade brasileira, tais como o contexto marcado por um modelo autoritário e despótico de relações de trabalho, a emergência de novos movimentos sociais e sindicais a pressionar pela redemocratização, e um conjunto de transformações sociais, políticas e culturais propostas pela Constituição de 1988 (Idem, p.326). Afirma o autor:

Para compreender o complexo conjunto de condições que afetam a experiência da precariedade, é preciso levar em consideração não apenas o contexto político (os valores em construção) e a conjuntura econômica (as coerções materiais), mas o tecido social a partir do qual as práticas e relações de trabalho se configuram,

sobretudo aquelas referentes aos arranjos e aos modos de vida da classe trabalhadora. (Idem, p.326)

Para Ricardo Antunes (2011), é importante enfatizar que o trabalho formalizado foi aos poucos sendo substituído pelos distintos e diversificados modos de informalidade e precarização, tais como o trabalho atípico, os trabalhos terceirizados, o cooperativismo, o empreendedorismo, e o trabalho voluntário. Tais formas geradoras do valor (sob a aparência do não-valor) passaram a se utilizar de novos e velhos mecanismos de intensificação e autoexploração do trabalho (Idem, p.407).

Esta força destrutiva acabou descartando parcela significativa da força de trabalho, colocando, para milhares de trabalhadores, a realidade dos trabalhos parciais, precarizados, na informalidade e no desemprego. Este quadro acompanhou as conseqüências do desemprego estrutural, “expressão-limite mais aguda e trágica dessa destrutividade presente no mundo do trabalho” (Idem, p.407, 408).

Como o capital não pode gerar mais valor sem realizar mudanças na interação entre trabalho vivo e trabalho morto, passou, portanto, a buscar intensamente o aumento da produtividade, ampliando os mecanismos de extração do sobre trabalho em tempo cada vez menor, com a ampliação do trabalho morto corporificado no maquinário tecno-científico-informacional. E dessa forma, a informalização do trabalho, tornou-se “um traço constitutivo e crescente da acumulação de capital dos nossos dias, tornando-se cada vez mais permanente.” (Idem, p.408).

Para Antunes (Idem) os “modos de ser” da informalidade estariam presentes na acentuação de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quer na condição de desemprego. Assim, os trabalhadores informais também estariam inseridos na divisão social do trabalho capitalista, contribuindo para efetivar a circulação e o consumo das mercadorias produzidas por suas empresas.

A inserção deste trabalhador informal ocorre de forma precária, com baixa renda e sem garantia aos direitos sociais e trabalhistas básicos (aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade), o tornando cada vez mais vulnerável a casos de doença, e sendo, muitas vezes, forçados a parar de trabalhar, perdendo totalmente sua fonte de renda (Idem, p.409). Integrariam o conjunto destes trabalhadores informais, os assalariados sem registro, ou seja, aqueles que não possuem estatuto de contratualidade, passando da condição de assalariado com carteira para sem carteira, e muitas vezes excluídos do acesso as resoluções dos acordos coletivos de sua categoria.

Nesta sistemática do capital e como mecanismo de aproveitamento e redução do custo trabalho, muitas empresas acabam criando e recriando novas relações de trabalho que assumem uma feição informal. É o caso, por exemplo, dos trabalhos em domicílio subcontratados pelas empresas como montagem de bens, produção de serviços, distribuição de bens através do comércio de rua ou do trabalho ambulante (Idem, p.410). Não só ocupações como estas, mas também a de trabalhadores por conta própria, concebidos como produtores simples de mercadorias, e que podem contar com sua força de trabalho ou com a de familiares, e que muitas vezes também subcontratam a força de trabalho assalariada, integrariam parte desta informalidade. Afirmo Antunes:

Os pequenos proprietários informais atuam em áreas que não atraíam investimentos capitalistas de maior vulto, de modo a atender à demanda por determinados bens e serviços. Esses trabalhadores adotam essas estratégias porque seus pequenos negócios informais não têm condições de concorrer com as empresas capitalistas, são elas que definem sua forma de inserção no mercado. (Idem, p.410, 411)

Ainda conforme este autor existem algumas formas gerais inseridas na precarização estrutural do trabalho. A primeira delas, de base taylorista e fordista é considerada despótica, embora regulamentada e contratualista (direitos e regulamentação), baseando-se no trabalho coisificado e reificado maquinal. A segunda dessas formas adviria da implantação da flexibilidade liofilizada, marcada pelo caráter “participativo”, cujos traços de estranhamento e reificação são mais interiorizados do que os vigentes no período precedente. Esta flexibilidade seria responsável pela desconstrução monumental dos direitos sociais do trabalho e pela “generalização de novas modalidades da precarização.” (Idem, p.416). Afirmo Antunes:

As “responsabilizações” e as “individualizações”, os “parceiros” ou “consultores”, os “envolvimentos” dos novos “colaboradores”, as “metas” e “competências” que povoam o universo discursivo do capital são, portanto, traços fenomênicos, encobridores de uma acentuada informalização e precarização do trabalho (Idem, p.416).

De acordo com este autor, estaríamos diante de uma nova fase de desconstrução do trabalho sem precedentes, a qual vem ampliando os diversos “modos de ser da informalidade” e da precarização do trabalho. No contexto de crise estrutural do capital, estaríamos adentrando numa nova era de precarização estrutural do trabalho em escala global. Afirmo:

(...) no movimento pendular do trabalho, preservados os imperativos destrutivos do capital, oscilamos crescentemente entre a perenidade de um trabalho cada vez mais reduzido, intensificado e explorado, dotado de direitos, e, de outro, uma

superfluidade crescente, cada vez mais geradora de trabalho precarizado e informalizado, como via de acesso ao desemprego estrutural. (Idem, p.417).

Para Antunes (Idem) a informalidade em seus vários modos de ser supõe uma ruptura com os laços de contratação e regulação da força de trabalho (desregulamentação), tal como se estruturou a relação capital e trabalho ao longo do século XX sob a vigência do taylorismo/fordista.

Como bem constato na pesquisa de campo, e nas várias entrevistas realizadas com os trabalhadores, o complexo produtivo da José Avelino envolve um intenso uso da força-de-trabalho na produção de suas confecções. Registrou-se em pequenas unidades produtivas, a presença de um trabalho desvalorizado, a almejar cada vez mais o barateamento das mercadorias. Por isso, muitos dos envolvidos neste processo, seja o próprio feirante que está na rua ou o seu contratado, acabam trabalhando muito para a obtenção de pouco. Para Alves e Tavares (2006):

A premissa de o produto conter o máximo possível de trabalho não pago só pode ser alterada para mais. Então, realizar no mercado um produto que incorpore um quantum de trabalho maior que o socialmente necessário, como ocorre na chamada economia informal, implica um alto grau de exploração do trabalho, o que destrói o argumento da independência e da autonomia que se atribui a esta. (ALVES E TAVARES, 2006, p.443)

Na dinâmica contemporânea do capitalismo, intensifica-se ao máximo o fomento da informalização do trabalho como estratégia positiva e favorável ao aumento da produtividade e da competitividade. Intensifica-se, portanto, cada vez mais a contrição capital-trabalho, com o aumento da exploração do trabalho enquanto mercadoria desvalorizada. Para Alves e Tavares (2006):

A conjunção dialética entre reordenamento do capital, inovações tecnológicas, fragmentação da produção, redivisão do trabalho e processo de terceirização, aliada ao poder ideológico do discurso burguês, fomentam o crescimento da informalização do trabalho e estão voltados para o aumento da produtividade e da competitividade (...) O que se quer, além da redução dos custos da produção, é negar a centralidade da contradição capital-trabalho (Idem, p.444).

Para estas autoras, a flexibilização enquanto mecanismo gerador de emprego é uma das mais eficientes modalidades de exploração do trabalho já utilizadas pelo capital. Afirmam: “os mecanismos que consubstanciam os processos de terceirização” suscitam argumentos que, contrariamente aos fatos, sugerem que a simples ausência de vínculo empregatício transforma os trabalhadores em produtores independentes. Entretanto, diferentemente do discurso, a realidade brasileira revela outras condições (Alves e Tavares, 2006, p.437). Ainda de acordo com as autoras:

A moderna organização do trabalho consubstancia um sofisticado arranjo entre os dois pólos da relação-capital, mediante formas que dissimulam a exploração, e que são indicativas da generalização do trabalho informal. A disseminação da pequena empresa, da cooperativa, do trabalho domiciliar e de outras práticas utilizadas pela terceirização, além de, objetivamente, maximizar a exploração, sugere uma alteração da realidade, conduzindo empregados a acreditar que podem ser patrões, mesmo que, às vezes, apenas de si mesmos. Contudo, as relações sociais existem efetivamente: um simples recurso semântico não pode negá-las (Idem, p.439).

No contexto específico da Feira da José Avelino, encontrei trabalhadores imersos em situações que poderiam ser encaradas como geradoras de “autonomia” ou “independência”. Entretanto, o que se percebe na realidade, é a intensificação de um processo que precariza ainda mais a força-de-trabalho e a própria vida daqueles que se inserem nesta rede de individualização e capitalização do trabalho.

Percebe-se que nos discursos da flexibilização, o trabalho informal deixou de evocar a noção de esterilidade a que geralmente esteve associado, assumindo desta vez, a representação de um trabalho produtivo, transfigurando-se de sua velha forma, num modelo adaptado às atuais exigências da valorização do valor (Idem, p.440). Conforme Alves e Tavares (Idem), graças aos processos de terceirização, “a generalização da palavra ‘informal’ se transformou no signo de uma nova maneira de pensar o desenvolvimento e numa nova forma de ser da sociedade assalariada” (Idem, p.439).

Neste contexto, é notável a produção de alguns equívocos, como por exemplo, a idéia de autonomia atribuída ao trabalho informal. Entretanto, faz-se necessário compreender que a informalidade está em sintonia orgânica com o sociometabolismo do capital e para tanto, atua em sintonia com um exército industrial de reserva, o que garante por sua vez, a reprodução do capital (Idem, p.440, 441). Afirmam as autoras:

O indivíduo que se auto-emprega, mesmo que a sua atividade não seja interior à produção capitalista, não é nem autônomo nem capitalista. Tal qual um assalariado, o produto de seu trabalho será enlaçado pela lógica do capital. O mercado é o ponto para o qual todos convergem e no qual todas as pseudo-autonomias se dissolvem. Por mais independente que o indivíduo imagine ser, o produto do seu trabalho terá, em algum momento, de se confrontar com outros, no mercado, onde cada troca imprime a presença da mais-valia, expressando, portanto, a oposição do capital à capacidade viva de trabalho (Idem, p.441).

Compreendo que os trabalhadores da Feira da José Avelino estão inseridos nesta dinâmica sociometabólica do capital, imersos na perspectiva das Políticas Públicas voltadas para a formalização dos pequenos negócios, e ao mesmo tempo vinculadas à lógica do empreendedorismo como discurso estimulador de uma possível autonomia e independência dos sujeitos. Nesta perspectiva, estão inseridas diversas trajetórias de vida de feirantes, a buscar incessantemente uma nova condição de “liberdade”, “autonomia” e

“sucesso” nos negócios. Entretanto, as dinâmicas contraditórias do capitalismo contemporâneo evidenciam que estas novas formas de ser informal no mundo do trabalho, expressam uma nova variação e faceta da exploração do trabalho.

6.2 Precariedade e instabilidade: tensões subjetivas no comércio de rua.

As constantes tensões subjetivas provocadas pela pressão da atividade laboral e as incertezas vivenciadas pelos trabalhadores, que se sobrecarregam cada vez mais a procura de sustento, estabelecem novos modos de ser e de agir no mundo do trabalho. A imprevisibilidade diante de um futuro material e a não realização de projetos pessoais vão intensificando um quadro de instabilidades e de precariedade presente no Complexo da José Avelino.

Os constantes embates travados com a fiscalização (o “rapa”), a instabilidade vivenciada no mercado de trabalho (oscilações entre estar empregado e desempregado) e o risco de vida assumido diariamente pela falta de garantias e direitos (ausência de cobertura social e previdenciária), alimentam um estado de medo permanente entre os trabalhadores feirantes que ocupam o espaço da Rua da José Avelino. Esta situação reflete a condição universal e ontológica da precariedade da classe que vive do trabalho.

Dentre os vários fatores que marcam esta condição de precariedade, destaca-se o medo como elemento específico, produzido a partir de confrontos estabelecidos entre os ambulantes e os agentes do Estado, envolvendo muitas vezes, situações extremas de luta corpo-a-corpo e outros tipos de tensionamentos, em que os trabalhadores (por sua condição de desvantagem) acabam sendo agredidos. Constata-se nesta atividade a convivência constante do trabalhador com o sentimento de medo, o qual está vinculado ao risco envolvido na atividade e no exercício laboral, atividade, que por sua natureza “ilegal” (embora lícita) envolve constantes tensionamentos entre sujeitos.

“Faz uns dois anos que tô aqui. Sempre foi assim. Essa perseguição. É sempre assim. Mas esse suspense é direto! Tem um horário que eles até permitem, mas é só uma treguinha. (Fátima)

Uma de minhas entrevistadas afirmou se sentir perseguida em meio a um “suspense” permanente.

“Tudo bem, eu sei que nós somos camelôs. Se não pode colocar, a gente tem a ciência disso. Mas a gente tem que buscar o nosso pão de cada dia. A gente tem que trabalhar, já que a gente não tem como conseguir de outra forma. A forma como eles vêm, como eles chegam (...) não o rapa em si, mas sim a guarda municipal, às vezes

a gente tem que sair aperreado, correndo e aí perde peça, perde mercadoria. Então tem muitos guardas municipais que eles vêm e já descem do carro atirando bala de borracha na gente. O maior inconveniente é esse. Com relação ao tratamento deles de chegarem, em vez deles chegarem e dizerem: -Não pessoal, acabou o horário já, vamos lá, recolham aí. Aí sim né. Beleza! Mas por conta de uns, todos pagam. Porque têm alguns aqui, não vou citar nomes porque não é conveniente. Tem uns que jogam pedras neles. Essas pedras. Por conta deles, todos no geral pagam. A maneira deles tratarem a gente, porque apesar de nós sermos camelô, nós somos trabalhadores também. Somos cidadãos também, trabalhadores que nem eles. Então nós estamos aqui querendo ganhar o nosso melhor, o nosso dia-a-dia, sem ter que tá fazendo algo de errado. Sem ter que tá pisando em alguém, ou até mesmo fazendo coisa errada, como assaltando, roubando, matando. Porque tem dia que chega aqui um comboio de guarda municipal. Ora, eles poderiam estar nas escolas fazendo a segurança das crianças, em vez de estar atirando na gente, porque aqui ninguém tá fazendo nada de errado. Estamos trabalhando, buscando o nosso sustento”. (Alan)

Alan afirma ter que trabalhar na rua por necessidade, pois precisa “buscar o pão de cada dia”, e por não encontrar outra solução ou alternativa, acaba tendo que ocupar o espaço da rua como área de trabalho. O feirante, em seu discurso, questiona à abordagem da guarda municipal, o que acaba gerando ações de revide e agressividade, culminando em ações de tensão e violência.

Imagem 31 – Presença da fiscalização situada na esquina (cruzamento da Av. Alberto Nepomuceno com a Rua José Avelino).



Fonte: Autoria Própria

A forma abrupta e o uso desmedido da força utilizada nas ações de ordenamento espacial marcam uma relação tensa estabelecida entre os feirantes e a fiscalização. Como mesmo citado no discurso acima, e como também pude presenciar em algumas situações cotidianas, os trabalhadores são retirados do espaço público, muitas vezes tendo que sair de forma “atropelada” e muitos, devido a esta situação tensa, acabam “perdendo suas

mercadorias”, deixando-as para trás durante a retirada. Neste mesmo discurso, percebe-se também que o trabalhador reivindica uma identidade e um lugar social por sua condição de “cidadão”, rejeitando o tratamento ríspido com o qual é tratado pelas autoridades. Ainda nesta mesma narrativa, o feirante reconhece e internaliza uma carga estigmatizada à sua posição de “camelô”, caracterizada como trabalho “irregular”, e o qual caba reproduzindo no espaço urbano uma imagem e uma representação negativa sobre esta condição.

Como “trabalhador”, reforça uma condição afirmativa, contrária ao desvio, representada por expressões como “fazer algo de errado”, “assaltar”, “roubar”, “matar”. Ao reivindicar a identidade de “cidadão trabalhador”, o feirante tenta legitimar um lugar social, questionando o comportamento e a atuação do Estado, por não reconhecer seus direitos. Conforme sugeriu, a guarda “deveria estar protegendo o cidadão” e não reprimindo os trabalhadores, que, embora em situação irregular, estariam “trabalhando dignamente” para seu “sustento”. Assim, a condição do trabalho acaba incorporando em seu discurso uma carga moral positiva e legítima, pois contraposta a condição do “desemprego”. Ainda sobre esta condição, Alan afirmou:

“Já cheguei aqui a perder mercadoria. Há um mês, eu perdi oitenta peças de sutiãs. Um prejuízo de quinhentos e vinte reais. Mas graças a deus, a misericórdia do senhor me ajudou a sair desse prejuízo, porque não era mercadoria minha, mas de um fornecedor de quem eu já pegava”. (Alan)

Em vários discursos e relatos coletados durante a pesquisa, pude registrar situações envolvendo apreensão de mercadorias. Nestas situações, os trabalhadores informais eram confrontados com uma realidade extrema, sentindo-se usurpados pelo próprio Estado, e agredidos fisicamente com o uso de armas de efeito moral.

“O rapa fica muito em cima. Só não ficam assim na gente que vende merenda. Aí eles não ficam muito não. Mas se você também ficar parado, eles não querem não. Você tem que tá rodando. Até porque você andando, você vende mais né. Se você ficar num canto só aí, não consegue vender bem. Às vezes você tá num canto só e não quer sair, aí você chega e aquela pessoa já merenda né. É bom por isso. Aí eu mandei fazer esse carrinho próprio pra isso”. (Juraci)

Mesmo para o trabalhador ambulante, que circula pelos espaços da feira, extrapolando os limites de sua atividade para além das fronteiras da José Avelino, torna-se difícil conviver com a fiscalização, embora para esta trabalhadora seja mais fácil lidar com o “rapa”, quando a atividade é circulante, pois, em situação de trânsito, a atividade do comércio de rua se torna liberado pelos órgãos de controle e ordenamento urbano.

Tal atividade, antes, considerada irregular, tornou-se regularizada a partir dos anos 1980, na condição de que só poderia ser exercida de forma itinerante, e na condição de que

não parasse ou se estabelecesse em pontos fixos do espaço público. A partir daí, o ambulante teria que adequar seus meios de trabalho a uma situação circulante (uma estrutura que pudesse ser deslocada com facilidade). Segue abaixo o discurso de outra feirante:

“Eu não perdi mercadoria porque eu não dou motivo pra eles. Porque tem gente que perde porque fica xingando eles, aí eles ficam com raiva e tomam mesmo. Mas eu não. Eu não dou motivo. Toda semana eles tomam as mercadorias dos outros. Agora pra onde vai essa mercadoria ninguém sabe”. (Antônia)

A trabalhadora expôs em sua narrativa, que nunca chegou a perder suas mercadorias para a fiscalização, pois não estaria “dando motivos” para isso, diferentemente dos muitos ambulantes que são agredidos porque estariam “dando motivos”, ou se seja, contrariando as ordens e determinações do poder público, além de estarem “xingando” os agentes, que insultados, reagiriam com agressividade. Conforme relatou, todos os dias se apreendem mercadorias, mas “ninguém sabe para onde estas mercadorias vão”, suspeitando-se da própria atividade fiscalizadora.

Antônia argumenta que a relação privada ou pessoal estabelecida com os agentes da lei é que estaria intensificando a intervenção repressiva do poder público, tratando-se de reação meramente pessoal, portanto, passível de negociação, o que acaba encobrindo a situação de ilegalidade da permanência do comércio de rua. Nesse sentido, esconde-se a condição negativa do “trabalho de rua”, pois trabalhar acaba assumindo a representação de uma ação digna, e independente de ser realizada no espaço público ou não, deveria ser passível de reconhecimento.

Estas situações de apreensão de mercadorias já são muitas vezes naturalizadas entre os próprios trabalhadores, que num exercício de adaptação a um contexto hostil e extremamente violento, acabam utilizando certos artifícios como forma de encarar a dura e difícil realidade laboral. Como se percebe, frequentemente os ambulantes acabam perdendo suas mercadorias para a fiscalização, confrontando-se diretamente com os representantes do Estado. Mesmo que tenham conhecimento deste tipo de intervenção, sujeitam-se a encará-las como única forma de se manter no espaço público, e assim, poder garantir o seu sustento material.

“Eles tão tomando direto aqui. Hoje tá pesado aqui. Acho que até o meu carrinho se ficar ali, eles levam. Acho que é porque eu faço amizade ali com eles, aí facilita mais. Eles trocam os lanches deles comigo. E também eu não sou birrenta. Não insisto. Se eles mandam eu sair, eu saio numa boa. Às vezes eu tô vendendo a uma pessoa, aí eles dizem: -Ei tia tá bom de você sair. Aí eu digo: -Tá bom! Saio já viu. E assim a gente vai levando. Mas tem gente que é teimoso né. Tem pessoas que eles pegam é implicância. Aqui não é fácil não. Aqui tem que ter sabe o quê? Sabedoria e

sangue azul na veia (risos). Porque não é fácil. Não é pra qualquer mulher não”.
(Juraci)

Para lidar com a presença diária da fiscalização, os trabalhadores da José Avelino utilizam mecanismos de adaptação e convivência com os agentes do “rapa”, acatando suas ordens e ou procurando dialogar de forma diplomática, pois esta presença dos agentes do Estado, nem sempre significa ou eclode necessariamente em situações de embate direto com os trabalhadores, embora represente para os feirantes e ambulantes, uma forma direta de intimidação. A constante convivência com esta forma de pressão e ameaça, faz com que os trabalhadores se utilizem de táticas e mecanismos de defesa dada a própria condição precária de vida (reforçada pela exposição a vários tipos de abordagem e apreensão de pertences).

Conforme discurso citado, minha entrevistada tenta estabelecer uma relação de “amizade” com os agentes do “rapa”, negociando o próprio uso (não permitido) do espaço urbano, numa convivência harmônica com a fiscalização, formatando um tipo de “trégua” em meio ao conflito. A partir de diversos discursos registrados durante a pesquisa de campo, pude perceber a existência de duas categorias específicas e locais, coitadas pelos próprios trabalhadores que atuam no comércio de rua. A primeira delas seria constituída pelos “teimosos”, que insistem em desobedecer às regras e a desafiar a autoridade fiscal. São trabalhadores que mesmo cientes das limitações impostas à atividade comercial no espaço público, continuam burlando e “afrontando teimosamente” as ordens emanadas do poder público. Para minha entrevistada, a atitude de “desrespeito” e o “desacato” constante dos “teimosos” geraria uma “implicância”, e uma espécie de incentivo ao ato repressivo.

A segunda categoria é representada por aqueles trabalhadores que tentam estabelecer uma relação de convívio equilibrado com a fiscalização, acatando as ordens e os avisos de retirada. Entretanto, é importante esclarecer que apesar do aparente convívio pacífico e momentâneo entre os agentes que permanecem na rua, estes trabalhadores também estão sujeitos a apreensão e a intervenção repressora dos fiscais. É o caso, por exemplo, daqueles que mesmo considerados “bem comportados”, sofrem agressões e chegam a perder suas mercadorias em abordagens surpresas.

As duas categorias, embora explicitem pequenas diferenças, entrelaçam-se configurando uma condição precária única e comum entre aqueles trabalhadores de rua que atuam nas brechas do poder estratégico da gestão urbana. Todos enfrentam e vivenciam a mesma precariedade laboral, sendo enquadrados como desviantes da “ordem urbana”.

“Graças a Deus nunca perdi minha mercadoria. Não sou de ficar muito perto deles. Nem sou de encarar ninguém, nem de olhar. Eles fazem o trabalho deles, eu faço o meu. Quando eles já chegam lá bem distante, eu já vou saindo da atividade. A gente tem que respeitar também o limite da lei. Se é uma regra, é uma lei a gente não pode bater de frente. Não é legal pra gente né, já que a gente é pai de família, tem filho, tem responsabilidade. A gente sente né, porque isso pro prefeito é ilegal, tá fazendo isso aí. Mas é uma certa forma que a gente tem pra ganhar o dinheiro e manter a família”. (Josimar)

Josimar afirma evitar o confronto e o embate direto com a fiscalização, preferindo se retirar do espaço a “encarar” os agentes estatais, respeitando assim, os limites da lei. Para ele não seria coerente assumir uma postura resistente, já que os trabalhadores da feira são “pais de família”, “tem filhos” e “responsabilidades”. Todavia, reforça que esta atividade encarada como “ilegal”, acaba se tornando uma alternativa para a geração de renda e sustento familiar. Aqui a ilegalidade esbarra-se na moralidade positiva do trabalho como algo que dignifica o trabalhador, e acaba justificando a própria ocupação irregular do espaço urbano.

“Só que é um trabalho gostoso, a gente se acostuma, conhece novas pessoas. Mas não é fácil e também não é difícil. Como todo trabalho, é um trabalho. No momento da perda é ruim. É ruim porque você fica pensando: -Pôxa tive esse prejuízo! Você fica aborrecido. Às vezes dá vontade até de desistir, mas não pode desistir. Muita gente já perdeu. Nossa! Amigos meus aí já perderam mercadoria aí de mais de três, quatro, cinco mil reais só duma vez só. E é um prejuízo grande! Porque dá trabalho pra fabricar e aí perder pro rapa assim, do nada. O cara chega em cima e leva a mercadoria sem menos esperar, passam e levam. E pra recuperar a mercadoria é um processo longo. Às vezes não consegue recuperar, é complicado. Eles vêm sempre armado. Armados até os dentes e se xingar, aí pode até apanhar”. (Ednilson)

O trabalhador afirma gostar do ofício, atribuindo-lhe qualidades que lhe proporcionam satisfação e prazer, como a possibilidade de nutrir amizades. Por outro lado, considera um trabalho como “qualquer outro”, com suas dificuldades e desafios característicos. Ednilson lembra o episódio em que perdeu toda sua mercadoria para a fiscalização, sentindo-se, por isso “derrotado e aborrecido”, o que não lhe impediu de continuar a luta. Além disso, refere-se também a outras situações semelhantes envolvendo amigos, que perderam suas mercadorias, e que lhes fizeram sentir indignação e revolta.

Ednilson enfatiza o modo de operação do “rapa”, referindo-se a sua “chegada surpresa”, desconcertando os trabalhadores desprevenidos, muitas vezes utilizando-se de armamentos de efeito moral, e impossibilitando qualquer reação por parte dos feirantes. Situações como esta denunciam a condição arriscada a que os ambulantes do comércio de rua da José Avelino se submetem. Tal contexto específico de violência urbana interfere diretamente no trabalho do feirante, tornando-se fonte latente de stress e ansiedade.

Este mesmo trabalhador fala sobre a sensação de perda a que está sujeito, sentindo-se violado e ao mesmo tempo usurpado pela fiscalização. Nesse caso, o próprio

Estado, torna-se um agente estressor, deteriorando as condições de trabalho daqueles que vivenciam cotidianamente a instabilidade do trabalho informal. O constante confronto estabelecido entre os trabalhadores da José Avelino e os agentes fiscalizadores do Estado marca uma tensão entre necessidade do poder público em normatizar e regularizar o espaço urbano, e, ao mesmo tempo, da necessidade dos trabalhadores ambulantes de fazerem deste espaço público, sua atividade “ganha-pão”.

A violência nas grandes metrópoles expressa em formas e em espaços distintos vem desencadeando, e trazendo repercussões para a saúde dos trabalhadores em seus segmentos mais vulneráveis do mercado informal. (GOMEZ ETHEDIM-COSTA, 1999, p.412). Entretanto a invisibilidade dos trabalhadores como pessoas presentes levam a sua própria coisificação (FRANCO et al., 2010, p.242). Muitos trabalhadores da José Avelino sentem-se desrespeitados quando abordados de forma “truculenta” pela fiscalização da prefeitura, sentindo-se desconsiderados e feridos em sua dignidade. Nesse sentido, a preservação de suas identidades é essencial à sua estabilidade psíquica.

“Você não poder pegar o seu produto e mostrar não, porque você fica em situação de risco (...) porque eu tenho que me acordar duas e quarenta da manhã e pegar o uber três horas, três e quinze por aí assim, pra chegar aqui antes das quatro. Porque quatro horas, quatro e quinze, o rapa chega, aí sempre tem algum ou outro canalha que fica jogando pedra neles. Aí é bala de borracha pra todo lado. É aquela correria e aí o tempo vai passando. Teve uma vez que o clima tava tão tenso aqui que eu achei melhor voltar pra casa sem ter vendido nada, pra não perder a minha mercadoria”.

(Roberta)

Roberta, em dias de maior movimentação na feira, acorda ainda de madrugada para chegar a tempo na José Avelino. Seu desmedido esforço físico e subjetivo conduzido na saga corriqueira é intensificado mais ainda pelo clima de tensão e medo enfrentados nos confrontos diários com o “rapa”. A trabalhadora arrisca-se a esta condição, mostrando-se totalmente vulnerável a situações de violência e ameaça a própria integridade física, estando exposta a “pedradas”, a “tiros de balas de borracha”, e a perda de suas próprias mercadorias.

Com os conflitos permanentes, os feirantes acabam nutrindo um sentimento de repulsa e raiva à fiscalização, aumentando a carga emocional dos trabalhadores durante a atividade laboral, e estimulando o desenvolvimento de sentimentos de raiva, revolta e indignação.

“Eu tenho uma amiga que trabalha aqui, que ela não está nem vendendo mais esses dias. Ela nem tá mais vendendo não. Ela tá mandando uma nora e uma filha vir vender pra ela. Aí ela paga pra elas virem. Porque ela já tá de idade. No mês passado tomaram bem duas vezes as coisas dela. Tomaram aqui de frente a igreja. É tanto que ela fica mais é aqui debaixo, porque quando é de manhã quando eles chegam, eles vêm por ali pela rua da Catedral, ou então eles se escondem com farol apagado

e chegam numa vez. Muitas vezes eles também vem no carro em alta velocidade com o vidro aberto, faz o retorno e jogam tudo que é de mercadoria pra dentro. É porque eles chegam com a escopeta na cara da gente, coisa de guerra mesmo. Nesse dia que ela perdeu, já era de manhã, umas oito e pouco, porque nesse dia de feira não tinha venda. Mas nesse dia, ela disse que tinha feito umas vendas até boa, uns calção. Da outra vez agora, que a nora dela perdeu, a mercadoria valia uns oitocentos reais. É complicado demais trabalhar aqui, porque eu não sei o que é que o prefeito ou o governo acha melhor, se é vê um meio de organizar esse povo pra trabalhar ou construir presídio pra prender bandido. Parece que aqui é proibido trabalhar, só pode roubar.” (Roberta)

Roberta cita o caso de uma trabalhadora ambulante, já idosa, que devido às condições fragilizadas de saúde, não consegue mais trabalhar sozinha, e para isso, contrata alguns familiares para lhe ajudar no ofício. A trabalhadora conta que esta senhora já teve sua mercadoria apreendida duas vezes pelo “rapa”, sujeitando-se a ação ostensiva da fiscalização. É muito comum encontrarmos na feira, pessoas idosas trabalhando, principalmente mulheres, e como muitas já não têm a mesma disposição física necessária para a lida diária, acabam acionando uma rede de familiares, amigos e conhecidos para lhes ajudarem tanto na atividade de confecção das peças, como na vendagem das mesmas.

Para minha entrevistada as abordagens realizadas pelo poder público são “truculentas”, pois fazem uso de armamentos de efeito moral, utilizados em caso de revide ou em tentativas de resistência por parte dos feirantes. Antônia compara estas operações a uma verdadeira “guerra”, afirmando que em certos casos, os agentes do “rapa” chegam de “surpresa”, em seus “carros com faróis apagados”, e de “forma brusca” apreendem todas as mercadorias que vêm pela frente, gerando com isso grandes constrangimentos e prejuízos aos feirantes.

Além das péssimas condições de trabalho a que estão sujeitas as ambulantes, as constantes pressões da fiscalização também intensificam a sua vulnerabilidade. Os trabalhadores que perdem suas mercadorias são submetidos à alta carga de pressão psíquica, denotando uma condição de trabalho degradante. Nas representações da trabalhadora, o Estado aparece como agente repressor e não como ente garantidor de direitos.

“Uma vez um fiscal chegou assim bem pertim de mim e disse assim: -Senhora, você pegue suas coisas e saia, porque eles (a guarda municipal) tão vindo ali. Porque tem uns (fiscais) e outros que chegam pra você e dizem: -Senhora, não pode vender. Saia. Agora já tem outros que não. Às vezes, as pessoas não são nem vendedores. Às vezes é um cliente. Aí eles pegam, jogam a pessoa no chão e tomam as coisas. Nem querem identificar! Uma vez tinha uma senhora aqui, sentada com a mercadoria dela, esperando o moto taxi, aí chegaram (a fiscalização) e jogaram ela no chão e pegaram as coisas dela. Aí a menina que vendia do lado em que ela tava, teve que explicar: -Olha ela não é vendedora, ela é cliente, ela tava comprando. Aí ele:-Não, porque tem que falar com fulano, num sei o quê com sicrano e acabou. Eu sei que a conversa aqui vai longe porque eles não entregam a mercadoria de jeito nenhum.” (Roberta)

Roberta afirma que existem diferentes maneiras com as quais a fiscalização aborda os feirantes, a mudar de acordo com o perfil dos próprios agentes. Para ela, alguns destes fiscais avisam antes de intervir com agressividade, conversando e alertando os trabalhadores sobre a ocupação no espaço. No entanto, há situações em que a fiscalização agride até mesmo os próprios clientes, tomando suas mercadorias de forma ríspida, sem distinguir entre aquele que é vendedor e entre aquele que está apenas comprando a mercadoria.

O discurso da ambulante revela um tom de indignação, revolta e raiva diante dos tipos de intervenção e abordagem dirigidas aos “trabalhadores”. Para ela, tal modo de operar invalida a dignidade do trabalho.

“Agora no momento, parece que eles perceberam que o negócio tá fraco, aí eles maneraram mais uma coisinha. Mas eles chegam é num carro preto aí, tomando é tudo, e vão tomando tudo. Tem uma turma aí que chega é num carro preto com toda velocidade. Aí tem mais duas kombis e um caminhão. Não tem como escapular não. E andam com a guarda a tira colo”.

Neste discurso, o trabalhador faz referência à fiscalização e às chegadas surpresas e inesperadas do rapa, a impossibilitar qualquer tentativa de fuga. Nesta atmosfera de intimidação, o rapa adentra o espaço de trabalho de maneira ostensiva, “tomando tudo”, apreendendo o que vêm pela frente. Conforme os ambulantes, estes agentes constroem e ao mesmo tempo humilham o trabalhador. Destaca um dos ambulantes:

“Eu trabalho nessa atividade há mais de vinte anos. Sempre varia de canto. Às vezes é aqui. Às vezes é na praia. Às vezes é no Centro. Às vezes o movimento tá fraco num canto e aí vou pra outro. Onde eu me dou bem mesmo, é na praia. Aqui tem a guarda municipal. Porque a guarda municipal eles protegem o rapa. E o rapa vem pra tomar as coisas da gente. O valor que paga pra retirar a mercadoria é de acordo com o tipo de mercadoria. No caso desse carrinho de coco é oitenta e cinco reais. Você já trabalha feito jumento no interior pra adquirir o pão de cada dia pra casa, e ainda vai ter que perder seu meio de trabalho?! Eu sei que eles tão cumprindo ordem. Mas eles deviam também saber que nós também somos pai de família. Não custa nada (...) Aqui e acolá eles avisam, mas os novato querem mostrar serviço numa porcaria dumempregovêi desse e tomam mesmo, sem conversa nenhuma. Porque pra mim isso é uma porcaria. Deus me perdoe! Eu prefiro vender assim, juntar latinha, papelão do que um emprego desse aí que mesmo se me dessem eu não queria nem de graça. Nem me pagando dois salários eu não queria, pra tomar as coisas dos outros. Não concordo!” (Fernando)

Fernando trabalha no comércio de rua há mais de vinte anos, tendo nesta atividade sua principal ocupação. Atualmente vende água de coco e mineral, alugando um pequeno carrinho adaptado para o deslocamento de sua mercadoria. Na fala, questiona a maneira “indigna” e violenta com a qual a fiscalização trata os “pais de família”, compartilhando uma representação coletiva consensual entre os demais entrevistados, que desaprovam e criticam a

intervenção do rapa no comércio de rua. Para eles, o Estado, na figura da fiscalização atua apenas como obstáculo a impedir o exercício do direito social legítimo do trabalho.

“Quando o fiscal chega, já leva. Leva, recolhe. Cansei de ver as sacoleiras no meio da rua, parecendo uns animais. Eles roubam. Todo mundo vê! Derruba as pessoas no meio do chão pra puxar as mercadorias. Isso é coisa?! Quase toda feira tem isso aqui. Eles amenizam mais quando vem uma reportagem né. Aí eles param, porque eles não querem ser flagrados né. Mas quando não tem ninguém aqui, aí vem um bocado, desce numa vez do carro, e vai logo descendo tomando as coisas das pessoas”. (Fernando)

O discurso acima é revelador, mostrando o uso desproporcional da força pelo agente estatal na apreensão das mercadorias do comércio de rua. Para o feirante a presença da “reportagem” e da mídia, quando presentes em algumas situações, acaba inibindo a ação repressiva da fiscalização, funcionando como meio de denúncia contra a agressividade dos agentes. No relato específico, o ambulante compara as cenas de agressão a um contexto de “animalização” e barbárie.

“Quando eles começam a perturbar mais, aí eu mudo de lugar aqui. Aos sábados e domingos eu vou mais a praia. Gosto mais da Praia de Iracema. Eu gosto mais de feriado também. Aí quando é no feriado, que tá tudo fechado, aí eu passo direto e não perco tempo com trânsito. Aí chego lá na praia cedo, umas nove horas. Aí fico até quatro, cinco horas. Até seis horas eu tenho vendido tudo”. (Fernando)

A lógica de ocupação espacial do comércio de rua está diretamente atrelada ao exercício da fiscalização, pois à medida que a vigilância se instaura e se estabelece no espaço, muitos dos ambulantes tendem a se deslocar para outras áreas. De acordo com o trabalhador, quando a fiscalização começa a “perturbar”, ele se desloca para outras paragens, circulando pelos bairros próximos, como a Praia de Iracema (ponto turístico e favorável a venda de sua mercadoria).

Aqui há uma inversão no sentido do termo “perturbação”, uma vez que o agente perturbador, geralmente associado à figura do “ambulante”, no discurso oficial (que se apropria indevidamente do espaço público, provocando “desordem” e “irregularidade”), estaria aqui representado pelo próprio agente estatal, em suas tentativas de “normatizar” o espaço da rua, removendo desta, os trabalhadores.

“Uma das dificuldades que eu tenho aqui é essa fiscalização aí. Eu tô aqui por que o rapa não perturbou ainda. Quando perturbar tem que sair. Se perturbar eu vou lá pra outra Praça José de Alencar, pode ser pra Praça da Lagoinha. Um lugar em que ele não esteja. Aí acontece de dar sorte e deu tá num canto e conseguir vender, aí eu vendo. E assim eu vou levando o dia a dia”. (Fernando)

Com a intensificação da vigilância no espaço da Feira da José Avelino, o trabalhador acaba se deslocando para outras localidades do Centro, como a Praça José de

Alencar, Praça da Lagoinha, Parque da Cidade, dentre outras. E dessa forma, Fernando vai jogando com as possibilidades de ocupação do espaço, driblando, na medida do possível, a atuação do agente público, neste contexto, considerado fator de expulsão e intensificação da própria condição ambulante e itinerante dos trabalhadores da Feira, os quais, mesmo expulsos temporariamente da via, acabam retornando para ela. Este circuito constante de expulsão e retorno tem movimentado a dinâmica do comércio de rua no Centro da Cidade. Conforme apontou um feirante:

“Em relação aqui, ultimamente tá difícil por conta do nosso prefeito. Porque querem tirar a gente daqui, e ele é quem manda trazer o rapa e os guardas municipais pra gente. Por exemplo, se eles chegarem agora aqui, nesse momento, eles levam tudo, e isso dificulta um pouco a gente por conta do desemprego também. Porque tem muitas pessoas que vêm aqui porque estão desempregados. Então é difícil”. (Alan)

Neste referido discurso, a condição do ambulante estaria condicionada ao contexto do desemprego, configurando-se como problemática social. Tal situação de vulnerabilidade e de precariedade a que estão submetidos, obrigam-lhes a suportar diariamente o confronto mantido com os agentes do rapa, provocando constantes situações de stress, raiva, ansiedade e insegurança. O medo do desemprego e da condição de abandono a própria sorte, os impulsionariam a enfrentar (com bloqueios de sofrimento e desespero) a violência e o confronto cotidiano.

6.3 A precarização laboral e a condição de gênero: o desgaste de uma rotina entre a casa e a rua.

Para Helena Hirata (2011), o aumento do emprego feminino a partir dos anos 1990 foi acompanhado por um crescimento simultâneo do emprego vulnerável e precário, sendo esta “uma das características principais do trabalho na globalização numa perspectiva de gênero.” Ainda conforme esta autora é importante atentar para o fato de que a precarização do trabalho tem conseqüências diferenciadas para homens e mulheres, sendo estas últimas, as mais atingidas pela precariedade do trabalho do que os homens (Idem, p.16, 17). Nesse sentido, é possível apontar para a existência de uma

marcada divisão sexual da precariedade do trabalho”, considerando que as mulheres são mais numerosas do que os homens tanto no trabalho informal quanto no trabalho em tempo parcial, com um número inferior de horas trabalhadas e níveis mais baixos na escala de qualificação formal (Idem, p.17).

Na evolução paradoxal do trabalho, as mulheres são mais atingidas pela tendência à precariedade e à imposição das tarefas, e menos pela tendência ao investimento e à iniciativa. Helena Hirata (Idem) relaciona esta precariedade do trabalho (ou precarização salarial) com a precarização familiar, sendo estes, dois tipos indissociáveis, e analisáveis conjuntamente (Idem: 18). Conforme narrou uma de minhas entrevistadas:

“De manhã eu vou deixar os meninos na escola. Aí tenho que cortar o tecido. Aí tem que tá indo no posto de saúde pra ficar na fila de espera. Tem que tá resolvendo pagamento de conta. São tantas outras coisas que quando acaba o dia, eu digo: - Valha! Amanhã já é dia de feira e não tem nada pronto. Aí acaba que quando eu vou trabalhar mesmo, já é o dia de ir pra feira. Aí eu dependo de quê? Minha família é toda do interior, e eu dependo de uma irmã que mora em outro bairro, que nem hoje, que ela tá lá em casa cuidando dos meus dois meninos. Aí eu já vou pra casa pra ela poder voltar pra casa dela. Ela mora no Barroso, e eu moro na Serrinha. Ela tá lá com os meus meninos até enquanto eu chego, pra ela poder ir pra casa dela. Nos finais de semana o meu esposo fica em casa com eles, pra mim poder vir. Porque na verdade, a feira que o pessoal diz que é boa é quarta, quinta, sábado e domingo. Mas nem sempre dá pra mim vir na semana porque é muito corrido. Certo que agora não dá muito pra gente vender, porque o rapa não deixa. Aí a gente volta pra casa com muita mercadoria. Aí eu digo pro meu esposo: -Amor eu vou ter que ir amanhã, vou vêse eu vendo mais alguma coisa. Você bota os meninos pro colégio, porque logologo eu tô de volta. Aí quando dá nove e quarenta eu chego e já tenho que ir pegar eles na escola. Aí só dá mesmo pra mim vir mais folgada no dia de sábado que é quando minha irmã (...) hoje ela mora em outro bairro com o filho dela (...) e nós temos uma outra irmã que mora lá perto dela. Aí ela deixa o menino dela lá com essa nossa outra irmã e ela vem ficar com o meu aqui. É uma loucura!” (Roberta)

Atualmente Roberta assume uma jornada tripla, trabalhando tanto como ambulante na feira, como dona de casa e costureira em sua própria facção. Nesse sentido, funde literalmente horários de trabalho com atividades domésticas. Ao mesmo tempo em que se dedica a costura, cuida dos filhos e organiza a casa, assumindo uma rotina apressada e comprimida entre o tempo de trabalho e o tempo de vida. Em meio à precarização geral do trabalho, Roberta representa a situação de milhares de outras trabalhadoras que assim como ela, também desempenham simultaneamente papéis de mãe, dona-de-casa e trabalhadora ao mesmo tempo.

Nesta lógica de tempos comprimidos e de responsabilidades triplas, Roberta vive exclusivamente para trabalhar, contando com a ajuda da irmã e do marido, prática comum nos negócios informais, em que os trabalhadores acabam acessando uma rede de solidariedade entre familiares e ou amigos. Nestas redes informais de proximidade, mesclam-se atividades laborais e troca de favores pessoais, de modo que o trabalho exercido por um dos membros da rede acaba ajudando os demais na realização de atividades domésticas ou profissionais.

Para minha entrevistada a rotina doméstica a sufoca, impedindo-a de finalizar as metas estabelecidas no tempo previsto, o que acaba também atrasando a produção de suas

mercadorias, e a própria atividade comercial. Para compensar o atraso e o acúmulo de demandas, acaba comparecendo a feira em outros dias da semana, aproveitando ao máximo o pequeno fluxo de clientes que consegue acessar.

Como mesmo citou, “sua vida é uma loucura”. Além do pouco espaço de tempo que sobra para realizar suas vendas, deve também encarar as adversidades típicas do comércio de rua, como a fiscalização do “rapa”. Diante de tantas obrigações, o tempo se comprime e aquilo que é planejado, não se executa. Os intervalos entre as atividades são curtos e a única alternativa é intensificar o trabalho, sobrecarregando-se com responsabilidades simultâneas. A vida desta trabalhadora é uma constante “correria”, atribulada, sem intervalo, sem tempo para a reposição de energias físicas e psíquicas. Esta situação representa a rotina diária e precária de milhares de trabalhadoras informais da feira que acabam assumindo uma rotina intensa e desgastante de trabalho.

“Tenho casa, tenho uma filha também. Porque você tem que ter hora pra tudo. Ter casa, filha, marido, tudo, e o horário da feira. Eu divido minha vida assim. Minha rotina é essa. É casa, filha, marido e trabalho. Acordo cinco e meia da manhã, cinco e meia, seis horas. Aí começo dentro de casa, lavando uma roupa. Lavo uma louça. Faço um café. Faço um almoço. A minha filha vai pro colégio, e aí saio de manhã cedo. Tem vezes que eu chego aqui cinco e meia, seis horas da manhã. Isso varia. Eu dependo do ônibus e pego uma condução pra vir. Levo de meia hora a quarenta minutos pra chegar até aqui. É mais ou menos isso, dependendo do trânsito. Só venho pra cá nas quintas e nos sábados. Nos demais dias fico em casa, tomando conta da casa. Minha mãe é que faz a mercadoria que eu vendo. Ela só fabrica, mas não vende aqui. Só é ela que faz. Todo o procedimento quem faz é ela. Ela vende parte da mercadoria na casa dela, e eu vendo outra parte aqui. (Graça)

Como tantas outras feirantes, Graça assume uma dupla jornada de trabalho, fazendo-se simultaneamente feirante e dona de casa. Assim, intensifica um ritmo de trabalho tanto dentro de casa como também fora deste espaço, “dividindo sua vida” entre a casa, a filha, o marido e o trabalho. A trabalhadora frequenta a feira somente as quintas e aos sábados, dedicando-se nos demais dias, às atividades domésticas. A flexibilidade de horário que obtém nesta ocupação, permite-lhe desempenhar outras funções, mesmo que esta condição lhe sobrecarregue, intensificando assim seu ritmo de trabalho.

As mercadorias vendidas pela feirante são produzidas por sua mãe numa pequena oficina de confecção familiar, construída no espaço de sua própria casa, e assim, enquanto a mãe trabalha na produção das roupas, Graça a ajuda na comercialização do produto. Outra feirante registrou condição semelhante a esta:

“Eu me acordo, sabe que horas? Eu vou dormir onze horas da noite todo dia e me acordo quatro horas da manhã. Às vezes acordo até mais cedo. Eu tenho uma criança de seis anos, minha filha, mas criei sozinha. Deixo ela na escola, que é perto lá de casa, que é na Tereza Cristina. Aí eu desço pra cá umas sete e meia da manhã,

e fico aqui até umas onze horas, onze e meia. Porque o meu filho tá em casa agora e ele pega ela, mas se não, onze horas eu já subo que é pra pegar ela no colégio. Levo ela pra casa. Chego em casa, tomo banho. Aí vou cuidar do almoço. Aí eu vou fazer comida. A gente almoça, dou comida a ela. Aí depois do almoço eu dou um cochilo e depois vou comprar tudo de novo. Vou comprar o que precisa pra vender, porque eu já tenho lá em casa um bocado de coisa. Vou olhando o que vai faltando e vou comprando. Pode ser pão, goma, essas coisas assim, porque às vezes falta e você vai ter que repor. É uma luta né”. (Juraci)

Juraci, como muitas outras trabalhadoras ambulantes também acorda muito cedo, assumindo sozinha a responsabilidade pela criação da filha, e a organização da casa. Por assumir um duplo papel, tanto como trabalhadora ambulante como dona de casa, vivencia uma rotina de trabalho intensa, descansando pouco, mas “lutando” muito. Luta esta enfrentada com muita “força e garra”, em meio a condições precárias de trabalho, como a exposição ao calor e aos riscos de atropelamento quando se deslocam sua bicicleta adaptada (instrumento de trabalho).

Para Ricardo Antunes (2005) o trabalho feminino envolve níveis elevados de exploração do trabalho e formas de ocupação intensivas. A expansão deste tipo de trabalho tem se desenvolvido, sobretudo no trabalho mais precarizado, marcado por uma informalidade ainda mais forte, com desníveis salariais em relação aos homens. A trabalhadora mulher acaba realizando sua atividade de forma dupla, assumindo responsabilidades tanto dentro de casa, como também fora dela (duplicidade de exploração) (Idem, p.108).

Para Mesquita (2008) é importante considerar a questão de gênero no mundo do trabalho, uma vez que as mulheres representam maior presença nas jornadas de menor duração, e isto se deve, em partes ao fato da multiplicidade dos papéis que assumem no dia-a-dia (como mães, donas de casa e esposas), tendo que reduzir suas atividades de remuneração para dar conta de tais atividades (Idem, p.28).

“Faz só um mês que eu tô trabalhando. Eu optei por trabalhar assim, porque eu tenho uma filha pequena. Aí enquanto eu tô aqui, ela tá no colégio. Aí no final da aula, eu passo na escola e levo ela pra casa. Aí fico com ela a tarde. Só trabalho pela manhã, todos os dias”.(Juraci)

Para Juraci a flexibilidade de horário no trabalho, permite-lhe conciliar o tempo como mãe, dona de casa, e como vendedora ambulante. Enquanto a filha está no colégio, trabalha vendendo lanches pelo Centro da Cidade. E somente a partir do meio-dia, encerra suas atividades para buscar a filha na escola. Daí em diante, assume a condição de dona-de-casa, incumbindo-se de outras responsabilidades domésticas.

7 TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E DE VIDA NOS CIRCUITOS DA INFORMALIDADE NA FEIRA DA JOSÉ AVELINO

Apresento aqui trajetórias de trabalho gestadas na Feira da José Avelino, constituindo uma extensa e complexa divisão social do trabalho informal. A partir de relatos e experiências dos trabalhadores da Feira, apresento como estes sujeitos se inserem na informalidade.

7.1 Bonança em meio a precariedades: A divisão social do trabalho informal e hierarquização na Feira José Avelino

Início esta seção a partir de um caso bastante emblemático, e que representa bem aqueles trabalhadores da feira que conseguem auferir maiores rendimentos, mesmo que para isso, tenham que vivenciar e transpor determinados obstáculos típicos da atividade informal.

“Começo a trabalhar quatro horas da manhã, mas três e meia eu já estou aqui. Aí eu abro a loja da minha sogra e venho pra cá pra rua. É um corre-corre danado. Se eu chego quatro horas, aí tem que ser mais rápido ainda, põe e tira, põe e tira. O rapa atrapalha muito! Você tem que ser igual ao suricato. Tem que tá atendendo o cliente, e aqui, com o olho atento, porque senão perde a mercadoria. Quatro horas eu já tô correndo! O rapa pega mesmo! Você pode ter nota, pode ter tudo. Ele vem e toma. Tem uma mulher aí ó, que ela perdeu a mercadoria. A mercadoria dela é até melhor que a minha, é muito boa. Ela vende pro meu cunhado. E os caras pegaram e não devolveram mais. Disseram que iam devolver e até agora não devolveram. Antes, essa rua aqui era liberado nesse horário. Agora não tem mais horário liberado. Mesmo assim, hoje, ainda tem muita gente vendendo de mão. A maioria desse pessoal aí que trabalha aí dentro, que tem *box* aí dentro coloca o povo aqui pra fora. A maioria do pessoal de *box* quer que fique aqui fora, porque o pessoal compra mais na rua do que lá dentro. Tem dias aí que eu chego a fazer dois mil reais aí brincando. Tô quatro horas da manhã aí até oito horas da manhã, e já fiz dois mil reais. Dia de venda bom aí a gente vende sossegado”. (Régis)

Meu entrevistado inicia sua labuta ainda durante a madrugada, chegando ao local de trabalho às três e meia, e iniciando suas atividades de venda às quatro horas da manhã. Com a presença constante da fiscalização, afirma vivenciar um verdadeiro “corre-corre”, numa rotina carregada de tensão e ansiedade, pois ao mesmo tempo em que deve atender ao cliente, também precisa ficar atento a fiscalização, pois do contrário poderá ser surpreendido a qualquer momento, e perder suas mercadorias.

Apesar do clima tenso, Régis afirma conseguir obter um bom faturamento com as vendas, citando que em dias de grande movimentação, consegue apurar valores referentes a dois mil reais em apenas quatro horas de trabalho, realidade esta diferenciada daqueles

trabalhadores que também estão na feira, mas que conseguem obter apenas o suficiente para as despesas essenciais. Percebe-se assim, a existência de uma grande heterogeneidade a envolver os processos de informalidade da Feira da José Avelino, integrada por diversas categorias de trabalhadores e diferentes situações de faturamento, estrutura e organização da produção, bem como também da atividade comercial e dos tipos de vínculos mantidos entre diferentes categorias de estabelecimentos.

Régis, por exemplo, representa aquele trabalhador ambulante mantido por uma rede socioprodutiva já consolidada e fortalecida no mercado local, e que, portanto, possui maior capacidade para geração de renda e expansão da atividade produtiva. Apesar do status e da condição diferenciada dos demais trabalhadores, Régis assimila algumas características típicas do trabalhador ambulante contratado por estabelecimentos mantidos nos galpões, que é a realização da prática comercial no espaço da rua, como possibilidade de extensão do comércio realizado nos pontos fixos (*boxes*).

O dinâmico comércio desenvolvido na Feira da José Avelino é constituído e mantido por milhares de trabalhadores que vendem suas mercadorias nas “mãos”, de forma ambulante, carregando-as em carrinhos próprios, malas adaptadas e ou em sacolas plásticas e de tecidos. Muitos destes trabalhadores carregam consigo alguns manequins que servem como mostruário para suas peças, expostas nas ruas e calçadas, quando na ausência da fiscalização.

A heterogeneidade existente no complexo da José Avelino desafia o próprio conceito de precariedade na informalidade. Régis, por exemplo, apesar dos níveis mais elevados de faturamento e da estabilidade no comércio local, vivencia uma condição de precariedade ao se submeter a condições típicas da atividade ambulante desenvolvidas no espaço da rua, expondo-se a condições ergonômicas desfavoráveis.

Encontraremos também neste comércio, ambulantes contratados por outros produtores, remunerados por comissão e que recebem financeiramente de acordo com a quantidade de mercadorias que conseguem vender. Conforme exposto por Régis:

“Tem os vendedores que pegam a mercadoria da minha pessoa ou de outra pessoa que fabrica pra vender na rua. Ele ganha um real em cima. A calça é trinta e cinco, ele vende a trinta e seis. Aquele um real é dele”. (Régis)

O feirante comenta sobre os tipos de trabalhadores existentes na Feira da José Avelino, citando entre eles, os feirantes que compram mercadorias de terceiros para revendê-las no espaço da rua, e, aqueles feirantes que fabricam e vendem simultaneamente suas próprias mercadorias, como é o seu caso. Os primeiros ocupam, juntamente com os carregadores de mercadorias, a base inferior na pirâmide da divisão social do trabalho

informal no comércio de rua da Feira. Nestas duas categorias estariam inseridos os feirantes de confecção e moda (com maior predominância); e os feirantes secundários que vendem água, lanches, sobremesas, saladas de fruta, *din-dins*, *pendrives*, cartões de memória, remédios, e produtos de higiene pessoal (em número reduzido). Estes trabalhadores possuem um rendimento inferior, faturando apenas o necessário para sua sobrevivência.

Já os produtores independentes, que possuem suas próprias oficinas de confecção, e que, portanto, fabricam suas mercadorias, integram um patamar mais elevado na cadeia produtiva da Feira, com maior capacidade para investimento e ampliação do próprio negócio. Tal categoria é constituída por aqueles feirantes que são proprietários de lojas e ou *boxes* nos galpões; pelos feirantes que são apenas locatários dos *boxes*; e pelos feirantes que não têm acesso a estes estabelecimentos, mantendo-se em condições de itinerância, o que se diferencia dos primeiros, pelo fato daqueles poderem assumir as duas condições de ocupação espacial, tanto de forma fixa, como de forma circulante.

“Antes de vir pra cá eu era zelador, ali perto da Praça do Ferreira. Depois eu fui carroceiro. Trabalhando em carroça. Antigamente eu morava na Beira-Mar. Ali, na Vilas do Mar. Agora eu Moro no Álvaro Weyne. Sou daqui mesmo, de Fortaleza. Eu vim pra cá procurando trabalho, porque a pessoa tem que se manter. Comecei a trabalhar com dez, doze anos de idade. Hoje tenho dois filhos pra criar. A gente precisa né. Há quatro meses atrás me divorciei e tive que trabalhar em qualquer coisa né?! Tem que manter os filhos né?! Eu trabalho pra mim mesmo. Aí a gente fica por aqui na calçada esperando ser chamado. Aqui é cada um por si só. Não tem nenhum tipo de grupo não. Quando chamam, a gente vai. Às vezes as lojas fazem a nossa propaganda, mas aqui é nós por nós. É dividido. Tem os dali, os daqui, cada parte tem um grupo de carregador. Mas se eu quiser, eu posso ir pra lá também. A gente pega sacola aqui de cinco, de sete reais. Vai pra acolá, volta, pega de dez reais, vai mais pra longe, aí volta. É assim. Não tem nada certo não. Aqui dá um preço meio baixo. Mas é só pra agüentar o dia-a-dia. Esse carrinho aqui é nosso, ele é próprio porque a gente compra ele. Tem uns aqui que aluga, mas outros é nosso mesmo. O meu carrinho eu comprei aqui por duzentos contos, mas tá com muito tempo. Já comprei ele usado. Porque geralmente na Apiguana¹⁰⁶, ele é vendido novo, e quando é novo, os caras compram de lá. Mas quando é usado, às vezes o cara arruma um emprego e quer sair fora, aí eles vendem baratinho mesmo. Aí quem tem dinheiro compra lá e quem não tem compra usado aqui”. (Batista)

Batista atualmente é carregador na feira, realizando o serviço de transporte de mercadorias com o uso de um carrinho. Antes de se ocupar nesta atividade, trabalhou como zelador e como carroceiro, fazendo pequenos fretes e coletando recicláveis. Iniciou precocemente no mundo do trabalho quando ainda criança (tinha entre dez e doze anos de idade – não lembrando ao certo). Após ficar desempregado, sem alternativas de inserção no mundo do trabalho formal, resolveu “trabalhar em qualquer coisa”, desde que lhe permitisse sustentar minimamente os filhos. Sem muitas perspectivas e possibilidades de atuação,

¹⁰⁶ Conhecida loja de ferragens da Cidade.

inseriu-se como carregador na Feira, ocupando-se de forma precária nesta heterogênea divisão social do trabalho informal.

O ofício de carregador atualmente ocupa uma posição inferior na divisão social do trabalho informal da Feira, tendo surgido a partir da necessidade dos próprios feirantes e dos sacoleiros que precisavam deslocar suas mercadorias de um lugar para outro, carregando uma grande quantidade de peso (estruturas de ferro de suas barracas e as próprias mercadorias). Tal atividade específica, antes realizada pelos próprios feirantes, acabou se tornando uma atribuição laboral executada por alguns trabalhadores que já realizavam pequenos bicos e pequenos favores aos feirantes.

Com o surgimento e a organização do serviço profissional de carregador, qualquer sacoleiro ou feirante pode acionar os serviços de baixo custo desta categoria específica, ofício este a demandar tempo, desgaste e dispêndio de força, consequência da sobrecarga deslocada até o local destinado (estacionamentos, galpões ou pousadas da região onde os clientes estejam hospedados).

É importante considerar que os processos de informalidade vivenciados e reproduzidos no espaço da Feira, acabam criando novas possibilidades de ocupação, com suas próprias lógicas e demandas. Sendo assim, não só criam demandas “para se trabalhar em qualquer coisa”, como também são capazes de pulverizar estas mesmas ocupações. Ainda no período em que a feira era constituída por barracas que ocupavam o centro da Rua José Avelino, os carregadores eram responsáveis por armar e desarmar as estruturas metálicas destas bancas (popularmente denominadas “esqueletos”), transportando-as para os depósitos onde ficavam armazenadas até a realização da feira seguinte. Atualmente, estes trabalhadores desempenham uma função central na dinâmica comercial da feira, embora representando uma condição extremamente precária de trabalho.

Os carregadores de mercadorias são trabalhadores extremamente precarizados, espalhando-se pelas calçadas da José Avelino. Não possuem grupos coesos e trabalham de forma independente, sendo muitas vezes indicados pelos próprios feirantes ou locatários de *boxes*. Sem uma organização de classe ou categoria própria, estes trabalhadores, além da força física, devem ter acesso a alguns equipamentos específicos (carrinho apropriado para o transporte das mercadorias). Embora a atividade não exija habilidades técnicas mais complexas, requer grande dispêndio de força física, agilidade e rapidez, pois o rendimento financeiro dependerá da quantidade de serviços realizados, e quanto maior a quantidade, mais

possibilidades de ganho terão. O baixo custo da atividade denuncia um dos fatores centrais no alto grau de precarização desta atividade.

A função, por sua própria natureza, geralmente é desempenhada como um bico ou complemento de renda passageira, sendo executada por indivíduos com baixa escolaridade e que estão em permanente rotatividade informal, ora estando inseridos nesta atividade, ora trabalhando em outras pequenas ocupações como guardador de carros, limpadores de pára-brisas, carroceiros de reciclagem, etc.

Para Milton Santos (2008) quanto maior for o anseio das camadas médias e abastadas de consumir serviços pessoais a baixo custo, associando-se ao fracionamento infinito das tarefas e das empresas, multiplicam-se os empregos neste setor (SANTOS, 2008, p.202). Sobre a complexa divisão social do trabalho no circuito inferior, aponta este autor:

“A divisão do trabalho (no circuito inferior) também é grande (...) ela é acompanhada de uma multiplicação das tarefas, freqüentemente de uma pulverização de atividade de modo a acolher ao máximo os que procuram fazer alguma coisa. De resto, o trabalho é o fator essencial no circuito inferior, quando no circuito superior é o capital.” (Idem, p.203)

Ainda conforme o autor, o fracionamento e a descontinuidade das atividades do circuito inferior criam uma multiplicidade de serviços de contato e de articulação, e toda uma cadeia de atividades. Para ele, “o próprio terciário do setor moderno é que acaba criando seu próprio círculo de serviços de nível inferior”, de tal modo que o ingresso nas atividades informais tem sido fácil, sendo mais necessário o uso da força do trabalho do que propriamente do capital (Idem, p.204, 253).

Para Costa (2010), entre os anos de 1980 e 2000, a população passou a encontrar sua fonte de renda no mercado de trabalho informal, através do trabalho autônomo, ambulante, temporário, irregular e precário. Houve assim, um crescimento do número de trabalhadores nas ruas dos grandes centros urbanos a vender roupas, alimentos e produtos importados da China, tornando-se notório o crescimento do número de antigas atividades jamais reconhecidas como trabalho regular ou regulamentado, tais como a de guardadores de carros nas ruas; catadores de lixo; *outdoors* humanos ambulantes; carregadores de feira e trabalhadores domésticos casuais (Idem, p.172).

Esta grande variação nas formas de inserção laboral possibilitou a ampliação e a complexificação da divisão social do trabalho na informalidade, o que é bastante visível na Feira da José Avelino. Para Costa (2010), essa nova informalidade urbana intensificou uma heterogeneidade do mercado de trabalho, o qual tem como algumas de suas marcas, a precariedade das condições de trabalho e de vida da população, e a negação dos princípios

mais elementares de cidadania, contribuindo para a perpétua reprodução da pobreza e das desigualdades sociais (Idem, p.172).

Registra-se que nos anos 1990, começaram a surgir nos centros urbanos, algumas atividades típicas, como a “publicidade informal”, realizada por bicicletas com som e os serviços de mototáxi. Para Araújo e Lima (2010), estes exemplos representam alternativas de ocupação e renda, por estratos sociais situados na cauda inferior da desigualdade do trabalho. Ao mesmo tempo, pode-se também mencionar o surgimento de novas atividades, ou de atividades tradicionais, realizadas por segmentos da classe média, que também se mobilizaram para oferecer informalmente outros produtos e serviços no espaço urbano.

No campo tradicional era comum a expansão do comércio ambulante (venda de alimentos com uso de automóveis e vans) realizado por trabalhadores qualificados ou semiquilificados, egressos do setor formal. Tal fenômeno estava relacionado à queima e a perda de postos de trabalho formalizados, intensificada nesta década, em setores públicos, como o bancário, por exemplo (Idem, 2010, p.341). Logo, foi possível identificar um aumento da escolaridade média da população ocupada neste setor informal e uma forte migração desordenada do setor formal para o informal, incluindo-se aí o trabalhador autônomo (DALBOSCO E KUYUMJIAN, 1999, p.214).

Nesta mesma década a informalidade explodiu em ascensão, ocorrendo uma notável redução e retração do emprego formalizado. Num contingente total de 62,1 milhões de trabalhadores que constituíam a População Ecobomicamente Ativa do país em 1990, apenas 26,2 milhões estavam inseridos em empregos formais (Idem: 214).

Reconhecendo o peso que a informalidade passou a ocupar na formação da mão-de-obra do país, a partir dos anos 1990, e que se estendeu para os anos 2000 e 2010, reconheço que diferentes gradações de status marcam os trabalhadores da Feira da José Avelino, conforme maior e ou menor grau de precarização do trabalho. É difícil neste contexto, estabelecer uma categorização homogênea para estes trabalhadores. Em nível de análise, utilizo aqui algumas categorias de tipo ideal, que no cotidiano tendem a se mesclar, mas que numa perspectiva analítica, tornam-se passíveis de serem analisadas individualmente.

Neste universo heterogêneo, o velho se funde ao novo, o sofisticado ao precário, a formalidade à informalidade. Nele convivem categorias e condições de trabalho diversas, havendo em algumas situações, a coexistência entre a formalidade e a informalidade, como é o caso dos feirantes locatários de boxes em situação formalizada (pois registrados como Microempreendedores Individuais, com status de pessoa jurídica), mas que também se

utilizam da mão-de-obra assalariada sem carteira de trabalho e sem acesso a benefícios de proteção social e outras garantias legais.

Muitos destes pequenos produtores contratam informalmente outros trabalhadores para revender suas mercadorias como ambulantes, sendo remunerados por comissão e ou por peças vendidas. Há os casos também em que estes trabalhadores de pequenas unidades produtivas formalizadas dirigem às ruas, utilizando-se dos *boxes* apenas para armazenamento e estocagem de suas mercadorias, enquanto presentes no espaço da rua.

Neste complexo, é possível identificar ainda aqueles ambulantes que compram peças de vestuário no comércio varejista e atacadista do Centro da Cidade (muitas vezes mercadorias importadas e ou “contrabandeadas”), revendendo-as na feira a um valor mais barato. Trata-se de trabalhadores desempregados que se envolvem na atividade do comércio ambulante varejista, alguns de forma temporária, outros de forma permanente, sem qualquer tipo de registro legalizado (previdência, carteira, etc) ou reconhecimento por parte do poder público para a comercialização de seu produto.

Além de categorias como estas, identificaremos também aqueles que possuem oficinas de confecção domiciliar (no espaço privado de suas residências) e que contratam informalmente mão de obra familiar e ou de amigos e pessoas próximas; revendendo suas mercadorias pessoalmente no espaço da rua em sistema de atacarejo¹⁰⁷. Nesse sentido, a Feira José Avelino é complexa não só no que se refere a sua trama de relações de trabalho, mas também no que se refere a sua configuração espacial, uma vez constituída tanto por galpões e estabelecimentos privados, dos quais muitos diferem em termos de infra-estrutura, como também pelo espaço a céu aberto das ruas e calçadas, ocupadas por ambulantes, ora a competir, ora a complementar as atividades comerciais desenvolvidas nestes galpões.

Esta relação mantida entre o público e o privado, pode assumir contornos harmônicos quando os feirantes proprietários ou locatários de *boxes* contratam ambulantes para revenderem suas mercadorias nas ruas e calçadas do Centro – formatando o que alguns chamam de mutualismo (relação e associação entre diferentes segmentos onde todos os envolvidos são beneficiados). Mas também podem assumir contornos conflituosos, como é o caso dos ambulantes independentes que comercializam suas mercadorias a baixos preços, derrubando a concorrência dos galpões, e assim prejudicando-os (beneficiando-se com sua clientela).

¹⁰⁷ Corruptela linguística que sintetiza as formas de comércio tanto em atacado, como no varejo.

Há casos, por exemplo, de ambulantes que afirmam vender suas peças, fabricadas por eles mesmos, em pequenas facções domésticas, sem a utilização da mão de obra alheia, valendo-se única e exclusivamente do próprio esforço laboral. Esta condição intensifica mais ainda a precarização, tendo em vista não só o aspecto do desgaste físico e da intensidade do esforço, dedicado simultaneamente a fabricação e a comercialização do produto, mas também a falta de garantias legais como proteção contra acidentes de trabalho; previdência; férias; seguro-desemprego; 13º salário; auxílios, entre outros (com exceção daqueles que são cadastrados como microempreendedores individuais e que ainda possuem algumas destas garantias).

Além de fabricarem as mercadorias, estes trabalhadores deverão administrar o seu próprio negócio, pois muitos dividem seus tempos de trabalho entre a fabricação de suas peças, e a atividade de comércio na feira. A depender da movimentação dos clientes e do olhar fiscalizador do “rapa”, comercializam suas mercadorias, ora no chão da Rua José Avelino, ora em outros espaços do entorno, desenvolvendo sua atividade de forma itinerante e circular. Um de meus entrevistados expôs o seguinte depoimento:

“Na minha confecção a gente tem um pessoal, umas duas meninas que trabalham com a gente. Elas também têm uma dificuldade de arranjar emprego. Ficaram desempregadas, aí a gente começou a dar uma força a elas (...) e a dizer também pra elas que a forma de trabalhar era essa e tal, e elas aderiram. Aí às vezes tem momentos que não dá pra gente contratar elas, pra que trabalhem a semana todinha. Tem semana que não dá pra gente trabalhar né. Aí elas até ficam chateadas, mas não com a gente, mas por não ter uma colocação. —Ah, essa semana agora não vai ter peça pra fazer e tal. Mas quando tem, elas ficam mortas de satisfeitas e a gente vai se virando, vai trabalhando. Agora tem muita gente que gera emprego nessa área aqui. Muita gente aqui gerando emprego né, direta e indiretamente nessa área de confecção. Muita gente aqui (...) Tá ali aquele rapaz vendendo aquele salgadinho ali. A semana que tem confecção, que tem venda, ele tá ali vendendo o salgadinho dele né. Quer dizer, emprega direta e indiretamente. Aqui na feira tem muito vendedor de lanche, muita gente trabalhando”. (Josimar)

Josimar afirma contratar informalmente (sazonalmente) algumas costureiras que o ajudam na produção de suas mercadorias. Geralmente são mulheres desempregadas que possuem máquinas de costura em suas casas e que trabalham como subcontratadas para estas pequenas oficinas de confecção. No dia-a-dia, vivenciam uma constante condição de instabilidade, pois dependem de produções oscilantes, a formatar uma intensa sazonalidade neste mercado de trabalho informal. Por conta disso, deparam-se freqüentemente com estados de decepção e chateação, não conseguindo se incluir no mercado de trabalho.

Esta mão-de-obra depende diretamente dos feirantes, sendo subcontratada mediante demanda por produção. No entanto, não havendo uma boa movimentação no comércio, os feirantes acabam não conseguindo obter renda suficiente para contratá-las.

Diferentemente dos feirantes e dos camelôs que atuam no comércio de rua e que conseguem ter autonomia na produção de suas mercadorias, as costureiras subcontratadas dependem exclusivamente desta parceria, ficando ociosas ao término das produções e encomendas.

Meu entrevistado também enfatizou a existência de uma grande rede socioproductiva integrada à Feira da José Avelino, a empregar direta e indiretamente milhares de trabalhadores informais que sobrevivem deste comércio de rua. Para Cacciamali (1994) a renda auferida pelos demais participantes associados ao produtor-trabalhador é triplamente condicionada, sendo influenciada pelo mercado específico em que participa a atividade informal; pela renda auferida pelo titular da atividade e pelas suas decisões de partição e de remuneração (Idem, p.219).

Logo, em condições de excesso de oferta de trabalho, os membros da família podem não ser remunerados e os ajudantes podem receber remunerações abaixo daquelas pagas pelas empresas capitalistas, além do não recebimento de direitos assegurados pelos contratos individuais e coletivos do trabalho (praticados pelas firmas capitalistas e órgãos públicos) (Idem, p.219).

É importante enfatizar aqui o caráter subordinado das atividades informais que têm vinculação direta com o capital (produção em redes em que o acabamento final é processado por trabalho em domicílio – *putting out-system*). Trata-se de subcontratação de cooperativas de trabalho ou de indivíduos, em diversas atividades – fenômeno que se amplia no Brasil a partir de 1990, como exemplo de relação informal de trabalho, escapando de recolhimento de impostos e contribuições sociais (ARAÚJO E LIMA, 2010, p.340). Sobre a realidade da subcontratação, afirma Santos (2008b):

As novas estratégias empresariais de produtividade e competitividade seriam um dos principais fatores explicativos das mudanças na composição ocupacional dos trabalhadores, que passam a vigorar, sobretudo, dentro de redes de terceirização e subcontratação. Estas redes estabelecem uma relação de complementaridade entre as grandes empresas e as de menor porte (micro, pequenas e médias). Estas fornecem para as primeiras vários tipos de insumos, produtos intermediários, embalagens e, inclusive, força de trabalho. (Idem, p.157)

Sobre a heterogeneidade das formas de ocupação da feira, o relato a seguir é bastante elucidativo:

“Estou trabalhando aqui já faz cinco meses, que eu vim pra cá pra feira. Eu tava desempregado. Aí eu passei da água pra meia (**peça de vestuário**). Peguei água e agora eu tô na meia. Na água eu passei uns dois meses só. A água a gente compra o fardo da água de cinco. Agora tá de seis, e vende a um real, aí ganha a metade que vende. A um real, vem doze, ganha seis reais no fardo. É igual à meia também. Ganha seis reais, o pacote. Eu trabalhava todo dia com água. Tinha dia que eu

vendia cinco, seis, oito fardos, cheguei a vender até dez. Fico andando pelo Centro inteiro”. (Paulo)

Paulo é ambulante na Feira da José Avelino, e compõe uma categoria específica de trabalhadores, integrada por aqueles que recebem o menor nível de rendimento, e que por isso, ocupam a parte inferior da pirâmide social da Feira. Esta base seria constituída pelos feirantes que ocupam os maiores níveis de precarização do trabalho, e que geralmente vendem somente um tipo de mercadoria a baixo preço (pequenos acessórios de moda, bebidas e ou alimentos) em pequenas quantidades, o suficiente apenas para a satisfação de necessidades mais imediatas, a demandar uma rápida reposição do produto.

Meu entrevistado, apesar de participar do comércio de rua da Feira da José Avelino, não restringe seu espaço de trabalho, apenas aos limites e imediações da Feira, estendendo seu raio de atuação laboral para toda a região do Centro. Nesse sentido, percorre longas distâncias, fazendo diversos deslocamentos durante o dia, a depender da movimentação de pessoas e da clientela a ocupar esta área. Com baixa escolaridade e sem muitas habilidades para o desempenho de outras atividades que demandem um conhecimento formalizado, Paulo resolveu trabalhar vendendo água e meias, intercalando a comercialização destes produtos, de acordo com a demanda.

Há diferentes formas de inserção do trabalho informal no modo de produção capitalista e, para sua análise, deve-se levar em consideração essa grande heterogeneidade, desvendando-se os vários tipos de vínculos existentes entre esses trabalhadores e o acúmulo de capital. Sobre estas diferentes formas de inserção na informalidade, Alves e Tavares (2006) afirmam:

O estudo das atividades informais deve ser articulado ao processo dinâmico e contraditório de acumulação do capital, que envolve desde os trabalhadores informais tradicionais até os pequenos proprietários por conta própria que atuam em várias áreas da economia. Essas atividades não apenas ocupam os interstícios deixados pelo grande capital, mas também estão inseridas nas formas de exploração do modo de acumulação capitalista, especialmente por sua capacidade de se adaptar às várias modalidades de exploração criadas pelo capital. (Idem, p. 434)

O ambulante Paulo pode ser considerado um informal ocasional, ora estando desempregado, ora absorvido por estas formas de trabalho precário. A posição do trabalhador nesta complexa rede, também demarcará o tipo e a qualidade da mercadoria vendida. Josimar comenta sobre esta condição:

“Tem de todo jeito. Tem gente que trabalha com tecido barato, tem gente que trabalha com tecido mais ou menos. Aqui não se pode trabalhar também com tecido caro. Mas tem loja que também trabalha com tecido e com mercadoria boa. Tem uns

que trabalham com mercadoria boa. Isso é relativo. Eu trabalho com mercadoria barata”. (Josimar)

No comércio de rua da Feira da José Avelino encontraremos uma grande variedade de produtos no segmento de confecção popular feminina e masculina, tanto para adultos, como para crianças, englobando todos os tipos de peças de vestuário, desde à moda básica até a moda íntima – incluindo *shorts*, camisas, camisetas, calças, bermudas, vestidos, macacões, cuecas, calcinhas, sutiãs, *lingeries*, camisolas, pijamas, meias e acessórios complementares (como colares, pulseiras, brincos, cintos, óculos, chapéus, bolsas, sandálias, calçados em geral, etc).

Josimar afirma que entre estes produtos há variações no que se refere à “qualidade” e à matéria-prima utilizada, pois na Feira “encontra-se de tudo”, desde os tecidos e materiais de “qualidade inferior”, vendidos a baixo preço, preferencialmente no comércio de rua, até os produtos de “melhor qualidade”, vendidos e expostos nos *boxes* e nas lojas instaladas nos galpões. Conforme discurso deste ambulante, as mercadorias vendidas no espaço público são mais baratas, e se adequam às necessidades dos sacoleiros, que priorizam o preço baixo. Mas é importante destacar que neste comércio de confecção e moda popular da Feira da José Avelino haveremos também de encontrar diferentes públicos de revendedores, os quais consumirão as mercadorias para revendê-las a distintos consumidores finais.

Nesse sentido, as mercadorias da feira não podem ser vistas apenas como sinônimo de “baixa qualidade” e ou de “baixo preço”. É também possível identificar nesta Feira, a existência de trabalhadores informais com maior nível de rendimento, faturando muitas vezes, quantias superiores a de salários de profissionais com maior qualificação. Apesar de representar um importante segmento no circuito inferior da economia urbana, utilizando aqui o conceito de Milton Santos (2008), a Feira da José Avelino também representa um espaço de interrelação e convívio extremamente funcional com o circuito superior da economia urbana.

7.2 A informalidade como “escolha” entre os feirantes da José Avelino: uma opção circunscrita às impossibilidades estruturais.

A melhoria na condição de rendimento de muitos feirantes; a facilidade de ingresso no espaço da Feira; e a falta de oportunidades de emprego são alguns dos fatores que levam os indivíduos a se inserirem no mundo da informalidade. Explicitam-se aqui algumas trajetórias de trabalhadores feirantes da José Avelino que demonstram esta condição, mas que

também revelam como o ingresso na informalidade tem se constituído opção para os trabalhadores. Um de meus entrevistados expôs a seguinte narrativa:

“Eu tenho o ensino médio completo. Fiz também um básico de inglês e espanhol. Eu queria ter continuado, mas não deu tempo. Penso mais na frente em fazer uma faculdade de administração (...) fazer um curso. O meu ensino médio eu fiz tranqüilo. Sempre estudei muito e sempre passava direto. Sempre aprovado direto em todas as séries, sem nenhum problema. Mas não tentei o vestibular, porque eu não tinha gosto pelo estudo, não tinha aquela vontade. Aí eu disse pra mim mesmo que eu não ia fazer aquilo, que era de mim mesmo. Não vou querer isso não (**referindo-se ao estudo-grifo meu**). Eu sei que é bom. Mas eu não queria. Amigos meus fizeram, e tudo. Outros tão no meu lugar. Assim como eu, outros tão desempregados, outros estão concursados e eu tô aqui, graças a deus. Já trabalhei com tudo nessa vida. Tudo que você pensar e botar nessa memória, eu já trabalhei. Trabalhei de seis a sete anos de carteira assinada. Aonde eu vou, eu tenho emprego se eu quiser. Só que eu gosto mesmo é desse ramo aqui, trabalhar pra mim mesmo sabe. Pra mim não tenho problema nenhum em arranjar emprego com carteira. Porque se eu chegar em qualquer estabelecimento, eu consigo um emprego. Mas é porque eu gosto de estar na rua. Gosto de trabalhar com pessoas. Gosto de trabalhar pra mim, como autônomo. Essa é a vida que eu levo. Faço meu próprio horário. Às vezes você ganha até melhor. Quando você tem uma fonte de fornecedor boa. Quando você tem uma mercadoria boa e que você se identifica com ela e as pessoas gostam da sua mercadoria. Aí você consegue vender bem e isso se torna bastante lucrativo. Aí com os ganhos você consegue pagar suas continhas aos poucos. Todo dia você tem um dinheiro, todo dia. Diferente de um salário né, que você vê de quinze em quinze dias ou até só no final mês, e quando chega nesse período, você já tá devendo todim, só de aluguel, aí não consegue pagar tudo e tem que pedir até vale pro patrão”. (Edinilson)

Este trabalhador afirmou ter como formação escolar, o ensino médio completo e alguns cursos de língua, mas não mostrou interesse pelo vestibular, pois na realidade, queria trabalhar por conta própria. Para ele, esta condição de “trabalhar por conta própria” não lhe exigiria escolaridade ou nível de educação formal, o que o motivou a parar os estudos.

Conforme discurso, Edinilson já “trabalhou com carteira assinada durante sete anos” (“trabalhou com tudo nesta vida”), mas preferiu trabalhar como autônomo “na rua”, “conhecendo pessoas”, “fazendo seu próprio horário” e “ganhando mais”. Afirmou que “se quisesse” teria acesso rápido a um “emprego com carteira assinada”, mas, reconhece que “não compensaria”, pois não obteria um nível de rendimento compatível às suas necessidades (dada às limitações salariais impostas pelo trabalho de “carteira assinada”). Este trabalhador preferiu então escolher o comércio ambulante, pois para ele, só assim “melhoraria de renda”.

Diferentemente do emprego convencional, na atividade ambulante, este trabalhador pode “ganhar mais”, obtendo ganhos diários, e acesso a rendimentos com maior frequência e constância, diferentemente de um assalariado convencional, que “recebe somente no final do mês” e ainda “não consegue pagar tudo”. Para Edinilson, a depender da qualidade da mercadoria e do processo de fidelização mantido com a clientela, o ambulante pode

umentar seu nível de rendimento e ter acesso a dinheiro “vivo” com maior frequência, mesmo que em pequenas quantias.

Conforme Santos (2008), o rápido acesso o recursos e a crédito é uma necessidade nos pequenos negócios do circuito inferior, pois devido à baixa produtividade da atividade, o trabalhador deverá ter acesso rápido a dinheiro para a aquisição e renovação de suas mercadorias e para a própria manutenção da atividade, pois, caso contrário, poderá se endividar. Para o feirante, ter acesso freqüente a pequenas quantias de recurso é não só poder quitar dívidas, mas também poder garantir a permanência de seu consumo.

Embora Edinilson tenha demonstrado no discurso certa vontade em concluir os estudos e fazer um curso de nível superior, não teve “gosto” para isso, mostrando-se desinteressado pela própria qualificação. Entretanto, enfatizou satisfação e certa “vocaçãõ” para a atividade autônoma, exercida por ele, com prazer e satisfação. Nesse sentido, a atividade informal pode representar uma possibilidade de escolha para o trabalhador, mesmo que seu poder de decisão mostre-se limitado pelos movimentos do capital e pela conjuntura econômica, que independem dos ideais, interesses, vontade ou esforço próprio dos indivíduos para crescerem na vida.

Durante a entrevista, Edinilson ressaltou e enfatizou sua escolha pela atividade informal, reconhecendo nela uma alternativa vantajosa, uma possibilidade concreta para a melhoria de vida, o que reforça a condição da informalidade como possibilidade viável de engajamento laboral, dada às escassas e limitadas opções de emprego disponíveis.

Os dados da PNAD¹⁰⁸ do ano de 2006 confirmaram que mais anos de estudo podem significar uma melhor inserção no mercado de trabalho, tendo em vista que o grosso das pessoas ocupadas no mercado de trabalho informal possui baixo nível de instrução (42% dos trabalhadores informais possuem até quatro anos de estudo e 30% do total sequer concluiu o ensino fundamental) (COSTA, 2010, p.184). Mas, estudos recentes como o de Mesquita (2008) revela aumento no número de pessoas com maior escolaridade e qualificação, inseridas na informalidade, o que também não desmente que os indivíduos com baixa escolaridade e formação profissional tendem a se inserir na informalidade, como regra, revelando um traço da condição de precarização social a que estão sujeitos.

Algumas trajetórias de vida de feirante da José Avelino reforçam esta realidade:

“Eu comecei a trabalhar com cinco anos de idade. Eu nasci aqui, mas bem dizer me criei em Baturité. Em Baturité, a gente ia pra roça, eu e meu pai e meu outro irmão.

¹⁰⁸ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é uma pesquisa contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística que visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e longo prazo, da força de trabalho.

Aí chegava em casa às onze horas, tomava um banho, comia uma rapadura raspada com banana e aí ia pro colégio. Aí eu vim aqui pra cá pra Fortaleza com dez, doze anos. Aí quando eu comecei a trabalhar por aqui mesmo na Cidade, eu tinha dezessete, dezoito anos. Já trabalhei com carteira assinada por uns tempos aí. Mas sou daqueles que não agüenta abuso não, sabe. Tem empregado que quer mandar mais do que o patrão. Sempre é aquele babão né, que chama. Aí eu disse: -Sabe duma coisa! Vou trabalhar pra mim mesmo. Aí comecei a trabalhar vendendo lanche, suco, salgado e lanche. Aí eu tive que trabalhar de acordo com a mercadoria que dá mais, sabe?! Tem muita gente vendendo lanche. E o lanche é o seguinte, se não vender todo hoje, amanhã já não presta né, porque tem que sair tudo. E o coco não. Eu tava observando que esse aqui vai durar até sábado, no máximo até sexta-feira. Aí o gasto que eu tenho com ele aqui é só o canudo e o gelo. A única diferença é que é pesado. Mas pra pessoa que quer trabalhar não existe sacrifício. E não há vitória sem sacrifício né. Aqui cabem cinqüenta cocos, mas tem cinqüenta e cinco. Tem cinco sobrando só. Deixo cinco sobrando. Agora eu tô com trinta e um cocos e a água mineral. Aí dá pra tirar o do gelo, o do canudo, pagar a mercadoria e levar alguma coisa pra casa. As vezes sobra mercadoria, mas aí eu pago pro fornecedor só o que eu vendo, sabe. Dá pra sobrar setenta, oitenta conto. Lá na esquina tem dois vendedores que nem eu, bem aí em frente ao mercado tem mais um. Tem mais outro ali trabalhando também. Porque dia de feira é lotado aqui. O aluguel do carrinho é cinco, oito reais. Eu só pago cinco. Porque como eu lhe disse: depende do tamanho do carro né?! Um carrinho desse aqui com isopor, eles querem oito conto. Quer dizer, eles querem que a gente pegue a mercadoria e ainda por cima pague o aluguel do carro. A gente paga, porque enfim, a gente precisa trabalhar. Mas é como eu lhe disse, eu tô tentando arrumar um pra mim. Tem muitos carros pra vender por aí, como eu vi um ali, que é trezentos e cinqüenta. É tipo uma geladeira né?! Bota os cocos dentro e o gelo, e pronto, tá servido o isopor. Quatrocentos reais o valor dele, mas até trezentos e cinqüenta o dono vende né?! É uma geladeira mesmo, abre a tampa, bota o coco e o gelo dentro. Tem três pneus. É uma geladeira deitada, adaptada, com pneu. Já trabalhei com tantas coisas nesse mundo, já trabalhei com venda de churrasco, com lanche, com verdura, tudo que você pensar eu já vendi nessa vida. Eu já trabalhei na ECOFOR. O último emprego foi na ECOFOR, de gari sabe?! Já fiz um pouco de tudo nessa vida sabe?! Mas o que me chamou mais atenção até agora foi isso aqui. Detalhe: só é bom quando tá fazendo muito sol. Claro né. Mata aquela sede! O pessoal prefere um coco do que um refrigerante, do que uma água mineral. É mais sadio né. Eu gosto do que eu faço! É cansativo é, mas em compensação, no final vendendo tudo, recompensa. Pra você ver! Eu trabalhei de carteira assinada, só assim de pinga-pinga, um ano, seis meses. Não sei se é...de mim mesmo, ou se eu puxei isso de alguém, porque eu não gosto de desaforo não, sabe?!. Aí eu disse: -Rapaz, vou pedir as contas e trabalhar por conta própria mesmo. Rapaz, eu sei que fui mandar bater minha carteira pra ver o meu aposento e agora foi que eu paguei oito anos de INSS. Foi oito anos? Não, falta oito anos pra pagar, pra me aposentar né?!” (Fernando)

Fernando, assim como a grande maioria dos que trabalham na Feira da José Avelino, iniciou sua vida no mundo do trabalho ainda criança, acompanhando o pai e o irmão na lida com o “roçado”, na Cidade de Baturité. Nesta época, trabalhava e estudava simultaneamente, e ainda adolescente teve que migrar para Fortaleza, onde posteriormente começaria a trabalhar entre os dezessete e os dezoito anos. Com pouca escolaridade, conseguiu ocupar apenas funções de baixa qualificação, tendo trabalhado inclusive como gari, último trabalho formal em que esteve empregado. No entanto, afirma não ter se mantido nos empregos por não “agüentar os abusos” de outros trabalhadores, que para ele “queriam mandar mais que os próprios patrões”.

Como trabalhador ambulante, já vendeu diversos tipos de alimentos, dentre lanches, churrasco e verduras, experiências que lhe renderam certas habilidades e saberes típicos da atividade comercial, como o faro para a escolha do produto “certo” e da mercadoria mais vendável, pois quanto menos custo à atividade exigir, melhor será seu faturamento. Por isso, acabou escolhendo o ramo de alimentos para trabalhar, optando atualmente pela venda de coco, para ele, atividade que não exige grandes despesas, nem tampouco tem lhe gerado prejuízos, diferente dos lanches, mercadorias que não podiam ser estocadas de um dia para o outro.

Fernando atualmente compra sua mercadoria diretamente de um fornecedor, para quem também paga o aluguel do carrinho para a venda de coco, configurando um tipo de relação de contrato informal, em que o trabalhador apesar de arcar com a compra e a venda de sua mercadoria, também acaba se vinculando diretamente ao fornecedor, mantendo-se dependente dele através dos instrumentos de trabalho. Nesse caso, o proprietário do veículo (fornecedor) possibilitaria ao ambulante vender o seu produto, não assumindo os riscos inerentes a atividade.

Meu entrevistado também fez referência ao tipo de relação que mantinha com este contratante, encobrando por isto um laço de irregularidade e de dependência, sendo remunerado proporcionalmente a partir do que consegue vender. Esta situação atípica revela que embora o trabalhador se considere um “conta própria”, mantém-se dependente de seu fornecedor (uma espécie de patrão informal).

Conforme se percebe pela narrativa exposta acima, Fernando representa o trabalhador que alterna suas experiências entre as atividades de trabalho formal com inserções no mundo da informalidade. Ao não conseguir estabelecer relações duráveis com seus empregadores, passou a maior parte de sua vida profissional inserido na atividade ambulante. Situações como esta, revelam a continuidade e a permanência da informalidade como parte integrante da estrutura do mercado de trabalho e da vida de muitos trabalhadores que se encontram nesta situação escolhendo a atividade por conta própria como mecanismo de fuga para a precariedade existente nas relações laborais mantidas nos ditos contratos formais, o que não representa de fato para este trabalhador, estar imune ao fenômeno da precarização laboral, considerada aqui um problema estrutural e inerente a própria lógica do trabalho no sistema de acumulação flexível.

Como mesmo citou, Fernando define suas experiências de trabalho com carteira assinada como um verdadeiro “pinga-pinga”, experiências passageiras, marcadas pela

instabilidade de ocupações temporárias. Hoje, aos sessenta e um anos de idade, ainda não conseguiu se aposentar, restando-lhe ainda alguns anos de contribuição ao INSS para completar o ciclo de sua aposentadoria, se inserido numa rotina de trabalho intensa, através da venda de coco e de água mineral, considerado por ele um trabalho “pesado”. Com idade já avançada, para quem começou a trabalhar ainda criança, Fernandocarrega na face, as marcas de uma vida calejada pelo trabalho árduo, demonstrando resiliência e aceitação diante do imprevisível e de um amanhã incerto.

Para os trabalhadores que entrevistei, a venda de sua força de trabalho representa a única ferramenta para a manutenção de um lugar social invisível e precário. Como bem esclareceu, o ambulante afirma que o “sacrifício” é uma mola propulsora para a ação, funcionando implicitamente como um recurso defensivo, a ocultar o próprio sofrimento da atividade laboral. Nestes termos, o narrador expressa a existência de um *ethos* de trabalho associado a castigo, a atividade árdua, fatores considerados por ele mesmo, essenciais para que obtenha sucesso e prosperidade no negócio.

Nesta experiência, o ambulante se submete ao trabalho como uma “provação”, a qual deverá passar com persistência e perseverança, fazendo com que a precariedade vivenciada se dissocie da essência do trabalho explorado. Por isso, tal atividade acaba assumindo a condição de um obstáculo natural a ser superado pelo trabalhador, que deverá persistir de forma individualizada até obter o tão almejado êxito.

Apesar do cansaço inerente a condição precária de trabalho, meu entrevistado afirma também “gostar do que faz”, demarcando nele um lugar social, uma atividade dotada de sentido a lhe garantir recompensas com a satisfação de suas necessidades. Dessa forma, encara o trabalho como uma atividade sacrificante, não vendo outra possibilidade para a obtenção da “vitória”. Assim, naturaliza sua própria condição de exploração, a qual deverá ser superada com o próprio sacrifício e dedicação.

Algumas outras trajetórias de trabalhadores que estão na José Avelino também marcam esta condição da informalidade como escolha, como é o caso da experiência exposta a seguir:

“Tenho trinta e oito anos e tenho três filhos com minha ex-mulher. Eu cheguei a completar o segundo grau, aí tentei turismo. Ia tentar filosofia, mas na minha época se formar não tinha futuro não. Isso há vinte anos atrás. Eu me lembro que eu fiz turismo. O salário onde eu trabalhava de estagiário era, se não me engano, duzentos ou era trezentos reais. Eu fazia nessa época um curso de inglês, porque era preciso pra área. Aí só o curso era duzentos e sessenta. Aí tinha o curso de italiano que era o mesmo valor também, o alemão, que ia ser quatrocentos e pouco, e aí meu amigo com o salário de trezentos ou era duzentos e sessenta, não dava. A Telemar me chamou na época pra ganhar quatrocentos contos. Me responde: -Eu vou fazer um

curso no qual exige cinco línguas, porque eu ia me formar em turismo. Eu ia gastar mais de mil por mês pra ganhar num emprego de quatrocentos? Aí eu preferi ficar na CEASA. Na CEASA eu tirava cinco, seis mil, só que eu nunca imaginei que eu ia levar um coice e com isso ia quebrar". (Carlos)

Aos trinta e oito anos, separado e com três filhos, Carlos relembra sua trajetória de estudo, quando teve que interromper o curso superior de turismo, devido aos gastos incompatíveis com o salário que recebia. Dada à impossibilidade de prosseguir com a faculdade, resolveu abandonar o curso e retornar para a CEASA¹⁰⁹, onde já havia trabalhado anteriormente. Embora a atividade que exercia como intermediário e transportador de mercadorias não lhe disponibilizasse tempo suficiente para os estudos, rendia-lhe bons faturamentos.

É importante deixar registrado que nenhum feirante, entrevistado durante a pesquisa, à exceção de Carlos, chegou a concluir o ensino superior, ou tenha iniciado algum curso em faculdade. Em sua maioria, foram entrevistados somente trabalhadores com ensino fundamental completo e ou incompleto, com raras exceções daqueles que concluíram o ensino médio, caracterizando uma realidade laboral de baixa formação educacional. Eram sempre trabalhadores e trabalhadoras que começavam a trabalhar ainda na infância, motivados pela necessidade de complementar a renda familiar, e que deixavam muitas vezes de nutrir perspectivas quaisquer de continuidade dos estudos por motivos referentes à sobrevivência imediata.

Meu entrevistado, contraditoriamente representa as poucas exceções daqueles que tentam galgar melhores posições educacionais, conciliando simultaneamente trabalho e estudo, mas que por não conseguir concluir este processo ou dar prosseguimento aos seus projetos, sem desvencilhar-se da realidade objetiva a qual se submetem, acabam abandonando a mudança e retornando para a vida prática. Nesse sentido, em muitas situações a informalidade não propicia ao trabalhador mudar de posição social, pois nesta realidade, os batalhadores incorporam alguns mecanismos da estrutura desigual e hegemônica do poder e, no máximo, conseguem apenas mudar de situação sem ascender para um novo patamar, condição ou status social.

Apesar da situação, Carlos enfatiza que pretendia seguir com o negócio que mantinha na CEASA, não se interessando por outra experiência (como o trabalho com carteira assinada, por exemplo). No entanto por motivos pessoais, acabou tendo que mudar de

¹⁰⁹ Central de Abastecimento do Ceará, localizada na Cidade de Maracanaú-Ceará.

trabalho, escolhendo a informalidade do comércio de rua. Esta mesma condição também pode ser observada no discurso de outro feirante:

“Vim pra Fortaleza atrás de opção, de emprego. Emprego tá difícil. Aí eu aderi ao mercado assim, nas feiras, entendeu?! E aí foi a única forma de ganhar alguma coisa, de sair dessa situação. Hoje a gente paga aluguel. Paga conta todo mês. É energia, é tudo! Hoje em dia você tem que se virar de qualquer jeito. E hoje quem trabalha de carteira assinada aí, passa um aperto grande, porque o salário chega ao final do mês e você já tá todo apertado, porque recebe mil e pouco, e aí tem aluguel, tem filho, tem isso, tem aquilo e mais um bocado de coisa. No final de tudo você já tá é com saldo negativo. O salário hoje é mil e pouco. Não dá pra nada. Num emprego certo, a única coisa que você pode ganhar a mais é um salário um pouco mais elevado, chegando aí a dois mil, três mil, mas...se eu for cair de cara num emprego qualquer, é mil reais, é mixaria. Aí por isso eu trabalho na feira”. (Ednilson)

Ednilson tem vinte e seis anos, e é feirante da José Avelino há um ano e meio. Morava em Ipueiras e veio para Fortaleza à procura de maiores opções de emprego. Devido às dificuldades enfrentadas na busca por ocupação, resolveu trabalhar por conta própria na informalidade, restando-lhe esta atividade como alternativa mais promissora para a obtenção de um rendimento melhor. Como bem apontou, o trabalho com carteira assinada não lhe garante os ganhos suficientes para um sustento próprio, tendo em vista os gastos diários. Dessa forma, acabou aderindo à atividade do comércio de rua como possibilidade de melhoria de vida.

Para este trabalhador, a grande maioria dos empregos atualmente ofertados no mercado de trabalho, por sua baixa qualificação, oferecem apenas um salário mínimo como teto, o que se mostra insuficiente para que consiga manter suas despesas. Nesse caso, prefere a condição de ambulante, já que os rendimentos são melhores, mesmo que não tenha acesso a outras garantias e direitos propiciados pela carteira de trabalho.

Este feirante optou pelo trabalho por conta própria no comércio ambulante como opção possível para amenizar a situação salarial precária existente nos trabalhos com carteira assinada (de baixa qualificação). Tal condição acaba reforçando os processos de informalidade como mecanismo de individualização, transferindo-se assim a responsabilidade coletiva da condição empregatícia ao próprio trabalhador, eliminando-se, portanto, os aspectos e fatores da precarização estrutural inerente a lógica do atual mercado de trabalho. Dessa forma, a escolha e a opção do trabalhador pela informalidade acabam encobrindo as contradições inerentes a precarização estrutural do atual modelo de acumulação, que se estende cada vez mais para o trabalho com carteira assinada, deixando de ser, por isso, a referência padrão de emprego ideal a ser almejado.

A inserção no comércio de rua pode ser considerada uma escolha do trabalhador, levando-se em consideração que os indivíduos não possuem muitas alternativas para se inserir no mercado de trabalho, e tendo em vista, também, que os anseios e expectativas pessoais divergem das possibilidades oferecidas pelo assalariamento convencional. Portanto, o emprego convencional, nas condições em que se encontra (no modo de acumulação flexível), deixou de ser referência para um grande contingente de trabalhadores, os quais têm buscado maximizar ganhos em outras atividades, como no comércio de rua.

Conforme alguns autores, a inserção do trabalhador no setor informal pode ser resultado de uma escolha, ou seja, de uma opção como tantas outras, que integram e possibilitam a participação do sujeito no mercado de trabalho, como é o caso, por exemplo, das mulheres que desejam cuidar dos filhos e exercer uma atividade profissional simultaneamente (adquirindo maior flexibilidade de horário para assumir duplas responsabilidades), e ou ainda, aqueles indivíduos que têm preferência pelo risco.

Para um indivíduo com reduzida escolaridade, mas dotado de certos atributos como poder de iniciativa, gosto pelo risco, etc., seria mais racional, por exemplo, escolher se inserir no mercado de trabalho como autônomo, podendo ganhar mais, em vez de aceitar uma vaga como assalariado formal, tendo em vista o baixo retorno por seu investimento em capital humano. Dessa forma, a escolha pela informalidade poderia ser uma estratégia racional, e não apenas uma fatalidade, decorrente da suposta incapacidade de encontrar ocupação como assalariado registrado (RAMOS, 2007, p.129, 130).

Entretanto, esta concepção de informalidade como escolha, tem sido criticada por outras vertentes teóricas, para as quais só existiriam escolhas, se existissem também opções e ou alternativas a serem assumidas por estes trabalhadores. É o caso, por exemplo, dos indivíduos que, por reduzida escolaridade não teriam outra escolha a não ser os empregos e ocupações padrões de baixa remuneração. Para Ramos (2007):

“Os modelos que assumem o setor informal como escolha e as abordagens que o caracterizam como um depósito do excedente de mão-de-obra são paradigmas concorrentes: não existe nenhum tipo de complementaridade.” (Idem, p.130)

Alguns autores enfatizam que ao escolher em que setor desejaria se inserir, os trabalhadores levariam em consideração não só o salário, mas outras características e benefícios associados aos postos de trabalho. Sendo assim, nem todo trabalhador desejaria um contrato formal (ULYSSEA, 2006, p.602).

Maloney (1999) encontrou evidências de que as transições do setor formal para o informal são tão prováveis quanto às transições do setor informal para o formal. Às vezes, os

rendimentos são maiores nos setores informais, mas isso também não quer dizer que os rendimentos nos setores informais sejam maiores do que nas ocupações formais. Há casos, por exemplo, em que os trabalhadores saem do trabalho por conta própria para o emprego assalariado formal por questão de declínio na remuneração, assim como o contrário também seria possível (MALONEY 1999 apud ULYSSEA, 2006, p.602), como são os casos dos feirantes por mim analisados nesta tese.

A probabilidade de se empregar no setor formal passa a depender não só do desejo do trabalhador em estar inserido neste segmento, mas também da probabilidade do empregador de selecionar e recrutar este trabalhador. Alguns resultados mostram que trabalhadores do sexo feminino, analfabetos, sem experiência no mercado de trabalho e cujo emprego anterior era informal, tinham menos probabilidade de serem selecionados para um emprego formal. Assim, o mercado de trabalho não pareceria funcionar de forma competitiva, mas de forma a racionar postos de trabalho formais (ULYSSEA, 2006, p.604).

Há casos em que os assalariados formais aceitariam uma redução nos rendimentos em troca da segurança de outras formas de compensações legais. Mas, há também, aquelas situações em que o salário do informal se tornaria mais elevado, compensando a ausência de benefícios não-salariais decorrentes do contrato formal. Devido a estas diferentes situações, alguns autores acabam sugerindo uma síntese entre estas duas visões, sugerindo a existência de um grupo de trabalhadores informais que se defronta com um mercado de trabalho segmentado, e outro grupo, que também tem condições de escolher se deseja um contrato formal ou não (Idem, p.606).

Identificam-se vertentes, para as quais a informalidade não necessariamente estaria associada à precariedade dos postos de trabalho, vinculando-se a uma elevação do bem-estar, o que não seria, portanto, um fator preocupante. Mas não se sabe até que ponto esta incidência da informalidade sobre os trabalhadores de menor renda, decorreria de uma preferência por proteção relativamente menor. Ambos os casos são verdadeiros, dependendo do grupo de trabalhadores a ser considerado. Assim parte dos trabalhadores estaria na informalidade por escolha própria, e outra, devido a segmentação. Independente da situação, ambas estariam sujeitas a precarização, considerada aqui um fator estruturante característico do mercado de trabalho.

Ainda sobre esta condição, Barbosa (2009) enfatiza que as relações entre os setores formal e informal são redefinidas recorrentemente e não devem ser classificadas pela sua precariedade social, pois é possível encontrar precariedade mesmo no setor formal, o que

explica a possibilidade de um trabalhador optar pela inserção no setor informal, mesmo que tenha a oportunidade ou a possibilidade de inserir-se no setor formal (BARBOSA 2009 apud MATTOS e LIMA, 2015, p.304)

Outros estudos realizados por Feijó et al. (2009) apontam que o baixo dinamismo da economia brasileira nos anos 1990 e no início dos anos 2000, levaram a força de trabalho a apelar para a informalidade, fazendo com que a economia informal crescesse, chegando a atingir em 2005, mais da metade (58,8%) dos trabalhadores brasileiros (Idem: 338). Afirmam:

O crescimento da informalidade ganha força à medida que a economia formal apresenta-se incapaz de gerar postos de trabalho suficientes para uma mão-de-obra em constante crescimento e também porque se torna, em muitos casos, impossível para um empreendedor constituir uma empresa que possa ser considerada formal. Nesse contexto, é cada vez maior o número de pessoas que vêm na economia informal a única saída para a sobrevivência. (Idem, p.338)

A realidade que constato no complexo informal da Feira da José Avelino indica a existência de diversos fatores a influenciar as escolhas dos indivíduos pela ocupação informal, uma vez distantes da possibilidade de se engajarem na formalidade. Nesse sentido, a informalidade vem se constituindo também como uma alternativa possível para engajamento dos trabalhadores e das trabalhadoras no mercado de trabalho, conduzindo a melhorias em seus níveis de rendimento, mesmo que esta condição não exima os sujeitos do processo de precarização laboral (condição inerente ao modelo de flexibilidade imposto pelo mercado).

7.3 Informalidade e baixa produtividade: uma dimensão da precarização laboral.

Um dos aspectos que muito predomina também compõe parte da informalidade da Feira da José Avelino, é a baixa produtividade, que tem adquirido centralidade, e envolve a maior parte dos feirantes que compõe este cenário, o que pode ser bem observado no discurso de Paulo:

“A meia, a gente compra a três e cinquenta o pacote com a dúzia né. É porque é pouco, né, o capital. Quando a gente compra assim de duzentos, e duzentos e cinquenta reais de meia né, aí é bom. Mas, aqui, no caso, a gente compra três pacotinhos, quatro pacotinhos né. Aí é muito pouco. Eu pego ali naquele shopping azul ali; no Chinês, ali perto da Praça do Ferreira. Hoje são as lojas dos chineses que tão vendendo mais mercadorias por ali, porque é mais barato né. É meia, chapéu, bolsa, cinto...tem muitos produtos bons, carregador, fone de ouvido, muitos produtos, carregador portátil. O retorno da meia, cada pacote deixa cinco e cinquenta. Tem dia que é bom. Hoje dá até bom, porque é dia de feira. Mas na semana não tem ninguém. É fraco, só aquele pinga-pinga. No final do mês dá pra pegar uns mil reais. Tem a despesa de casa também né. Tem mês que não dá isso tudo, porque é fraco né. Eu moro com a minha esposa e a filha dela, numa casa alugada. Não pago benefício pra previdência. Tenho planos de subir né. Comprar

mais mercadoria, porque meu ramo é esse né, de vendedor. Ontem, ontem eu ganhei um dinheirinho bom, mas aí já acabou o gás. Aquele dinheiro ali eu já ia investir em mercadoria, mas eu tive que comprar o gás né. Porque todo dia a gente gasta né, tem que comprar comida”. (Paulo)

Paulo é o típico trabalhador informal descapitalizado, sujeito a instabilidades diárias, e ao convívio constante com as oscilações do comércio de rua. Nestas condições, integra o conjunto dos ambulantes que atualmente sobrevivem da revenda de mercadorias importadas da China, adquiridas em lojas, instaladas na região do Centro da cidade¹¹⁰. Comércio como este, alimenta atualmente um mercado consumidor popular concentrado nesta mesma região. Dentre estas mercadorias, revendidas por ambulantes como Paulo, encontraremos, além de roupas (material esportivo - camisas e calções); bolsas; calçados; chapéus; cintos; óculos escuros e tantos outros acessórios que complementam os artigos de confecção vendidos na Feira da José Avelino. Além disso, também encontraremos produtos como *pen drives*; cartões de memória; carregadores de celular; fones de ouvido e relógios, produtos vendidos pelas mãos de milhares de trabalhadores informais, que atualmente ocupam as ruas, calçadas e praças do Centro, fazendo desta atividade comercial, sua fonte de recurso e sobrevivência.

Tais produtos, adquiridos em pequenas quantidades pelos feirantes – e que descapitalizados, investirão quantias mínimas na aquisição destas mercadorias – representam objetos de grande procura por um público variado. Nestas vendas, Paulo consegue obter um rendimento mensal de mil reais, e para isso, realiza um esforço desmedido, percorrendo longos trajetos a pé, forçando a garganta (para anunciar o produto em vias públicas), e se submetendo à tensão provocada pelo medo constante da fiscalização. O pequeno ganho resultante deste trabalho é que contribuirá para a manutenção da família, restando-lhe muito pouco ou quase nada para a reposição das mercadorias, e para a própria reprodução da atividade ambulante.

Sobre a obtenção dos baixos rendimentos obtidos neste tipo de atividade, uma das feirantes por mim entrevistada, expôs a seguinte narrativa:

“Pra tirar alguma coisa, a gente tem que vender mais de trinta pacotes desse. Esses pacotinhos aqui de três pares de meia. Isso, pra gente ter uns sessenta reais por dia. Eu tô aqui de cinco horas da manhã, e ainda num vendi nem seis, sete pacotes direito. Eu vou fazer um ano e pouco que eu tô por aqui. Eu não tenho emprego e vim pra cá. Antes eu trabalhava numa fábrica de produto de limpeza, mas aí eu saí porque o meu patrão era muito ignorante. Eu trabalhava avulso. Aí eu entrava seis

¹¹⁰ <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/yang-liang-cheng-a-vida-no-agitado-centro-de-fortaleza-1.1881928>
<https://vanessavianaciberjornalismo.wordpress.com/2012/05/22/comercio-da-china-movimenta-o-centro-da-cidade-de-fortaleza/>

da manhã e saía cinco da tarde. O meu trabalho era nos bairros. Eu andava de bairro em bairro. Aí como eu tenho cinco filhos pra mim criar, aí eu tenho que me virar assim. Tenho cinco filhos. Uma tem onze, o outro tem doze, uma tem quinze, o outro dezessete e o outro dezoito. Porque a gente é trabalhando, mas é correndo do rapa o tempo todo. Eles dão uma trégua meio dia até duas horas. Depois de duas horas, eles voltam de novo”. (Antônia)

Antônia, assim como Paulo, também trabalha na feira vendendo pares de meia. A cada pacote de três pares, vendido a cinco reais cada um, obtém no final, um pequeno faturamento. A trabalhadora pontuou que está ocupada nesta atividade há um ano e meio, quando então ficou desempregada. Anteriormente, trabalhava informalmente numa pequena fábrica de produtos de limpeza, sem acesso à carteira assinada e assumindo uma jornada estafante de treze horas diárias de trabalho, divididas entre o expediente interno na produção, e o trabalho externo, onde vendia a mercadoria produzida, andando de “porta em porta” e de “bairro em bairro”.

No entanto, devido às más condições de trabalho, acabou pedindo demissão, pois considerava o patrão uma pessoa muito “ignorante”. Então inserida no comércio de rua, Antônia continua vivenciando a precariedade do trabalho, embora, sob novas condições e circunstâncias, marcadas por uma rotina desgastante e pela obtenção de baixos rendimentos. Sobre a intensificação do trabalho vivenciado na Feira, um dos feirantes entrevistados, também expôs o seguinte discurso:

“O que me incomoda aqui é o rapa perturbando. Eu, graças a Deus não perdi nada de mercadoria ainda. Mas eu sei que um dia eu vou perder. Qualquer descuido a pessoa perde. Eu sei que um dia a pessoa perde. Um descuidosinho de nada e já foi. Aqui eu trabalho comprando e revendendo. Já compro a peça feita de um rapaz que tem uma fabricazinha. Ele é daqui mesmo da José Avelino. Aqui é a fonte de tudo! De todos os negócios! Meu rendimento mensal aqui é dois mil, por aí assim. Quando o comércio tá ruim dá pra tirar uns dois mil. Mas quando tá bom, dá pra tirar até três, quatro mil. Aqui é melhor do que na Praça José de Alencar. Tá com três meses que saí de lá. A pessoa vem oito horas da manhã e vou embora três horas, cinco horas da tarde. Já vim hoje mesmo, cinco da manhã. Mas eu, quase todos os dias, eu chego às oito. Mas dia de feira tem que chegar mais cedo. Todo dia eu venho. Quem trabalha nessa feira, a pessoa tem pouco descanso. Quase nada! Tenho um filho, estou separado e moro com minha mãe. Minha pretensão é começar a fabricar e crescer né. Crescer cada vez mais né. Eu não pago previdência e nenhuma contribuição. Hoje em dia, a pessoa nem pensa em pagar mais isso aí, porque quando a pessoa vai se aposentar já tem é morrido. A pessoa vai pagar isso aí pra quê né?!” (Luís)

Luís trabalha na feira todos os dias da semana, incluindo também os dias de menor movimentação, quando os galpões da José Avelino encontram-se fechados. É importante esclarecer que, independente desta condição, diariamente encontraremos uma grande quantidade de ambulantes freqüentando a região, dando um sentido de permanência e continuidade a Feira para além dos dias oficiais de sua realização (de quarta para quinta e de sábado para domingo). Durante a semana, outros galpões, também situados nas proximidades

da Catedral e do Mercado Central, mantém-se em contínuo funcionamento, e junto a eles, o comércio ambulante desenvolvido na rua.

A rotina de trabalho diário proporciona ao feirante, um rendimento variável, de acordo com a frequência dos clientes. Luís afirmou que atualmente tem pouco tempo para descanso, trabalhando diariamente para manter os gastos e a pensão de um filho. Apesar das dificuldades e da falta de segurança inerentes a ausência de direitos trabalhistas nesta atividade (como previdência), o trabalhador vislumbra um dia poder crescer e investir mais alto no negócio, tornando-se “fabricante”.

No discurso acima, meu entrevistado também faz referência à presença intimidadora do “rapa”, pois a qualquer descuido, poderá perder suas mercadorias, fabricadas por outro feirante, proprietário de um *box* na José Avelino. Com bem enfatizou, a feira é a “fonte de tudo”, a “fonte de todos os negócios”, mantendo-se como um complexo produtivo híbrido a alimentar toda uma rede comercial entre produtores e sacoleiros. Portanto, percebe-se que os trabalhadores da Feira da José Avelino podem assumir uma condição dúbia, ora trabalhando como autônomos ou conta própria, ora camuflando e ocultando vínculos e relações de trabalho irregulares e precárias, estabelecidas com alguns produtores e fabricantes locais (alguns formalizados).

Mesmo com toda esta precariedade inerente a condição de trabalho (ausência de garantias e segurança social), a informalidade setem se mostrado aqui a única possibilidade para mudança e para a melhoria da qualidade de vida de milhares de trabalhadores desprovidos de recursos e ou de qualificação formal. Como se percebe, muitos almejam “poder ampliar seus negócios” para melhorar os rendimentos.

Alguns feirantes não têm horário fixo para realizar suas atividades laborais, estendendo suas jornadas de trabalho, e obrigando-se a produzir nas horas vagas. E para manter o baixo preço de suas mercadorias, muitos acabam tendo que precarizar suas condições de trabalho, desvalorizando ao máximo o próprio esforço despendido e o de terceiros, pois assim conseguirão fabricar mais mercadorias e possivelmente vender mais. Entretanto, reduzir ao máximo o valor dos produtos significa também desvalorizar o próprio trabalho e a mão-de-obra envolvidos nesta atividade de fabricação.

A grande concorrência interna, praticada entre os feirantes, acaba estimulando a redução do preço das mercadorias, e com isso, intensificando a precarização do trabalho, pois para se obter vantagens nesta disputa concorrencial, o produtor tende a sacrificar ao máximo as despesas referentes ao “custo trabalho”, investindo maior montante energia na produção, e

assim, reduzindo possíveis contratações, ou assumindo-as com muita precariedade. Tal condição está presente no relato a seguir:

“Eu tiro dois dias pra fazer. A gente compra o tecido nas lojas do Centro. O tecido é caro que só viu. O tecido aumenta várias vezes e a gente tem que segurar o preço. Porque o concorrente, às vezes, tá vendendo mais barato do que a gente. E às vezes é concorrente que compra tecido de muito né. Aí sai mais barato pra eles. E aí, eu, no meu caso, que eu compro de pouco, tenho que acompanhar o preço deles, né, ganhando menos, e não posso aumentar o preço da minha mercadoria. Às vezes eu melhoro na mercadoria pra poder aumentar o preço. Aí eu digo: - o meu não é de cinco, porque aquele de cinco ali, você já viu como é que é né?! O meu aqui tá mais cumpridinho, ó aqui, o tecido tá melhorzinho, sabe?! Pra poder vender melhor. Ou então, às vezes eu faço com o mesmo tecido, mas diferencio sabe, boto mais cumpridinho. (Gorete)

Gorete divide seus dias de trabalho entre a feira e a confecção em casa. Quando não se encontra na feira, dedica-se a compra da matéria prima e à sua fabricação no espaço de casa. Atualmente trabalha sem a ajuda de auxiliares, pois assim prefere, não tendo condições de arcar com os custos de outro trabalhador, tornando-se por isso, patroa e empregada de si mesma. Para Cacciamali (1994), características como estas representam a “velha informalidade”, situação em que o produtor direto é também o possuidor dos seus instrumentos de trabalho, do estoque de bens e das qualificações para o desenvolvimento da atividade. Dessa forma, a divisão capital-trabalho pode não existir ou não se encontra completamente delimitada, e assim, o trabalhador acaba sendo patrão e empregado de si mesmo (Idem, p.218).

Como mesmo revelou a feirante, os preços das mercadorias no comércio ambulante são determinados pela concorrência, e mesmo que a matéria-prima encareça e que também aumentem tanto a quantidade como a intensidade de trabalho aplicado, o feirante deverá reduzir ao máximo seu potencial de ganho (lucratividade), mantendo sempre sua mercadoria a baixo preço num contexto de forte concorrência.

Para Alves e Tavares (2006) é importante perceber que estes trabalhadores dependem do movimento do mercado de trabalho regulamentado, ou seja, da renda dos trabalhadores assalariados (que consumirão na informalidade). Logo, quando diminui o poder de compra dos assalariados e dos desempregados, as rendas obtidas pelos informais também decaem. Assim, deverão enfrentar a forte concorrência entre os informais, levando-os a obter apenas o necessário para sua subsistência (Idem, p.430).

É necessário enfatizar que o preço da mercadoria vendida na Feira da José Avelinoé determinado não só pela qualidade do produto –como o tecido envolvido na produção; mas também pelo nível de precarização e desvalorização do trabalho envolvido na

produção destas peças. Nesta mesma lógica, impera a redução dos custos com mão-de-obra, intensificando-se uma sobreexploração do trabalho.

As mercadorias confeccionadas a baixo preço, vendidas nas pequenas facções domiciliares são produzidas por trabalhadores que ganham proporcionalmente de acordo com a quantidade de peças ou unidades que são capazes de produzir. Muitos destes trabalhadores são contratados sazonalmente, e atuam na produção apenas quando aparecem encomendas solicitadas pelos “sacoleiros”.

Para obter um valor significativo nas vendas, muitos destes trabalhadores acabam tendo que intensificar a produção, e neste dinâmico mercado concorrencial, Gorete consegue obter apenas o necessário para as despesas básicas. Nota-se, portanto, que por trás das roupas “baratas” vendidas na Feira da José Avelino, reina uma dinâmica de exploração sobre o mundo do trabalho.

Em momentos de maior vendagem, os feirantes - locatários e proprietários de *boxes*; e que possuem suas próprias facções, acabam firmando acordos informais com estas costureiras, e ou com os seus próprios familiares, para trabalharem na produção da confecção, sendo remunerados semanalmente por valores fixos e ou por quantidade de peças produzidas. Sobre este contexto de vendas, um trabalhador afirmou o seguinte:

“Agora o negócio tá fraco, mas antigamente era de mil e quinhentos, mil e oitocentos. Daí caiu pra mil. Agora tá na faixa de setecentos, oitocentos. Graças a Deus que eu não pago aluguel. Porque se eu pagasse aluguel e fosse junto, já tinha ido embora. Porque o barraco é meu. É próprio. Moro no Genibaú. Agora o negócio ficou feio dum jeito que eu não sei não viu. Faz uns três anos pra cá, e que cada vez vem piorando mais. Eu acho que o comércio em geral tá fraco. Dono de loja tá no mei da rua”. (Sérgio)

Para Sérgio, nos “últimos tempos”, o nível de faturamento no comércio de rua da Feira da José Avelino caiu consideravelmente, situação esta a qual vem se intensificando cada vez mais. No entanto, reforça que algumas condições ainda lhe mantêm na atividade, como o fato de ter uma residência própria (o que o exime de maiores despesas). Para Cacciamali(1994), o trabalhador informal dirige e mantém sua atividade, mais em virtude do emprego e do fluxo de renda, do que na busca de uma taxa de rentabilidade competitiva (Idem, p.218). Dessa forma, os trabalhadores buscam principalmente auferir uma renda que lhes possibilitem manter-se na atividade.

Para Santos (2008), enquanto o lucro é o motor da atividade comercial no circuito superior, nos escalões do circuito inferior, a preocupação é a sobrevivência, pois ali muitos não almejam ter grandes lucros, mas sim, a sobrevivência através da obtenção do

dinheiro. Conforme este autor, o comércio do vendedor de rua é o mais aleatório, com clientela menos segura, e podendo passar dias e mais dias, sem ganhar nada (Idem, p.246, 248) Enfatiza:

Guardar uma mercadoria pode representar um prejuízo maior que vendê-la abaixo do preço (mesmo com prejuízo), uma vez que a falta do lucro é compensada pela recuperação do dinheiro líquido com o qual uma nova compra pode ser feita, permitindo o reinvestimento e a reinserção do comerciante no negócio. Além disso, “(...) para a maioria trata-se de ganhar o pão de cada dia, sendo essa a preocupação primordial, que ultrapassa a preocupação com o lucro como elemento funcional da atividade (Idem, p.249).

Portanto, apreocupação mais imediata com a sobrevivência é o que marca a atividade de parte dos trabalhadores da José Avelino, que ainda não conseguiram atingir um patamar de estabilidade. Sobre este aspecto, uma feirante expôs o seguinte comentário:

“Eu só faço esse tipo de peça. No caso, esse shortzinho aqui. Tô pensando em mudar, porque não tá vendendo muito. Porque você compra o elástico e o tecido, e como eu não tenho outras pessoas pra vender e pra fazer comigo, aí já é uma coisa mais trabalhosa. Quando é a gente que depende de ganhar alguma coisa na feira, aí a gente tem que vender uma coisa rápida, ou então se for difícil, ter alguém pra ajudar”. (Roberta)

Roberta trabalha sem a ajuda de auxiliares, assumindo duplamente o papel de produtora e de vendedora. Por isso, sente dificuldades no que se refere à administração do próprio tempo, precisando produzir e vender com muita rapidez, única condição possível para se manter no negócio. Devido ao baixo faturamento e a pequena circulação de ganhos, acaba limitando sua produção sem poder contratar outras pessoas para que lhes auxiliem neste processo, e assim, procura produzir mercadorias mais fáceis (que não envolvam divisões de etapa) e de rápida saída comercial.

“Hoje eu vendi só cinqüenta coco, devido à chuva. Aí vendendo cinqüenta coco dá pra levar pelo menos o feijão pra casa. Aí dependendo do movimento aqui, do sol, aí vende ligeiro. O negovêi ganhando pouco, trabalhando todo dia, não dá pra comprar pêi e bufo. Tem que juntar, juntar, juntar, pra quando for daqui a três, quatro meses, aí comprar. Mas não dá tempo juntar, porque você sabe que tem um aluguel, tem uma água, tem uma luz, tem o arroz com feijão todo dia né. E assim vai né. Eu tô trabalhando pra sobreviver. Moro eu, minha esposa e minha filha de dezessete anos. Minha esposa não trabalha, porque ela tem problema de saúde. Minha menina só faz estudar. Termina esse ano, graças a deus. (Fernando)

As vendas para o ambulante podem variar conforme o turno e as condições climáticas, a depender do tipo de mercadoria que se negocia, pois em dias de chuva, por exemplo, a venda de água mineral ou de coco, reduzem significativamente, e para que consiga obter um rendimento adequado aos seus gastos, deverá vender sua mercadoria (de baixo

valor) em grande quantidade, e só assim garantir o “feijão” e o necessário para a “sobrevivência”.

Fernando apura apenas o suficiente para cobrir despesas com a família. Residindo com a esposa doente e com uma filha, é o único a assumir as despesas financeiras da casa, arcando com aluguel, água, luz e refeição, o que também não lhe permite fazer poupança. Sobre a desvalorização e o baixo preço das mercadorias vendidas na Feira da José Avelino, Roberta argumentou:

“Eu tenho a pretensão de ter uma máquina e ficar sozinha. Porque a pessoa tem que comprar o tecido. Aí você vai pagar uma diária pra outra pessoa fazer uma outra parte do serviço. Aí você já perde no lucro. Fora que você já vende barato o seu produto, e o cliente ainda desvaloriza. Eu vendo uma peça dessa a cinco reais e ele ainda quer três por dez. Aí eu digo: -Ah minha filha não dá não! Eu tenho que prestar contas! A gente tem que dizer alguma coisa assim, que é pra pessoa se tocar.” (Roberta)

Para Roberta, a contratação de outras pessoas na execução da atividade produtiva acaba reduzindo significativamente o ganho final sobre a mercadoria. Além da desvalorização do trabalho e do baixo preço cobrado, a tendência concorrencial da feira é fazer com que haja sempre um constante rebaixamento dos preços ali cobrados, dando maior possibilidade de barganha aos clientes. Sobre as contratações, um dos feirantes afirmou:

“Eu trabalho em casa com quatro máquinas e faço em torno de umas quinhentas peças no mês. Dá uns cinco mil reais no total. Dá pra tirar uns dois mil bruto. Você trabalha aqui, mas se colocar gente pra trabalhar, não sobra nada. Aí desconta mais 20% do funcionário. A minha costureira eu pago duzentos e cinquenta por semana. Ela pode fazer na casa dela também, mas tem que produzir”. (Edgar)

Edgar afirma possuir quatro máquinas em sua oficina de confecção, localizada na própria residência e com capacidade para a produção mensal de quinhentas peças, o que lhe rende um faturamento líquido de cinco mil reais, e um faturamento bruto de dois mil reais. Este feirante afirmou:

“Faz tempo que eu trabalho aqui. São dezesseis anos. Eu ganhei muito dinheiro. Eu comprei uma casa trabalhando aqui. Ganhava muito dinheiro. Eu comecei comprando retalho. Comprava cem reais de retalho lá na Barra do Ceará, retalhos que saía de uma empresa aí que havia. Nesses retalhos foi que eu comecei. Aí eu ganhei bem. A empresa era a Castros. A Castros ela faliu. Ela fica por trás da Vicunha, em Maracanaú. Ela vendia uns retalhos lá prum rapaz. Aí eu ia lá na loja do rapaz e comprava cem reais, desses cem reais eu fazia seiscentos reais. Era um lucro bom. Porque eu comprava os retalhos que eram muito bom. Era tricolina muito boa. Já vinha no jeito de eu cortar, não vinha misturado não. Era tudo separadim. Aí eu fazia peça infantil. Eu fazia seiscentos reais. Depois a Castros faliu, aí eu comecei a comprar tecido. Aí fui diminuindo o meu lucro, foi baixando. Agora mesmo eu tô com mil e duzentos reais de tecido e o mínimo que eu ganho é quatrocentos reais de lucro, de mil e duzentos reais que eu compro de material, porque tem o tecido, vem a linha, energia, e dá muito pouco. Agora é aperreado pela garganta. Mas já foi bom.

Acabou o retalho e não deixam a gente trabalhar direito. Os clientes que a gente tinha não vem mais por causa da insegurança, que tem roubo demais. Que aqui tem muito roubo, roubam os compradores e tem a insegurança e essa correria que não deixa os clientes pegar a mercadoria. Porque quem compra bem é os clientes que vêm de fora, não é os daqui. Eu cansei de chegar aqui com cem shortinhos, que um cliente só levava. Agora não leva mais. Leva uma ou duas peças pegando assim correndo, com medo”. (Regina)

Quando começou a trabalhar na feira, Regina comprava matéria prima a baixo custo, conseguindo obter um faturamento seis vezes maior ao valor aplicado na produção. Nesse período, relembra ter conseguido comprar uma casa própria. No entanto, com a falência da indústria que lhe fornecia a matéria-prima (a baixo preço), suas vendas começaram a cair significativamente, pois, começou a utilizar o tecido como matéria-prima, encarecendo o valor final de seu produto (de melhor qualidade).

Atualmente, com os pequenos ganhos, mantém apenas o suficiente para cobrir as despesas referentes ao trabalho, formatando uma espécie de atividade voltada exclusivamente para o sustento próprio. Para que a feirante obtenha uma maior saída e movimentação de dinheiro, deverá investir na produção de uma mercadoria barata, tendo em vista as próprias necessidades da clientela. Investir em matéria-prima de maior valor e qualidade acaba elevando os custos com a produção, dificultando a saída do produto e provocando um estocamento do mesmo, o que se torna extremamente prejudicial para o negócio.

Conforme discurso, percebe-se que em momentos de aquecimento do mercado, e com a elevação do nível de consumo dos clientes, aumenta também a inserção dos trabalhadores contratados pelos informais. Sobre este contexto de baixo faturamento é válido destacar o discurso de um carregador da Feira:

“Antes da retirada das barracas, a gente ganhava mais, porque era mais gente precisando do nosso serviço. Tanto nós trabalhava pros galpão, como nós trabalhava na rua. Carregar seis fardos de mercadoria, por exemplo, saem a trinta reais. Cada um sai a cinco. Aí a gente vai juntando, juntando. Aí quando é à noite dá pra ganhar o do frango né. Graças a Deus! Num tem um valor certo não! Geralmente tem uns carregadores aí que viram à noite. Aí eles ganham mais né. Mas, como eu tenho dois filhos que moram com o meu pai, e o meu pai bebe, aí eu não posso deixar ele sozinho com os meninos. Aí eu tenho que dormir em casa. Porque aí se eu tivesse uma pessoa fixa assim pra ficar com eles, aí eu passava a noite, e dava pra ganhar um dinheirim a mais. Tenho um filho de cinco e outro de sete. E todo dia eu tenho que chegar em casa umas sete horas da noite. Tenho que terminar meu trabalho e correr pra casa, porque meu pai tem problema com álcool”. (Batista)

Batista trabalha de acordo com a necessidade dos clientes, estando sempre à disposição. Sua pequena renda depende da quantidade de fardos a ser carregado, ou seja, do peso das mercadorias e da distância para a entrega do produto, que varia entre cinco e dez reais por unidade de fardo. O nível de faturamento da atividade, neste caso, varia de acordo

com o fluxo e a movimentação de pessoas. Mas, é importante destacar que independente da situação (com pouca ou muita demanda) o faturamento total obtido nesta atividade será sempre mínimo, possibilitando somente “agüentar o dia-a-dia”. Para carregar seis fardos, Batista ganha um valor de trinta reais (o equivalente a cinco reais por cada unidade), o que lhe possibilita ao final do dia, “tirar o do frango”.

O carregador reconhece que poderia ganhar um pouco mais, caso pudesse trabalhar durante as noites e madrugadas. Entretanto, como deve assumir também a responsabilidade de cuidar dos filhos, não consegue obter mais tempo livre para o trabalho. Além disso, acaba tendo que enfrentar também alguns dramas pessoais, como a convivência com o pai alcoólatra, residindo numa mesma casa.

É fundamental destacar que apesar do contexto de precariedade e escassez revelado em parte dos contextos da Feira, a economia informal não pode ser considerada apenas um eufemismo para a pobreza, dada a sua heterogeneidade, e uma vez também possibilitar elevação no nível de renda para muitos empreendedores informais. Entretanto, a noção de pobreza não pode ser entendida apenas pelo critério renda (ou insuficiência de renda), mas também pelo critério de acesso dos indivíduos ao consumo e aos serviços sociais essenciais (moradia de qualidade, educação, políticas de saúde coletiva, e outros indicadores de direitos e de cidadania) (COSTA, 2010, p.182).

Nesse sentido, a informalidade em nosso contexto, acaba andando de mãos dadas com a pobreza: baixo nível do assalariamento e de regulação da atividade econômica; bem como também padrão muito baixo de distribuição de renda (Idem, p.182). Assim, a informalidade acaba representando o reino do não direito. Para Costa (2010), este contexto é marcado por uma:

“degradação quase que generalizada da segurança dos indivíduos; uma insegurança vivida no emprego, na renda, na seguridade social, na representação do trabalho (Mattoso, 1996), mas também na capacidade de planejamento, na possibilidade de garantir a refeição do dia, no porvir.” (Idem, p.186)

Estas dificuldades se intensificam mais ainda com a ausência de financiamento e com a falta de acesso destes trabalhadores a serviços e direitos básicos. Sobre este contexto, asseverou um feirante:

“A maioria das vezes eu venho a pé pra cá, porque eu moro perto, no Centro mesmo. Na verdade, aqui na feira, a gente ganha pouco. A gente trabalha mais em quantidade. Quanto mais você vende, mais você ganha né. Mas, vamos supor: você ganha um real, dois reais numa peça, aí você vende bastante, vende duzentas peças, trezentas. Aí você faz o seu dia. Você vê só o seu lucro, você vê o seu lucro e separa o dinheiro pra comprar e pra renovar outra mercadoria, entendeu?! Os lojistas, os

sacoleiros, as pessoas compram e revendem em outros lugares. E aí as pessoas ganham o dela e a gente ganha o nosso, sendo que o nosso é pouco, mas pelo número a gente tá passando em grande quantidade. Essa é a diferença. Pego as peças do fabricante, e aí já repasso pro cliente sacoleiro, pro lojista, pras pessoas venderem pelos preços deles lá, em vários lugares, ganhando mais do que nós”. (Ednilson)

No comércio de rua, o rendimento obtido com as vendas depende do quantitativo de trabalho despendido, pois quanto mais o ambulante consegue vender, melhor será seu faturamento, sempre condicionado a quantidade de vendas que consegue realizar. Para tanto, deverá “lutar” e “correr atrás”, pois o baixo valor dos produtos não garante por si só um rendimento suficiente ao feirante, o qual deverá, a partir do valor obtido, separar os gastos com a manutenção própria e com a reposição das mercadorias. Nesse sentido, deverá também intensificar mais ainda a sua rotina de trabalho para conseguir uma maior vendagem.

Ednilson esclarece que o baixo rendimento não lhe permite gerar sobras nem lucratividade, e assim encontra dificuldades para repor os produtos. Esclarece ainda que o comerciante atacadista da rua, fatura menos e trabalha mais (do que os “sacoleiros” e “lojistas”). Portanto, torna-se difícil ao feirante fazer planejamentos para investir no próprio negócio, restando-lhe, quando possível, uma pequena poupança.

Na maioria das situações, estes pequenos negócios não conseguem separar a lucratividade das demais despesas do negócio, o que acaba mantendo o trabalhador numa condição de sobrevivência, propiciando-lhe o mínimo para o sustento e algumas e raras situações de melhora. Sobre estas oscilações vivenciadas na Feira, uma das feirantes comentou:

“Os ganhos mudam muito, porque depende muito de cada feira. Tem dias que a gente vende muito pro povo que vem de fora. Aí a venda já é melhor. Agora, quando a gente vem pra cá, que a gente vê o movimento fraco, aí a gente já fala logo: -hoje vai ser o dia do “pinga-pinga”, só o pessoal daqui mesmo, que compra uma, duas, ou até três peças. Aí a gente diz assim: -Hoje vou voltar com quase tudo de volta pra casa (**as mercadorias**). Aí eu vou ter que vender mais alguma coisa pra interar e vir no sábado. A gente sabe diferenciar o comprador do vendedor né. Por que? Porque quando ele pega muita coisa, aí é porque ele quer vender, e quando compra pouco, aí é comprador, pra consumo dele mesmo. Tem dia que a gente apura cem reais. Tem dias que é seiscentos. Algumas coisas o pessoal não abre mão de comprar na rua. Não querem ir nos boxes. Na rua é mais barato. Se eles encontram a mesma mercadoria na rua mais barato, eles compram aqui”. (Roberta)

Nos dias de maior frequência dos sacoleiros e “revendedores”, o nível de faturamento do ambulante aumenta. Tal público, advindo de diferentes estados do Brasil, geralmente compra suas mercadorias em regime de atacado para a revenda. Por isso, são tidos como os clientes preferenciais e que mais dinamizam a José Avelino. Em dias normais,

considerados dias de “pinga-pinga”, Roberta consegue vender apenas para uma clientela local, de baixo poder aquisitivo, categorizada como “compradores”.

Nesta conjuntura, é importante salientar que o comércio atacadista da José Avelino depende diretamente da demanda do comércio varejista de confecção (estimulada principalmente pelos clientes “sacoleiros” e “revendedores”), vinculando-se diretamente a produção da indústria têxtil e ao comércio atacadista de tecidos realizado no Centro da Cidade.

7.4 A nova informalidade e o ethos do empreendedor: possibilidades de ascensão social e melhoria de vida a partir do comércio de rua.

Zygmunt Bauman(2001) ao comentar sobre as condições de vida enfrentadas na contemporaneidade, afirma que, estamos agora viajando “sem uma idéia de destino” que possa nos guiar, pois a “cabine do piloto está vazia” (BAUMAN, 2001, p.169). O autor se refere nesta metáfora, a um novo modelo de sociedade onde o tempo presente se encontra individualizado, desregulado e privatizado, pois as antigas garantias fornecidas tanto pelo Estado, como pelo setor privado, e que asseguravam ao trabalhador, certo poder de previsibilidade e segurança diante da vida e do futuro, foram escasseadas.

Conforme o autor, nestes novos tempos,os trabalhadores é que devem por seus próprios “custos e riscos”,elevarem-se a uma condição mais satisfatória de vida, deixando para trás, qualquer aspecto do presente de que se ressintam, e dessa forma, passam a se responsabilizar única e exclusivamente por seus próprios destinos, não mais assegurados pelo Estado ou por um emprego fixo e estávelconcedido no setor privado da economia. Sobre as condições de instabilidade e incerteza vivenciadas pelos feirantes neste contexto, a fala a seguir é bastante elucidativa:

“Só que é muito difícil, assim, mas...eu quero um negócio que o dinheiro renda. Esse negócio aqui é tudo dívida. Eu fiz um empréstimo na caixa (pra comprar o carrinho). O investimento foi mil e quinhentos. Eu falo assim, porque não foi só no carrinho. Envolveu outras coisas que a gente faz. A gente tem que investir. A gente tem que prevê pra poder investir. E tem que ter o pé no chão. Você não pode botar os bois na frente da carroça. Você tem que tá bem segura! Você não pode pegar o dinheirinho que você ganhou hoje, e vai meter o pau, e o que vê comprar não. Você tem que segurar! Eu tenho uma continha e fico só botando lá. Porque se não, você vai gastar. Você tem que tá trabalhando e vendo o que tá fazendo. O negócio tem que ser tudo contado. O negócio é tudo contado. Ainda não tô tirando muito porque tá com pouco tempo. Eu espero melhorar, quando eu pegar as pessoas mesmo gostando. Porque eu faço tapioca. Eu faço uns pãezinhos com queijo e presunto. Eu vendo também caldo, café, chá, bolo. Aí quando é assim nesse período, eu não trago muita coisa não, porque tá fraco né. Aí eu só trago assim, no começo do mês. Aí começo a trazer

mais as coisas. Eu pretendo botar mais coisas. Botar mais umas coisas pra...quanto mais vender coisas assim, quando der fé você tá com cem reais. Aí você vai guarda cinquenta e os outros cinquenta você já vai repor de mercadoria. É assim que é o negócio”. (Juraci)

A feirante, na fala acima demonstra ter incorporado um *ethos* específico na condução do próprio negócio. Almejando um melhor rendimento na atividade, assumiu um empréstimo de mil e quinhentos reais na Caixa Econômica, considerado “investimento”. A feirante expressou também neste discurso, um senso de previsibilidade e cautela, implícitos na expressão “tem que ter o pé no chão” e “não pode botar os bois na frente da carroça”.

Nesta lógica empreendedora, torna-se necessário saber se “conter” no negócio, pois os gastos devem ser mínimos e controlados, para que assim, a dívida não saia do controle. Juraci falou não gastar facilmente o pouco que adquire em suas vendas, o que lhe possibilita também criar uma pequena reserva ou poupança, servindo como mecanismo de pagamento da dívida e para aplicação de futuros investimentos. Dessa forma, “tudo tem que ser contado”, ou seja, contabilizado, pois os ganhos deverão pagar a dívida (assumida na compra do seu meio de trabalho).

Devido à recente inserção no comércio de rua, a trabalhadora ainda não obteve os rendimentos que esperava. Entretanto, pacientemente, anseia e nutre a esperança de que o negócio poderá melhorar, pois ainda está tentando conquistar a clientela. Para isto, “varia” nos produtos oferecidos, mesmo que encontre dificuldades com as vendas, consideradas no momento, insuficientes. Esta ambulante tem procurado introjetar um sentido de racionalidade em sua prática de contenção, incorporando um “ethos” essencial para a acumulação de uma poupança. No entanto, suas condições para isto são mínimas.

Com as transformações inerentes a reestruturação produtiva, os trabalhadores se individualizaram, assumindo a responsabilidade por seu próprio trajeto laboral. Para Boltanski e Chiapello (2009) a individualização recoloca a autonomia do trabalhador e seu caráter empreendedor dentro do processo produtivo, daí a necessidade de incorporar determinadas práticas a serviço da lógica capitalista.

Para Silva (2002), no contexto da reestruturação produtiva, foi possível verificar o desenvolvimento de uma cultura do trabalho organizada em torno do par empregabilidade/empreendedorismo, o que acabou modificando a antiga fórmula “trabalho livre, mas protegido”. Tal cultura empreendedora se tornou o centro do processo de legitimação ideológica de uma fragmentação social irreversível (Idem, p.105).

Sobre esta mesma dinâmica, Lima (2010) afirma que o trabalhador do informal, mais que um excluído do mercado, acabou se transformando num “empreendedor por

necessidade”, passando a depender de certos investimentos pessoais e de uma forte predisposição para inovar e trabalhar duro como probabilidade de sucesso. Transformar uma situação de mercado desfavorável, em seu contrário, torna-se, portanto, um objetivo para estes trabalhadores que se encontram situação de precariedade laboral (Idem, p.175). Conforme o autor:

Para os trabalhadores reestruturados ou ameaçados pela instabilidade dos contratos, empreendedorismo e empregabilidade juntam-se na lógica explicativa e justificadora, que atribui ao trabalhador a responsabilidade em sua permanência, ou não, no mercado de trabalho, assim como de sua reprodução social. (Idem, p.188).

Conforme este autor, o empreendedor se torna uma figura representativa do novo espírito do capitalismo reinante na contemporaneidade, tornado-se responsável pela internalização de requisitos impostos pelo mercado e fatalmente comprometido com sua própria realização profissional e pessoal. Afirmo ainda:

A nova racionalidade capitalista considera o Estado provedor um elemento de atraso ao desenvolvimento pessoal, pois impediria a busca permanente pela empregabilidade e, por consequência, o espírito empreendedor. O individual se sobrepõe ao coletivo, mesmo quando o discurso é do coletivo. O coletivo exige uma configuração empreendedora que o sustente. (Idem, p.189)

No caso dos trabalhadores da Feira da José Avelino, inseridos nesta lógica de mudanças estruturais, o empreendedorismo se destaca como discurso e alternativa para uma possível melhoria e mudança social na vida de seus trabalhadores. No entanto, ao responsabilizá-los individualmente pela própria condição em que se encontram, este discurso acaba encobrendo a realidade da desregulamentação do Estado, no que se refere às suas obrigações trabalhistas, e dessa forma, lança um grande contingente de pessoas à realidade do desemprego.

Assim, os feirantes acabam se inserindo no que Holanda (2006) denomina por “empreendedorismo de ocasião”, fruto da natureza situacional dos envolvidos, pessoas que buscam oportunidades de negócio enquanto estão desempregadas, ou que não tiveram melhores chances de inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, a decisão de começar um negócio por conta própria não seria algo meramente voluntário. Conforme este autor, o “empreendedorismo de ocasião” tem se multiplicado fortemente em realidades onde impera grandes índices de pobreza (Idem, p.73, 74).

Muitos ambulantes da Feira da José Avelino já estão inseridos na atividade do comércio de rua há mais de dez anos, o que atesta um longo tempo de inserção destas pessoas na informalidade, condição já tida como permanente na trajetória destes trabalhadores. Iniciar

por conta própria, tem sido uma alternativa emergencial a própria precariedade. Muitas vezes, a facilidade de iniciar um negócio, exigindo pequenas somas de recursos, torna-se uma alternativa possível e mais próxima das condições de muitos trabalhadores portadores de um conjunto de informações precárias e com baixa escolaridade formal.

Para Santos (2008) a atividade comercial no circuito inferior tem sido de fácil entrada aos trabalhadores desempregados dada a pequena quantia em dinheiro necessária para se iniciar um negócio, podendo-se recorrer a empréstimos pessoais, concedido em dinheiro ou em mercadorias por pessoas próximas e ou familiares. Além disso, tais atividades não exigem qualificação, nem experiência e ainda pode-se “escapar” ao pagamento de tributos (Idem, p.209).

“Estou atualmente morando numa casa alugada. Comecei a trabalhar com dezessete anos. E foi sempre trabalhando na roça. Tô sempre aqui, todos os dias, na luta. Também trabalhei em restaurante como garçom, com carteira assinada. Na rua você tem que correr do rapa. É aquela luta todos os dias, tendo que acordar cedo e chegando em casa só à noite, quando tomo meu banho e vou ver outras coisas. E aí rapidamente já me preparar pro outro dia, pra trabalhar e começar a luta de novo. Essa é a vida! Todo dia tem! Porque fica o dia todo aqui né. Aí não dá tempo de ir em casa. Essas peças que eu vendo aqui, já compro elas prontas de um fabricante, mas pretendo abrir meu próprio negócio e poder construir a minha família (...) montar uma casa. Aqui graças a deus tenho bastante cliente. Tenho muito cliente! A gente faz também encomenda. Os clientes chamam a gente por *whatsapp* também, e fazem seus pedidos. Pelo fato da gente tá na rua, acaba conseguindo pegar muito cliente e muitos outros contatos”. (Ednilson)

Ednilson começou a trabalhar aos dezessete anos, ajudando os pais na lida do “roçado”. Também trabalhou posteriormente como garçom, emprego de carteira assinada, em que se manteve por pouco tempo. Atualmente, revende peças de confecção nas proximidades do Mercado Central.

Para este feirante, a rua tem se mostrado um campo de possibilidades diversas, reconhecendo nesta atividade um meio para a melhoria de vida, podendo “ganhar melhor” do que se estivesse trabalhando com carteira assinada, mesmo que para isso, tenha que “correr” diariamente do rapa; “acordar cedo” e lutar incessantemente todos os dias, enfrentando as adversidades típicas da atividade ambulante.

A Feira, para alguns, representa a possibilidade de se estabelecer no mercado de trabalho como empreendedor. O grande fluxo de clientes e ademandas por consumo de confecções fazem deste complexo informal um atrativo para elevado número de trabalhadores, que almejam além estruturar seus próprios negócios, poder ampliar suas possibilidades de crescimento. Grande parte dos feirantes da José Avelino, que entrevistei durante minha

imersão em capo, pretende ampliar seus próprios negócios e aumentar a capacidade de investimento para subcontratação de outros trabalhadores.

Subetende-se assim, que o emprego formal, ou o trabalho com carteira assinada, nas condições em que se apresentam, tem se mostrado uma realidade distante e incompatível com os projetos de vida deste segmento de trabalhadores. Uma de minhas entrevistadas expôs a seguinte realidade:

“Eu trabalhava como costureira. Depois passei a revisora da fábrica, revisora das facções (oficinas de confecção) que ficavam no bairro, daquelas pessoas que tinha facção em casa e que trabalhava pra fábrica. Mas o meu sonho era de trabalhar fazendo pra mim mesma (...) porque eu sei fazer de tudo, né. Eu sei fazer de tudo. Sei fazer moldes da peça... Eu não preciso pagar ninguém pra cortar pra mim, nem pra riscar o molde. Tudo o que eu posso fazer sem pagar a pessoa, eu é que ganho né. Eu ganho pouco na peça, mas essas pessoas que ganham, que vendem uma coisinha de cinco reais, ou então vestidinho lindo de criança a dez reais, que você vê aqui na feira, né, a coisa mais linda. Eu fico me perguntando: ela paga o cortador, ela paga pra mandar fazer. Aí eu digo: - meu Deus, como é que dá? Só pode vender muito. É muito cliente! Porque quando a pessoa tem cliente que leva de muito né, aí já é outra coisa. Num instante você investe. Num instante você compra tecido e faz mais. Mas eu ainda não encontrei. Já distribui cartão e tudo, mas é muito difícil. Chegou um agora e levou o quê? Levou uns shortizinhos. Eu não sei se é porque tá no dia das mães, né. Aí uma mulher só numa mão levou cento e cinco reais. Numa mão só!” (Gorete)

A história de vida desta feirante representa a saga de muitos que escolheram trabalhar por conta própria, sem a sujeição de um patrão ou de uma chefia. O “sonho” desta ambulante era poder utilizar seus conhecimentos (adquiridos nas experiências profissionais anteriores), sem ter que vender sua força de trabalho para alguém que a “explorasse”. Entretanto, sua tão sonhada autonomia financeira, esbarra-se atualmente na precariedade de quem “trabalha para si mesma”, sonho limitado por fatores estruturais que independem da vontade ou do esforço próprio para se “prosperar na vida”.

A lógica da flexibilidade e do trabalho autônomo, utilizada como artifício para a reprodução do sistema, integra um mecanismo de fortalecimento dos interesses do capital, sempre associado à exploração do trabalho (aqui transformado em mercadoria). Nesse sentido, não há completa autonomia ou independência do trabalho, já que os indivíduos nem sempre conseguirão escolher ou decidir por conta própria os destinos a que seguirão no mercado de trabalho.

Dessa forma, a informalidade pode ocorrer de forma voluntária, quando o trabalhador quer ser o “dono” de seu próprio negócio, mas pode também ser involuntária, quando o indivíduo é forçado pela reestruturação e pelos movimentos do mercado que o obrigam a se adaptar às circunstâncias. Independente da motivação dos sujeitos e das

situações em que se encontram, os trabalhadores estarão sujeitos a precarização. Piccinini e Oliveira (2006) enfatizam a dificuldade existente em se acreditar que o fenômeno da informalidade seja impulsionado principalmente pela decisão voluntária do indivíduo, e pelo seu espírito empreendedor, uma vez que grande parte dessa ocupação informal vem acompanhada das precarização das condições de trabalho e vida (Idem, p.113). Um dos trabalhadores entrevistados expôs:

“Eu não sou fabricante ainda. Mas eu vou começar a fabricar. Essas peças aqui, eu pego de um fornecedor meu, que eu pego ali. Eu vou passar a fabricar. Em casa eu já fabrico moda praia. Tenho máquina, tenho todo o maquinário, entendeu?! Eu e minha esposa, a gente vai começar a fazer um teste pra vê se dá certo. Porque eu tô trabalhando com estas peças, porque elas têm qualidade. São bem feitas. São peças bem trabalhadas, que a gente não deixa a desejar com o cliente, pra ele gostar e poder voltar”. (Alan)

Apesar de revender mercadorias compradas de terceiros (fornecedores), o ambulante está estruturando uma pequena confecção domiciliar, em que passará a produzir suas próprias peças. Para atrair a clientela, atualmente investe o máximo possível na qualidade do produto, superando a forte concorrência com os demais ambulantes.

“Tenho trinta e cinco anos. Trabalho aqui há uns dez anos. Comecei a trabalhar desde os quinze anos de idade. Trabalhei em supermercado, depois em loja, aí de dez anos pra cá estou trabalhando pra mim mesmo. Estudei, terminei meu ensino médio e depois foi só trabalho. No supermercado eu era empacotador. Mas um dia a pessoa pensa em trabalhar por conta própria. Todo trabalho meu foi com carteira assinada. Aí depois fui ser vendedor. Passei quase dez anos sendo vendedor de loja. Trabalhei na Leblon Tecidos e Armazém Paraná. Só com tecido mesmo. Como esse trabalho já era no Centro e eu via como era o movimento fora da loja, aí sabe como é né?! Uma coisa puxa a outra. A maioria desses vendedores que tão aqui, a maioria já trabalhou de carteira assinada aqui no Centro. Aí se cansa de trabalhar pro patrão e quer trabalhar pra si próprio. Há dez anos atrás, comecei a trabalhar na José de Alencar. Eu tinha uma banquinha lá. Lá a gente não pagava nem manutenção nem aluguel de banca”. (Luís)

Luís começou a trabalhar aos quinze anos de idade, como empacotador num supermercado. Para ele, a maior parte de seus trabalhos foi de “carteira assinada”, dentre os quais, um de vendedor, onde conseguiu permanecer por dez anos. Tendo concluído o ensino médio, mas sem conseguir dar prosseguimento aos estudos, inseriu-se logo no mercado de trabalho. Mas, “cansado de trabalhar para o patrão”, resolveu seguir por conta própria, vendendo peças de confecção em *jeans* na Feira da José Avelino. Percebendo que muitos clientes já tinham seus próprios negócios, sentiu-se também estimulado a iniciar no ramo.

Com o surgimento das feiras de confecções em alguns centros urbanos do Nordeste, incluindo Fortaleza, muitos trabalhadores, cansados de seus antigos trabalhos, e também influenciados pela tendência do empreendedorismo, disseminada como modo e estilo

de vida na conjuntura de reestruturação e flexibilização do trabalho, resolveram iniciar por conta própria, seguindo uma tendência generalizada à prática do trabalho individualizado, autônomo e empreendedor. O discurso seguinte revela este contexto:

“Trabalhei trinta e cinco anos em gráfica. Sou impressor *off set*. Tudo que você imaginar de embalagem eu faço. Tudo! Eu sou operador de máquina, de um tipo de máquina alemã. Até hoje os caras me ligam pra vê se eu volto pra empresa, mas como tô nesse ramo aqui, que pra mim é bom, não saio mais. Faz um ano e meio que eu sai de lá. Eu não quero voltar mais porque as condições dão pra viver bem aqui. Aqui tô com a família perto. Tô bem situado com a família aqui. Agora pra mim voltar de novo pra lá (São Paulo) vai demorar. Eu pedi pra ir embora de lá. Eu sai de lá porque a minha esposa queria vir, porque o pai e a mãe dela ficavam aqui. A família dela toda é daqui. Então eu ficava no meio da separação. E aí pra deixar a família mais unida, mais junta, eu resolvi vir pra cá. Quase todos os anos a gente vinha. Pegava férias lá e vinha pra cá. Aí como a mãe dela tá com a situação um pouquinho melhor, aí ela nos chamou dizendo: -Vocês vem pra cá, aí vocês fabrica e dentro de dois anos vocês conseguem se levantar e ficar estabilizado. Aí estamos aqui batalhando, lutando. Todos os meus cunhados trabalham com isso. Todos tão estabilizados. A firma dele é enorme. Daqui a dois meses eu vou comprar uma lojinha pra mim. Vou colocar a minha máquina”. (Régis)

Régis demonstra o perfil de um trabalhador especializado, com qualificação técnica específica no setor gráfico, já tendo trabalhado durante trinta e cinco anos neste segmento, obtendo ascensão e estabilidade no último emprego, algo não muito comum nos dias atuais. Por motivos pessoais, resolveu mudar de situação, empregando-se num negócio familiar, administrado pela sogra, na Feira da José Avelino.

Empolgado com a proposta de “abrir o próprio negócio”, e decidido a “unir a família”, Régis resolveu sair do antigo emprego, em sua cidade natal, deslocando-se para o estado de origem da esposa. No seu caso específico, as condições da família natal de sua esposa, o comprometimento afetivo com a mesma e o promissor comércio de confecção e moda popular da Feira da José Avelino, foram importantes fatores decisivos na sua escolha como feirante.

Como mesmo enfatizou, o negócio de confecção e moda iniciado pela sogra, conseguiu se expandir através do comércio de rua, impulsionando vários membros da família a deixarem de trabalhar uns para os outros, estimulando a abertura de seus próprios negócios. Régis comenta alguns exemplos de parentes da esposa, que começaram trabalhando uns para os outros, e que com o passar do tempo, conseguiram adquirir seus próprios negócios, tornando-se financeiramente independentes. Dessa forma, Régis pretende se manter na atividade comercial, reunindo a proximidade com a família, com a possibilidade de conquistar melhores condições financeiras.

Na ideologia do empreendedorismo, a noção de risco no mercado de trabalho pode variar de acordo com a posição de classe e a posição do trabalhador na heterogênea estrutura ocupacional. Nesse caso, o trabalho pode assumir um importante meio de enfrentamento das incertezas da vida. E, nesse caso, a instabilidade não impõe uma sensação subjetiva de risco, podendo este mesmo risco, estar integrado ao universo simbólico do trabalhador brasileiro médio, fazendo-se uma condição normal de enfrentamento da realidade. Esta percepção sobre o trabalho indica que a segurança também pode ser atingida através da laboriosidade, “do se virar” e do empreendedorismo em seus diversos arranjos (VARGAS, 2016, p.327).

As mercadorias vendidas por Régis são diferentes no que se refere à qualidade e ao preço das demais confecções vendidas na Feira, muitas das quais produzidas a partir de retalhos ou de tecidos de menor qualidade. Suas peças, em *jeans*, são revendidas para comércios e *shopping centers* da cidade de São Paulo, sendo também expostas em algumas lojas da Feira da José Avelino, revendidas a um público de maior poder aquisitivo.

Régis demonstra também, momentaneamente, um bom desempenho financeiro e comercial, revelando uma condição diferenciada em meio à heterogeneidade dos processos de informalidade que compõe o complexo da José Avelino. Nesse caso, incorpora a condição do trabalhador estável que escolheu pedir demissão do antigo emprego, para trabalhar no comércio de confecção e moda popular, mantendo-se atualmente vinculados aos galpões (com o negócio da sogra), e a atividade comercial realizada na rua, onde consegue vender diretamente para uma vasta clientela de sacoleiros que procuram José Avelino como mercado de confecção em atacarejo. Outro feirante por mim entrevistado expôs a seguinte trajetória de vida:

“Cheguei aqui um ano antes quando a feira ainda era na Sé. O negócio lá era ganhar dinheiro. Pra você ter uma idéia, eu chegava aqui cinco horas da tarde. Eu ajudava um rapaz que tinha uma lona no chão, porque a feira era de seis a sete da manhã. Eu ajudava ele na lona, e esperava até a hora dele sair. Eu passava a noite todinha trabalhando, pra ficar meia hora na banca dele, meia hora. Porque se não fosse isso, era ficar andando e vendendo a mercadoria na mão. E andando, na mão, não vendia. Aí o quê que acontecia? Eu via que no meio do povo, tinha uns velhinhos que eram mais cansados, que quando iam guardar suas mercadorias, demoravam mais a guardar. Aí eu dizia: -Não, macho, deixa eu te ajudar aqui. Aí eu ficava a noite todinha ajudando. Quando era de manhã, que ele ia embora, ajudava a guardar mais rápido. No que guardava mais rápido, ele saía mais ligeiro do canto, aí eu ajudava a vender pra ver se ele acabava logo as vendas dele, pra dispensar o canto. Ele terminava seis horas. Ele me liberava uma hora, e em uma hora eu vendia setecentas, oitocentas peças, ganhando um real em cada peça. Fazia assim uma diária de mil conto, em uma hora. Na cédula! Vendia mil peças, quinhentas peças. Tinha gente que comprava seiscentas peças numa mão só. Cansei de vender quinhentas peças numa mão só. A mercadoria era o mesmo que é hoje. Naquele tempo só tinha três cantos que vendia, irmão. Aqui, São Paulo e Pernambuco. Hoje tem Goiânia, que é

muito grande. Em Pernambuco tem três feiras. Em São Paulo se expandiu. Aqui já tem o Centro Fashion. Apareceu esse Buraco da Gia. Aí abriu demais irmão. Se vinha pra cá mil pessoas pra comprar, hoje tem trezentas. Por quê? É trezentas pra cá, trezentas pro Centro Fashion, e trezentas pro Buraco da gia. Dividiu. Aí acabou a fortuna que se tinha! Nesse tempo tinha cinco mil feirantes, hoje tem quinze mil. Triplicou o total de gente e dividiu em três a fatia do total de clientes. Triplicou os vendedores e dividiu a fatia de clientes”.

Na época em que Carlos começou a trabalhar na “Feira da Sé”, o negócio era “ganhar dinheiro”, “fazer fortuna”. Conforme antiga moradora da Rua José Avelino, Dona Raimunda do Banho, proprietária de uma pequena pousada na localidade, “*antigamente, na Feira, o “dinheiro” brotava do chão*”. Meu entrevistado expôs que começou a trabalhar como feirante, oferecendo suas mercadorias “na própria mão”.

Percebendo a necessidade que alguns trabalhadores tinham para organizar seus produtos, principalmente “aqueles mais idosos”, Carlos encontrou uma forma de ajudá-los e ao mesmo tempo, poder usufruir das vendas, com a liberação dos espaços de lona. A partir do momento em que aqueles trabalhadores “fixos” desocupavam suas lonas (esendidas no chão), Carlos se aproveitava deste intervalo, e para vender grandes quantidades de mercadoria no atacado. Muitos dos antigos feirantes da Sé e que atualmente trabalham na José Avelino contam que nestas épocas iniciais, o volume de vendas e de faturamento na feira era bem maior, o que foi diminuindo e escasseando a partir da primeira remoção desenvolvida pelo poder público, quando os feirantes então migraram para alguns galpões desativados, instalados nas proximidades da Praça da Sé e para a própria Rua José Avelino, nesta época, ainda sem atividade comercial.

Com esta primeira transferência, houve um aumento na procura dos *boxes* por aqueles trabalhadores que queriam iniciar seu próprio negócio. Esta expansão acabou provocando também um aumento na concorrência interna entre os próprios feirantes, intensificada pelo aparecimento de outras feiras de confecção e moda popular desenvolvidas em Pernambuco, Goiânia, São Paulo, e também em Fortaleza, a partir de outros Galpões situados no entorno da Catedral e do Mercado Central, entre os quais o famoso “Buraco da Gia”, referência já consolidada para o turismo de sacoleiros na Cidade. Para Carlos as transformações socioespaciais acabaram triplicando o número de feirantes existentes, e dividindo mais ainda a fatia da clientela e a quantidade média de vendas por feirante.

Maciel et al. (2014) afirma que a informalidade é problemática tanto para os indivíduos quanto para a sociedade. Do ponto de vista do indivíduo, o trabalho informal o situa fora da proteção do Estado, logo, em situação de vulnerabilidade social. Mas, mesmo estando, na maioria das vezes, relacionado à pobreza e a precariedade, pode significar

também maior mobilidade social e melhores oportunidades, visto que em certas regiões o trabalho formal é praticamente inexistente. Logo, o trabalhador que se inseriu nesta informalidade pode ter sido excluído do mercado formal, como também pode ter optado por esta inserção em busca de melhores condições de vida (Idem: 3).

É importante perceber que o emprego informal tem aumentado nas últimas décadas, mesmo quando o emprego formal se mostrou em expansão. Mesquita (2008) afirma que o trabalho informal aumenta com a crise, mas cresce também com a própria recuperação econômica. Para este autor, o duplo crescimento envolve outras variáveis, além do comportamento do mercado formal, tais como: o crescimento demográfico e a densidade populacional; o desempenho econômico e setorial; a luta pela subsistência; a exploração do trabalho; dentre outras variáveis. Dessa forma, o aumento da informalidade seria motivado pelo maior crescimento da economia nacional (nos últimos anos), o que acabou fomentando maior consumo de massa e possibilitando abertura de novas oportunidades de trabalho.

Para Machado da Silva (2008) o trabalho informal é resultado tanto das condições materiais produtoras de desigualdade, como também da subjetividade dos indivíduos, motivados por um espírito empreendedor inserido num desejo de ser patrão, de estar no topo da cadeia, de trabalhar por si próprio, e de mandar. Tal espírito empreendedor se configura como um fenômeno contemporâneo da cultura do trabalho, definido pelo par “empregabilidade/empreendedorismo”, manifestando-se como mecanismo de convencimento ideológico cuja característica fundamental é a individualização e a subjetivação dos controles que organizam a vida social, inclusive a produção material (Idem, p.120).

Tais mecanismos de convencimento ideológico se estruturam em representações do tipo: “Se é para trabalhar como escravo, prefiro ser escravo de mim mesmo”; ou ainda “ser um empresário bem sucedido é um valor a ser alcançado numa nova era de bem estar social”. Estas crenças acabam sendo internalizadas pelos indivíduos e reproduzidas a partir do modelo “empreendedor” (Idem, p.120, 121).

Ainda para este autor, não só o desemprego que aumentou no país na década de 1990 (com a abertura da economia nacional ao neoliberalismo) se tornou a principal causa do alastramento de ambulantes nos principais centros urbanos brasileiros, mas também a disseminação e expansão de uma dimensão subjetiva marcada pela vontade dos indivíduos de iniciarem seus próprios negócios (como *ethos* de trabalho). Nesse circuito transnacional de mercado, se sobressaiu um “*ethos* empreendedor” representando a própria narrativa e ideologia capitalista internalizada e reproduzida na sociedade (Idem, p.122; 124).

No entanto, este *ethos* não se dissocia do plano objetivo vivenciado nas decisões econômicas e materiais dos sujeitos. Enquanto atributos valorativos, eles reforçam a reprodução de um modelo que tem como combustível, justamente estes mesmos valores. Portanto, o indivíduo não escolhe a precarização, mas a vivencia como fenômeno inescapável. E assim, mesmo que decida empreender, acaba não escapando também, nem se insentando da precarização de sua própria condição de vida e de trabalho. Empreender aqui significa assumir o risco, a incerteza e a instabilidade tão presentes no mercado, e tão vivenciadas pelos trabalhadores.

Como já analisado e exposto nas várias narrativas, é comum entre os ambulantes a venda de mercadorias a baixo preço, o que acaba desqualificando e desvalorizando o próprio trabalho. Nesta teia de precarização, alguns trabalhadores acabam contratando outros trabalhadores que também se encontram em condições de precariedade, formatando-se com isso, uma rede socioprodutiva de trabalho precário, a caracterizar a complexa divisão social do trabalho informal da Feira da José Avelino.

Para os feirantes, a única forma de compensar o baixo valor das mercadorias seria aumentando o montante das vendas. Mas para evitar esta desvalorização, os feirantes acabam também tendo que comprar matéria-prima mais barata, e assumindo todas as etapas da produção, trabalhando mais intensivamente, o que repercutirá na produção de produtos de menor qualidade. Entretanto, não necessariamente, a produção de confecções existente na Feira da José Avelino segue um baixo padrão de qualidade, associado à desvalorização e a exploração do trabalho.

Nesse sentido, é possível identificar também na Feira, uma grande variedade de mercadorias com excelente qualidade. Para Cacciamali (1994), os produtores informais não apresentam como característica obrigatória a produção de mercadorias ou de serviços de baixa qualidade, nem têm como objetivo apenas sanar as necessidades dos estratos mais pobres da população. Para esta autora, não há argumentos, nem evidências que justifiquem esses confinamentos. Sobre esta condição, afirma:

As atividades informais caracterizam-se pelo alto grau de heterogeneidade e compreendem um leque diferenciado, desde estratos da pequena burguesia e empreendedores, que podem vir a ser empresários tipicamente capitalistas, até trabalhadores ocasionais, temporários, biscateiros, curiosos, ajudantes em geral, que, impossibilitados de se empregar numa empresa capitalista, pressionam a oferta de trabalho dessas atividades e diminuem a renda média do setor informal em geral. (Idem, p.221)

Como já dito anteriormente, é possível identificar na Feira da José Avelino, trabalhadores informais com elevados ganhos de rendimento. Embora nem sempre esta seja uma regra. Conforme Cacciamali (1994) há trabalhadores informais que em virtude de seus atributos produtivos, acabam gerando rendimentos de trabalho maiores do que se tivessem optado ou ingressado num emprego numa firma capitalista. Esta condição se torna verdadeira quanto mais passa a representar a situação dos trabalhadores de baixa escolaridade e de pequena experiência profissional formal (mas com experiência em atividades informais), e que tendem a serem enquadrados nas empresas capitalistas em cargos não qualificados ou semiquilificados com remuneração próxima a do salário mínimo. Para Cacciamali, o contrário também pode ser verdadeiro, ou seja, situações em que os trabalhadores informais acabam recebendo rendimentos menores na informalidade do que se tivessem ingressado numa função pouco qualificada no setor formal (Idem, p.222).

A realidade dos trabalhadores da Feira da José Avelino mostra-se bastante heterogênea, portanto, capaz de agregar não só a produção de baixos rendimentos, mas também elevados níveis de renda, a depender da movimentação do mercado e do montante da clientela. Aqui, a capacidade produtiva do empreendimento, a variedade e a quantidade de mercadorias (se atacado ou varejo), assim como também o uso de mão-de-obra na produção, influenciarão diretamente os ganhos finais do feirante.

Para Cacciamali (1994) a remuneração obtida no mercado informal não estaria obrigatoriamente associada a baixos níveis de renda, mas também vinculada ao tipo de atividade envolvida, aos custos de produção e a dimensão (tamanho) de cada mercado específico, considerando-se que este mercado é condicionado tanto pelas demandas lançadas pelas empresas, como também pelos consumidores individuais finais. Dessa forma, são constituídos tanto os mercados de alto nível de renda, como os mercados de baixo nível de renda, ambos convivendo simultaneamente (Idem, p.222). Um de meus entrevistados expôs a seguinte narrativa:

“Até o começo o pessoal se empolgou. Quais eram os planos? Era da minha esposa ficar aqui e eu ir pra lá (pro Centro Fashion). Ter renda dos dois lados. Sem ter que sair daqui e ir pra lá. Então era pra gente... Nos encheram de expectativas, mas não foi correspondido. Teve uma empolgação inicial, mas no decorrer do tempo foi...até que eu tô aqui de novo. Mas é uma ótima localização. É um bom lugar para se trabalhar, se vender. Só por conta do capital. É o capital quem manda hoje em dia...como diz o ditado, os ditos do povo, quem “ganha dinheiro é quem tem dinheiro”. Eu já não levo isso pra mim, porque ganha dinheiro quem vai à luta, quem corre, quem busca, quem corre atrás do seu objetivo”. (Alan)

Com a retirada das bancas da Feira da José Avelino, o feirante Alan pretendia assumir um negócio no Centro Fashion. Enquanto isso, sua esposa continuaria gerenciando o *box* no galpão da José Avelino. Inicialmente nutriu grandes expectativas no novo investimento, mas ao não conseguir vender um montante suficiente, acabou retornando para a Feira.

Alan não possui grandes somas de dinheiro, nem tampouco sobras de recursos para maiores investimentos, restando-lhe apenas a vontade de “ir à luta” e de “correr atrás do seu objetivo”, valorizando assim um *ethos* de “esforço próprio”, de “vontade pessoal”, de “envolvimento” e de “dedicação” ao trabalho. A partir da introjeção dessa disciplina, o feirante incorpora a lógica do empreendedor, daquele que por seu esforço próprio e habilidades pessoais conseguiria “prosperar”, “iniciando seu negócio e obtendo sucesso como resultado de trabalho”. Alan está inserido numa lógica de individualização do trabalho, lógica esta em que os indivíduos são responsabilizados por seus destinos laborais e por suas inserções no mercado de trabalho, marcas típicas da acumulação flexível e de novos tempos de capital mundializado.

Para Jacob Lima (2010) o par empregabilidade/empreendedorismo demonstra novos modos de exploração capitalista, reforçando a individualização associada à subjetivação dos controles. Conforme este autor, a flexibilização das relações de trabalho estimula a individualidade (devendo-se estar munido de atributos subjetivos para superar e se adaptar às mudanças do sistema produtivo). Nesse contexto é que são moldados os empreendedores, pessoas que com pouco ou a partir do nada, conseguem realizar planos audaciosos.

Ainda conforme este autor, tais mudanças criam uma nova cultura do trabalho apoiada na flexibilização e na multifuncionalidade, investindo-se cada vez mais na competição e na autonomia profissional, como formas individualistas de trabalho. Tais conceitos ideológicos mascaram a destruição dos direitos da maioria dos trabalhadores, colocando o mercado como parâmetro para as relações sociais, e intensificando ao mesmo tempo o crescimento do desemprego e a precarização do trabalho.

A realidade que integra os processos de informalidade e a precarização do trabalho presentes na Feira da José Avelino reforçam os aspectos qualitativos vivenciados no cotidiano laboral de milhares de indivíduos marcados pelo risco e pela insegurança.

7.5 Flexibilidade de horário: Intensidade do trabalho, insegurança e instabilidade no comércio de rua.

A flexibilidade de horário, tão característica do negócio por conta própria e dos pequenos empreendimentos, nem sempre pode ser encarada como significado de dispensa do trabalhador ou liberdade para uso de seu tempo. Pelo contrário, em muitas situações passa a representar a submissão do trabalhador a condições externas que independem de suas vontades e condições. Quando indagado sobre sua rotina, Edinilson afirmou:

“Chego aqui sete horas. Se eu quiser ir embora meio-dia, eu vou embora, porque eu é que faço o meu horário. Eu queria ter mais liberdade. Mas no momento, realmente, eu não posso ter, porque tem que trabalhar. Tem que correr atrás. Porque pra quem trabalha na feira não é fácil. Quem é camelô, ele tem que acordar cedo. Tem que encarar a fiscalização, tem vários obstáculos (...) é chuva, é muita coisa. No dia que chove fica fraco. Ou você vai pra casa ou espera a chuva passar pra vender alguma coisa, ou então você não vende nada. Ai espera pro outro dia. Na verdade, esse aí já é um dia perdido que você deixou de ganhar. Mas eu venho do mesmo jeito! A gente guarda as peças ali e espera a chuva passar um pouco. E aí volta de novo. Aí começa a chover. Aí você vai e guarda de novo. É nessa correria o tempo todo! A fiscalização vem diariamente. Todos os dias têm fiscalização. Dia de feira eles chegam mais cedo. A gente chega três horas da manhã. Quando é oito horas da manhã a fiscalização chega, aí a gente tem que sair. Se não sair, muita gente acaba perdendo mercadoria, como eu já perdi uma vez também. Aí fica no prejuízo. Aí o prejuízo a gente vai cobrindo dia após dia. É chato, mas é a vida de quem é feirante né”. (Edinilson)

Meu entrevistado afirma chegar cedo ao trabalho, e mesmo que possa se ausentar deste a qualquer momento, afirmou também não ter a liberdade que tanto gostaria, pois não pode “deixar de trabalhar”, devendo, portanto, assumir obrigações maiores, pelo simples fato de ter acesso a esta flexibilidade (possibilidade de adequação de tempo ou modo próprio de vivenciar e gerenciar o tempodiferente dos padrões tradicionais de controle da produção fordista/taylorista).

Meu entrevistado afirmou ter que “correr atrás” o tempo todo, como se já estivesse “atrasado”, com saldo negativo de tempo a superar. Como ambulante, enfrenta desafios e obstáculos próprios da atividade: intensa jornada de trabalho; truculência da fiscalização e exposição às intempéries naturais. Em dias muito chuvosos, os feirantes que não possuem *boxes*, acabam não conseguindo trabalhar, e assim, retornam para suas casas, perdendo o dia todo de trabalho. Em dias menos chuvosos, aguardam a chuva passar, e assim retornam as ruas num incessante “vai-e-vem”.

A rotina laboral de Ednilson é um eterno “corre-corre”, um movimento inconstante e dinâmico, intensamente pressionado pela fiscalização, a acelerar o movimento dos trabalhadores que deverão desocupar o espaço o mais rápido possível.

A precariedade das condições existentes na informalidade, expressas na ausência das garantias laborais concedidas pelo assalariamento, nas péssimas condições ambientais enfrentadas e nas formas de inserção e permanência no mercado de trabalho, revelam a falácia da ideologia do empreendedorismo. Para Lima e Júnior (2018): “o controle do tempo e a flexibilidade em relação ao local do exercício da atividade são, de fato, elementos de insegurança e de incertezas no presente, e não só quanto ao futuro.” (Idem, p.37). O discurso dominante que integra ideologicamente a noção de empreendedorismo ou “auto-emprego” e “patrão de si mesmo” acaba criando a empregabilidade como forma de legitimar um problema inerente a própria essência o mercado de trabalho.

Tal ideologia se torna coerente às propostas de flexibilização presente nas relações de trabalho, e que procuram ampliar o espaço de convencimento do capital na conformação humana, e na adaptação de pessoas a esta nova situação, o que também acaba facilitando a transferência de ônus da economia para os trabalhadores (BETTIOL, 1995, p.17)¹¹¹. Nessa dinâmica laboral, os projetos pessoais seguem tendências não-lineares, marcadas por rupturas e frustrações de planos e pretensões, conforme discurso a seguir:

“Já tô com sete anos aqui, desde dezembro. Pra quem tem coragem de trabalhar nessa correria aí, é bom. Se tem disposição pra ter que correr do rapa, correr atrás pra vender, aí é bom. Mas tem que ter sangue no olho. Porque aqui não tem um ganho tão bom, mas também não tem um horário fixo. O horário é você quem faz. Não depende de patrão. Tem muita gente aqui que realmente emprega outras pessoas pra vender, né, mas não é todo mundo aqui que as coisas são suas”. (Roberta)

Para Roberta, trabalhar na rua exige “coragem”, pois a atividade envolve alguns percalços como ter “que correr do rapa” e ainda assim ter que “ganhar pouco”. Na situação em que se encontra, não “depende de patrão” e pode usufruir da “flexibilidade de horário”. Mas, trabalhar na rua exige ter “sangue no olho”, e coragem para enfrentar hostilidades e barreiras cotidianas. Sobre estas dificuldades inerentes ao ofício e a intensidade do trabalho, afirmou um dos feirantes:

“Não tenho hora certa de trabalho não. Às vezes trabalho até duas horas da manhã. Quando dá quatro horas já tô na rua de novo. Tem dia que eu trabalho até duas e meia da manhã. Eu não durmo não. Aí quando da fé já tô na rua de novo. Tenho tempo não. Porque se não, num dá conta. Se o cara chegar pra você e pedir cem peças, você tem que fazer pra entregar. Aí é complicado. O cara tem que trabalhar se não num entrega não. O cabra morre e num entrega. Tem que cortar, comprar o

¹¹¹ Artigo disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1995-8.pdf>

tecido, comprar a renda, cortar, costurar, comprar linha... Tu é doido. A luta é grande. A batalha é grande! Tem que ter coragem! Aí quando eu venho, eu fico circulando, até que aparece cliente. Aí eu digo: -Quer quantas peças? Vai deixar? Aí dá pra escapar, pra ir comendo o feijão, pra pagar as contas. O cara chega aqui às quatro e meia da manhã, aí oito horas o rapa chega. Aí dá um espaçozinho, mais é pouco”. (Edgar)

Mesmo trabalhando por conta própria e com o título de microempreendedor individual (MEI), Edgar não consegue escolher seu próprio horário, mostrando-se refém de uma lógica “flexível” a marcar a vida dos trabalhadores (sejam formais ou informais) em novos tempos de acumulação do capital. A instabilidade vivenciada no gerenciamento do próprio tempo, aprisiona-o numa jornada produtiva incerta e estafante, mostrando-se refém de uma lógica desgastante e exigente.

Para dar conta da produção e das encomendas dos clientes, meu entrevistado intensifica sua rotina de trabalho, e por assumir sozinho a condição de patrão e empregado de si mesmo (característica dos pequenos negócios informais), acaba estendendo suas funções e, conseqüentemente, sua própria jornada de trabalho. A necessidade de cumprir metas de produção e entregar as encomendas solicitadas lhe consomem totalmente o tempo disponível, tendo que renunciar ao próprio sono.

A pequena quantidade de mão-de-obra empregada em sua oficina de confecção aumenta sua jornada de trabalho, pois assim, acaba tendo que assumir várias funções simultaneamente, tanto na produção, como também na comercialização das mercadorias. E como não há previsibilidade para este tipo de compra por encomenda, resta-lhe apenas “trabalhar” para conseguir entregar o que lhe foi solicitado.

A produção de encomendas na Feira envolve quantias maiores de confecção, e dada a impossibilidade para contratação de mão-de-obra, além da familiar, Edgar acaba assumindo várias atividades ao mesmo tempo. Como bem ressaltou, para enfrentar a luta é “preciso ter coragem”, ou seja, é preciso “assumir riscos”. E nessa dinâmica comparece a feira somente nos dias de maior movimentação (de quarta para quinta e de sábado para domingo). No restante da semana, dedica-se intensamente a atividade do fabrico, contando apenas com o auxílio de uma costureira, contratada informalmente.

Para Geovani Alves (2013) a nova precariedade salarial, altera a dinâmica da troca entre o espaço-tempo de vida e o espaço-tempo de trabalho, em virtude da desmedida da jornada de trabalho, corroendo assim as possibilidades de formação destes sujeitos e aprofundando a autoalienação do homem-que-trabalha, reduzindo suas vidas pessoais a mero trabalho e explicitando o estranhamento dos indivíduos e o seu completo esvaziamento (ALVES, 2013 apud CARVALHO, 2014, p.229).

A precarização estrutural do trabalho é a precarização da força de trabalho submetida à lógica do capital. Para Alves (Idem), a precarização, ao atingir o trabalho e a própria vida do homem-que-trabalha, corrói sua capacidade humana, produzindo a desefetivação do ser genérico do homem e sua capacidade humana de negação da realidade do trabalho e do estranhamento social, capturando por isto, sua própria subjetividade (ALVES, 2013 apud CARVALHO, 2014, p.229). Sobre esta condição afirma Alba Carvalho (2014):

(...) homens trabalhadores e mulheres trabalhadoras vivenciam a precarização laboral e a precarização da própria existência, comprometendo a saúde, a perspectiva de vida e a inserção na totalidade das relações sociais. O sofrimento no trabalho, sob múltiplas formas, leva ao adoecimento físico e mental, com doenças características da epidemiologia laboral (CARVALHO, 2014, p.229).

A falta de tempo para a realização de outras atividades pessoais reduz a vida dos trabalhadores ao mero espaço-tempo do trabalho, comprometendo sua saúde e a qualidade de vida destes sujeitos. Sobre a intensificação da rotina de trabalho, o feirante Régis expôs o seguinte discurso:

“Aqui eu tenho a facção (**oficina de confecção**) que eu estruturei. Comprei também banca. Só que é muito sofrido! O ramo é muito sofrido! Agora como eu digo, eu não tenho como reclamar não, porque tá sofrido tá, mas pior era pra estar. Eu sou forte! Num sol desse aqui, ó, você vê, eu com fome. Desde ontem de noite. Agora, como eu fui criado no costume do interior, eu sou forte desde menino, quando comecei a trabalhar na CEASA. Mas se fosse eu de criança aqui, acho que já tinha morrido. Eu venho aqui duas vezes na semana. Sábado de manhã, e volto domingo ao meio dia. Venho quarta de manhã, e volto quinta ao meio dia. Aí chego em casa, não vou dormir não. Vou agilizar as coisas pra botar no trabalho, pra fazer compra, levar as coisas que tão faltando pra comprar. Antes da feira, por exemplo, ontem, que foi quarta, de terça pra quarta, mal durmo, traço os planos. Porque quando eu venho é oito mil na cabeça pra pagar. Aí eu já venho nos planos. Tomara que dê certo. Tomara que não chova. Tomara que o rapa libere. Porque se o rapa não liberasse e se chovesse, eu não tinha como pagar esse dinheiro não. Aí não dorme! É igual véspera de jogo! A tensão aqui é grande...” (Régis)

Endividado e com contas a pagar, meu entrevistado assume uma intensa rotina de trabalho no comércio de rua, mostrando-se cansado pelas “viradas de noite”. Para sanar as dívidas, obrigou-se a vender confecção, mesmo com baixo faturamento. Régis considera seu trabalho uma atividade sacrificante e “sofrida”, ao mesmo tempo em que também a assume com certo ar resiliente, conformando-se com o que tem, pois para ele, “pior poderia estar”.

Em meio à aridez laboral, mostra-se preocupado e ansioso com as dívidas acumuladas, perdendo noites de sono, muitas das quais, dedicadas à organização das mercadorias, produzidas no decorrer da semana. Por não saber se as condições de trabalho serão favoráveis quanto ao tempo (se fará chuva ou sol) e quanto à fiscalização (se o rapa irá

liberar a rua ou não), carrega constantemente a incerteza diante do presente, comparando sua tensão a de um jogador em “véspera de dia de jogo”.

Para Santos e Perrone (2017) a precarização não se restringe somente à intensificação do ritmo de trabalho, à diversificação das tarefas, à adoção de novas formas de gestão, às terceirizações e às privatizações. Mais que isso, ela cria novas formas de subjetivação. Nesse sentido, as autoras problematizam a produção subjetiva da precarização laboral, revelada pelo percurso de trabalho dos indivíduos, muitos dos quais sonham de forma ilusória que sendo autônomos serão donos de suas próprias vidas, o que na realidade apresenta apenas a produção subjetiva da precarização laboral no neoliberalismo (SANTOS & PERRONE, 2017, p.2).

Para Dal Rosso (2008) os novos trabalhos (diferentes do antigo emprego) contêm graus superiores de intensidade, e não se afirmam por jornadas definidas permanentemente, mas por horários flexíveis conforme as necessidades da empresa. Além desta jornada intensa, os trabalhadores não têm o luxo das contribuições sociais, considerado excesso inconcebível no mundo dos auto-empresendedores e auto-agenciadores de seus próprios negócios (Idem, p. 13).

Fala-se aqui de intensificação do trabalho quando os resultados da atividade laboral são quantitativa ou qualitativamente superiores aos demais, razão pela qual se exige maior consumo de energias do trabalhador no exercício de suas atividades cotidianas. Este dispêndio que pode ser físico, mas também intelectual e emocional exaurem o trabalhador executante. Nesse sentido, é importante perceber que as rotinas e as jornadas de trabalho dos feirantes da José Avelino reproduzem um tipo específico de intensificação do trabalho, exigindo-lhes não só um extremo esforço físico, mas também uma sobrecarga emocional provocada por situações tensas e hostis vivenciadas no espaço da rua.

Deve-se levar em consideração também, que o trabalhador por conta própria, ao internalizar uma ideologia de individualização do trabalho, mediante os valores da cultura do empreendedorismo e da empregabilidade, acaba incorporando também um sentido próprio de responsabilidade, nem sempre concretizado e muitas vezes fadado a frustração.

As condições de instabilidade e incerteza, características do modo flexível de acumulação, e vivenciadas pelos trabalhadores nos seus processos de informalidade, reforçam esta sobrecarga subjetiva que pesa sobre os trabalhadores e trabalhadoras. Ao mesmo tempo, as oscilações no mercado de trabalho, as pressões provocadas pelas regras e limites da fiscalização urbana, bem como também as rupturas constantes nos incertos projetos de vida

são exemplos práticos de que a intensidade do trabalho está entranhada no cotidiano de vida laboral dos trabalhadores da Feira da José Avelino. Sobre a intensidade do trabalho, afirma Dal Rosso (Idem):

“A manipulação do grau de intensidade tem por objetivo elevar a produção quantitativa ou melhorar qualitativamente os resultados do trabalho. Em princípio, a alteração da intensidade para mais aumenta os resultados do trabalho e a alteração para menos diminui (...) quanto maior é a intensidade, mais trabalho é produzido no mesmo período de tempo considerado (...) na história do desenvolvimento econômico, a elevação da intensidade do trabalho cotidiano constitui uma força fundamental de crescimento.” (Idem, p.21)

Nos discursos apresentados durante as entrevistas, os trabalhadores da Feira apontaram que a melhoria no rendimento e no faturamento de seus negócios dependia tanto da quantidade de trabalho desenvolvido no fabrico das confecções, como também na atividade comercial, o que os forçavam a desenvolver mais trabalho num mesmo espaço de tempo. Por conta disso, revelaram se sentir pressionados não só devido a intensificação de seus bioritmos de trabalho, mas também pelas pressões subjetivas desencadeadas pelas dívidas e responsabilidades financeiras, mostrando-se consumidos tanto fisicamente, como subjetivamente.

Conforme Dal Rosso este tipo de comportamento leva os indivíduos a um engajamento superior, envolvendo um dispêndio de energias fora do comum. Afirma ainda este autor:

(...) mais ou melhores resultados serão conseguidos à medida que esse grupo trabalhar mais intensamente no mesmo espaço de tempo considerado. Esse trabalhar mais densamente, ou simplesmente trabalhar mais, sem quaisquer adjetivos ou advérbios, supõe um esforço maior, um empenho mais firme, um engajamento superior, um gasto maior de energias pessoais para dar conta do plus, em termos de carga adicional ou de tarefa mais complexa. Resultarão desse envolvimento um também maior, uma fadiga mais acentuada e correspondentes efeitos pessoais nos campos fisiológico, mental, emocional e relacional. (Idem, p.22, 23)

Muitos dos trabalhadores por mim entrevistados, para obterem um maior nível de rendimento, acabavam tendo que vender mais. No entanto, cotidianamente esbarravam na falta, na escassez e na baixa produtividade inerentes a própria condição objetiva em que estavam inseridos. A falta de investimento e de possibilidades para a ampliação de um projeto “empreendedor” ao qual buscavam, também lhes geravam um sentimento de frustração e, ao mesmo tempo, uma tentativa de busca incessante por melhoria de vida, o que também acabava funcionando como fator estimulante a aumentar o grau de intensidade que despendiam no trabalho, e conseqüentemente o grau de envolvimento e empenho numa rotina intensa e extensa.

Na perspectiva ideológica do empreendedorismo, trabalhar por conta própria é poder controlar o próprio tempo de trabalho. Entretanto, contraditoriamente, os trabalhadores e trabalhadoras por mim entrevistados afirmaram assumir uma forte dependência do trabalho e da atividade, comprometendo-lhes a sobrevivência e o próprio sustento, o que os tornavam mais dependentes e menos livres da atividade laboral. Portanto, embora assumissem uma maior flexibilidade de tempo, não estavam livres de um trabalho intenso e sobrecarregado.

Muitos dos feirantes entrevistados estavam suscetíveis a rotina de trabalho extensa, desregulada e fora de controle. Um destes trabalhadores da Feira, que atualmente também trabalha como *uber*, expôs o seguinte relato sobre o uso de seu tempo:

“Em dia de feira, eu começo na quarta, cinco da manhã e vou até na quinta meio dia. Esse mesmo horário que eu falei, cabe o final de semana. E aí começa no sábado também, cinco da manhã e vai até domingo meio-dia. No caso nós, eles que têm uma loja aqui, nós sai de casa às três horas da manhã na quarta, passa o dia todim aqui e só vamos embora no outro dia, no dia seguinte. Do mesmo jeito é no sábado. Chega aqui três e meia, quatro horas, e só vamos embora no domingo, meio dia, onze horas, dependendo do movimento. Nos outros dias eu sou motorista de aplicativo. Trabalho no UBER nos dias de segunda, terça, quinta feira, do meio dia pra tarde, quando eu chego da feira, e aí também continuo sexta-feira e domingo do meio dia pra tarde”. (Saulo)

Saulo comparece a feira somente nos dias de maior movimentação - de quarta para quinta e de sábado para domingo –chegando ao ambiente de trabalho pela madrugada, e retornando para casa, somente no dia seguinte. Além de feirante, meu entrevistado também complementa sua renda, trabalhando como motorista da “uber¹¹²” nos demais dias da semana, saindo de sua casa ao meio dia, e retornando apenas no final da noite. Dessa forma, este trabalhador acaba assumindo uma rotina intensa, pois como ambulante contratado, ganha a partir do que consegue revender e como “uber”, realiza uma intensa rotina para compensar o investimento mantido não só com o pagamento do percentual para a empresa *uber*, como também para o aluguel do próprio do veículo com o qual trabalha. Sobre este mesmo contexto de intensificação do trabalho na Feira, uma trabalhadora comentou:

“Antes de vir pra cá eu trabalhava em festa, vendendo água e refrigerante. Eu trabalhava assim. Aí toda festa, eu ia trabalhar com lanche. Comecei a trabalhar desde os meus doze anos, e sempre trabalhei na vida. Agora eu trabalho costurando. Eu é que faço a minha mercadoria. Faço tudo, todas as etapas da confecção. Quando não tô aqui, estou em casa, fazendo os cortes e costurando com minha filha. O que eu apuro aqui dá pra sobreviver. Só descanso quando durmo. Eu trabalho aqui andando de um lado pro outro, tentando ficar onde o rapa não tá. Não tenho um canto certo pra ficar não e nem trago banco também não”. (Fátima)

¹¹²Empresa multinacional americana, prestadora de serviços eletrônicos na área do transporte privado urbano, através de um aplicativo de transporte que permite a busca por motoristas baseada na localização. Atualmente revela-se como um nincho de mercado de trabalho informal e também como fator de intensificação da precariedade laboral.

Fátima comentou que atualmente assume uma rotina intensa de trabalho na Feira, atuando tanto na comercialização, como também na produção de suas mercadorias, sendo auxiliada apenas pela filha no fabrico das confecções. No dia-a-dia expõe-se a condições de trabalho hostis, percorrendo extensos trajetos a pé, sem intervalos de descanso. Aos cinquenta e cinco anos de idade, apresentando traços de desgaste físico, a feirante afirma descansar somente quando “vai dormir”, único momento em que tenta repor suas energias. Outra trabalhadora da Feira expôs o seguinte discurso:

“O sol quente é ruim! Mas isso não impede não! E se o rapa deixasse a gente trabalhar seria melhor. O sol quente é castigando. É o pior. Mas a gente tem que trabalhar né, porque a gente tem que dá de comer pros filhos da gente né. Eu não uso nada (**se referindo ao protetor solar - grifo meu**). Em dia de feira eu começo cinco horas da manhã. Aí quando for lá pras dez, onze horas da noite de hoje, aí eu vou dar um cochilo. Aí depois eu volto de novo, às cinco horas da manhã. Aí trabalho de domingo a domingo, de segunda a segunda. Não paro não. Quando é segunda e terça eu chego às sete horas, oito horas. Aí dia de quarta e quinta a gente começa cinco da manhã e só para na quinta-feira, cinco da tarde. Aí na sexta começa de novo. A gente vem sete horas. Mas todo dia aqui tem movimento”. (Antônia)

Em dias de feira, Antônia trabalha no período de cinco horas da manhã às onze horas da noite, quando então retorna para casa, onde deverá tirar um rápido “cochilo”, retornando logo em seguida, onde ficará até as cinco horas da manhã. Esta feirante assume diariamente uma jornada intensa, chegando ao local de trabalho ainda pela madrugada.

Para Franco et al. (2010), uma das dimensões da precarização do trabalho se refere aos aspectos próprios da organização e condições de trabalho: caracterizados pelas metas inalcançáveis e pelo ritmo intenso de trabalho (Idem, p.231). Nesta dimensão os indivíduos, imersos na exigüidade de seus tempos privam-se de pausas no trabalho, de repouso, e da possibilidade de recuperação do cansaço, incidindo num estreitamento do tempo de viver e de conviver fora do mundo do trabalho.

Diante das metas de trabalho à procura da sobrevivência, os ritmos dos indivíduos se aceleram, fazendo com que aumentem seus níveis de produtividade e ação, o que também força e fragiliza a segurança e a saúde no trabalho. Tal postura acaba revelando uma negação do valor da proteção à saúde e à vida (Idem, p.232). Para estas mesmas autoras, os tempos sociais do trabalho (ritmos e intensidade) se encontram em contradição com os biorritmos dos indivíduos, gerando acidentes e adoecimentos. Sobre esta realidade, expôs um feirante:

“Sexta-feira não tem feira não. Mas tem aquele pinga-pinga como agora, e dá pra gente ganhar alguma coisa. Bom mesmo é sábado, domingo, e quinta-feira. Mas aí tem aquela pressão do rapa sobre a gente. Aí é trabalhar com um olho no peixe e outro no gato. Eu saio cinco e meia da manhã de casa, abasteço o carro de coco. Quando eu chego aqui já é sete e meia, oito horas. Aí fico até acabar a última mercadoria. E se acabar cedo eu vou logo pra casa. Às vezes eu chego em casa cedo,

seis horas. Isso quando eu termino mais cedo. Aí eu chego em casa umas quatro horas da tarde. Aí pego ônibus, mas não tenho hora pra chegar em casa não. Tem hora pra sair, pra chegar não tem não”. (Fernando)

A movimentação e a concentração de pessoas são fatores determinantes para a atividade do comércio informal, uma vez que os ambulantes procuram se deslocar para os espaços onde mais se concentram pessoas, pois assim terão maior probabilidade de vendas. Entretanto, a presença inibidora da fiscalização intensifica um estado de alerta e ansiedade constante no trabalhador, que pressionado, deverá manter-se atento, correndo o risco de a qualquer momento perder suas mercadorias com as chegadas “surpresas” do rapa. A rotina intensa e desgastante de trabalho, a começar muito cedo da manhã, não tem hora para acabar, ficando o retorno do trabalhador, alinhado a movimentação do comércio e a própria venda dos produtos.

7.6 O negócio por conta própria: entre a instabilidade do mercado e a instabilidade da vida.

A informalidade impõe algumas condições aos trabalhadores, como o sentimento de instabilidade diante da vida. Muitos dos feirantes que possuem seus próprios negócios, e que almejam a tão sonhada independência e autonomia, sentem as conseqüências da ausência de algumas garantias que possam lhes proporcionar um mínimo de estabilidade. Sobre esta condição instável, Saulo comentou:

“Hoje só tô assim porque foi falta de...como é que se diz...é aquele ditado, a gente pensa que nunca e jamais vai acabar as coisa. Eu tinha uma vida mais ou menos. Meu pai tinha uma vida mais ou menos. Aí de repente as coisas acabaram. Meu pai ficou doente. Na época, a gente ficou despreparado. É aquele ditado: enquanto tem, faça um pezim de meia, pra quando chegar uma crise, você ter como permanecer daquele jeito por algum tempo, até enquanto as coisas melhorarem.” (Saulo).

O feirante trabalhava com o pai num negócio próprio, até que este adoeceu e a situação financeira piorou. A falta de uma poupança, de um planejamento e de um seguro contribuiu para que sua situação de infortúnio se intensificasse. Com o adoecimento do chefe de família, tiveram que vender os próprios meios de trabalho, abrindo mão do padrão de vida razoável que até então levavam.

Situações como esta, a envolver imprevisibilidades, acometem surpreendentemente a grande maioria dos trabalhadores informais desprotegidos e não assegurados pela previdência e outros tipos de auxílios, e que diante dos infortúnios, acabam vivenciando momentos de escassez e dificuldades materiais extremas.

A maioria destes trabalhadores informais depende única e exclusivamente de sua força de trabalho, e por não terem acesso aos direitos trabalhistas, nem a previdência, encontram-se totalmente vulneráveis às fatalidades decorrentes das precárias condições de trabalho a que se sujeitam. Nessas condições de infortúnio, as únicas alternativas a que podem recorrer são as redes informais de solidariedade constituídas por amigos e familiares, e pelos precários serviços públicos já existentes e aos quais já se utilizam.

Os trabalhadores informais se sujeitam diariamente ao risco do infortúnio, sendo considerados tradicionalmente excluídos, pois não são protegidos pelas redes de assistência social quando afetados pelas condições de trabalho. Em estudo sobre estes trabalhadores, Cockell e Peticarrari (2011) identificaram uma ausência de sistemas de proteção social específica a estes trabalhadores, quando acometidos por acidentes de trabalho e situações de infortúnio. Ao entrevistar muitos destes trabalhadores, as autoras perceberam a existência, em seus discursos de termos referentes à “aceitação” ou a “naturalização” dos acontecimentos diante de incidentes de trabalho.

Os trabalhadores informais tendem, portanto, a resignar-se diante da situação de desproteção social, como algo inevitável ou natural. Em situações como esta, sentem-se impedido de adoecer ou de ter que se ausentar do trabalho, uma vez não ter nenhum tipo de poupança que lhes possam garantir e compensar a ausência e a carência financeira na atividade laboral. Mostram-se, portanto, impossibilitados de recompensar ou repor um dia sequer de trabalho perdido.

Logo, estar vulnerável a acidentes de trabalho e a adoecimentos constantes, sem qualquer tratamento ou recurso para a sua reabilitação, configura uma condição incerta e extremamente insegura de trabalho. Entretanto, contextos como este são reforçados e fortalecidos cada vez mais por suportes ideológicos baseados nos processos de individualização e de autorresponsabilização dos trabalhadores por suas próprias condições de vida. Nesta nova moral ou cultura do trabalho, os indivíduos acabam assumindo um protagonismo que os tornam responsáveis por todas as etapas e trajetos de trabalho percorridos, não importando se estas etapas foram impostas ou não por condições exteriores e independentes de suas vontades (LIMA E JÚNIOR, 2018, p.34).

Diante destas metamorfoses a modificar completamente as relações no mundo do trabalho, os trabalhadores informais, marcados pela inexistência de qualquer “seguro informalidade” despontam em situação de extrema vulnerabilidade no que se refere à proteção social disponibilizada pelo Estado. Para eles, o desemprego aparece como mais um agravante,

pois na ausência de indenizações (FGTS e seguro-desemprego) e na dificuldade de encontrar um novo emprego, muitos acabam se sujeitando a atividades precárias ou mesmo ilegais. Além disso, soma-se também a este quadro, o fato de que estes trabalhadores não contam com nenhuma garantia no caso de acidente ou doença (suas famílias também não são amparadas em caso de falecimento).

Cockell e Peticarrari (2011) em seu estudo sobre os trabalhadores informais identificaram que em alguns casos, estes trabalhadores sequer dispunham de aposentadoria por não conseguirem comprovar o tempo de serviço. No conjunto heterogêneo de atividades que compõe o setor informal, identificam-se também aqueles trabalhadores mais escolarizados em que os benefícios assegurados pela lei são compensados por maior remuneração, pois têm acesso a formas privadas de proteção social. Entretanto, a maioria composta pelo segmento de baixa renda, torna-se limitada e impedida de financiar a sua própria proteção, permanecendo “fora das redes de assistência social” (Idem, p.1710).

Neste mesmo estudo, as autoras perceberam que o desamparo vivenciado pelos trabalhadores informais é justificado pelo sentido ideológico do par empregabilidade/empreendedorismo, em que cada um é responsável por sua própria qualificação e permanência no mercado de trabalho, transferindo-se as responsabilidades legais do Estado e do empregador, para o próprio trabalhador (Idem, p.1712).

O relato a seguir é bastante esclarecedor sobre a condição de autoresponsabilidade assumida pelos informais e reforçada pelo binômio empregabilidade/empreendedorismo.

“Eu só vinha na quarta e na quinta, no sábado e no domingo. Aí como tem a baixa estação, aí eu já passo a vir todos os dias, menos na terça. Já pra vê se eu vendo algo, porque se eu ficar em casa é prejuízo, porque eu tenho gastos. Se é deu gastar, então eu venho ganhar. Como aqui tá fraco, eu venho os outros dias. Tem segunda aqui que eles esticam mais”. (Alan)

Alan é um dos ambulantes que trabalham na José Avelino revendendo mercadorias adquiridas de fornecedores e fabricantes locais. Atualmente vende produtos de moda praia, e trabalha na Feira todos os dias, pois em momentos sazonais, como os de baixa estação turística, o índice de faturamento reduz significativamente. E para compensar a perda, alguns feirantes se obrigam a trabalhar todos os dias. Para ele, “ficar em casa” gera despesa, tornando-se preferível “trabalhar e gerar renda”.

“Antes eu trabalhava numa empresa pequena. Fiquei nela até 2007. Era uma empresa de aviamentos, que vende linhas, zíper, elásticos, botões, barbantes, essas coisas. E aí eu fiquei desempregado. Aí eu e minha esposa, a gente já tinha uma confecçãozinha pequena em casa, informal mesmo. Aí ela começou a pedir pra que eu a ajudasse. Ela me pediu pra fazer uns bicos, umas coisas. Aí comecei a ajudar

ela. Agora, tá com uns três anos mais ou menos que estamos aqui no corre-corre do dia-a-dia. Eu já tinha conhecimento na área de aviamento, porque eu trabalhava em loja. Aí desde 1988 que eu trabalho em loja e fiquei até 2007. Trabalhava na área de venda com esses aviamentos. Aí quando foi a partir de 1996, eu montei um negocinho pra minha esposa trabalhar informalmente. Botei umas máquinas e ela passou a costurar né. Aí quando eu saí da empresa (...) você sabe que quando a gente chega numa certa idade, aí os empregos vão ficando mais difíceis e aí a gente tem que se virar. Como a gente já tava no meio da confecção, aí acabamos aderindo e até hoje estamos aqui. Aí serve pra gente sustentar a família né. Eu tenho dois filhos também, que tão se formando agora, se Deus quiser. Vão se formar. Um tem dezoito. Tá na UFC também. E a minha menina tem vinte e um anos, e daqui há um ano, a minha filha termina também”. (Josimar)

Josimar tem 55 anos, possui o ensino fundamental completo e trabalhou como vendedor em uma loja de aviamentos no Centro da Cidade, durante 19 anos. Em 1996, ainda trabalhando como vendedor numa dessas lojas, resolveu comprar algumas máquinas de costura e montar um pequeno negócio para a esposa, que já sabia costurar. No entanto, após ficar desempregado em 2007, saiu da loja e passou a se dedicar exclusivamente ao negócio de confecção, produzindo as próprias mercadorias, que atualmente comercializa na Feira junto com sua esposa.

Na época em que trabalhava com carteira assinada, resolveu montar seu próprio negócio, demonstrando preocupação à época, com relação ao futuro de sua própria condição de trabalho. Conforme análise conjuntural do Brasil, a década de 1990 foi marcada por forte recessão econômica; ampliação do desemprego estrutural; aumento da informalidade e disseminação de políticas públicas voltadas para a promoção de pequenos “negócios por conta própria”. Registra-se que neste período, houve uma grande disseminação e fortalecimento da proposta ideológica mantida sob o par da empregabilidade/empreendedorismo.

Vislumbrando um futuro incerto quanto à ocupação em que estava inserido e percebendo uma tendência coletiva para a constituição de pequenas oficinas domésticas de confecção, Josimar resolveu aplicar sua reserva de poupança na compra de alguns acessórios na estruturação de uma pequena oficina de confecção para sua esposa. Embora tenha conseguido se manter no emprego até o ano de 2007, sua esposa conseguiu manter a produção da oficina, o que lhe deu possibilidades para continuar trabalhando “por conta própria”.

A experiência acumulada no setor de confecção, e a inserção da esposa como costureira em sua própria oficina de confecção contribuiu para a sua inserção no segmento, no qual passou a se dedicar com exclusividade. Lima e Soares (2002) em pesquisa sobre o *cluster* pernambucano de confecção perceberam que a maioria dos trabalhadores envolvidos na produção local vinha da área rural, e que a grande maioria deles nunca havia se vinculado

ao setor formal, nem tampouco nutriam nenhuma perspectiva sob a formalização de suas atividades.

A maior parte da produção do *cluster* era realizada em unidades familiares, com facilidade de entrada, e com crescimento constante da demanda por produtos. Neste caso específico, o assalariamento era visto pelo trabalhador, como algo secundário, pois muitos queriam montar seus próprios negócios assim poderem melhorar o padrão financeiro. Integravam este conjunto de trabalhadores, um grande contingente de costureiras, camelôs e de carroceiros (para deslocamento das mercadorias). Sobre as condições de trabalho no cluster, afirmam os autores:

A autonomia real ou pretensa é o objetivo desses trabalhadores. É grande o número de costureiras que abriram sua própria facção, pois basta uma ou duas máquinas para tanto. Também é grande o número dos que abandonaram o autonegócio, alegando muito trabalho e pouco retorno (Idem, p.171).

Para esses trabalhadores o assalariamento era visto de forma dúbia, ora como segurança (acesso a assistência médica e aposentadoria) ora como ameaça de redução de ganhos (restrito a um salário). A troca de emprego também era algo comum e constante neste contexto, dada à grande procura por costureiras. A carteira de trabalho era tida (para os que nunca foram assalariados) como ameaça de rebaixamento de salários, e assim, não era percebida como uma garantia de direitos, mas apenas como algo necessário para um único membro da família, enquanto o restante se mantivesse na informalidade, tornando-se esta prática uma estratégia de sobrevivência (Idem, p.173, 177). Para os autores:

A permanência das facções e da produção subcontratada dos fabricos é uma garantia da reprodução de relações de trabalho desvinculadas de contratos formais. O que antes era considerado trabalho degradado e precário, é visto agora como flexível. Os maiores ganhos dos trabalhadores informais locais, comparativamente, tornam inviável qualquer forma de organização para a reivindicação de direitos. Temos, assim, a junção do velho e do novo informal, atendendo à nova fase da acumulação (Idem, p.179).

O crescimento da informalização transfere para o próprio trabalhador o ônus da reprodução da força de trabalho, desonerando o capital, o que pode ser percebido cada vez mais com o avanço da valorização do trabalho autônomo, do micro-empresário e do empreendedorismo, acompanhados de uma degradação progressiva das relações de assalariamento. O que antes era considerado desemprego disfarçado ou subemprego, passou a ser considerado paradigma de relações flexibilizadas. Portanto, a relação salarial retornou então à sua fase anterior às políticas regulatórias e o “informal deixou de ser resquício de

subdesenvolvimento para se tornar a relação hegemônica para contingentes crescentes de trabalhadores (Idem, p.179).

O feirante Josimar afirma ter estruturado um negócio informal a partir dos rendimentos obtidos em seu trabalho formal, conseguindo estruturar uma pequena oficina de confecção para a esposa, o que marca uma relação de complementaridade entre o formal e o informal. Uma das feirantes por mim entrevistadas expôs a seguinte narrativa sobre o contexto da constituição de pequenos negócios por conta própria existentes no contexto da Feira da José Avelino:

“Eu conheci uma mulher que já freqüentava a feira, e ela me convidou pra vir. Aí foi quando eu vim à primeira vez. Fiquei meio tímida. Aí comecei a vir. Aí fui me acostumando, e fui ganhando tempo. Hoje já tenho dezesseis anos aqui. Sempre nesse vai e vem. Nessa época eu tava desempregada, e eu tava tendo dificuldade de arranjar trabalho, porque nessa época eu não era costureira. Eu trabalhava ainda como auxiliar de costureira. Aí tava com dificuldade e uma amiga minha foi e disse: -Regina tem uns retalhos que saem lá da Industria Castro que são ótimos pra vender peça infantil. Esses retalhos eram de qualidade mesmo. Aí ela foi e disse: -Tu não quer olhar não? Aí eu peguei e fui, e comprei nessa época (...) Eu lembro como hoje (...) Eu comprei cinquenta reais lá. O homem tava até anunciando que vendia lá. Aí comprei cinquenta. Vim e fiz. Cheguei aqui na feira, quando foi sete horas eu já tava em casa. Aí eu digo: -Ah, agora vai dá certo...Fui lá e comprei mais retalho. Menino o comércio aqui era bom demais! Aí faliu os retalhos e eu passei pra tecido. Só que pra tecido, eu não lucro o mesmo tanto que eu lucrava antes. Se a feira deixasse nós trabalhar (**se referindo ao “rapa”**), aí a gente pegando os clientes de fora, aí dava pra ganhar bem, e ganhando bem, tanto a gente pode botar pras costureiras ajudar a gente, porque você tem dinheiro pra pagar elas, porque aí o cliente fica garantido, mas sem ter cliente de fora, só os daqui mesmo comprando, aí o faturamento é pouco demais. Ora, de auxiliar de costureira eu passei pra costureira. Eu trabalhava numa empresa. Aí comecei costurando. Assinei minha carteira como costureira. Aí foi o tempo que eu saí. Aí fiquei desempregada. Aí vim trabalhar de camelô. Trabalhei de carteira em duas empresas. Uma foi a Nordeste, que já faliu. Nesse tempo eu era bem novinha, e a outra foi na Kiev Jeans. Aí quando eu tava na Kiev, eu já tava fazendo pra mim também. No final de semana eu já fazia as minhas peças e já vinha vender. Mas eu ganhei muito dinheiro aqui viu?! Mas agora não ganho mais não. Não ganho, mas é devido os governantes que não deixam ou não organizam pra ter um horário pras pessoas trabalharem. Se organizasse dava.” (Regina)

Regina tem 57 anos, é costureira de profissão e tem o ensino fundamental incompleto. Trabalha na feira há dezesseis anos, tendo começado por intermédio de uma amiga que lhe sugeriu a atividade como biscate enquanto estava desempregada. Lembra que quando começou, fabricava as próprias peças, utilizando retalhos de tricolina. Neste período “ganhou muito dinheiro na feira”, vendendo suas mercadorias em sistema de atacado para clientes de outros estados.

Antes esta feirante já havia trabalhado como auxiliar de costureira e também como costureira na Fábrica Nordeste e na Kiev *Jeans*. Nestas empresas, minha entrevistada conseguiu acumular experiência suficiente para abrir posteriormente seu próprio negócio. Na

época, já conseguia conciliar a atividade de ambulante com a de assalariada. No entanto, após demissão da empresa, resolveu se dedicar exclusivamente a Feira como atividade principal.

Através do comércio de rua, a ambulante viu a possibilidade de melhorar financeiramente, situação que em determinada época, de fato, veio a se concretizar. Entretanto, devido às oscilações de mercado e aos períodos de crise e de baixo comércio, passou a vivenciar um momento de dificuldade laboral, com redução significativa nos ganhos, atribuindo em parte, esta condição, ao poder público por não se interessar em “organizar a Feira”.

Para a ambulante, a fiscalização tem contribuído fortemente para a queda nas vendas, pois os clientes se sentem inseguros e intimidados com as intervenções realizadas pelo “rapa”. Nesse sentido, considera que há um desinteresse por parte dos gestores em organizar os ambulantes, os quais acabam sendo impedidos de trabalharem e de firmar contato com os sacoleiros de outros estados.

É importante perceber como os setores produtivos organizados interferem diretamente nestes pequenos negócios individuais. Regina, em seu discurso afirmou que quando comprava a matéria-prima num preço mais acessível, conseguia obter boas vendas. Entretanto, com a falência do fornecedor, sua rentabilidade foi fortemente abalada, pois o valor da mercadoria acabou encarecendo e o movimento das vendas diminuiu significativamente. Com os recursos reduzidos, os trabalhadores da Feira deixam de contratar outros trabalhadores para lhes ajudarem. Toda esta movimentação de recursos depende do nível de consumo e da atividade produtiva desenvolvida pelos setores organizados da economia (em seu circuito superior). Logo se formata uma cadeia de complementariedade entre o formal e o informal.

Como se percebe a partir das várias trajetórias de vida aqui apresentadas, muitos trabalhadores informais tendem a intercalar momentos de inserção temporária em atividades formais e informais. Entretanto, percebe-se cada vez mais uma tendência para a permanência destes indivíduos na informalidade, tendo em vista não só alguns aspectos específicos (como idade, por exemplo), mas também aspectos relacionados a mudanças nas perspectivas de escolha destes próprios trabalhadores, que tendem a continuar na condição de informalidade. Ainda sobre esta condição intermitente de trabalho, afirmou em feirante:

“Aqui se vende de um tudo. Você vende blusa, tudo. Mas eu trabalho mais é com blusa assim, de senhora. Cada qual tem o seu ramo. O meu ramo é blusa feminina. Mas tem gente aqui que trabalha com calça, sutiãs, *shorts*... Trabalho com blusa, porque sempre trabalhei com blusa. Com as outras coisas não gosto de trabalhar não. Eu só faço se o cara me fizer um pedido, por exemplo, só de camisetas, aí eu

faço. Ele me manda o modelo e aí eu faço por encomenda. Lá em casa é só eu, minha mulher e minha costureira, que recebe por peça. Mas antes eu trabalhei dez anos como cobrador de TOPIC. Trabalhava na linha 105. Trabalhei dez anos nisso e não agüentei mais não. Trabalhava de noite. Aí depois mudou, comecei a trabalhar que nem no ônibus, sentado, igual a ônibus. Mas eu não agüentei não! Pedi pra sair! Tinha muito assalto! Tinha muito medo! Aí pedi pra sair. Agora é melhor! Você tira aqui um salariozinho bom. Dá pra escapar. Dá pra pagar as suas despesas, aluguel... Tenho uma moça de vinte anos e um rapaz de quinze. A moça trabalha em São Paulo, casada já, o filho mora comigo ainda e trabalha só o necessário. Os filhos são mais preguiçosos né”. (Edgar)

A trajetória profissional de Edgar é marcada por algumas experiências profissionais, como a de “cobrador de topic”, atividade na qual conseguiu se manter durante dez anos, quando então, a insegurança e a grande ocorrência de assaltos no ambiente de trabalho, fizeram-lhe desistir, passando a trabalhar na feira através de seu próprio negócio. Neste seu novo ofício, tem se mostrado satisfeito, pois livre diante do medo que o assolava no trabalho anterior.

Através deste negócio, Edgar vem conseguindo obter um faturamento suficiente para “escapar”, arcando com as despesas pessoais, como o aluguel do imóvel onde reside com a família. Este feirante trabalha exclusivamente com a venda de blusas para “senhoras”, entretanto, a depender do pedido e da demanda da clientela, abre exceções para o fabrico de outros tipos de peças. Trabalhar com apenas um tipo de peça ou produto é uma das características comuns entre muitos feirantes da José Avelino, pois assim, conseguem concorrer melhor no sistema de comércio em atacado.

Edgar representa o pequeno produtor informal, que por decisão própria resolveu “mudar de vida”, permanecendo na informalidade. Outro feirante por mim entrevistado, também expôs sua trajetória:

“Comecei a trabalhar quando criança. Meu pai e minha mãe eram feirantes. Eu era pequeno e ele já me levava pra feira. Ele trabalhava com fruta, verdura. Aí já me levava pra feira. Era o Mercado dos Pinhões, Gentilândia, Tancredo Neves. Tenho quarenta e dois anos. Cheguei a trabalhar em firma também: na Norte e Sul, na Pontes, na Divulgart. Trabalhei seis meses numa. Noutra trabalhei quatro meses. Noutra, oito meses. Na Norte e Sul eu era servente, na Divulgart era pregando aquelas placas de propaganda, colando aqueles cartazes de propaganda, e na Pontes, e numa de publicidade. Eu era assalariado lá. Trabalhava de carteira nessas firmas. Trabalhei um ano e pouco de carteira assinada. Eu saí porque não tinha onde eu me segurar, porque era aquele serviço de colocar aquelas placas (em *outdoors*). Não tinha muita segurança, era mesmo sem nenhum instrumento que me segurasse. Era só a escada e segurava aqui com a outra mão passando grude, e com a outra botando o papel. Não tinha equipamento pra segurança nem nada. Aí eu peguei e saí. Aí eu botei água e depois, agora, passei pra meia”. (Paulo)

Paulo trabalha desde criança, ajudando seus pais, que já eram feirantes e vendiam frutas e verduras em vários bairros da Cidade, como Centro (no Mercado dos

Pinhões), Gentilândia e Tancredo Neves. Sua trajetória revela uma sucessão de alternâncias entre empregos assalariados precários, com pouca durabilidade e de baixa remuneração e pequenos bicos em momentos de desemprego, já tendo trabalhado também como operário de produção numa fábrica de cera de carnaúba, como servente numa construtora, e como cartazista numa empresa de publicidade (pregando cartazes em *outdoors* pela cidade), atividade esta exercida sem qualquer tipo de segurança, o que lhe motivou a saída.

Com baixa qualificação e sem possibilidades de acesso a outros empregos de melhor qualidade, resolveu iniciar no comércio de rua, aplicando pequenos rendimentos na compra de mercadorias de baixo valor como água mineral e meias. Nesse sentido, Paulo representa um trabalhador típico da informalidade tradicional, pouco escolarizado e com baixíssimo rendimento.

Para Mesquita (2008) apesar da informalidade atingir os mais diversos segmentos econômicos e ocupacionais, ela se concentra com maior representatividade no trabalho doméstico e no comércio, incluindo as atividades que envolvem vendas diretas, ambulantes, balconistas e comerciantes (Idem, p.28, 29). Em sua pesquisa, este autor destaca ainda que nas ocupações informais identificadas na Cidade de Fortaleza, predominava o baixo nível de remuneração como uma das principais características que compunham esta atividade (70% dos entrevistados afirmaram ter rendimento de no máximo um salário), e que 44% destes trabalhadores tinham este mesmo perfil financeiro em todos os subsetores de atividade econômica informal (indústria de transformação, construção civil, comércio e serviços), incluindo também uma maior presença de trabalhadoras mulheres (Idem, p.29, 30).

Paulo se insere na divisão social do trabalho informal da Feira da José Avelino, ocupando a base da pirâmide, constituída por aqueles indivíduos pouco escolarizados e com baixo capital social. Ainda sobre a condição de sobrevivência na informalidade, Edinilson afirmou:

“Pretendo continuar insistindo, trabalhando, e tentar alguma coisa. Porque se parar, aí nada feito. Só que essa correria é grande. Hoje em dia pra tudo você precisa da grana. Então, chega no final do mês, você tem suas contas pra pagar. Tem que deixar tudo direitinho. É água, luz, aluguel, tudo em dia pra poder ficar tranquilo. Aqui dá pra tirar mais de dois, três mil reais. Às vezes dá mais de três mil reais. Aí no decorrer desse período do mês, a gente vai gastando e não chega numa soma total, porque tem coisa pra pagar. Tem prestação pra pagar. Tem alguns empréstimos e aí vai pagando, e no final não sobra tanto. Tirando as despesas, sobra mil e pouco, ou até menos, porque tem o decorrer do mês que você tem que comer. Tem que se arrumar. Tem os gastos. Mas no mês que sobra melhorzinho, aí fica bom. Sobra um saldo positivo”. (Edinilson)

Muitos ambulantes da José Avelino afirmam ganhar quatro, cinco, ou até seis mil reais por mês. No entanto, este rendimento deverá ser dividido para pagar grandes despesas, como empréstimos bancários, reposição de mercadorias, despesas pessoais e familiares. Nestas condições, embora o ganho bruto de um ambulante supere os ganhos de um salário mínimo, suas despesas contínuas, num comércio oscilante e inseguro, acabam comprometendo o trabalhador, o qual nem sempre conseguirá obter o mesmo montante e nem o mesmo nível de vendas. Ednilson trabalha na feira revendendo suas mercadorias, compradas de um fornecedor específico. Diferentemente de outros feirantes, ele assume a condição de proprietário das mercadorias que vende (acessando por isso, outro status de trabalho na Feira), diferindo-se daqueles que ganham apenas por comissão (e que não são proprietários da mercadoria que vendem).

Para Ednilson, nem todos os meses são “garantidos”. As necessidades e o consumo pessoal, geralmente impedem o acúmulo de capital, fazendo com que este trabalhador se mantenha modestamente. Comparando-se a realidade de um feirante (trabalhador por conta própria) com a realidade de um assalariado médio, percebe-se que os primeiros podem obter algumas vantagens em termos de rendimento. Entretanto, a instabilidade do negócio, os gastos reais com despesas (próprias e de mercadorias), a insegurança, o medo constante da fiscalização (“rapa”), a exposição a fatores ergonômicos desfavoráveis, a inexistência de garantias e benefícios legais trabalhistas, as políticas urbanas de remoção, dentre tantos outros fatores, impõe uma vulnerabilidade laboral ao “empreendedor” feirante, o que se apresenta como quadro de precariedade permanente.

O trabalhador da Feira da José Avelino pode viver no presente com um rendimento financeiro favorável, mas a impossibilidade do planejamento, a dependência de fatores externos e a incerteza diante do futuro, lançam uma incógnita sobre suas atividades. A impossibilidade de acesso a direitos e aos benefícios trabalhistas, deixa-lhes suscetíveis a momentos de acidentes e infortúnios, e a falta de garantias sobre o consumo e as vendas, deixa-lhes também apreensivos.

O fim do trabalho estável como sonho para a maioria, e a persistência e continuidade da informalidade como fenômenos permanentes e orgânicos ao capital nos fazem refletir sobre a definição do que é o trabalho informal.

“Eu tenho ensino médio completo, cursos de informática e técnico em informática. Tenho 24 anos e estou no mercado desde os meus dezessete. Na verdade, comecei a trabalhar entregando água, aqueles tambores de vinte litros, nas casas. De lá pra cá já trabalhei de vendedor externo, fazendo frete em caminhão. Tenho carteira B. Trabalhava pra empresa HR, fazendo frete. Depois dos fretes eu vim pra cá. Fiquei

desempregado exatamente fazendo frete. Aí eu vim pra cá. Aí eu faço a feira e nos dias que eu não tô na feira, eu tô no aplicativo. Nos fretes eu trabalhava com o meu pai. Ele tinha um caminhão e eu trabalhava pra ele. Era o seguinte: a cada mil reais que eu fazia, ele me dava duzentos e cinquenta. Ele me dava vinte e cinco por cento. Se eu fizesse três mil, ele me dava setecentos e cinquenta, e daí por diante. Era do meu esforço. Aí ele adoeceu e teve que vender o caminhão. Aí foi exatamente que eu fui pro lado do meu cunhado que me empregou aqui na feira”. (Saulo)

Meu entrevistado possui o ensino médio completo, e atualmente está com 24 anos. Iniciou no mercado de trabalho aos dezessete anos, entregando garrações de água. Posteriormente se empregaria como vendedor externo e como motorista de caminhão para uma empresa familiar (de propriedade do pai). Atualmente, além de trabalhar na feira, ajudando seu cunhado (que o contratou), atua também como motorista de aplicativo, dividindo a semana entre a rotina como ambulante e também como *uber*, assumindo uma intensa e agitada rotina de trabalho.

Com o adoecimento do pai, que se viu obrigado a vender o meio de trabalho da empresa, Saulo acabou se desempregando. Nestas circunstâncias, aceitou o convite do cunhado para lhe ajudar. Simultaneamente resolveu também aproveitar sua experiência enquanto motorista para trabalhar como *uber*, atividade esta que lhe passou a servir como complemento de renda. Sobre sua atual atividade, este feirante afirmou:

“Isso aqui é só um quebra galho. Isso aqui é só um quebra galho, sabe?! Isso aqui não é um emprego de verdade. Passar o dia no sol?! Eu pretendo sim sair daqui. Eu tenho outros planos aí. Tem outro cunhado meu que ele mora no exterior. Ele tem uma empresa lá, de construtora, de demolir e construir prédio. Ele disse que se eu tirasse os documentos e fosse pra lá, dava certo ele me empregar. Eu tô organizando isso aí. Já tirei o passaporte e o visto tá em processo. Este negócio é no exterior. Só entra se tiver o visto. Esses são meus planos”.

Para Saulo, a ocupação em que se encontra é considerada um “quebra-galho”, um “biscate”, condição provisória a qual pretende sair mediante fixação num emprego com melhores condições. Na atual ocupação, queixa-se principalmente das dificuldades enfrentadas, referindo-se a exposição ao sol, às condições imprevistas do tempo, a “violência” da fiscalização e a intensidade e alternâncias de horários, tendo que acordar durante a madrugada “virando” noites, e sem intervalos para descanso.

Este jovem feirante pretende sair de tal condição provisória, inserindo-se num emprego que lhe possibilite acessar melhores condições de vida, visão esta, também compartilhada por Antônia, que expôs o seguinte depoimento:

“Eu estudei até o oitavo ano só. Tá com um ano e cinco meses que eu tô aqui. Eu comecei vendendo umas colchas de cama. Aí não deu certo. Aí eu parei. Aí eu comecei a vender pano de prato. Aí o lucro era muito pouco, aí eu comecei a vender meias. Aí nas meias eu fiquei. Mas assim, o que aparece eu tô vendendo. Não pode é

ficar parado! Não vou matar, nem vou roubar, nem vou traficar. O lucro dum pacote desse de meia sai a um real e setenta e cinco. É difícil até pra gente comer, porque se a gente for merendar de manhã, merendar de tarde, aí não sobra nada... Porque assim, eu saio de casa às cinco horas da manhã pra mim poder chegar aqui oito horas, porque o trânsito é horrível. Se eu sair de casa às sete, eu chego aqui quase dez horas da manhã. Porque se eu for merendar, almoçar e merendar de tarde, dá uns vinte reais. Só que às vezes eu merendo e não almoço. Às vezes eu almoço e não merendo. Porque tem dia que eu levo dez reais pra casa, porque não tem lucro. Eu não vejo a hora de arranjar um emprego.” (Antônia)

Após ficar desempregar, Antônia resolveu trabalhar na feira vendendo colchas de cama. A mercadoria não lhe propiciou boas vendas, o que lhe fez trocar por panos de prato, produto mais comercializado, embora com pouco retorno lucrativo. Não conseguindo também se manter com este produto, resolveu passar a comercializar meias, optando sempre pela venda de produtos que lhe possibilite melhores ganhos e rendimentos diante do custo benefício. Seu faturamento diário não lhe permite fazer mais que uma refeição durante os horários de trabalho, tendo que, às vezes, trocar o almoço pelo lanche, e vice-versa.

Com baixa escolaridade, Antônia pretende arranjar outro emprego. No entanto, esta situação vem se prolongando. Embora encontre dificuldades em se inserir novamente como assalariada no mercado de trabalho, vem atuando como ambulante o que ainda lhe assegura um mínimo para sobrevivência. Minha entrevistada vem se mantendo neste comércio há um ano e meio, não conseguindo mais arranjar outro tipo de trabalho. E assim, aquilo que era pra ser temporário, vem se transformando em algo permanente.

Este quadro impulsiona os trabalhadores a vivenciarem uma condição eterna de precariedade e vulnerabilidade, mantendo-se sempre na instabilidade, ora empregados, ora desempregados. Para Robert Castel (1998) “o trabalho aleatório representa uma nebulosa de contornos incertos, mas que tende a se autonomizar”. Conforme este autor as constantes mudanças na condição de trabalho dos indivíduos, projetam “trajetórias erráticas feitas de alternância de emprego e de não-emprego”(Idem, p.527). Nesse sentido, o desemprego recorrente constitui uma importante dimensão no mercado do emprego, fazendo com que os trabalhadores vivenciem simultaneamente uma alternância de atividade e de inatividade, vivendo virações provisórias marcadas pela incerteza do amanhã (Idem, p.528).

Para Franco et al. (2010):

Esse processo confirma a nova configuração do trabalho precário como a tônica do mercado de trabalho. Está presente tanto nos setores mais dinâmicos e modernos do país, nas indústrias de ponta, como nas formas mais tradicionais do trabalho informal, por conta própria, autônomo. Entende-se a precarização como um processo social que instabiliza e cria uma permanente insegurança e volatilidade no trabalho, fragilizando os vínculos e impondo perdas dos mais variados tipos (de direitos, do emprego, da saúde e da vida) para todos os que vivem do trabalho (Idem, p.237).

A informalidade tem se constituído como parte integrante do próprio projeto de vida das pessoas, tendo em vista a falta de um leque mais ampliado de escolhas no mundo do trabalho formal. Este ciclo de informalidade, contínuo e permanente, a integrar parte dos projetos e sonhos pessoais pode ser percebido no seguinte depoimento:

“Meu carro tem o nome de Isabele Lanches. Isabele é minha filha. Eu comecei aqui na José Avelino há pouco tempo. Eu tava perto lá de casa. Aí como não tava dando muito movimento, porque tinha muito concorrente (...) que é ali pro lado da Faculdade São Camilo, Fametro(...) Eu moro pra ali, pro lado do Liceu. Eu moro no Centro, aqui mesmo. Moro na Guilherme Rocha, lá embaixo, aí acabei saindo do negócio lá. Mas como tava muito difícil em termos de concorrente e tudo, aí eu disse: -rapaz eu vou dar um giro lá pro lado do mercado. Aí vim pra esse lado aqui, e aí gostei. Aí tô vindo todo dia. Tem dia que dá mais lucro. Tem dia que dá menos, e assim vai. É melhor do que ficar em casa parada. A idéia de vir foi a precisão mesmo, e eu gosto muito de falar, de conversar com as pessoas. Eu não sou pessoa de ficar calada. Eu acho que eu não dou pra trabalhar dentro de casa, sozinha não. Não dou! Eu gosto é de tá na rua mesmo. Eu acho que eu nasci pra andar. Porque eu gosto de falar sabe. Eu gosto de falar. E quando a gente gosta de falar, pra essa pessoa não é bom trabalhar dentro de casa. Comprei uma máquina de costura pra ver se eu me adaptava. Fiz um curso, mas eu não me adaptei. Aí eu disse: -Isso aqui não é pra mim não. Vou ganhar a rua! (risos) Eu já trabalhei na Fábrica Fortaleza, bem uns cinco anos. Já trabalhei numa empresa de Castanha também, aquela dos Irmãos Fontenele, aquela que acabou. Aí depois eu fiquei trabalhando em laboratório, como copeira. Aí eu fazia tudo, era contínua, era serviços gerais, era tudo (...) era naquele laboratório que tem ali na Pereira Filgueiras, LaboRocha. Trabalhei ali dois anos. Trabalhei também na Cell Center, numa empresa de celular lá no North Shopping, de copeira também. Eu acho que eu trabalhei catorze ou foi quinze anos de carteira assinada. Aí agora eu fiquei assim. O último emprego de carteira que eu tive, foi esse no Laboratório, e isso tá com uns dez anos, oito anos atrás. Uns oito ou dez anos. Depois desses de carteira assinada eu trabalhei também num bar ali cozinhando, mas não era carteira assinada. Trabalhei mais de ano lá. Eu tô contando só os que eu trabalhei com carteira assinada, mas o resto que eu já fiz... As coisas que eu já fiz sem carteira... Já trabalhei em casa de família assim ajudando amiga minha também. Essas coisas assim de bico. Eu nunca fiquei parada ó. Fazia assim, tipo artesanato, que eu sei fazer muito bem. Já trabalhei também fazendo chapéu (...) essas coisas assim”. (Juraci)

Embora esteja há pouco tempo trabalhando na Feira da José Avelino, Juraci demonstra rápida adaptação ao ritmo das vendas no comércio de rua, possuindo algumas habilidades pessoais para a atividade, como a disposição para a comunicação e o diálogo, qualidades exigidas nas atividades de negociação, pois o feirante, além de oferecer suas mercadorias, deverá também atrair o cliente, persuadi-lo e convencê-lo a adquirir seu produto.

Juraci afirma que prefere trabalhar “na rua”, em contato com o público, do que “trabalhar dentro de casa, sozinha”, “isolada”. Em suas várias experiências profissionais já trabalhou como operária em algumas fábricas da cidade, dentre as quais a Fábrica Fortaleza e a Indústria de Castanhas Irmãos Fontenele; tendo trabalhado também como copeira e serviços gerais num laboratório de análises clínicas (LaboRocha) e numa loja de celulares (*Cell Center*), experiências estas que lhe renderam quinze anos de carteira assinada.

Após ficar desempregada tentou trabalhar em sua própria residência, onde pode realizar um curso profissionalizante e tentou ainda adquirir uma máquina de costura. Mas não conseguiu se adaptar a rotina do trabalho em casa, preferindo outras formas de negócio. Durante sua trajetória de vida, além dos períodos em que se manteve ocupada profissionalmente com carteira assinada, conseguiu também a se ocupar em alguns “bicos”, trabalhando como doméstica não registrada (na residência de uma amiga) e como artesã (fabricando chapéus).

O desemprego estrutural e a informalidade como mecanismo de inserção precária no mundo do trabalho, marcam a trajetória profissional desta trabalhadora, que há dez anos permanece nesta mesma condição. Trajetórias como esta também podem ser demonstradas a partir da narrativa de Alan:

“Sou daqui mesmo de Fortaleza. Tenho vinte e oito anos. Eu tô aqui há aproximadamente nove anos. Comecei a trabalhar desde os nove, dez anos de idade. Porque trabalho formal mesmo, com carteira assinada, foi a partir dos meus dezoito anos, mas fora, contando a idade, já trabalhei em muitas coisas né. Já trabalhei como engraxate. Trabalhei de servente, Já trabalhei de auxiliar de cyber café, numa lanhouse. Já trabalhei em várias profissões. Agora mesmo, já trabalhei na CAGECE. E agora último, eu tô aqui”. (Alan)

Vários trabalhadores Feira da José Avelino começaram a trabalhar desde criança, motivados por necessidades familiares. Muitos não conseguiram concluir seus estudos, pois tiveram que trabalhar, e assim, acabaram interrompendo importantes etapas de desenvolvimento pessoal. Alan, apesar da pouca idade demonstra uma trajetória de vida marcada por constantes experiências laborais precárias, denotando um estado de informalidade permanente em sua vida.

Como mesmo afirmou, este feirante trabalha desde os nove anos de idade, quando então experimentou a vida de engraxate. De lá pra cá, assumiu vários trabalhos, como o de servente de pedreiro, auxiliar de *lanhouse* e agente da CAGECE (Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará), último emprego antes de vir para a Feira da José Avelino, quando então desempregado e decidido a trabalhar por conta própria.

Alan, assim como tantos outros feirantes que também trabalham na rua, mantém um *box* em parceria com sua esposa, preferindo ocupar o espaço da rua pela maior movimentação e fluxo de clientes, prática espacial já bastante utilizada por muitos proprietários e locatários de *boxes*. Trajetórias de trabalho infantil são comuns entre estes trabalhadores, que desde cedo são direcionados ao mundo do trabalho, queimando etapas importantes da vida, dentre os quais podemos citar o caso do feirante Carlos.

“Eu sou de família do interior. Aí o meu pai era da CEASA. Ele me levava pra lá. Aos oito anos ele já me levava. Com oito anos eu já ia pra CEASA. Ficava ajudando ele lá a separar as bananas soltas, porque ele comprava as carradas. As soltas eu juntava e vendia, ficando com o apurado pra mim. Com doze anos eu já vendia carrada. Com doze anos eu já era homem. Treze anos já dirigia caminhão, já tinha carro. Aí desde menino que eu comecei a trabalhar. Sempre fui assim meio desenrolado nesse negócio”. (Carlos)

Natural do interior do Estado do Ceará, Carlos conta que aos oito anos de idade já acompanhava seu pai na atividade laboral, transportando frutas num caminhão próprio para a Central de Abastecimento (CEASA), localizada no Município de Maracanaú. Nessa época, aproveitava os momentos na companhia do pai para separar algumas bananas que saíam dos cachos (e que perdiam o valor na venda de atacado) e as aproveitava para revendê-las no varejo a outros clientes que freqüentavam o local. Nessas idas e vindas, inseriu-se precocemente no mundo do trabalho, tendo aprendido a dirigir caminhão aos treze anos de idade, quando então afirma ter se formado “homem”.

Estas experiências de trabalho obtidas durante a infância, perpassando as várias etapas da vida do trabalhador, excluem-no do processo de aprendizado e da educação formal, pré-requisitos para a inserção em postos de trabalhos mais protegidos e com condições ideais (em termos de garantias salariais, carga horária, direitos trabalhistas, etc.). Sem o passaporte e a bagagem necessária para a entrada em outras oportunidades de trabalho, estes indivíduos perpetuam a condição de informalidade em suas vidas. Carlos reforça esta condição na seguinte fala:

“Depois deste trabalho que eu tive com meu pai, eu segui o ramo da família. Só trabalhei por conta própria. Eu era vendedor, comerciante. Até o caminhão era meu. Tudo era meu. E puxava carrada de banana. Segui o ramo da família, até que surgiu uma confusão lá na CEASA e tive que sair de lá. Isso em 2003. Eu tinha vinte e poucos anos. É muito né, prum cara que tá começando a vida. Aí eu saí de lá, e fiquei um tempo parado. Aí quando eu voltei, comecei a freqüentar a igreja, aí um amigo meu foi e me trouxe pra feira, um cara da igreja. Aí tô aqui até hoje. Comecei no tempo que era na Sé ainda, na Catedral”. (Carlos)

Após trabalhar ajudando o pai, Carlos tornou-se trabalhador por “conta própria” reproduzindo o mesmo caminho e atividade do pai. Aos “vinte e poucos anos” comprou seu próprio caminhão e passou a “puxar carradas de banana”. Mas, após envolvimento numa confusão, teve que sair do local onde trabalhava, passando um bom intervalo de tempo “parado”, na inatividade, quando foi convidado por um fiel evangélico a trabalhar na Feira.

Carlos reproduziu os mesmos caminhos laborais de sua família, que tradicionalmente já atuava com transporte e carregamento de frutas e verduras para a CEASA.

Com sua experiência na condição de autônomo, resolveu então trabalhar na Feira com a comercialização de confecção e moda popular.

“Eu fui pra transferência de Maracanaú. Nos tempos em que transferiram o pessoal daqui da Sé pra lá. Cheguei a ir. Deixei de comprar banca aqui de duzentos reais, quando lá era quinhentos. Aí depois a banca aqui que era duzentos ficou trinta, setenta mil. Criou valor. Como ia sair todo mundo na época, aí ninguém criou fé que aqui ia dar certo. Aí como o negócio ia ser lá mesmo, aí ninguém ia descer pra cá. Aqui era escondido demais! Aí no começo, os caras começaram a vender banca aqui a duzentos reais. Bancazinha de ferro. Aí eu não comprei. Eu comprei três lá por mil e quinhentos, a quinhentos reais cada uma. Hoje, ninguém sabe nem onde é que tá o ferro. E depois aqui, uma banquinha que era duzentos reais, ficou valendo setenta, cinquenta mil reais. Aí como não deu certo lá, aí fiquei parado. Arrumei um emprego de cobrador de ônibus, onde trabalhei dez meses. Fui trabalhar de cobrador, sujei foi o nome lá. Tava pagando aluguel, e aí fui comprar uma moto, e ainda pagava pensão. O dinheiro que eu ganhava, só dava pra pagar aluguel, a luz e a água. Não pagava nem a pensão, nem a moto. Atrasava tudo! Aí quando foi com dez meses, eu disse: -Não, vou sair fora! Aí quando eu saí, eu voltei pra cá. Aí a rua tava liberada. Aí fiquei, fui ficando e hoje tô aqui. Como eu sou muito conhecido, eu chamei os meninos e disse: -rapazes vamos voltar pra rua lá. Aí comecei a chamar, aí fomos ficando, ficando e estamos aqui até hoje”. (Carlos)

Na primeira remoção do comércio de rua que ocorreu nas imediações da José Avelino, quando a Feira ainda era realizada na Praça da Sé (considerado o primeiro núcleo da Feira da José Avelino), os feirantes foram transferidos para um estabelecimento chamado Feira Center, localizado no município de Maracanaú. Tal decisão fora estabelecida mediante negociação que envolveu as prefeituras de Fortaleza e a de Maracanaú. No entanto, parte dos trabalhadores informais não concordou com a opção decidida e resolveram ocupar alguns galpões desativados, situados na Rua José Avelino. Aqueles que concordaram com a transferência, comprando bancas no estabelecimento Feira Center, jamais imaginariam que a Feira ressurgiria nas proximidades da Sé, justamente naquela “rua escondida” denominada José Avelino, onde estavam localizados diversos galpões desativados.

A mudança para o novo estabelecimento, em Maracanaú, acabou não atendendo as expectativas e aos anseios dos feirantes, tendo em vista a mudança na lógica espacial e a redução do fluxo de clientes, e assim muitos acabaram retornando para a Rua José Avelino, logradouro este para onde já haviam migrado diversos feirantes que atuavam na Sé e que não concordavam com a saída do comércio de rua da região central.

Com o contexto desfavorável, após a remoção da antiga Feira da Sé, Carlos abandonou seu negócio durante um tempo, empregando-se posteriormente como cobrador de ônibus numa empresa de transporte urbano, mantendo-se ali ocupado durante dez meses. Não se adequando ao contexto financeiro, e tendo em vista o padrão de consumo que até então mantinha, acabou acumulando “dívidas” e atrasando suas contas pessoais. Sem conseguir

renda suficiente, resolveu retomar a antiga atividade do comércio de rua, desta vez na José Avelino, contando com a ajuda de alguns amigos que anteriormente já haviam trabalhado com ele nesta mesma atividade.

Carlos é o típico trabalhador que mantece a maior parte de sua trajetória laboral inserida na informalidade, e que conseguiu conduzir seus negócios de forma autônoma, gerenciando individualmente suas próprias demandas. Entretanto, alguns fatores de ordem externa, como a remoção proposta pelo poder público (transferência espacial dos trabalhadores da Sé para um estabelecimento privado), associado às instabilidades típicas do mercado característico da atividade, acabou tendo que migrar para a formalidade, mas com precárias condições salariais, o que lhe motivou o pedido de demissão. Sem conseguir arcar financeiramente com as despesas da casa e com as demais obrigações, resolveu retornar para o comércio de rua. Esta condição laboral de longa permanência na informalidade é reproduzida pela feirante Roberta, que destacou em sua narrativa:

“Nunca trabalhei de carteira assinada. Eu trabalhava avulso em casa de família como faxineira. Mas não vou mais trabalhar com carteira assinada não. Ninguém se aposenta mais nesse Brasil mesmo. Eu, na época que vim pra cá, eu tava parada. Eu não trabalhava com isso não. Mas eu já fiz curso pago. Já fiz curso pelo SENAI. Mas eu sempre pensei em arrumar um emprego fixo. Mas as pessoas perguntavam: - Você já tem experiência? Aí eu dizia que não, e aí a pessoa batia a porta na minha cara. Até que a mãe do meu esposo, que é costureira (...) eu via ela aqui na feira, aí ela dizia: -tu costura e vai vender na feira. Aí eu disse: -é mesmo né?! Aí eu peguei e comprei a minha primeira máquina que é uma *overlock* e depois que eu vim a feira, graças a deus, que ele tem me abençoado e eu comprei a minha segunda máquina agora”. (Roberta)

Roberta sempre trabalhou na informalidade, tendo anteriormente se empregado de forma avulsa como faxineira, em casa de família. Desencantada com as dificuldades enfrentadas na conquista de um emprego, e com a realidade previdenciária incerta e instável do país, afirma “não querer mais trabalhar com carteira assinada”. Sem qualificação e com formação profissional limitada, carregando em seu currículo apenas um curso profissionalizante realizado pelo SENAI¹¹³, a trabalhadora integra um tipo de perfil de difícil inserção no mercado de trabalho formal. Registra-se aqui, que embora muitos destes trabalhadores ainda consigam se inserir em trabalhos formais (com certa dificuldade) em atividades de baixa remuneração, muitos ainda prefere o trabalho autônomo como mecanismo de inserção, pois este tipo de atividade lhe permite conciliar de forma “flexível”

¹¹³ Serviço Nacional de Aprendizado Industrial. A entidade oferece cursos de profissionalização voltados para a indústria.

(principalmente para o público feminino), os tempos das atividades domésticas, com os tempos da atividade profissional.

A tendência de flexibilização sobre o tempo tem se colocado como realidade determinante, também para o público masculino, já que a possibilidade de “organização do próprio tempo” tem sido um forte fator a atrair os trabalhadores para a informalidade (mesmo que esta condição seja minorada com a intensificação do trabalho e com as instabilidades inerentes a este universo laboral).

Como bem enfatizou Roberta, após receber vários “nãos” na procura por emprego, a feirante decidiu apostar na sugestão dada por sua sogra, que já havia lhe sugerido o trabalho de costura, e a venda de confecções na feira, como atividades de geração de renda. Desde então Roberta assumiu a atividade e há sete anos vem se mantendo na Feira da José Avelino.

Com os recursos adquiridos no comércio de rua, a ambulante conseguiu comprar sua segunda máquina de costura, o que vem lhe propiciando a manutenção nesta atividade produtiva informal. Roberta representa a trabalhadora jovem, pouco qualificada que começou trabalhando de forma avulsa, em trabalhos domésticos. Nesse compasso, as trajetórias de trabalhadores e trabalhadoras da feira que aqui foram expostas, revelam-se trajetórias múltiplas, marcadas por longa permanência na informalidade, com traços de empreendedorismo e de trabalho autônomo, e atingidas tanto pela precarização, instabilidade e insegurança de vida, como também pelas promessas de autonomia e abundância.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1940, alguns estudos mostraram-se interessados em compreender o comportamento das economias e de suas configurações de trabalho, tomando como foco de análise a correlação entre duas realidades distintas e paralelas. Uma destas realidades era composta pela idéia eurocêntrica de desenvolvimento e modernidade, na qual estariam presentes todas as formas de relação social que tenderiam inevitavelmente a seguir uma linha rumo à evolução e ao progresso. Já a outra realidade aparecia como contraponto a este modelo típico e ideal de civilização, não compreendendo parte das idealizações de modernidade e desenvolvimento, constituindo-se como “resquício” que, inevitavelmente, seria absorvida pela realidade do progresso, mais avançada e desenvolvida.

No entanto, com o passar das décadas, os analistas começaram a perceber que estas duas realidades compunham um todo inseparável e indivisível, como partes de um mesmo sistema, embora com funcionalidades e comportamentos distintos, ora a convergir, ora a divergir. Tais realidades estavam concretizadas no modo de organização capitalista, de modo que a noção de desenvolvimento era representada pela industrialização, e a outra realidade, representada pelas forças de trabalho não integradas ao modelo industrial, presente tanto na realidade do desemprego, como também nas demais formas de trabalho não tipicamente capitalistas.

Acontece que a grande massa de desempregados, ora representada pelo clássico conceito de exército industrial de reserva e as múltiplas outras formas de contratação e ocupação, não tipicamente racionais no sentido capitalista do termo, sempre conviveram, ora em consonância, ora em conflito com as formas ditas desenvolvidas e modernas da economia. Com o passar do tempo estas realidades foram denominadas e diferenciadas a partir de dois grandes setores: o primeiro, denominado setor formal, marcado pela predominância das relações assalariadas fordistas; e o segundo, denominado setor informal e que, abrangia as demais relações não-assalariadas, portanto, consideradas não-fordistas.

Acreditava-se inicialmente que o setor informal funcionaria como um “colchão amortecedor”, atuando como mola amortizadora, e integrando tudo aquilo que não teria sido inserido no setor fordista. No entanto, as mudanças estruturais advindas dos novos modos de acumulação do capital, foram mostrando que o chamado setor formal seria incapaz de absorver toda a mão-de-obra disponível, lançando amplos contingentes de trabalhadores para o setor informal. Acreditava-se com isso, que o setor informal serviria apenas como

receptáculo da força de trabalho não integrada ao setor formal. Entretanto, as dinâmicas do sistema de acumulação capitalista revelaram que a formalidade utilizava-se também da informalidade, invertendo o antigo caminho unidirecional, pautado na lógica da mão-de obra que sai do informal (como reserva industrial de reserva) a caminho de preencher os cargos e ocupações criados pelo setor formal.

As realidades e lógicas sociais começaram a revelar que ambos os setores lançavam trabalhadores em diferentes posições. Assim, milhares de empregados eram transferidos do setor formal para o informal e vice-versa, atuando como dois setores interligados e interdependentes. A partir das décadas de 1970 e 1980, o mercado de trabalho e a realidade econômica mundial começaram a sofrer modificações estruturais que balançaram fortemente as antigas estruturas fincadas no modelo fordista-taylorista. Estas alterações modificaram fortemente o papel do Estado como mediador das relações de trabalho mantidas entre empregados e empregadores. Tratava-se, portanto, de um fenômeno que os analistas contemporâneos passaram a denominar de reestruturação produtiva, realidade esta intensificada pela financeirização da economia e pelas mudanças tecnológicas advindas da reengenharia industrial, que afetavam diretamente a antiga linha de produção e o “chão da fábrica”, em seu modelo convencional.

Estas modificações macroestruturais influenciaram fortemente o comportamento do mercado e da economia global, reconfigurando as relações de trabalho em todos os seus níveis e hierarquias. A partir destas mudanças, o “informal”, que antes era visto como algo característico das realidades subdesenvolvidas, como o Brasil, começou a dar sinais de vida e vitalidade nos próprios países desenvolvidos que, por séculos, desenvolveram um paradigma eurocêntrico baseado na perspectiva do desenvolvimento da economia e do trabalho.

Nesse sentido, a informalidade explodiu e cresceu continuamente, dando sinais de pequenos recuos em alguns momentos - o que também não se mostrou significativo para classificá-lo como setor que se comporta apenas numa única linha direcional. A tendência clássica era que, em momentos de crescimento do emprego formal, a informalidade reduziria. No entanto, com a realidade do “desemprego estrutural”, intensificado pela sobrevalorização do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo e das tentativas contínuas do sistema de acumulação em enxugar cada vez mais os gastos públicos e privados com a contratação de mão-de-obra, desenvolveu-se uma economia informal em ascensão. Assim, consolidou-se um mercado de trabalho informal, ora lançando trabalhadores para a informalidade, ora recebendo trabalhadores insatisfeitos e precarizados da formalidade.

Nesta dinâmica, as cidades e os contextos urbanos passaram a ser fortemente afetados pela lógica da acumulação flexível do capital, servindo como base material e como palco para todas as manifestações reais do mundo do trabalho. Estas cidades, que antes tinham as indústrias como seus principais motores de produção e formação de riquezas, passaram a vivenciar um verdadeiro processo de desindustrialização e de descentralização do trabalho fabril, direcionando grande parte de sua força de trabalho para o setor terciário (de comércio e serviços), agora em ascensão explosiva.

A partir de então, com o crescimento destes novos setores produtivos, as formas de contratação atípicas e não convencionais passaram a adquirir destaque. Simultaneamente, registrava-se um crescimento urbano desproporcional, que concentrava a maior parte da população mundial nas áreas das cidades. E nestas realidades começaram a ascender exponencialmente, algumas formas não convencionais de trabalho, as quais tiveram que conviver lado-a-lado com suas antigas formas convencionais de contratação.

A partir daí a realidade do desemprego estrutural começou a lançar grandes contingentes populacionais para a inserção em atividades precárias, como “bicos”, “biscates” e tantas outras atividades informais. Neste complexo mundo de atividades laborais, antigas formas de trabalho tradicionais e familiares ganharam destaque, tornando-se lucrativas e vantajosas para as empresas formalizadas que começaram a subcontratá-las como fornecedoras de mão de obra barata para a indústria. Concomitante a este processo, vivenciava-se cada vez mais, nas várias realidades, a hipertrofia dos mercados consumidores, com suas variadas demandas e novas necessidades por produtos.

Assiste-se na contemporaneidade à constituição e ao crescimento de mercados populares, articulados em redes, e que formatam uma globalização econômica diversa e contraditória, perfazendo circuitos econômicos que, embora relacionados, denotam contradições inerentes ao modelo capitalista. Nos dizeres de Milton Santos (2008), estes circuitos econômicos revelam dois mundos em constante convívio e tensão, pois servem como espaços de produção e consumo urbano, demarcando distintos espaços de pobreza e riqueza.

Constata-se em quase todas as décadas do século XX e começo do XXI, o despontar de um mercado de trabalho informal, gestado no espaço urbano e composto por camelôs, ambulantes e feirantes, os quais se fizeram e se fazem cada vez mais presentes na constituição da urbe. Sempre existentes nos espaços urbanos, estes mercados e *lócus* de economia informal vêm se modificando com as lógicas macroestruturais e conseqüentemente

com as novas configurações dos mercados de trabalho. Desse modo, tais espaços informais surgem como possibilidades diversas para a sobrevivência, tanto em seu sentido precário de existência material, como também enquanto espaço para melhoria de vida.

A Feira da José Avelino, nesta tese aparece como um mercado híbrido e heterogêneo, assim como também é o próprio contexto da informalidade, fruto destas modificações que afetam o mundo do trabalho, em sua dimensão macro, refletindo diretamente na constituição dos espaços urbanos. A Feira se apresenta aqui tanto como um mercado de sobrevivência precária, a inserir trabalhadores em condições vulneráveis, incertas e instáveis, como também enquanto mercado contraditório de possibilidades para melhoria de vida em meio à precariedade.

Este *locus*, em sua complexa divisão social do trabalho informal, revela a existência de uma grande variedade de categorias de trabalhadores que taticamente se apropriam dos espaços urbanos, tentando ora demarcar “estabilidades” em lugares fixos, ora produzindo “instabilidades” em lugares de fluxo e itinerância. Assim, ambulantes produtores e ou revendedores de mercadorias têm procurado, mediante o trabalho diário, inserir-se tanto em espaços e estabelecimentos privados, como nos espaços públicos, aproveitando-se das várias possibilidades para o desempenho de atividades de mercado e de comércio. Portanto, a condição de ocupação espacial, em determinadas situações, marcam os trabalhadores da Feira da José Avelino, formatando uma categorização heterogênea, sendo difícil demarcar quem são os seus trabalhadores fixos e quem são os seus trabalhadores itinerantes.

Neste Complexo da Feira da José Avelino, torna-se também difícil determinar com precisão quais são os limites estabelecidos entre o formal e o informal, tendo em vista que muitos dos feirantes compõem as duas condições. Nesse caso, a Feira apresenta-se como mercado híbrido e heterogêneo, marcado por constantes transformações no mundo do trabalho em seu sentido diverso, e revelando cada vez mais a informalidade como algo permanente nos contextos das cidades e nos planos e projetos de vida dos indivíduos que residem e trabalham nesta urbe.

Ora pressionados pelas políticas de ordenamento urbano, em seus intentos de controle e vigilância, ora a correr do “rapa”, estes homens e mulheres da Feira, perfazem constantes trajetos laborais, em meio a condições hostis de trabalho, expondo-se a jornadas “duplas” ou “triplas”. Ademais, estes trabalhadores e trabalhadoras enfrentam diariamente a exposição ao calor, às múltiplas formas de violência e a renúncia ao sono nos dias de “Feira da Madrugada”. E assim, vão se tornando vulneráveis a acidentes de trabalho, expostos a

atropelamentos, estafa e ao stress, nutridos pelos esforços desmedidos nestas idas e vindas ao trabalho (realizado a pé ou em longas e intermináveis caminhadas).

Além disso, estes trabalhadores vivenciam uma condição de tensão subjetiva permanente, decorrente da atividade fiscalizatória do poder público, tendo em vista estarem em situação de “irregularidade” urbana. Além do que, são também hostilizados por comerciantes e outros segmentos que lhes encaram como “concorrentes desleais” e ou como “sonedores do fisco”. Já para os gestores são considerados obstáculos no espaço público, pois obstruem as vias e impossibilitam o livre trânsito de veículos e pessoas.

A Feira da José Avelino vem se configurando em tempos presentes como espaço revelador de uma nova informalidade, caracterizada pela tendência de seus trabalhadores e trabalhadoras a assumirem a condição de empreendedores, via normatização e incorporação de modelos e regras estruturados pelo *ethos* da individualização no trabalho. De fato, muitos destes feirantes têm assumido o papel de “empesários de si mesmos”, moldando suas condições de vida em meio a precariedades e incertezas.

Assim, a Feira da José Avelino se constitui como espaço de formalização do informal e de informalização do formal, pois muitos trabalhadores, que saíram da formalidade e se engajaram como trabalhadores da Feira, não pretendem mais retornar ao mercado de trabalho formal. Portanto, em sua composição informal, torna-se, simultaneamente, um espaço perseguido e valorizado, a depender dos sujeitos e das circunstâncias.

É inconteste o montante de recursos e empregos diretos e indiretos gerados pela “Feira da Madrugada” no cenário econômico da Cidade de Fortaleza, alimentando a economia do setor têxtil, e do setor de confecção e moda. Nesta análise se deve atentar para o fato de que a Feira da José Avelino, assim como tantas outras, nasceram a partir das mutações condicionadas pelo mundo do trabalho, emergindo como possibilidades para inserção de mão-de-obra.

Mas, o que torna esta Feira singular é o fato de ser ela a maior “Feira Livre” de confecção e moda popular do Estado do Ceará e uma das maiores do Nordeste, concorrendo com outras, como as de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, situadas no Estado de Pernambuco. Além disso, a Feira da José Avelino, independente de Políticas Públicas voltadas para a formalização ou não dos seus pequenos negócios, segue uma dinâmica própria, movida pelas várias possibilidades que ela mesma oferece, incluindo aí a tendência a informalização dos negócios como estratégia de sobrevivência para se evitar o fisco, para se ocupar o espaço público e para se reduzir o custo que se tem com o trabalho.

Além disso, a Feira compõe uma divisão social do trabalho informal peculiar, composta por categorias heterogêneas e híbridas de trabalhadores, que podem adquirir diferentes posições e condições no que se refere às formas de organização da produção, ou às próprias ocupações em que se estabelecem. Ademais, estes trabalhadores adquirem posições diferentes no que tange à forma como ocupam o espaço público, podendo ocupar apenas o espaço da rua para a atividade comercial, ou apenas ocupar os espaços privados, no interior de alguns estabelecimentos fixos que, também, compõe o cenário da Feira. Portanto, podem ser pequenos produtores que comercializam suas próprias mercadorias nas ruas e ou nos galpões, assim como também podem ser revendedores autônomos de mercadorias já compradas de outros produtores. Igualmente, podem desempenhar também a ocupação de pequenos trabalhadores contratados por produtores para venderem suas mercadorias, ganhando e recebendo por comissão.

Integra também esta complexa divisão social do trabalho informal da Feira, os pequenos prestadores de serviços (carregadores), que estão inseridos na base inferior da pirâmide, enfrentando com mais intensidade os efeitos da precarização do trabalho. Assim como os carregadores, grande parte dos ambulantes da Feira também compõe esta base inferior, a qual tem representado o quadro da velha informalidade.

Com foco na informalidade, e vinculada à precarização do trabalho, a Feira apresenta-se como lugar de contrastes, pois, ao mesmo tempo em que representa um lugar de possibilidades para crescimento e melhoria de qualidade de vida, funciona também como mercado de trabalho informal, agregando grande contingente de pessoas à procura da sobrevivência imediata (indivíduos que intercalam diversas experiências de trabalhos precários).

Os trabalhadores e trabalhadoras da Feira da José Avelino carregam dramas, e vivenciam intensamente as consequências de um contexto macroeconômico marcado pela flexibilização, pela desregulamentação do trabalho e pela redução do papel do Estado como ente mantenedor de direitos e garantias sociais. Em meio à tendência crescente da informalização do trabalho, estes trabalhadores e trabalhadoras feirantes não mais percebem o trabalho formal como propósito ideal de vida, a conduzi-los para um possível porto de segurança e estabilidade social.

Em tempos de intensa precarização, tais trabalhadores e trabalhadoras feirantes incorporam e vivenciam as angústias de um tempo instável, incerto, e marcados pela insegurança. E assim tendem a almejar e a vislumbrar a inserção na informalidade como algo

permanente, encarando a atividade comercial como possibilidade para a mudança e melhoria de vida, ao mesmo tempo em que acabam encarnando uma “subjetividade ambulante”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Elizabeth Santos; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas. Trabalho informal em tempos “globalizacionistas”. **Revista HISTED BR online-Campinas**, n.Especial, p.238-250, maio, 2009.

ALVES, Marco Aurélio de Andrade. **Das antigas praças da cidade de Fortaleza à contemporânea Praça de Fátima: entre usos e (re) apropriações nos espaços sínteses de hibridizações**. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Ceará. UFC, Fortaleza, 2012.

ALVES, Marco Aurélio de Andrade; CARVALHO, Alba Maria Pinho de. As marcas do progresso: alguns códigos urbanos na cidade de Fortaleza dos Séculos XIX e XX. **O público e o privado**. Fortaleza: UECE, 2003, ano 9, n.17, jan-jun, 2011.

ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho: autonomia ou precarização. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANDRADE, Margarida Júlia F.S. **Onde moram os operários...vilas operárias em Fortaleza 1920-1945**. Dissertação de mestrado do Curso de Arquitetura. Universidade Federal da Bahia, 1990.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 7. reimpressão. Boitempo Editorial. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo; 2005.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade:rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Ser. Soc. Soc.**, São Paulo, n.107, p.405-419, jul/set.2011.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza; FILHO, Irapuan Peixoto Lima; MOREIRA, Renato Ângelo de Almeida. **O fiar e o tecer: 130 anos da indústria têxtil do Ceará**. Fortaleza:Sindtêxtil: Gráfica LCR, 2014.

ARAÚJO, Mayara de. **Histórias de beco: quando a poeira assenta, entrevemos rostos, punhos e corações**. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora, 2011, 165p.

ARAÚJO, Tarcísio Patrício; LIMA, Roberto Alves. **Setor informal como categoria única, universal: o quanto importa, para políticas públicas, a busca de tal conceito?** *In*: BRAGA, Thaiz; VIDAL, Francisco; NEVES, Laumar. Trabalho em questão. Salvador, SEI, 2010.

ARANTES, Otília. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao Planajamento Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (b)

BARREIRA, Irllys Alencar F. Pulsações no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos. **Caderno CRH**, Salvador, v.23, n.59, p.255-266, mai/ago, 2010.

BARREIRA, Irllys Alencar F. **Cidades narradas- memória, representações e práticas de turismo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

BAUMAN; Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Medo e Confiança na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2009

BENDASSOLI; Pedro F.; LIMA; Felipe Coelho. Psicologia e Trabalho informal: a perspectiva dos processos de significação. **Revista Psicologia e Sociedade**, 27(2), 383-393; 2015.

BERNARDINO, Débora Cristina de Almeida Mariano; ANDRADE, Marilda. O Trabalho informal e as repercussões para a saúde do trabalhador: uma revisão integrativa. **Revista de Enfermagem Referência**. Série IV, n. 7 – out/nov/dez, 2015.

BERNARDO, Márcia Hespanhol; NOGUEIRA, Francisco Ronald Capoulade; BÜLL, Sandra. Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, 63 (no. spe): 1-104, 2011.

BETTIOL, Tânia Mary. **O trabalho informal no Brasil: um resgate histórico**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1995-8.pdf>

BORSOI, Izabel Cristina. Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado. **Convergência**. Revista de Ciências Sociais, UAEM, n.55, Jan-abr, 2011.

BRANDÃO, Ludmila. O camelódromo, a cidade e os fluxos globais subalternos. **Pós**, v.16, n.25; São Paulo; Jun, 2009.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: Ed. IPE, Série Ensaios Econômicos, n.26, 1983.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Informalidade, flexibilidade e desemprego – necessidade de regras e de políticas públicas para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania. **Revista GEOUSP**, nº10, 2001.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México. **Pesquisa e Debate**, SP, v. 12, n.1 (19), p.2001.

CACCIAMALI, Maria Cristina. A economia informal vinte anos depois. **Revista Indicadores Econômicos FEE**, v.21, n. 4, 1994.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23,1994.

CARVALHO, Alba Maria Pinho. Inserção do Brasil na nova ordem do capital: a experiência do ajuste em questão. *In*:BRAGA, Elza Maria Franco. **América Latina: transformações econômicas e políticas**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

CARVALHO, Alba Maria Pinho. Precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise e o precariado como enigma contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, julho, 2014. Universidade Federal do Maranhão. São Luís – Maranhão, 2014

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano - Artes de Fazer**. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 3. ed. v. 1, 2008.

CHIAPELLO, Ève; BOLTANSKI, Luc. **O novo espírito do Capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

Cidade Ambulante. Espaço Público. **Revista Universidade Pública**. Fortaleza-Ceará; Mar/Abr, 2012.

COCKELL, Fernanda Flávia; PERTICARRARI, Daniel. Retratos da informalidade: a fragilidade dos sistemas de proteção social em momentos de infortúnio. **Ciência e Saúde coletiva**, 16 (3): 1709-1718, 2011.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Editora UNESP, 2005

COSTA, Elisabeth Goldfarb. **Anel, cordão, perfume barato: uma literatura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

COSTA; Márcia da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v.23, n.58, p.171-190, jan/abr, 2010.

CUNHA, Manuela Ivone P. da. Formalidade e Informalidade. Questões e perspectivas. **Etnográfica**.v. 10 (2), 2006, pp.219-231.

DAL ROSSO, Sadi. Mais **Trabalho!A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DALBOSCO, Eduardo; KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins. Os desafios de compreender o trabalho informal. **Revista Ser Social**, nº5, jul/dez 1999.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **A cidade e o comércio ambulante: estado e disciplinamento da ocupação do espaço público de Fortaleza (1975-1995)**. Fortaleza: EDUFC, 2012.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Apropriação do espaço público pelo comércio ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em evidência (1975 a 1995). *Geo Crítica. Scripta Nova*. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. Vol IX, num.202, 1 de diciembre de 2005.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. Feiras do Nordeste. Mercator – **Revista de Geografia da UFC**, ano 07, número 13, 2008.

DEDECCA, Claudio Salvadori; BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Est.Econ.**, São Paulo, v.27, n. especial, p.65-84, 1997.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v.24, n.spe 01, p.37-57, 2011.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; SILVA, Denise Britz do Nascimento; SOUZA, Augusto Carvalho de. Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseadas na ECINF. **Revista Econ. Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.329-354, maio-ago, 2009.

FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcanti. **Transformações espaciais no Centro de Fortaleza**: estudo crítico das perspectivas de renovação urbana. 2004. 164 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Fortaleza, 2004.

FILGUEIRAS, Luiz A.M.; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, v.17, n.41, p.211-229, maio/ago 2004.

FORTUNA, Carlos. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Outubro 2002: 123-148.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Ver. Brás. Saúde ocup.**, São Paulo, 35 (122): 229-248, 2010.

FUENTES, Maritzel Ríos. Setor Informal e reestruturação produtiva: uma alternativa de emprego nos anos 90? *In*: CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério. **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. HUCITEC-ABET; São Paulo, 1997.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1979.

GOMEZ; Carlos Minayo; THEDIM-COSTA; Sônia Maria da Fonseca. Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, 4(2); 411-421, 1999.

GONÇALVES, Luiz Antônio Araújo; AMORA, ZenildeBaima. As metamorfoses da feira nordestina e os circuitos espaciais da confecção popular no Estado do Ceará. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**; Vitória-Espírito Santo; agosto de 2014.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. Informalidade e precarização do trabalho no Brasil. **PEGADA**. Revista da Geografia do Trabalho, v.3, 2002. Disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/790/813>.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 25.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França e Japão. **Caderno CRH**, Salvador, v.24, n.spe 01, p.15-22, 2011.

HOLANDA, Francisco Urribam Xavier. Um toque para o empreendedorismo. *In*: ARAGÃO, Elizabeth Fiúza; SANTOS, João Bosco Feitosa (org.). **Ceará empreendedor: aliando capacitação e crédito**. Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo-SETE. Fortaleza: EdUECE, 2006.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 2.ed, São Paulo, SP: Martins Fontes, 2009.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

JÚNIOR, Cosme Oliveira Moura. **Economia, cotidiano e sociabilidade no comércio de rua: o caso de São Luís – São Luis**: EDUFMA, 2010.

JÚNIOR, Heitor Frúgoli. A questão da centralidade em São Paulo: o papel das associações de caráter empresarial. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, 16, p.51-66, jun.2001.

JÚNIOR, Heitor Frúgoli. **Centralidades em São Paulo: trajetórias, conflitos e negócios na metrópole**. São Paulo: Cortez/Edusp/Fapesp, 2000.

KOPPER, Moisés. **De camelôs a lojistas: Etnografia da transição do mercado de rua para um shopping popular em Porto Alegre-RS**. 2012. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS – Porto Alegre, 2012.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**; Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 2010.

LAUTIER, Bruno. Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina. **Caderno CRH**. Salvador, n.18, p.5-48, 1993.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n. 49, junho de 2002.

LEITE, Rogério Proença. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **RBCS**, Vol.25, nº72, fev-2010. (a)

LEITE, Rogério Proença. Espaços públicos na pós-modernidade. *In*: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org.) **Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas**. Edições Almedina – Coimbra, Portugal, 2009.

LEITE, Rogério Proença. **A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea**. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.53, nº3, 2010. (b)

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**: Campinas: Ed. da Unicamp, Aracaju: Ed. da UFS, 2004.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p.158-198; set/dez.2010.

LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p.163-180, jul/dez.2002.

LIMA, Jacob Carlos; JÚNIOR, Ângelo Martins. Mobilidades diferenciadas e ilegalidades institucionalizadas: tendências e contradições do trabalho na contemporaneidade. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.30, n.1, 2018.

LOPES, Francisco Willams Ribeiro. **A ‘requalificação’ do patrimônio: intervenções, estratégias e práticas na Praça dos Mártires (Passeio Público) de Fortaleza, 2013**. 148 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2013.

LOPES, Vânia Lúcia Silva. **Meios de vida: as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início de 1970**. 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. Sulanca x muamba: rede social que alimenta a migração de retorno. **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.4, p.144-154, out.dez, 2005.

MACEDO, Antônio Luiz. Um espaço em disputa: norma e desvio nas calçadas de Fortaleza. *In*: SOUZA, Simone (org.). **Comportamento: Fortaleza História e Cotidiano**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002, p.70.

MACHADO, Rosana Pinheiro. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. **RBCS**. v.23. n. 67 junho/2008.

MACIEL; Regina Heloisa de Oliveira; SANTOS; João Bosco Feitosa dos; MATOS; Tereza Gláucia Rocha; MAIA; Luciana Maria; FONTENELLE; Marselle Fernandes. Redes sociais e capital social na formação de redes socioprodutivas: estudo em uma feira de confecções de Fortaleza. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2014, vol.17, n.1, p.33-47

MAGNANI, José Guilherme C. Quando o Campo é a Cidade: Fazendo Antropologia na Metrópole. *In*.: MAGNANI, José Guilherme C & TORRES, Lilian de Lucca, (ogr). **Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana**. 3ed. São Paulo: Eduspi Fapesp, 2008. pp - 128.

MAGNANI, José Guilherme C. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. **Tempo Social**, USP, abril 2003.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal**: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MATTOS; Fernando Augusto Mansor de; LIMA; Sergiany da Silva. Apontamentos para o debate sobre o pleno emprego no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.24, n.2 (54), p.293-328, ago 2015.

MESQUITA, Erle Cavalcante. **Informalidade no mercado de trabalho em Fortaleza**: dimensão e características. Fortaleza: Instituto do Desenvolvimento do Trabalho (IDT), 2008.

NOGUEIRA, Mauro Oddo. Infinitos tons de cinza: entre o formal e o informal, o Brasil se faz no semiformal. **Mercado de Trabalho**, n.64; abril 2018.

NORONHA; Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **RBCS**, v.18, n. 53, outubro/2003.

PEIXOTO, Paulo. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio (org.). **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Edições Almedina AS, 2009.

PICCININI, Valmíria Carolina; OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; Rübenich. Formal, flexível ou informal? – Reflexões sobre o trabalho no Brasil. In: PICCININI, Valmíria Carolina; HOLZMANN, Lorena; KOVÁCS Ilona e GUIMARÃES, Valeska Nahas; CASACA, Sara Falcão. *et al.* **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PIMENTEL, Lidia Valesca Bomfim. **Praça Jose de Alencar**: pedaços da cidade, palco da vida. Fortaleza, 1998. 145fl. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, 1998.

PIRES, Lenin. Mercados Informais e economia popular: possíveis fronteiras entre moralidades e legalidade nas relações da sociedade e o estado. **Violência, ilegalismos e lugares morais**. BARREIRA, César; AQUINO, Jânia Perla de; SÁ, Leonardo Damasceno. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reforma urbana e controle social 1860-1930. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

RAMOS, Carlos Alberto. Setor informal: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos Interpretativos e alternativas de política. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 115-137, junho 2007.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. **RBCS**, v.25, n. 74. Outubro/2010.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 16, p-31-49, Curitiba, jun. 2001.

SÁNCHEZ, Fernanda. **Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global** In: Espaço e Cidade: conceitos e leituras. LIMA, Evelyn Furquim; MALEQUE, Miria Roseira. 2. Ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

SANTIAGO, Carlos Eduardo Pinto; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales. Do catador ao doutor: um retrato da informalidade do trabalhador por conta própria no Brasil. **Nova Economia**, v.27, n.2, p.213-246; 2017.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. **Revista Pró-Posições**, v.19, n.2 (56) – maio/ago, 2008 (b).

SANTOS, J.B.; MACIEL, R.H. **Trabalhadores ambulantes e suas redes de sociabilidade e produção**. Relatório de pesquisa, Edital Universal CNPq N°14/2011. Fortaleza, 2011.

SANTOS, J.B., MACIEL, R.H., RAMOS, A.M.P. **Trabalhadores informais em equipamentos urbanos destinados ao lazer do município de Fortaleza**. Relatório de pesquisa, Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES N° 02/2012. Fortaleza, 2012.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Anelise Schaurich dos; PERRONE, Cláudia Maria. Produção da precariedade laboral: reflexões preliminares sobre a criação de novas formas de subjetivação. **Psicologia e Sociedade**, 29, e164109; 2017.

SILVA, Carlos Freire. **Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SILVA, Eciane Soares. **Dinâmica socioespacial do comércio popular de confecção no Centro de Fortaleza**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em geografia da UFC. Universidade Federal do Ceará. 2013.

SILVA, Eciane Soares; SANTOS, Marlon Cavalcante; SILVA, José Bozarchiello. Comércio Informal no centro de Fortaleza: Beco da Poeira e Feira da Sé. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre, ENG, 2010.

SILVA, Lorena Holzmann. **Trabalho a domicílio**. In: CATTANI, Antônio David (org.). Trabalho e tecnologia: dicionário crítico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Da informalidade à empregabilidade **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p.81-109, jul-dez, 2002.

SILVA, José Borzachiello. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza: Multigraf, 1992.

TELLES, Vera da Silva. Deslocando o ponto da crítica: indagações a partir de realidades urbanas em mutação. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, SP, V.33, n. 1, p.13-28, jun. 2007. (b)

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidades e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados** 21 (61), (173-191); 2007. (a)

ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, vol.26, nº4 (104), PP.596-618, outubro-dezembro; 2006.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano**. ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**, Salvador, v.29, n.77, p.313-331, maio/ago 2016.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luísa Howard de. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 2. ed. rev atual. Barueri, SP: Manole, 2009

VASCONCELOS, Leonardo Costa de. Um centro para uma cidade (pós) moderna: à requalificação do centro histórico de Fortaleza. 2008.168f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Sociologia, Fortaleza-CE, 2008.

VEDANA, Viviane. **Fazer a feira: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRS, Porto Alegre, 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012

WEBER, Max. **Conceito e categorias da cidade** VELHO, Otávio (org.). O Fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando culturas e poder** In: ARANTES, Antônio (org.). O espaço da diferença; Campinas, SP: Papirus, 2000.

JORNAIS:

CABRAL, Bruno. Boxes geram 100 mil empregos e até 70 milhões/mês. Jornal Diário do Nordeste. Fortaleza, 27 dez. de 2015. Disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/boxes-geram-100-mil-empregos-e-ater-70-mi-mes-1.1461600?page=2> In: Caderno Negócios.. Acesso em janeiro de 2016.

ALTERNATIVA aos feirantes da José Avelino está 90% pronta. Jornal O Povo. 15 fev. 2017. Caderno Economia. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/02/alternativa-aos-feirantes-da-jose-avelino-esta-90-pronta.html>. Acesso em maio de 2017.

AMBULANTES da Sé ocupam espaço de centro atacadista. Jornal Diário do Nordeste. Fortaleza, 27 mar. 2015. Caderno Cidade. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/ambulantes-da-se-ocupam-espaco-de-centro-atacadista-1.1253842>. Acesso em dezembro de 2015.

CENTRO acumula problemas sem previsão de soluções. Jornal Diário do Nordeste. Fortaleza, 07 fev. 2015. Caderno Cidades. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/centro-acumula-problemas-sem-previsao-de-solucoes-1.121627>. Acesso em dezembro de 2015.

CENTRO Fashion é inaugurado com 3 mil boxes funcionando. Jornal O Povo. 26 abril 2017. Caderno Economia. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/04/centro-fashion-e-inaugurado-com-3-mil-boxes-funcionando.html>. Acesso em maio de 2017.

CENTRO Fashion terá investimento de \$100 milhões. Jornal Diário do Nordeste. 04 ago. 2015. Caderno Negócio. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/centro-fashion-tera-investimento-de-r-100-milhoes-1.1354562>. Acesso em dezembro de 2015.

COMERCIANTES ocupam entorno da Igreja da Sé. Jornal Diário do Nordeste. 11 jul. 2015. Caderno Cidade. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/comerciantes-ocupam-entorno-da-igreja-da-se-1.1336590>. Acesso em dezembro de 2015

CONFIRA o funcionamento dos Ecopontos em Fortaleza. Jornal O Povo. 15 maio 2017. Caderno Notícias. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/05/confira-o-funcionamento-dos-ecopontos-em-fortaleza.html>. Acesso em maio de 2017.

DESORDEM volta a imperar na Feira da José Avelino. Jornal Diário do Nordeste. 28 nov. 2016. Caderno Cidade. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/desordem-volta-a-imperar-na-feira-da-jose-avelino-1.1659187>. Acesso em maio de 2017.

DONO de galpão demarca rua para alocar 300 feirantes. Jornal O Povo. 01 set. 2016. Caderno Economia. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2016/01/09/noticiasjornaleconomia,3559016/dono-de-galpao-demarca-rua-para-alocar-300-feirantes.shtml>. Acesso em maio de 2017.

FALTA de ordenamento é o principal problema da área. Jornal Diário do Nordeste. Fortaleza, 27 dez. 2015. Caderno Negócios. Disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/falta-de-ordenamento-e-o-principal-problema-da-area-1.1461608>. Acesso em janeiro de 2016.

FEIRA da Rua José Avelino se estende além de horário e locais permitidos. Jornal Diário do Nordeste. 05 set. 2014. Caderno Cidade. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/feira-da-rua-jose-avelino-se-estende-alem-de-horario-e-locais-permitidos-1.1094244>. Acesso em dezembro de 2015.

FEIRA migra para galpões, Centro Fashion e Caucaia. Jornal O Povo. 5 maio de 2017. Caderno Economia. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/05/feira-migra-para-galpoes-centro-fashion-e-caucaia.html>. Acesso em maio de 2017.

FEIRÃO Leste-Oeste abre com 601 boxes e 54 lojas. Jornal Diário do Nordeste. 14 out. 2015. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/feira-leste-oeste-abre-com-601-boxes-e-54-lojas-1.1408984>. Acesso em dezembro de 2015.

FORTALEZA ganha novo centro comercial popular com foco em moda. Jornal O Povo. 03 ago. 2015. Disponível em: <http://www20.opovo.com.br/app/videos/2015/08/03/internavideos,3479154/fortaleza-ganha-novo-centro-comercial-popular-com-foco-em-moda.shtml>. Acesso em dezembro de 2015.

LIMINAR suspende remoção de feirantes da José Avelino. Jornal O Povo. 13 maio 2017. Caderno Notícias. Disponível em <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/05/liminar-suspende-remocao-de-feirantes-da-jose-avelino.html>. Acesso em maio de 2017.

LINHA central é ampliada para atender o Centro Fashion. Jornal O Povo. 27 abril 2017. Caderno Notícias. Disponível em <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/04/linha-central-e-ampliada-para-atender-o-centro-fashion.html>. Acesso em maio de 2017.

MADRUGADA na Jose Avelino tem maior comercio ao ar livre. Jornal Diário do Nordeste. Fortaleza, 27 ago. 2011. Caderno Negócios. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/madrugada-na-jose-avelino-tem-maior-comercio-ao-ar-livre-1.69693>. Acesso em dezembro de 2015.

MESMO com recomendação do MP Roberto Cláudio afirma que encerrará feira. Jornal O Povo. 11 maio 2017. Caderno Notícias. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/05/mesmo-com-recomendacao-do-mp-roberto-claudio-afirma-que-encerrara-fei.html>. Acesso em maio de 2017.

MINISTÉRIO Público reforça ação da Prefeitura para fechar galpões irregulares. Jornal Diário do Nordeste. 26 abril 2017. Caderno Cidade. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/mp-reforca-acao-da-prefeitura-para-fechar-galpoes-irregulares-1.1743618>. Acesso em maio de 2017.

MINISTÉRIO Público reforça ação para fechar galpões irregulares na Rua José Avelino. Jornal Diário do Nordeste. 26 abril 2017. Caderno Cidade. Disponível em: <http://www.verdinha.com.br/noticias/37648/ministerio-publico-reforca-acao-para-fechar-galpoes-irregulares-em-fortaleza/>. Acesso em maio de 2017.

NOVO horário da feira gera tumulto na José Avelino. Jornal Diário do Nordeste. 03 ago. 2009. Caderno Cidade. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/novo-horario-da-feira-gera-tumulto-na-jose-avelino-1.130078>. Acesso em dezembro de 2015.

PLANO de segurança para o Centro é lançado. Jornal Diário do Nordeste. Fortaleza, 16 jul. 2015. Caderno Cidades. Disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/plano-de-seguranca-para-o-centro-e-apresentado-1.1339896>. Acesso em dezembro de 2015.

PREFEIRURA volta atrás e diz que não há TAC de 2013. Jornal O Povo. 22 abril 2016. Caderno Notícias. Disponível em: <http://www20.opovo.com.br/app/opovo/politica/2016/04/22/noticiasjornalpolitica,3606589/prefeitura-.shtml>. Acesso em maio de 2017.

RESTAURAÇÃO da Rua José Avelino começa no dia 15 de maio. Jornal Diário do Nordeste. 14 out. 2015. Caderno Negócios. Disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/feira-oeste-abre-com-601-boxes-e-54-lojas-1.1408984>. Acesso em dezembro de 2015.

SETORES pedem solução definitiva na José Avelino. Jornal Diário do Nordeste. 6 de fev. 2015. Cadernos Cidade. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/setores-pedem-solucao-definitiva-na-jose-avelino-1.1214804>. Acesso em dezembro de 2015.

Canal Mais Notícias. ROBERTO Cláudio denuncia vandalismo de feirantes da Feira da Rua José Avelino. Youtube, 16 maio 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qMkFglujqk>. Acesso em maio de 2015